

Diário do Legislativo de 08/04/2000

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Aduato - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

1 - LEIS

2 - ATAS

2.1 - Reunião de Debates

2.2 - 128ª Reunião Ordinária

2.3 - 78ª Reunião Extraordinária - Ciclo de Debates "Repensando o Brasil 500 Anos Depois"

2.4 - 119ª Reunião Ordinária Interrompida - Ciclo de Debates "Repensando o Brasil 500 Anos Depois"

2.5 - 64ª Reunião Especial - Ciclo de Debates "Repensando o Brasil 500 Anos Depois"

2.6 - 65ª Reunião Especial - Ciclo de Debates "Repensando o Brasil 500 Anos Depois"

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Comissões

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

LEIS

LEI Nº 13.514, DE 7 DE ABRIL DE 2000

Dispõe sobre o fornecimento de informações para a defesa de direitos e o esclarecimento de situações.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - O poder público fornecerá a qualquer pessoa informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, para a defesa de direitos e o esclarecimento de situações, no prazo de até quinze dias contados da data do pedido.

§ 1º - A informação a ser prestada poderá consistir em cópia de qualquer documento ou registro sob a guarda do poder público.

§ 2º - O indeferimento do requerimento para obtenção de informação será motivado, com a indicação expressa da necessidade do sigilo da informação, fundamentada em fatores de risco à segurança da sociedade ou do Estado.

§ 3º - O não-cumprimento dos prazos ou condições estabelecidos nesta lei para o fornecimento de informações implica a responsabilização do agente público incumbido de fazê-lo.

Art. 2º - O interessado esclarecerá, no requerimento de informações, os fins e as razões do pedido.

Parágrafo único - O esclarecimento de que trata este artigo é dispensável, caso a informação solicitada seja de interesse exclusivo do requerente.

Art. 3º - Os órgãos e entidades da administração pública estadual manterão afixados em suas dependências, em local de fácil visibilidade, cartazes com o inteiro teor desta lei.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 7 de abril de 2000.

Deputado Anderson Aduato - Presidente

Deputado Dilzon Melo - 1º-Secretário

Deputado Gil Pereira - 2º-Secretário

LEI Nº 13.515, DE 7 DE ABRIL DE 2000

Contém o Código de Defesa do Contribuinte do Estado de Minas Gerais.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Seção I

Dos Princípios

Art. 1º - Esta lei contém o Código de Defesa do Contribuinte de Minas Gerais - CDC-MG -, de ordem pública e interesse social.

Art. 2º - São objetivos do Código:

I - promover o bom relacionamento entre o fisco e o contribuinte, baseado na cooperação, no respeito mútuo e na parceria, visando a fornecer ao Estado recursos necessários ao cumprimento de suas atribuições;

II - proteger o contribuinte contra o exercício abusivo do poder de fiscalizar, de lançar e de cobrar tributo instituído em lei;

III - assegurar a ampla defesa dos direitos do contribuinte no âmbito dos processos administrativos;

IV - prevenir e reparar os danos patrimoniais e morais decorrentes de abuso de poder por parte do Estado na fiscalização, no lançamento e na cobrança de tributos de sua competência;

V - assegurar a adequada e eficaz prestação de serviços gratuitos de orientação aos contribuintes.

Art. 3º - Para efeito do disposto neste Código, contribuinte é a pessoa física ou jurídica que a lei obriga ao cumprimento de obrigação tributária e que, independentemente de estar inscrita como tal, pratique ações que se enquadrem como fato gerador de tributos de competência do Estado.

Seção II

Dos Direitos do Contribuinte

Art. 4º - São direitos do contribuinte:

I - a igualdade de tratamento, com respeito e urbanidade, em qualquer repartição administrativa ou fazendária do Estado;

II - o acesso aos dados e informações de seu interesse registrados nos sistemas de tributação, arrecadação e fiscalização, e o fornecimento de certidões, se solicitadas;

III - a adequada e eficaz prestação de serviços públicos em geral e, em especial, daqueles prestados pelos órgãos e unidades da Secretaria de Estado da Fazenda;

IV - a efetiva educação tributária e a orientação sobre procedimentos administrativos;

V - a identificação do servidor nas repartições administrativas e fazendárias e nas ações fiscais;

VI - a apresentação de ordem de serviço nas ações fiscais, dispensada essa nos casos de controle do trânsito de mercadorias, flagrantes e irregularidades constatadas pelo fisco, nas correspondentes ações fiscais continuadas nas empresas inclusive;

VII - o recebimento de comprovante detalhado dos documentos, livros e mercadorias entregues à fiscalização ou por ela apreendidos;

VIII - a recusa a prestar informações por requisição verbal, se preferir intimação por escrito;

IX - a informação sobre os prazos de pagamento e reduções de multa, quando autuado;

X - a exigência de mandado judicial para permitir busca em local que não contenha mercadoria ou documento de interesse da fiscalização, observado o disposto no parágrafo único deste artigo;

XI - a não-obrigatoriedade de pagamento imediato de qualquer autuação e o exercício do direito de defesa, se assim o desejar;

XII - a faculdade de, independentemente do pagamento de taxas, apresentar petição aos órgãos públicos para defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

XIII - a obtenção de certidões em repartições públicas para defesa de direitos e esclarecimento de situações de seu interesse, observado o prazo de quinze dias pela autoridade competente para fornecimento das informações e certidões solicitadas;

XIV - a observância, pela Administração Pública, dos princípios da legalidade, igualdade, anterioridade, irretroatividade, publicidade, capacidade contributiva, impessoalidade, uniformidade, não-diferenciação e vedação de confisco;

XV - a faculdade de se comunicar com seu advogado ou entidade de classe quando sofrer ação fiscal, sem prejuízo da continuidade desta;

XVI - a proteção contra o exercício arbitrário ou abusivo do poder público nos atos de constituição e cobrança de tributo;

XVII - a ampla defesa no âmbito do processo administrativo e judicial e a reparação dos danos causados aos seus direitos;

XVIII - a fiscalização dos valores que servirem de base à instituição de taxas.

Parágrafo único - Na hipótese de recusa da exibição de mercadorias, livros e documentos, a fiscalização poderá lacrar os móveis ou depósitos em que possivelmente eles estejam, lavrando termo desse procedimento, do qual deixará cópia com o contribuinte, solicitando, de imediato, à autoridade administrativa a que estiver subordinada as providências necessárias para que se faça a exibição judicial.

Art. 5º - O contribuinte tem direito de gerir seu próprio negócio, sob o regime da livre iniciativa, sendo vedada a divulgação, para qualquer fim, por parte da Fazenda Pública ou de seus funcionários, de qualquer informação, obtida em razão do ofício, sobre a situação econômica ou financeira dos sujeitos passivos ou de terceiros e sobre a natureza e o estado dos seus negócios e atividades.

Parágrafo único - Excetuam-se do disposto neste artigo os casos previstos no art. 199 do Código Tributário Nacional e os de requisição regular da autoridade judiciária no interesse da justiça.

Art. 6º - O contribuinte poderá recompor sua conta gráfica quando for detectado erro que não resulte em recolhimento atrasado de imposto, bem como escriturar créditos a que tiver direito, não apropriados na época própria.

Art. 7º - O contribuinte terá acesso pleno às informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e empresariais a seu respeito na repartição fazendária e no Departamento de Trânsito de Minas Gerais - DETRAN-MG -, bem como sobre as suas respectivas fontes.

Art. 8º - Os cadastros de que trata o art. 7º serão objetivos, claros, atualizados e escritos em linguagem de fácil compreensão.

Parágrafo único - A Administração Pública não poderá impor ao contribuinte obrigações que decorram de fatos alcançados pela prescrição.

Art. 9º - O contribuinte, sempre que encontrar inexatidão nos seus dados cadastrais à qual não deu causa, poderá exigir sua imediata correção, sem quaisquer ônus, devendo o órgão competente providenciá-la no prazo de quarenta e oito horas e comunicar a alteração ao requerente no prazo de cinco dias.

Art. 10 - Consumada a prescrição relativa aos créditos tributários e a outros débitos de responsabilidade do contribuinte, as repartições fazendárias, de ofício, excluirão de seus sistemas quaisquer referências a eles.

Art. 11 - Os direitos previstos neste Código não excluem outros decorrentes de tratados ou convenções, da legislação ordinária, de regulamentos expedidos pelas autoridades competentes, bem como os que derivem da analogia, dos costumes e dos princípios gerais do direito.

Seção III

Da Proteção, da Informação e da Orientação ao Contribuinte

Art. 12 - O Estado estabelecerá normas e rotinas de atendimento nas repartições administrativas e fazendárias, que permitam ao contribuinte:

I - o acesso imediato aos superiores hierárquicos, quando considerar violados seus direitos;

II - a ampla defesa de seus direitos, nos processos administrativos e tributários, com o acesso a todas as informações que serviram de base para a autuação;

III - a proteção contra o exercício abusivo do poder de cobrança de tributo;

IV - o sigilo sobre sua condição de contribuinte pontual ou inadimplente, para com a Administração Fazendária, vedada a divulgação, nos meios de comunicação, de dados sobre seus débitos;

V - a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais ou coletivos, na forma da lei, decorrentes da violação dos seus direitos.

Art. 13 - Cabe ao Estado:

I - implantar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de publicação desta lei, um serviço gratuito e permanente de orientação e informação ao contribuinte, subordinado à Secretaria de Estado da Fazenda, na forma que dispuser o regulamento;

II - realizar, anualmente, no âmbito da Secretaria de Estado da Casa Civil e Comunicação Social, campanha educativa com o objetivo de orientar o contribuinte sobre seus direitos e deveres;

III - implantar programa permanente de educação tributária, bem como programa permanente de treinamento para os servidores das áreas de arrecadação e fiscalização.

Art. 14 - Do produto da arrecadação das taxas de expediente relativas a atos de autoridade administrativa da Secretaria da Fazenda, de que trata o item 2 da Tabela A anexa à Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, serão aplicados, no mínimo, 20% (vinte por cento) para a efetivação do disposto no art. 13 desta lei.

Seção IV

Das Vedações

Art. 15 - É vedado ao Estado, sem prejuízo das garantias asseguradas ao contribuinte e do disposto no art. 150 da Constituição da República, no art. 18, I, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado, e na legislação complementar específica:

I - instituir tributo que não seja uniforme em todo o território estadual, ou que implique distinção ou preferência em relação a um município em detrimento de outro, admitida a concessão de incentivo fiscal destinado a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do Estado;

II - estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

Art. 16 - A concessão de benefícios e incentivos fiscais atenderá aos princípios da legalidade e da igualdade entre os contribuintes, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2º, XII, "g", da Constituição da República.

§ 1º - Os benefícios e incentivos fiscais assegurados às empresas em implantação no Estado serão estendidos àquelas já existentes, desde que comprovem a execução de projetos para a geração de novos empregos.

§ 2º - O benefício ou incentivo para a implantação ou manutenção de empresa no Estado só poderá ser concedido mediante garantia de permanência e funcionamento da beneficiária nas novas instalações pelo dobro do tempo relativo à percepção dos benefícios.

§ 3º - O não-cumprimento do disposto no § 2º deste artigo implicará a reposição aos cofres públicos do montante correspondente ao benefício ou incentivo fiscal recebido pela empresa.

Art. 17 - É vedado ao Estado impor restrição à fruição de qualquer benefício ou incentivo fiscal ao contribuinte por motivo de litígio em processo administrativo ou judicial, antes da coisa julgada administrativa ou de sentença transitada em julgado.

Art. 18 - É vedada a inscrição de crédito tributário em dívida ativa sem a prévia intimação do contribuinte.

Parágrafo único - Fica suspensa a inscrição em dívida ativa, até final do julgamento, de crédito tributário garantido por depósito judicial no valor total do tributo exigido, objeto de ação que vise a anular ou desconstituir o crédito ou o seu lançamento.

Art. 19 - Não será exigida certidão negativa quando o contribuinte se dirigir à repartição fazendária competente para formular consultas e requerer regime especial de tributação, celebração de termo de acordo e restituição de impostos, resguardado à Fazenda Pública o indeferimento da concessão em caso de constatação de descumprimento de obrigação de natureza tributária.

Seção V

Das Normas e Das Práticas Abusivas

Art. 20 - São nulas de pleno direito as exigências administrativas que:

I - estabeleçam obrigações com base em presunção não prevista na legislação tributária;

II - infrinjam ou possibilitem a violação de normas de bom relacionamento entre o Fisco e o contribuinte;

III - estejam em desacordo com o sistema de proteção do contribuinte;

IV - obriguem à renúncia do direito de indenização.

Art. 21 - Considera-se abusiva, entre outros casos, a exigência que:

I - estabeleça obrigações incompatíveis com a boa-fé, a equidade e os bons costumes;

II - ofenda os princípios fundamentais do sistema jurídico;

III - seja excessivamente onerosa para o contribuinte, ultrapassando sua capacidade econômica e financeira e reduzindo sua competitividade no seu ramo de atividade;

IV - interfira nas decisões gerenciais dos negócios do contribuinte, fora do âmbito tributário.

Art. 22 - É vedado à autoridade administrativa, tributária e fiscal, sob pena de responsabilidade:

I - condicionar a prestação de serviço ao cumprimento de exigências burocráticas, sem previsão legal;

II - fazer exigência ao contribuinte de obrigação não prevista na legislação tributária ou criá-la fora do âmbito de sua competência;

III - recusar atendimento às petições do contribuinte de forma a restringir-lhe as operações;

IV - negar ao contribuinte a autorização para impressão de documentos fiscais, usando como argumento a existência de débito de obrigação principal ou acessória;

V - criar ou fazer exigências burocráticas ilegais;

VI - impor ao contribuinte a cobrança ou induzir a autodenúncia de débito cujo fato gerador não tenha sido devidamente apurado e demonstrado;

VII - arbitrar o valor da operação ou prestação presumindo circunstâncias não comprovadas em relação ao estabelecimento atuado, ressalvadas as hipóteses legalmente previstas;

VIII - fazer-se acompanhar de força policial nas ações fiscais, apenas para efeito coativo, em estabelecimentos comerciais e industriais, sem que tenha sofrido nenhum embaraço ou desacato, sem prejuízo das demais ações fiscais em que a requisição de força policial é necessária à efetivação de medidas previstas na legislação tributária;

IX - determinar agência bancária para o pagamento de tributos;

X - repassar informação depreciativa referente a ato praticado pelo contribuinte no exercício de sua atividade econômica;

XI - bloquear, suspender ou cancelar inscrição do contribuinte sem motivo fundamentado ou comprovado por agente do Fisco;

XII - recusar-se a se identificar quando solicitado;

XIII - inscrever o crédito tributário em dívida ativa ou ajuizar ação executiva fiscal quando souber indevida;

XIV - submeter o contribuinte inadimplente a qualquer tipo de constrangimento ilegal na cobrança de débitos.

XV - exigir honorários advocatícios na cobrança de crédito tributário antes de ajuizada a ação, ainda que inscrito em dívida ativa;

XVI - utilizar-se dos dados cadastrais para dificultar o exercício dos direitos assegurados no art. 4º desta lei.

Seção VI

Do Sistema Estadual de Defesa do Contribuinte

Art. 23 - Fica instituído o Sistema Estadual de Defesa do Contribuinte – SISDECON -, composto pela Câmara de Defesa do Contribuinte - CADECON - e pelos Serviços de Proteção dos Direitos do Contribuinte - DECON.

Art. 24 - A CADECON é composta por representantes dos Poderes Públicos e das entidades empresariais e de classe, com atuação em defesa dos direitos do contribuinte, na forma desta lei e conforme dispuser o regulamento.

§ 1º - Os representantes, indicados por seus respectivos órgãos e entidades, serão nomeados, no prazo de trinta dias contados da data de publicação desta lei, pelo Governador do Estado, para um mandato de dois anos, permitida a recondução.

§ 2º - Os membros da CADECON não serão remunerados, e suas funções são consideradas serviço público relevante.

Art. 25 – Integram a CADECON representantes dos seguintes órgãos e entidades:

I - Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais;

II - Ministério Público;

III - Secretaria de Estado da Fazenda;

IV - Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN -;

V - Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Minas Gerais - FCDL-MG -;

VI - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais - SEBRAE -;

VII - Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais - OCEMG -;

VIII - Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais - FAEMG -;

IX - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG -;

X - Federação das Associações Comerciais do Estado de Minas Gerais;

XI - Federação das Empresas de Transporte de Carga do Estado de Minas Gerais - FETCEMG -;

XII - União dos Varejistas de Minas Gerais - UVMG -;

XIII - Sindicato dos Fiscais e Agentes Fiscais de Tributos do Estado de Minas Gerais - SINDIFISCO -;

XIV - Associação dos Funcionários Fiscais do Estado de Minas Gerais - AFFEMG -;

XV - Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais -CRC-MG -;

XVI - Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Minas Gerais - OAB-MG -;

XVII - Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais.

§ 1º - No prazo de cento e vinte dias contados da data de publicação desta lei, os representantes das entidades mencionadas neste artigo reunir-se-ão para escolher o Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário do SISDECON, bem como para elaborar e aprovar o seu regimento.

§ 2º - Os órgãos e as entidades relacionados neste artigo bem como outros órgãos e entidades que se interessarem em atuar na defesa dos direitos do contribuinte poderão implantar DECONs, desde que credenciados pela CADECON.

Art. 26 - Compete à CADECON:

I - credenciar os Serviços de Proteção dos Direitos do Contribuinte - DECON -;

II - planejar, elaborar, propor, coordenar e executar a política estadual de proteção ao contribuinte;

III - receber, analisar, avaliar e encaminhar consultas, denúncias ou sugestões apresentadas por contribuintes ou entidades representativas dos contribuintes;

IV - prestar orientação permanente ao contribuinte sobre seus direitos e garantias;

V - atuar como assistente nos processos administrativos e no processo disciplinar.

Seção VII

Das Sanções

Art. 27 - Constatada infração ao disposto neste Código, o contribuinte poderá apresentar reclamação fundamentada e instruída, quando possível, à CADECON ou aos DECONs.

Art. 28 - Julgada procedente a reclamação do contribuinte, a CADECON, diretamente ou provocada pelo DECON, com vistas a coibir novas infrações ao disposto neste Código ou garantir o direito do contribuinte, tomará as seguintes providências:

I - reapresentar contra o servidor responsável ao órgão competente, devendo ser imediatamente aberta sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa;

II - dar conhecimento à autoridade competente que, até que seja sanada a irregularidade, suspenderá os efeitos ou executará o ato administrativo, nas seguintes hipóteses:

a) recusa de autorização para impressão de documentos fiscais a contribuinte regularmente inscrito;

b) cancelamento, de ofício, sem motivo fundamentado ou comprovado, de inscrição de contribuinte que se encontre no exercício regular de suas atividades;

c) lavratura de Termo de Ocorrência ou Auto de Infração sem indicação dos procedimentos realizados para levantamento, sem a descrição dos fatos que conduziram à autuação ou baseada em informações falsas, incorretas ou enganosas;

d) inscrição indevida de crédito tributário em dívida ativa;

e) adoção de procedimento de cobrança que interfira na administração do estabelecimento;

f) impedimento ou dificuldade de acesso do contribuinte às informações sobre sua empresa, constantes em banco de dados, fichas e registros;

g) não-correção de informação inexata, a que o contribuinte não tenha dado causa, no prazo de quarenta e oito horas contado da reclamação.

Parágrafo único - Na hipótese do não-atendimento do disposto no inciso II deste artigo, a autoridade administrativa dará conhecimento à CADECON, com as justificativas de sua decisão.

Art. 29 - A iniciativa de propositura da ação reparatória ou outro procedimento judicial pertinente será sempre do contribuinte, facultado ao DECON intervir no processo como assistente, na forma processual civil.

Parágrafo único - O disposto neste artigo aplica-se às entidades de classes, associações e cooperativas de contribuintes, que poderão agir em nome coletivo na defesa dos direitos dos contribuintes e até mesmo propor ação reparatória ou outro procedimento judicial cabível.

Seção VIII

Das Disposições Gerais

Art. 30 - A antecipação da data de recolhimento de tributo de competência do Estado surtirá efeito noventa dias após a data de publicação do instrumento modificativo.

Art. 31 - Ressalvadas as normas contidas nos arts. 111 e 112 do Código Tributário Nacional, a interpretação e a aplicação da legislação tributária atenderão, sempre que for possível, aos princípios de continuidade das empresas e de manutenção dos empregos.

Art. 32 - O valor da taxa cobrada pelos serviços públicos não ultrapassará seu efetivo custo, e o seu recebimento não estará vinculado ao pagamento de qualquer outro tributo.

Art. 33 - A Secretaria de Estado da Fazenda adotará providências para ampliar a rede de estabelecimentos autorizados a arrecadar tributos estaduais e para combater as medidas restritivas dos bancos.

Art. 34 - Não será exigido visto prévio no Documento de Arrecadação Estadual para pagamento de imposto fora do prazo, responsabilizando-se o contribuinte pela exatidão dos cálculos e pelo pagamento de eventuais diferenças, com os acréscimos legais.

Art. 35 - Fica assegurada ao contribuinte a possibilidade de liquidação antecipada, total ou parcial, do crédito tributário parcelado, com redução proporcional dos juros e demais

acréscimos incidentes sobre a parcela remanescente.

Art. 36 - A norma que estabeleça condição mais favorável ao contribuinte será aplicada ao parcelamento de crédito tributário já deferido ou que se encontre em tramitação.

Art. 37 - Em qualquer fase do processo tributário administrativo em que for juntado documento novo, o contribuinte será intimado e terá o prazo de cinco dias para se manifestar.

Parágrafo único - O contribuinte, pessoalmente ou por seu representante legal, terá direito de requisitar cópia de inteiro teor do processo tributário administrativo em que figure como parte.

Art. 38 - Em cada sede das Superintendências Regionais da Fazenda funcionará uma Auditoria Fiscal do Conselho de Contribuintes, à qual caberá o saneamento, a instrução, o parecer de mérito e o julgamento de questões que não envolvam o mérito da exigência tributária, sem prejuízo de outras atribuições que lhe forem conferidas, encaminhando em seguida o processo tributário administrativo para julgamento do Conselho de Contribuintes.

Parágrafo único - As atribuições de saneamento, instrução e parecer de mérito não serão exercidas pela Auditoria Fiscal na fase de impugnação de PTA submetido ao rito sumário.

Art. 39 - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de sessenta dias contados da data de sua publicação.

Art. 40 - Esta lei entra vigor na data de sua publicação.

Art. 41 - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 7 de abril de 2000.

Deputado Anderson Adauto - Presidente

Deputado Dilzon Melo - 1º-Secretário

Deputado Gil Pereira - 2º-Secretário

ATAS

ATA DA REUNIÃO DE DEBATES EM 7/4/2000

Presidência do Deputado Wanderley Ávila

Sumário: Comparecimento - Falta de "quorum".

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

João Paulo - Luiz Tadeu Leite - Marco Régis - Wanderley Ávila.

Falta de "Quorum"

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - Às 9h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de "quorum", e convoca os Deputados para a reunião de debates de segunda-feira, dia 10, às 20 horas.

ATA DA 128ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 6/4/2000

Presidência dos Deputados José Braga e Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Representações Populares nºs 2 e 3/2000 - Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 936 a 944/2000 - Requerimentos nºs 1.257 a 1.268/2000 - Comunicações: Comunicações das Comissões de Direitos Humanos, de Administração Pública e de Educação e dos Deputados Marco Régis (2), Bené Guedes, Ivair Nogueira e Márcio Kangussu - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Paulo Piau, Pastor George, Ivair Nogueira e Hely Tarquínio - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Leitura de Comunicações - Existência de "quorum" para discussão - Discussão de Pareceres: Prosseguimento da discussão do Parecer da Comissão Especial sobre a indicação do titular do IPEM-MG; encerramento da discussão - Questão de ordem; chamada para recomposição do número regimental; existência de "quorum" para a continuação dos trabalhos - Requerimento do Deputado Alberto Pinto Coelho; deferimento; discurso da Deputada Elaine Matozinhos - Requerimento do Deputado Marcelo Gonçalves; deferimento; discurso do Deputado Doutor Viana - Requerimento do Deputado Sargento Rodrigues; deferimento; discurso do Deputado Sargento Rodrigues - Questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

José Braga - Durval Ângelo - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Viana - Edson Rezende - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elmo Braz - Fábio Avelar - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Haueisen - Maria Olivia - Maria Tereza Lara - Mauro Lobo - Pastor George - Paulo Piau - Rogério Correia - Ronaldo Canabrava - Sandoval Coelho - Sargento Rodrigues - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Braga) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em

nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Doutor Viana, 2º- Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Márcio Kangussu, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

REPRESENTAÇÕES POPULARES

Nº 2/2000, do Sr. Marcelo Haddad e da Sra. Miriam Haddad, solicitando a apuração de denúncia relativa a ameaças que estaria sofrendo o Sr. Dimas Messias de Carvalho, Promotor da Comarca de Lavras, denúncia essa que envolve o nome do primeiro signatário da representação. (- À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 3/2000, do Sr. Danilo Vilela Prado, solicitando a apuração de possíveis atos ilegais praticados no âmbito da Secretaria da Fazenda e por ele comunicados, em notícia-crime, à Promotoria de Combate aos Crimes contra o Patrimônio Público do Estado de Minas Gerais. (- À Comissão de Administração Pública.)

OFÍCIOS

Dos Srs. Ayrton Maia, Auditor-Geral do Estado, e Sérgio Cardoso Motta, Secretário Adjunto da Assistência Social, da Criança e do Adolescente, agradecendo o convite para o ciclo de debates sobre o tema "Sistema de Execução das Penas".

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 936/2000

Autoriza o IPSM a alienar bens.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o IPSM autorizado, observada a legislação vigente, a alienar bens do seu acervo patrimonial.

Parágrafo único - A alienação de que trata o "caput" deste artigo deverá ser motivada e aprovada pelo Conselho Administrativo da referida autarquia.

Art. 2º - O produto da alienação será destinado ao atendimento dos fins institucionais do IPSM.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de de 2000.

Comissão Parlamentar de Inquérito para, no Prazo de 120 Dias, Proceder à Apuração do Desvio dos Repasses de Contribuições Previdenciárias Devidas ao Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais - IPSM -, tanto as Parcelas Descontadas dos Segurados quanto as Devidas pelo Estado de Minas Gerais, e, ainda, à Correção na Gestão Financeira da Entidade, Especialmente Sua Política de Benefícios

Justificação: Não obstante o valioso acervo patrimonial imobiliário do IPSM, acumulado ao longo do tempo, alguns desses bens, conforme foi apurado pela CPI, geram prejuízo para o Instituto, seja porque não são locados com facilidade, ficando vulneráveis às intempéries e ao vandalismo, seja porque, devido a sua natureza, não proporcionam nenhuma rentabilidade.

A proposição que ora apresentamos visa a dar maior flexibilidade e rapidez à tomada das decisões políticas, possibilitando a venda ou permuta de imóveis improdutivos e onerosos, ficando o produto da venda destinado aos fins sociais da autarquia.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 937/2000

Cria o Conselho de Beneficiários do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais - CBI-IPSM.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O Conselho de Beneficiários do IPSM, órgão auxiliar inserido na estrutura do IPSM, tem por objetivo fiscalizar a execução da política de prestação de serviços e benefícios

dessa autarquia.

Art. 2º - Compete ao CBI-IPSM:

I - fiscalizar:

- a) a política de atendimento ao usuário e de prestação de serviços;
- b) a política de concessão de benefícios;
- c) as diretrizes para a firmação de convênios;
- d) as questões relativas ao patrimônio imobiliário e mobiliário do IPSM;

II - oferecer sugestões para:

- a) a melhoria do atendimento aos usuários em postos próprios ou conveniados;
- b) a otimização dos serviços prestados, direta ou indiretamente;

III - recomendar a anulação ou a correção de atos contrários às regras da boa administração, acionando, quando necessário, os órgãos superiores competentes.

Art. 3º - O CBI-IPSM é composto por cinco representantes dos servidores públicos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, contribuintes ou beneficiários daquela autarquia, cada um deles indicado por associações representativas dos servidores no âmbito da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

Art. 4º - O Presidente do CBI-IPSM, escolhido por seus membros na forma do regulamento, terá mandato de dois anos, permitida a reeleição para igual período.

Art. 5º - Os membros do CBI-IPSM, escolhidos na forma da lei, serão designados pelo Governador do Estado e não perceberão remuneração de nenhuma espécie pelo desempenho de suas atividades.

Art. 6º - O IPSM fornecerá suporte técnico e administrativo para o funcionamento do CBI-IPSM.

Art. 7º - As normas complementares relativas às atividades do CBI-IPSM serão estabelecidas em seu regimento interno.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de de 2000.

CPI do IPSM

Justificação: A participação dos usuários na fiscalização direta do IPSM visa à melhoria do atendimento e da prestação dos serviços. A proposição é de cunho democrático, porque dá oportunidade aos representantes dos diversos segmentos dos policiais militares de interferir, positivamente, no controle das atividades de seu interesse.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e do Trabalho para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 938/2000

Autoriza o Poder Executivo a renegociar débito com o Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais - IPSM - e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a renegociar o débito existente com o Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais - IPSM.

Art. 2º - A renegociação de que trata o artigo anterior obedecerá a critérios definidos por comissão paritária que estabelecerá especialmente:

I - prazo de parcelamento;

II - consolidação do débito, definindo, até mesmo, fatores de correção monetária e juros aplicáveis;

III - condições de pagamento;

IV - penalidades.

Parágrafo único - A comissão de que trata este artigo terá oito membros e será nomeada pelo Governador do Estado, assegurada a participação de:

I - quatro membros indicados pelo Governador do Estado;

II - um membro indicado pela Associação dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar;

III - um membro indicado pela União do Pessoal da Polícia Militar;

IV - um membro indicado pela Associação dos Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar;

V - um membro indicado pelo Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, de março de 2000.

Comissão Parlamentar de Inquérito do IPSM (Antônio Roberto - João Paulo - Márcio Kangussu - Cabo Moraes - Sargento Rodrigues - Cristiano Canêdo)

Justificação: O projeto de lei que apresentamos se faz imprescindível por autorizar o Poder Executivo a renegociar o débito com o IPSM, a exemplo do que ocorreu com o IPSEMG.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 939/2000

Estabelece normas e conteúdo pedagógico e institui a Semana Estadual de Prevenção do Trauma.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - A Secretaria de Estado da Educação criará conteúdo pedagógico sobre educação para a vida e prevenção de trauma em seus currículos, na disciplina Biologia.

§ 1º - O conteúdo pedagógico abrangerá medidas preventivas de acidentes domésticos e urbanos, de uso de álcool e drogas e primeiros socorros.

§ 2º - A Secretaria de Estado de Educação regulamentará a matéria no prazo de noventa dias a contar da publicação desta lei e introduzirá o conteúdo mencionado no currículo do ensino fundamental e médio.

Art. 2º - Fica instituída a Semana Estadual do Trauma, a ser realizada anualmente, na primeira semana de novembro.

Art. 3º - Esta semana tem como objetivo a promoção de campanhas e a difusão de medidas preventivas e pedagógicas relacionadas a traumas.

Art. 4º - Compete à Liga Mineira do Trauma a organização administrativa dos eventos comemorativos instituídos por esta lei.

Parágrafo único - O disposto neste artigo compreende a elaboração e a promoção de:

I - vídeos e palestras nos estabelecimentos do Estado;

II - pronunciamentos, manifestações e exposições em praças e escolas;

III - treinamentos e cursos de primeiros socorros;

IV - divulgação por meio de cartazes, faixas e outros meios de comunicação.

Art. 5º - Os hospitais da rede estadual, o Corpo de Bombeiros, a Polícia Rodoviária Estadual e o DETRAN-MG designarão pessoal especializado para dar apoio técnico.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, fevereiro de 2000.

Alencar da Silveira Júnior

Justificação: Diante do assustador número de vítimas de traumas no Brasil, que chega a 350 mortos por dia e mais de mil seqüelas definitivas, necessária se faz uma medida de impacto para coibir e minorar tal situação.

Em Minas, como, de resto, em outros Estados do País, não há equipes multidisciplinares treinadas para atuar em casos de catástrofes e grandes tragédias.

Já está instituída, no Estado, a Liga Mineira do Trauma, composta por voluntários, que vem elaborando programação com a finalidade de dar ao tema a importância devida. Este é um ato de vida, afirmação, confiança e respeito a si e ao próximo.

O projeto representa o consenso de todas as áreas responsáveis pelo atendimento a traumatizados e educandos do Estado e incorpora expressivas inovações, entre as quais devem ser realçados o treinamento de pessoal para atender com maior precisão ao traumatizado, bem como dotar a população adulta de informações sobre a intimidade dos hospitais. Ademais, inclui o tema no currículo escolar do ensino fundamental e médio para que as crianças se desenvolvam com orientação e, imbuidas de bom-senso, tomem medidas preventivas.

Sobreleva notar o papel social do Pronto-Socorro do Hospital João XXIII, que trabalha, há muito, acima de seus limites, mas vem mantendo equipes em esforço sobre-humano para atender à demanda.

O importante é conscientizar a população de que o trauma é uma doença que acontece em todas as classes e categorias sociais, a todos e a cada um, ninguém está livre de um sinistro, e o acontecimento marcará o início de uma nova e penosa era, cheia de percalços e, quase sempre, sem retorno.

Devem ser ressaltados esses aspectos, tanto mais quando se sabe que o trauma produz grande número de seqüelas e morbidades nas vítimas, impondo prevalecer uma política pedagógica e, ao mesmo tempo, profilática de acidentes. Isto porque é da maior relevância toda e qualquer providência que vise assegurar a prevenção.

O objetivo é criar uma cultura de que traumas não são acidentes, mas eventos que podem ser evitados. Se, a cada dia, mais pessoas se engajarem nesse trabalho de conscientização, seguramente, em breve nossas estatísticas serão mais favoráveis, aproximando-se, cada vez mais, do ideal.

Essa semana e a inserção do tema no currículo escolar, certamente, servirão de canal para conscientização e maior precaução, despertando na população maior interesse, tornando a cautela um hábito popular e, por conseqüência, gerando maior segurança para todos.

São estes os motivos que nos levam a apresentar este projeto de lei, para cuja aprovação esperamos contar com o apoio dos nobres pares.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Educação para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 940/2000

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Inhapim o imóvel que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Inhapim imóvel de propriedade do Estado constituído por um terreno com área de 432,70m² (quatrocentos e trinta e dois metros quadrados e setenta decímetros quadrados), situado nesse município, matriculado sob o nº 11.920, no livro 3-D, a fls. 119, no Cartório de Registro de Imóveis Zito Chagas da Comarca de Inhapim.

Parágrafo único - O imóvel descrito neste artigo destina-se à construção de um centro odontológico municipal.

Art. 2º - O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no artigo anterior.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de de 2000.

Antônio Júlio

Justificação: O presente projeto de lei tem por objetivo formalizar a doação de um terreno com área total de 432,70m² de propriedade do Estado.

A doação viabiliza a implementação de um projeto de fundamental importância para o Município de Inhapim, qual seja a construção de um centro odontológico municipal.

Imprescindível se revela a aprovação deste projeto de lei para a concretização do meritório projeto idealizado. Portanto, contamos com o apoio dos nobres pares à sua aprovação.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 941/2000

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Pequenos Agricultores de Pocrane, com sede no Município de Pocrane.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária dos Pequenos Agricultores de Pocrane, com sede no Município de Pocrane.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de de 2000.

Durval Ângelo

Justificação: A Associação Comunitária dos Pequenos Agricultores de Pocrane é uma sociedade civil sem fins lucrativos desde o mês de abril de 1997.

A Associação tem se destacado pela luta na captação de recursos e melhorias para os pequenos agricultores de sua região, pela proteção do meio ambiente, pelo estímulo de produção de atividades socioculturais e recreativas e pelo combate à fome e à pobreza.

Além disso, é seu objetivo a promoção de um bom convívio e de intercâmbio dos pequenos agricultores com associações desportivas, sociais e culturais.

A referida entidade atende aos requisitos legais para ser declarada de utilidade pública. Sendo assim, conto com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Política Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento

Interno.

PROJETO DE LEI Nº 942/2000

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Jeová Shalon, com sede no Município de Matozinhos.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta :

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente Jeová Shalon, com sede no Município de Matozinhos.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 3 de abril de 2000.

João Leite

Justificação: A Associação Beneficente Jeová Shalon, com sede no Município de Matozinhos é uma entidade civil sem fins lucrativos fundada em 1997. Desde então, vem lutando intransigentemente pela melhoria das condições de vida dos carentes da região de Matozinhos e promovendo ações de caráter assistencial para a promoção humana e o bem-estar social.

O reconhecimento da entidade como de utilidade pública fortalecerá o trabalho que vem sendo realizado, trazendo melhorias para a população carente de Matozinhos. Por isso, conto com o apoio dos nobres colegas à aprovação do presente projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 943/2000

Estabelece diretrizes para a política de saneamento básico em regiões metropolitanas e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º- Esta lei dispõe sobre a política de saneamento básico e estabelece condições para a organização, institucionalização e prestação dos serviços de abastecimento e tratamento de água, coleta, tratamento e despejo final dos esgotos e efluentes sanitários nas regiões metropolitanas instituídas pelo Estado, obedecidos os preceitos estabelecidos nos arts. 23, inciso IX, e 175 da Constituição Federal e nos arts. 42 e 43 da Constituição Estadual.

§ 1º - Para os fins desta lei, considera-se saneamento básico:

I- abastecimento público de água potável, para uso doméstico, comercial, industrial, de prédios hospitalares e similares;

II- drenagens urbanas e implantação de avenidas sanitárias;

III- coleta, tratamento e despejo final de esgotos e efluentes sanitários.

Art. 2º- A prestação dos serviços públicos de saneamento básico nas regiões metropolitanas observará os seguintes princípios e critérios:

I- universalização do acesso aos serviços públicos de abastecimento e tratamento de água e coleta e tratamento de esgotos e efluentes sanitários de natureza doméstica, com prioridade para atendimento à totalidade da população, em padrões que assegurem a salubridade e o bem-estar da população;

II- articulação do Estado com os municípios das regiões metropolitanas, para a implantação de uma política de ocupação de solos de modo a preservar os recursos hídricos e a proteger o meio ambiente, nos termos da legislação pertinente;

III- redução de custos dos investimentos com a adoção de critérios que evitem o desperdício de água e a ociosidade dos equipamentos, sem prejuízo da qualidade e eficiência do atendimento aos usuários;

IV- atuação conjunta do Estado e dos municípios, por meio da Assembléia Metropolitana, para a adoção de métodos e técnicas simplificadas que possibilitem o atendimento à população de baixa renda, com a prestação dos serviços públicos de saneamento básico.

Art. 3º- Compete ao Governador do Estado fixar o valor das tarifas dos serviços públicos de saneamento básico nas regiões metropolitanas, respeitados os parâmetros e as diretrizes da política tarifária formulados pela Assembléia Metropolitana, nos termos do inciso VI do art. 45 da Constituição Estadual, e definir critérios de financiamento e de investimentos em obras de saneamento básico, bem como instituir a política de subsídios tarifários para os usuários de baixa renda.

Art. 4º- O poder concedente dos serviços públicos de saneamento básico, quando abranger interesses comuns a dois ou mais municípios integrantes de regiões metropolitanas, instituídas como tal mediante lei complementar, nos termos do § 3º do art. 25 da Constituição Federal, é exercido pelo Governador do Estado.

Art. 5º- As regras para a concessão dos serviços públicos de saneamento serão disciplinadas em lei pelo Estado e pelo município, a qual disporá, em especial, sobre:

I- os tipos de serviços públicos de saneamento a serem concedidos;

II- as condições para a outorga das concessões;

III- as atribuições do órgão ou da entidade responsável pela regulação, pelo controle e pela fiscalização dos serviços concedidos;

IV- as normas, os procedimentos técnicos e as demais obrigações que deverão ser observados pelos concessionários na prestação dos serviços, bem como as penalidades de que se tornarão passíveis em caso de seu descumprimento;

V- os padrões mínimos de qualidade dos serviços a serem ofertados aos usuários, em especial no que tange à garantia do atendimento às camadas da população de baixa renda.

Parágrafo único- Nenhuma concessão de serviços públicos de saneamento, precedida ou não de obra pública, será outorgada sem lei anterior que a autorize e lhe especifique os termos.

Art. 6º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º- Revogam-se as disposições em contrário.

Fábio Avelar

Justificação: Este projeto de lei tem como finalidade estabelecer diretrizes para a política de saneamento básico em regiões metropolitanas, haja vista que a Constituição Federal, no seu art. 30, inciso I, define de forma clara a competência do município para exercer o poder concedente nos serviços de interesse estritamente local; entretanto, até o momento, não se tem uma nítida definição da titularidade dos serviços que abrangem dois ou mais municípios.

Além da falta de definição mencionada, existe um grande vácuo na legislação no que se refere à integração e complementariedade das ações a serem desempenhadas em abastecimento de água e esgotamento sanitário em regiões metropolitanas. Sabemos que determinadas ações deveriam ser realizadas em conjunto por todas as esferas de governo. Assim, essa falta de unidade e de integração prejudica a coordenação das ações governamentais que visam à oferta de serviços públicos de saneamento com eficiência e adoção de métodos e técnicas simplificadas que possibilitem o atendimento à população de baixa renda, em padrões que assegurem salubridade e bem-estar à população.

A este propósito, transcrevo a seguir, para conhecimento dos meus ilustres pares, os exemplos de casos similares envolvendo a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

O Município de Niterói impetrou mandado de segurança contra o DETRAN-RJ, buscando defender a autonomia municipal no que diz respeito à regulamentação do transporte intermunicipal, e o fez nos seguintes termos, por meio de informações ao Mandado de Segurança nº 19.935:

"Embora pareça, à primeira vista, impressionante o argumento de que o município ostenta competência legal para fixar e regulamentar a utilização, pelos veículos, dos logradouros e áreas urbanas (art. 35, IX, letra "a", "e", "f", e "x", da Lei Complementar nº 1, de 17 de dezembro de 1975), em se tratando de município integrante da Região Metropolitana, estas prerrogativas sofrem limitações.

Efetivamente dispõe o art. 172 da Lei Complementar nº 1 que " a competência do município a que se refere o art. 35 dessa Lei será excluída quando se tratar de serviços reputados de interesse metropolitano, nos termos das legislações federal e estadual aplicáveis".

Em outro caso, o Juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública do Rio de Janeiro, em sentença publicada em 12/1/98, no mandado de segurança impetrado pela Viação Tijuca, assim decidiu:

"Em verdade, a Constituição Federal atribui competência aos municípios para organizar os serviços públicos locais, no que seja concernente ao seu peculiar interesse, incluindo-se entre tais serviços públicos a regulamentação do trânsito nos limites físicos do mesmo.

Entretanto, a excessiva aglomeração populacional em certos sítios do país deu ensejo ao surgimento das regiões metropolitanas, que requerem solução uniforme dos problemas além dos limites municipais.

O legítimo interesse municipal deve ceder lugar ao legítimo interesse da região metropolitana, que é uma realidade entre nós.

A própria Lei Complementar nº 1, de 17/12/75, sobrepõe o interesse metropolitano ao eminentemente municipal, fato que reforça a linha de raciocínio ora expedida.

A autonomia municipal submete-se ao interesse metropolitano, que procura unificar os serviços comuns com vista ao desenvolvimento integrado das regiões metropolitanas".

Pode ser também destacada a importância das regiões metropolitanas ao se verificar o disposto nos arts. 13 e 16 da Lei Federal nº 6.766, de 19/12/79, que regulamenta o parcelamento do solo urbano ao estabelecer que caberão ao Estado o exame e a anuência prévia para aprovação, pelos municípios, de loteamentos e desmembramentos quando localizados em áreas de interesse especial, ou seja, proteção de mananciais, patrimônio cultural, histórico, paisagístico e arqueológico, ou quando localizar-se em área limítrofe do município pertencente à região metropolitana, ou em aglomerações urbanas, ou, ainda, quando o loteamento abranger área superior a 1.000.000m². Faz, ainda, a ressalva de que, no caso de o loteamento ou desmembramento ser localizado em área de município integrante de região metropolitana, o exame e a anuência à aprovação do projeto caberão à autoridade metropolitana (art. 13 da mencionada lei).

Como bem observa o jurista e professor Toshio Mukai em seu livro "O Regime Jurídico Municipal e as Regiões Metropolitanas":

"A lei definiu os serviços de interesse metropolitano, deixando ao intérprete a tarefa de detectar as parcelas dos serviços que passam a ser considerados como de interesse comum e quais as que permanecem como de interesse local.

Por fim, a expressão "serviços comuns" deve ser entendida como atividade governamental, sujeita, portanto, ao regime jurídico-administrativo, englobando a atividade normativa e a de planejamento.

A Lei Complementar, ao elencar os serviços comuns considerados de interesse metropolitano, deu poderes expressos à entidade metropolitana para gerir tais assuntos e serviços em situação de preponderância sobre os municípios da Região.

O fim almejado é o desenvolvimento, que há de ser global (sem o que não se pode falar em desenvolvimento) e, portanto, integrado.

Daí a preocupação do constituinte com o desenvolvimento regional, procurando impor como dever do Poder Público buscar a simetria do desenvolvimento das diversas regiões do país, evitando-se as distorções tão acentuadas encontráveis.

O estabelecimento de Regiões Metropolitanas visa exatamente a resolver tal fenômeno, procurando permitir ao Poder Público a realização do desenvolvimento integrado dos grandes aglomerados urbanos do país.

Essas regiões serão formadas pelo conjunto de municípios que gravitam em torno de uma grande cidade e têm interesses e problemas comuns. Diante dessa realidade urbanística, há necessidade da unificação de serviços públicos para melhor atendimento da região. Tais serviços deixam de ser municipais para serem intermunicipais (de uma área unificada).

Quanto ao serviço de caráter estritamente local, continuarão com os respectivos municípios, mas os de natureza metropolitana seriam realizados e administrados em conjunto por um só órgão superior.

O planejamento diz respeito a serviços públicos eminentemente metropolitanos, que não interessam a um único município, mas a toda a região como uma comunidade sócio-econômica, como, aliás, bem salienta o próprio dispositivo constitucional que dispõe sobre as regiões metropolitanas.

A expressão "serviço comum" nos dá o conceito constitucional do objeto de estabelecimento das Regiões Metropolitanas e cria um interesse distinto daquele predominantemente local".

A Constituição Federal fixa as normas de governo, disciplina os direitos e os deveres, define as competências, limita a ação da autoridade, visando assegurar ao povo o ambiente de ordem indispensável ao progresso e à paz na sociedade.

Surgem, então, as competências das diferentes esferas de governo (União, Estado e municípios) e as limitações ao poder de legislar e administrar. Nenhuma outra fonte de direito pode violentar os princípios estabelecidos pela Constituição Federal nem opor-se às suas regras. São nulos, não têm eficácia jurídica as normas que a contrariem, direta ou indiretamente, inclusive as das Constituições Estaduais.

Fazendo uma ilustração da região metropolitana, podemos compará-la a um grande condomínio, onde o uso das partes comuns, de interesse geral, é administrado pelo síndico, sem interferir nas partes de interesse peculiar, exclusivas dos condôminos.

De tudo o que foi dito, espero contar com o apoio dos meus ilustres pares para transformar este projeto em lei, por entender ser a proposta da mais alta relevância para os municípios que integram as regiões metropolitanas no Estado de Minas Gerais.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Saúde e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 944/2000

Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O art. 13 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, e suas alterações posteriores, passa a vigorar acrescido do § 27 com a seguinte redação:

"Art. 13 -.....

§ 27 - O valor da operação tributada mediante pauta nas saídas de semoventes e de produtos de agropecuária promovidas por contribuinte situado nos municípios do Norte de Minas, do vale do Jequitinhonha e do vale do Mucuri terá um redutor de 30% (trinta por cento)."

Art. 2º - O Poder Executivo adotará as medidas necessárias à aplicação desta lei no prazo de trinta dias contado da data de sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de abril de 2000.

Márcio Kangussu

Justificação: Sabe-se que os municípios do Norte de Minas, do vale do Jequitinhonha e do vale do Mucuri, incluídos na área mineira da SUDENE, padecem de extremas dificuldades, sobretudo a falta de condições climáticas favoráveis, a ausência de estradas transitáveis e uma completa exaustão de sua atividade agropecuária, predominante na economia da região, que não possui perfil industrial. A proposição em tela visa a conceder um redutor de 30% sobre o valor da operação tributada mediante pauta fixada pela Fazenda Pública Estadual para a cobrança do ICMS incidente sobre as saídas de semoventes e de produtos agropecuários. Com isso, haverá maior competitividade para o gado bovino e os demais produtos de agropecuária comercializados na região, significando um aumento da base tributária em médio e longo prazos. Ademais, a medida ora proposta criará condições favoráveis para a expansão da pecuária de corte e do setor frigorífico mineiro, que nos últimos anos têm vivido uma crise sem precedentes, por sinal com o fechamento de vários estabelecimentos na região dos vales do Jequitinhonha e do Mucuri e no Norte de Minas. Por se tratar de medida de elevado alcance social para uma das regiões mais pobres e sofridas do Estado, esperamos o apoio de todos os Deputados à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 1.257/2000, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja formulado apelo ao Secretário da Segurança Pública com vistas a que se apure com rigor o homicídio dos menores Bruno Gonçalves de Araújo, Thiago Bruno Santana, Izabela de Souza Castro e Fernanda de Paiva Miranda, ocorrido em 29/3/2000, no Bairro Água Branca, localizado na divisa dos Municípios de Contagem e Belo Horizonte, e que se punam os culpados.

Nº 1.258/2000, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja formulado apelo ao Ouvidor da Polícia com vistas a que se apure com rigor o incidente ocorrido com o Sr. Cláudio Márcio Azevedo Rodrigues, cujo automóvel foi metralhado por integrantes da Polícia Militar, em 30/3/2000.

Nº 1.259/2000, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja formulado apelo ao Secretário da Segurança Pública com vistas a que seja agendada audiência para tratar da situação dos trabalhadores no transporte alternativo.

Nº 1.260/2000, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja formulado apelo ao Comandante do 7º Comando Regional da Polícia Militar com vistas a que se apure com rigor o incidente ocorrido com o Sr. Cláudio Márcio Azevedo Rodrigues, cujo automóvel foi metralhado por integrantes da Polícia Militar, em 30/3/2000.

Nº 1.261/2000, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja formulado apelo ao Comandante de Policiamento da Capital com vistas a que se apure com rigor o incidente ocorrido com o Sr. Cláudio Márcio Azevedo Rodrigues, cujo automóvel foi metralhado por integrantes da Polícia Militar, em 30/3/2000.

Nº 1.262/2000, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja formulado apelo ao Comandante-Geral da PMMG com vistas a que se apure com rigor o incidente ocorrido com

o Sr. Cláudio Márcio Azevedo Rodrigues, cujo automóvel foi metralhado por integrantes da Polícia Militar, em 30/3/2000.

Nº 1.263/2000, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado com vistas a que seja criado um centro de referência da cultura e do artesanato dos povos indígenas de Minas Gerais. (- Distribuídos à Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 1.264/2000, do Deputado Márcio Kangussu, solicitando seja consignado nos anais da Casa voto de congratulações com o Município de Mata Verde por seu aniversário de emancipação político-administrativa, em 27/4/2000.

Nº 1.265/2000, do Deputado Márcio Kangussu, solicitando seja consignado nos anais da Casa voto de congratulações com o Município de Divisópolis por seu aniversário de emancipação político-administrativa, em 27/4/2000. (- Distribuídos à Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 1.266/2000, da Deputada Maria Olívia, solicitando seja consignado nos anais da Casa voto de congratulações com o Sr. Ulysses de Oliveira Panisset por sua eleição para a Presidência do Conselho Nacional de Educação. (- À Comissão de Educação.)

Nº 1.267/2000, do Deputado Adelino de Carvalho, solicitando seja formulado apelo ao Presidente do COPAM com vistas à suspensão da autorização de funcionamento da fábrica de ácido sulfúrico Serrana Arafértil, localizada no Município de Araxá. (- À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 1.268/2000, do Deputado Djalma Diniz, solicitando seja formulado voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Aparecida Vieira, Prefeita do Município de Nacip Raydan, ocorrido em 4/4/2000. (- À Comissão de Administração Pública.)

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Direitos Humanos, de Administração Pública e de Educação e dos Deputados Marco Régis (2), Bené Guedes, Ivair Nogueira e Márcio Kangussu.

Oradores Inscritos

- Os Deputados Paulo Piau, Pastor George, Ivair Nogueira e Hely Tarquínio proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente (Deputado José Braga) - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Administração Pública - aprovação, na 32ª Reunião Ordinária, dos Requerimentos nºs 1.172 e 1.197/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.218/2000, do Deputado Antônio Carlos Andrada; e 1.225/2000, da Comissão de Direitos Humanos; de Direitos Humanos - aprovação, na 38ª Reunião Ordinária, dos Requerimentos nºs 1.226 e 1.227/2000, da Comissão de Direitos Humanos; e 1.233/2000, do Deputado Luiz Tadeu Leite; e de Educação - aprovação, na 31ª Reunião Ordinária, dos Requerimentos nºs 1.209, 1.210 e 1.230/2000, da Deputada Maria Olívia; 1.223/2000, do Deputado Paulo Piau; e 1.240/2000, dessa Comissão (Ciente. Publique-se.), e pelos Deputados Bené Guedes - informando que estará ausente do País no período de 8 a 16 do corrente mês, em viagem oficial; Márcio Kangussu - informando que estará ausente do País no período de 8 a 16 do corrente mês, em viagem oficial; e Ivair Nogueira - informando que estará ausente do País no período de 9 a 18 do corrente mês, em viagem oficial (Ciente. Publique-se. Cópia à Área de Apoio às Comissões.).

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, que não há "quorum" para votação, mas o há para discussão da matéria constante na pauta.

Discussão de Pareceres

O Sr. Presidente - Prosseguimento da discussão do Parecer da Comissão Especial sobre a indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Wilton Braga de Oliveira para Diretor-Geral do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Minas Gerais - IPEM-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Questão de Ordem

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, como V. Exa. pode verificar, não há número para continuarmos os nossos trabalhos. Portanto, gostaria de solicitar o encerramento da reunião.

O Sr. Presidente - Tendo em vista a importância da matéria constante na pauta, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de "quorum".

O Sr. Secretário (Deputado Márcio Kangussu) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 26 Deputados. Portanto, há número para a continuação dos trabalhos. Vem à Mesa requerimento do Deputado Alberto Pinto Coelho em que solicita a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno para, nos termos de seu § 1º, transferi-la à Deputada Elaine Matozinhos. A Presidência defere o requerimento e fixa à oradora o prazo de 15 minutos.

- A Deputada Elaine Matozinhos profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Marcelo Gonçalves em que solicita a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno para, nos termos de seu § 1º, transferi-la ao Deputado Doutor Viana. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 10 minutos.

- O Deputado Doutor Viana profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Sargento Rodrigues em que solicita a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 10 minutos.

- O Deputado Sargento Rodrigues profere discurso, que será publicado em outra edição.

Questão de Ordem

O Deputado Doutor Viana - Observando, de plano, que não há "quorum" para a continuação dos trabalhos, peço o encerramento da reunião.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de "quorum" para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião de debates de amanhã, dia 7, às 9 horas. Levanta-se a reunião.

ATA DA 78ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 16/3/2000

Presidência dos Deputados Anderson Aduino e João Leite

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Composição da Mesa - Destinação da 1ª Fase da reunião - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Sr. Ronald de Oliveira Rocha - Palavras do Cônsul Silvino Ferreira Leite - Palavras do Sr. Wilson Pataxó - Palavras da Secretária Diva Moreira - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - 2ª Fase - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aduino - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Cristiano Canêdo - Dimas Rodrigues - Doutor Viana - Eduardo Daladier - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Elmo Braz - Ermano Batista - Fábio Avelar - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - Luiz Fernando Faria - Luiz Tadeu Leite - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Mauri Torres - Miguel Martini - Paulo Pettersen - Rêmoló Aloise - Ronaldo Canabrava - Sebastião Costa - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduino) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Wanderley Ávila, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com o prosseguimento do Ciclo de Debates Repensando o Brasil 500 Anos Depois.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomarem assento à Mesa os Exmos. Srs. Cláudio Gontijo, representando o Secretário da Fazenda; Silvino Ferreira Leite, Cônsul de Portugal em Belo Horizonte; Wilson Pataxó, líder pataxó Hã-Hã-Hãe e membro da Coordenação da Articulação dos Povos Indígenas - APOINME - NE-MG-ES -; Diva Moreira, Secretária Municipal para Assuntos da Comunidade Negra; Ronald de Oliveira Rocha, sociólogo, editor da revista "Praxis" e membro da Fundação Perseu Abramo; Waldemar Krenak, líder do povo krenak, representando a comunidade indígena de Minas Gerais; Bayara, cacique da tribo pataxó; Kaxixó Jerry, vice-cacique da comunidade kaxixó; e o Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa.

Destinação da 1ª Fase da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta 1ª Fase da reunião à abertura do Ciclo de Debates Repensando o Brasil 500 Anos Depois, com o tema "Os Diferentes Olhares sobre 1500".

Palavras do Sr. Presidente

Exmos. Srs. Deputados, senhores da imprensa, autoridades integrantes da Mesa, debatedores, senhoras e senhores, jovens, na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, na comemoração dos 500 anos da chegada dos portugueses ao Brasil, desde o ano passado, reunimos o corpo técnico da Casa, a Mesa Diretora, em um trabalho desenvolvido pelo Deputado membro desta Casa, membro do PT, Deputado Durval Ângelo. Em nome da Assembléia e da Mesa, o Deputado Durval Ângelo procurou desenvolver uma agenda de comemorações desses 500 anos. A intenção, o planejamento que a Mesa recomendou ao Deputado era que fosse desenvolvida uma linha de ação não de euforia, de comemoração como se tudo estivesse muito bem. Os 500 anos são uma data, realmente, interessante, mas seria importante que trabalhássemos segundo uma outra lógica, um outro raciocínio, além de comemorarmos os 500 anos com festa, como é próprio e natural do brasileiro, que gosta de festa. Achamos que seria fundamental aproveitar essa data para que pudéssemos trabalhar nessa linha de repensar o Brasil, baseados nesses últimos 500 anos. Nós, em uma profunda meditação do que foi, do que aconteceu, das coisas que não aconteceram, das que poderiam ter acontecido, aproveitando o presente, com os pés no presente, conscientes dos acertos e dos erros que tivemos nesses 500 anos, queremos trabalhar em um processo de construção dos próximos 500 anos.

Segundo essa linha de ação, estamos iniciando hoje essas comemorações, que vão por um longo tempo. Estamos em um trabalho conjunto com a sociedade organizada de Minas Gerais, Estado brasileiro que sempre esteve presente nos principais momentos da vida nacional. Achamos que tínhamos a obrigação de comemorar os 500 anos segundo essa lógica

que estamos iniciando hoje. Nada na longa história do homem se igualou à conquista e ao povoamento dessa parte do mundo. A conquista e o povoamento da América começou com o descobrimento do Brasil. As ilhas tocadas pelas naus de Colombo eram, para os que as acharam, ilhas como outras já conhecidas nas costas africanas, apenas mais longínquas. Ao tocar nas terras que se chamariam de Vera e de Santa Cruz e nelas colocar, como sinal da posse, a marca do cristianismo, os portugueses desfaziam um mistério e se confrontavam com outro.

No vasto mar ocidental, havia o continente imenso, e o que ele guardava era mistério até hoje não de todo conhecido.

Neste imenso Brasil, quanto de seu chão ainda não foi pisado pelos homens brancos ou negros? E quanto chão sequer foi pisado pelos nativos? Há rios que ainda não tocamos, picos a que não chegamos, vales profundos que nossos olhos não viram.

Há quem chamou a América Latina de "o último Ocidente". Se isso corresponde às circunstâncias da Geografia e da História, tendo em vista que as costas americanas do Pacífico olham o Oriente por trás, podemos também entender que esse último ocidente corresponde a uma nova senda na história.

Não importa se novas revisões históricas pretendam outros descobridores para esta terra, além dos tripulantes das naus comandadas por Cabral. O que define o Brasil não é o acaso, mas a vontade - a vontade política da conquista, do desbravamento, da busca da riqueza, da decisão de construir a Nação; a velha vontade de império que trazíamos, como lusitanos, dos gregos e dos romanos, que nos haviam precedido na inquieta procura e domínio do desconhecido. A essa vontade, devemos a Nação de brasileiros.

Há muitas lições que devemos tirar dessa caminhada épica, que já dura meio milênio. A primeira delas é que só a solidariedade efetiva, acima dos costumes gerais, pôde garantir a sobrevivência européia no Brasil. Ao se unirem a filhas de guerreiros indígenas, como fizeram Caramuru e João Ramalho, alguns portugueses não todos, despíram-se dos preconceitos que traziam e estabeleceram a aliança que expulsaria, ao longo do tempo, franceses e holandeses de nossas costas para legar-nos os amplos espaços de domínio nacional.

A outra lição é a de que nunca houve território que fosse tão cobiçado como o nosso. Primeiro, vieram os saqueadores das matas, em busca do pau-brasil. Depois, os saqueadores do trabalho, na produção do açúcar, esse doce suor dos escravos, que faria a imensa fortuna de privilegiados europeus. Mais tarde, os saqueadores de minerais. Esta foi uma lição que não aprendemos.

Nossos antepassados lutaram e morreram para expulsar os bucaneiros que nos assaltavam, e nosso Governo hoje lhes facilita o saqueio.

Se os franceses nos levavam o pau-brasil, empresas asiáticas, sustentadas pelo capital norte-americano, devastam hoje a Amazônia, roubando-nos madeiras raras, como o mogno; empresas norte-americanas e européias nos levam os minerais, alguns deles estratégicos; nossos produtos industriais sofrem barreiras tarifárias e não tarifárias; o suor de nossos trabalhadores continua se transformando em açúcar para o deleite estrangeiro. E, agora, querem nossas águas.

Devemos nos orgulhar de nosso passado, que não foi fácil, e cuidar do presente, que nos parece ainda mais difícil. Infelizmente, nossas elites capitularam diante da força e da sedução dos donos do mundo, mas o povo ainda está de pé, mesmo combatido pelo desemprego, pelo desdém de alguns governantes, pelo medo de alguns outros.

É com esse povo, e só com ele, que podemos contar, a fim de transformar essa data, tão marcante em seu simbolismo, em nova bandeira desbravadora, rumo ao futuro.

Palavras do Sr. Ronald de Oliveira Rocha

Bom-dia. Inicialmente, gostaria de cumprimentar os componentes da Mesa, em particular, o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Anderson Aduato; o coordenador dos debates, Deputado João Leite; o Sr. Silvino Ferreira Leite, Cônsul desse extraordinário e amigo país que é Portugal, na cidade de Belo Horizonte, e - permitam-me chamá-los assim - os companheiros Wilson Pataxó e Diva Moreira, que trazem para esta Mesa uma contribuição de inestimável valor.

Gostaria também de parabenizar a Assembléia Legislativa pelo fato de abrir um debate acerca dos chamados 500 anos. E abrir o debate na contramão das comemorações oficiais que foram articuladas pelo Governo Federal e pela mídia.

Aqui, não há imposição de valores nem de uma visão determinada. Aqui há uma discussão democrática, há um debate aberto, que permite o florescimento das várias visões e dos vários olhares acerca de nosso País, de seu passado, portanto antecipando e projetando suas tendências para o futuro.

A campanha oficial em torno dos chamados 500 anos limita-se a repetir, à exaustão, o lema escolhido, "500 Anos de Brasil", e a convidar os brasileiros a participarem como espectadores dessa comemoração superlativa de um suposto natalício do Brasil há 500 anos. As únicas concretudes dessa campanha se localizam no acento festivo e na exaltação de aspectos pitorescos das realizações populares.

Contrastando com essa campanha vazia, gostaria de lembrar o perfil de um personagem fundamental da literatura brasileira, Macunaíma, traçado por Mário de Andrade, na sua obra-prima. Macunaíma é um personagem de uma rapsódia cabocla, brasileira. Não é aquele herói romântico, cheio de virtudes, postiço, é um anti-herói.

É um anti-herói, gostem ou não nossos governantes atuais. Gostem ou não os magnatas da mídia, é um herói safado, moleque, sem compostura, que viola o senso comum dessa gente séria, ajuizada - como disse Darcy Ribeiro -, bem comportada, ganhadora de dinheiro, cheia de virtudes, mas, acima de tudo, servil.

É esse personagem - Macunaíma - que pode ser o ponto de partida para nossa reflexão. Existe, na campanha oficial dos 500 anos, às vezes, de maneira explícita, às vezes, de maneira implícita ou embutida, quatro teses centrais, que são veiculadas pela mídia, pelo discurso oficial. Primeiro: a porção físico-geográfica onde se localiza hoje o Brasil, no centro-leste da América do Sul, teria sido descoberta pela frota portuguesa comandada por Cabral. É a primeira tese defendida pela campanha oficial. Por isso, o marco natalício do Brasil é a chegada da frota em 1500, portanto o Brasil teria 500 anos.

A segunda tese é a seguinte: o chamado descobrimento do Brasil, 500 anos atrás, teria significado o início ou o nascimento do Brasil. Portanto, o Brasil teria 500 anos, a partir da chegada da frota de Cabral.

A terceira tese: o processo de colonização dessa porção do continente se confunde conceitualmente com o processo de constituição da Nação brasileira.

A quarta tese: a história do Brasil tem sido um processo meramente evolutivo e linear, desde a chegada de Cabral até hoje, nesses dias trágicos da globalização neoliberal.

Eu queria trazer a seguinte contribuição para o debate: contrapor a essas quatro teses oficiais quatro antíteses muito claras. Primeira: o verdadeiro descobrimento do Brasil ou dessa porção físico-geográfica se deu há dezenas de milhares de anos. Quando a frota de Cabral aqui aportou, já existia, nesse território físico-geográfico, cerca de 5 milhões de indivíduos espalhados, de, mais ou menos, mil etnias diferentes, portanto várias famílias lingüísticas. Logo, esses 5 milhões de indivíduos que aqui chegaram, em levadas sucessivas, provavelmente num intervalo mais brando da glaciação, pelo estreito de Bering, da Ásia, 37 mil anos atrás, são aqueles que chegaram em primeiro lugar nessa parte do planeta. Portanto, não faz sentido dizer que essa parte do planeta foi descoberta por uma expedição européia. Essa é uma visão eurocêntrica.

Há algo de monstruoso nessa tese. Por quê? Todos sabemos que descobrir é um atributo humano. Os animais irracionais não descobrem, estão imersos na natureza. O ato de descobrir, de tomar consciência das coisas é especificamente humano.

Se esses povos, se esses 5 milhões de pessoas que estavam aqui não descobriam o Brasil, é porque, logicamente, não teriam sido humanos. Essa visão dissolve as comunidades indígenas na natureza, como se fossem coisas, animais, árvores e assim por diante. Esse debate ocorreu no início da colonização, inclusive de forma teológica. Teriam ou não os índios alma? Teriam ou não sido criados à imagem e semelhança de Deus? No fundo, esse debate tem 500 anos. E, uma vez que a campanha oficial toma o partido de que o descobrimento se deu há 500 anos, toma também o partido dessa tese arcaica e conservadora de que os indígenas não teriam sido criados à imagem e semelhança de Deus, não teriam tido alma e, portanto, não são humanos.

A segunda tese pode ser respondida da seguinte maneira: em 1500, não houve o nascimento do Brasil, mas apenas o início do processo de colonização desta parte do planeta. Quando o processo de colonização começou, obviamente, não havia, e por muito tempo ainda não haveria, uma nação nesta parte do mundo. Não havia mercado. O mercado, naquele momento e durante um século ou mais, limitou-se a pequenos entrepostos pontuais na costa leste da América do Sul. Não havia uma identidade cultural nem sequer lingüística. Não havia Estado. Havia um departamento ultramarinho de um Estado português, portanto uma sucursal de um Estado europeu. Não havia sociedade política. Havia uma extensão da corte europeia. Como falar, portanto, em Nação ou em País nessas condições? Sequer havia, em 1500, um processo de consolidação avançado de nações na própria Europa. A Alemanha ainda não se tinha constituído como nação. A Itália, também não. O conceito de nação adquire uma importância no linguajar corrente somente na Revolução Francesa, portanto, no final do séc. XVIII. Mesmo na literatura, o termo "nação", na acepção cultural do termo, só aparece entre os românticos, em particular com Fürte, na Alemanha, que pregava, no final do séc. XVIII, a unificação daquele país contra a dispersão feudal. Sequer havia uma nação alemã. Do ponto de vista da fusão da cultura com o Estado, o conceito de nação só adquire esse caráter no início do séc. XIX, na Itália, com Manzini, portanto, três séculos depois da chegada de Cabral ao Brasil e do início do processo de colonização. Como falar, então, que havia no Brasil uma nação, se sequer na Europa existiam nações consolidadas? Pelo menos, isso acontecia em grande parte da Europa. Havia cidades, principados, feudos dispersos. Essa tese, portanto, é completamente equivocada. O Brasil não tem 500 anos.

A terceira antítese: a Nação brasileira, o Estado-Nação, o Brasil como país e nação, só surgiu com o processo de independência. A idade do Brasil é a idade da Nação brasileira, e não mais. No interior do processo de colonização, começam a constituir-se os elementos embrionários de uma cultura nacional, de um mercado e de ideais de emancipação, ideais separatistas.

No entanto, só no bojo da sociedade colonial madura é que esses elementos constitutivos adquirem uma influência e uma potência tal que se tornam capazes de gerar um salto de qualidade, o surgimento de um novo ser social. Isso se dá a partir do processo de independência. Se olharmos as últimas quatro ou cinco décadas da Colônia, veremos que, nesse lapso de tempo, relativamente curto, houve uma enorme riqueza, houve uma explosão cultural nas cidades. Temos o exemplo de Ouro Preto, de Diamantina.

E essa explosão cultural sintetiza os elementos dispersos para constituir uma identidade no plano espiritual. Também nesse período, houve vários movimentos de caráter social e de emancipação. Tivemos, no final do séc. XVIII, a tentativa de revolta abortada em Minas, com Tiradentes; tivemos a Conjuração Baiana, logo depois; tivemos ainda a revolução de Pernambuco e tivemos a guerra de independência, com o epicentro na Bahia. Essa explosão cultural e essa agitação social e política tiveram um significado profundo: ali estava havendo o parto da Nação brasileira, nesse momento em que o reforço dos elementos constitutivos da Nação emergente pôde superar o colonialismo em crise e criar uma nova nação. Nesse momento, deu-se o nascimento do Brasil. Essa é a idade do Brasil. Portanto, o Brasil tem dois séculos e meio, não mais.

Finalmente, uma quarta e última antítese. A história do Brasil possui conflitos e rupturas. Não foi uma história linear. Uma primeira ruptura, por exemplo, deu-se na pré-história nacional, com o encontro da modernidade ocidental europeia com as etnias e populações que aqui estavam há dezenas de milhares de anos, a ruptura da sociedade primitiva rumo à sociedade de classes, rumo ao processo de colonização, que trouxe no seu ventre o genocídio, a dizimação de milhões de indivíduos, a escravidão. Aí deu-se uma primeira grande ruptura. Foi a crise final do processo de colonização e o surgimento do Estado-Nação. Portanto, deu-se o nascimento do Brasil enquanto País autônomo e enquanto Nação soberana, ainda que, mesmo assim, tenhamos vivido mais de dois séculos como Nação dependente dos grandes centros internacionais.

Assim, a história do Brasil não pode ser vista como um processo linear, como um processo meramente evolutivo. É preciso compreender as grandes mudanças de qualidade, as grandes transformações. Sem elas não pode haver uma compreensão correta da história; uma história meramente empirista, factual, mergulhada nas minúcias. É como se estivéssemos olhando as árvores sem ver a floresta, como se estivéssemos olhando um fio de cabelo sem olhar a face, o conjunto da pessoa que tem aquele fio de cabelo.

É claro que toda essa visão não é ingênua. Quando a campanha dos 500 anos do Brasil - esse é o nome - apresenta todas essas teses mistificadoras, ilusórias, está, na verdade, promovendo, conscientemente ou não, intencionalmente ou não, uma certa visão de história, que é conformista, sem grandes transformações, sem rupturas, sem revoluções, sem crises, sem construções sociais, sem contrastes, sem alteridades.

Acho que, ao invés de comprarmos acriticamente essa visão, é importante repensar, nestes 500 anos de colonização, nestes 40 mil anos de ocupação humana da América, nestes 200 anos de história nacional, o que significou esse passado, para podermos projetar o nosso futuro. Só assim poderemos extrair dessa história, que é muito rica, que tem dramas e alegrias, conclusões que potencializem a luta dos vários segmentos da sociedade brasileira - povos indígenas, afro-brasileiros e todos aqueles que contribuíram para constituir essa Nação, porque essa luta, sim, tem 500 anos pela justiça social, pela liberdade, pela verdadeira e completa emancipação nacional, projetando um futuro de emancipação humano-universal.

Talvez o melhor ponto de partida para isso seja, não a chegada da frota portuguesa comandada por Pedro Álvares Cabral, mas as duas primeiras frases do livro "Macunaíma", de Mário de Andrade, que dizem o seguinte: "No fundo do mato virgem, nasceu Macunaíma, herói de nossa gente. Era preto retinto e filho do medo da noite".

Talvez, como país, tenhamos começado assim. Muito obrigado.

Palavras do Cônsul Silvino Ferreira Leite

Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Anderson Aduato, na pessoa do qual saúdo também os demais Deputados presentes e agradeço o acolhimento que me fazem nesta Casa; saúdo também meus companheiros de Mesa e quero dizer que me sinto privilegiado por partilhar esse debate convosco; minhas senhoras e meus senhores.

Queria começar felicitando a Assembléia Legislativa por essa iniciativa, porque de fato o programa alinhado e que tenho à minha frente aponta para uma reflexão, digamos, como ponto de partida para um projeto nacional de progresso e desenvolvimento.

De fato, entendo que nenhuma nação, nenhum povo poderá construir um projeto de futuro se não levar em conta o seu passado. A história é fundamental. Temos exemplos bem recentes da falência objetiva da aplicação de ideologias que pretendiam partir da construção de um homem novo, desligado de todo o seu passado e que redundaram em fracasso, como se viu na Europa recentemente, nomeadamente nas seqüelas das independências que surgiram na ex-Iugoslávia, onde tive uma missão de observação em que pude constatar a importância da estruturação histórica dos povos e das nações.

Parece-me fundamental que se faça uma reflexão da história, 500 anos depois da chegada dos portugueses ao Brasil, com vistas a definir um projeto de desenvolvimento. Mas o fato é que a história nem sempre é analisada de maneira objetiva e coerente. Normalmente, ela é apropriada aos regimes de ditadura e analisada de forma subjetiva, parcial, para engendrar sentimentos que sirvam aos objetivos dessas políticas ditatoriais. Assim se deu comigo, porque fui uma vítima desses sistemas. Vivi em Portugal até meus 22 anos, num regime de ditadura que perseguia, em plena década de 70, uma política colonial. E foi a adoção dessa política colonial que, infelizmente, levou Portugal à queda, porque era uma política que não tinha a mínima tradução no sentimento do povo português.

Tenho quase dois anos e meio de Brasil. Queria começar por dizer que a história de Portugal, como a de todas as nações e de todos os povos, encerra grandezas, mas também muitas misérias. Essa história, atualmente, é assumida por inteiro. É evidente que, em nosso passado com o Brasil, há grandeza e há miséria. Há misérias na escravatura, há misérias na história das populações indígenas, que são totalmente assumidas, e devem-se falar nelas, ou seja, dos descobrimentos dos portugueses, a glória desse feito que levou a civilização ao mundo. Esse era o discurso dos portugueses, mas felizmente está ultrapassado, está morto. Fiquei cinco anos na embaixada de Portugal em Tóquio. Levei para lá uma visão de que os portugueses seriam muito admirados no Japão, porque introduziram a arma de fogo, etc. Fomos os primeiros ocidentais a entrar em contato com os japoneses. Os portugueses, quando lá chegaram, estavam num estágio de desenvolvimento muito inferior àquele das civilizações asiáticas. A China, a Índia e o Japão eram civilizações muito mais sofisticadas, mais desenvolvidas do que Portugal. Aí Portugal foi aprender isso.

Quando se fala em civilização, importa questionar também ideologicamente em que isso tudo se traduziu. Acho que é importante que essas interrogações sejam levantadas. Não pensem que Portugal ou os portugueses temem essa discussão, até porque todos os colonizadores estão mortos. Portugal hoje dá exemplo de anticolonialismo, como demonstrou na questão timorense há pouco tempo. Timor não seria um país independente e livre, se não fosse a luta de Portugal, que sempre acompanhou o Timor, que estava isolado na cena internacional. Creio que há que se fazer esse distanciamento e não considerar Portugal e os portugueses hoje como colonizadores.

Eles foram colonizadores. Isso é assumido, com todas as grandezas e as misérias, mas creio que também é estéril o discurso e a maneira como se ensina a história aqui no Brasil. Sempre colocam: pena que foram os portugueses, que são feios, andrajosos, burros. Creio que uma elite neste País preferia ter um colonizador chique, de cartola e fraque, que lavasse as mãos depois de entrar em contato com o negro ou o indígena. Acho que é uma discussão que não levará a grande coisa. Essa fala de que para aqui foram enviados os degradados também não leva a nada. É uma questão ultrapassada. Vejamos o exemplo da Austrália. Vejam o que os ingleses mandaram para lá. Creio que os australianos já terão superados essas pechas, que aqui no Brasil ainda afligem algumas pessoas.

Em relação à estada de Cabral e à questão que foi aflorada pelo professor que me precedeu, uma intervenção muito superior à minha, porque é a visão de um acadêmico, um homem de cultura, gostaria de fazer algumas considerações. Em Portugal, a viagem de Cabral não é entendida como descobrimento do Brasil, lá ninguém defende essa tese. A maior parte dos intelectuais, dos historiadores ligados à visão quase oficial da viagem de Cabral, não é, de modo nenhum, o achamento, e sim uma viagem intencional.

É evidente que, se analisarmos o desenvolvimento das negociações do Tratado de Tordesilhas, iremos verificar que havia conhecimento da existência dessas terras. Se analisarmos o sigilo da Coroa Portuguesa, sortuda em relação à Coroa Espanhola, na fase posterior à descoberta do Brasil, a própria designação desta terra como a Ilha de Vera Cruz, a maneira como os cartógrafos delinearam os contornos deste continente, diminuindo-o e afastando-o da sua situação física para servir aos interesses da Coroa Portuguesa, conseguindo iludir os espanhóis durante algum tempo, vamos ver que ela demonstra que, de fato, há intenção.

Aliás, Cabral foi um homem azarado, que perdeu metade das naus que lhe foram confiadas. Quando chegou a Portugal, o rei não ficou muito contente com sua missão porque os objetivos não foram atendidos. Mesmo no período da ditadura, em que se agigantava o mérito dos descobridores, a figura de Cabral em Portugal nunca foi a de um herói para nós.

Por outro lado, a importância do Brasil sempre foi fundamental para Portugal. Foi no passado e continua a ser no presente, numa visão completamente diferente daquela que tivemos no passado. Efetivamente, a política colonial, graças a Deus, está definitivamente encerrada. Uma das vergonhas da história de Portugal é que foi um país colonizador até 1975. Mas isso acabou definitivamente. Portanto, não existe a visão que estou a exprimir; não é, de modo algum, a visão do colonizador. Esses, como já tive a oportunidade de dizer, estão mortos.

Devo dizer, tendo ao lado D. Diva Moreira, que atualmente temos, no Governo português, um Ministério da Igualdade, que define as práticas políticas ativas positivas contra a discriminação. Com certeza, existe em Portugal discriminação contra os negros, contra os ciganos. Portanto, há situações de desigualdade na sociedade portuguesa que são assumidas. Daí a importância desse Ministério da Igualdade, que tem a missão de definir políticas para acabar com a discriminação que, infelizmente, ainda existe em meu país.

Como não sou historiador, não posso dar uma visão erudita e científica do que foi o passado colonial. Ouço com muita atenção todas as teses apresentadas sobre o assunto, reconheço o mérito e tenho enorme admiração por Eliane Suassuna, que é uma personalidade que faz a análise de nosso passado com uma objetividade e uma clareza fundamentais. Se ficou algum mérito desse passado entre Portugal e o Brasil, será o fato de termos aqui implantado um País tão imenso e uno. Nossa língua comum é um fator de unidade. Quando olhamos para o lado de influência espanhola, encontramos 18 países, quer dizer, uma extensão territorial praticamente equivalente à do Brasil.

Portugal é um país com quase nove séculos de história e já era uma nação quando descobriu o Brasil, já possuía suas fronteiras, que são as mais antigas da Europa.

Portanto, Portugal já tinha a configuração que tem hoje, quando partiu. Apesar de serem - e creio que essa seja outra grandeza dos portugueses - apenas 1 milhão de habitantes, conseguiram esse feito de arredondar o mundo, digamos, indo da ponta da Europa aos confins da Ásia, quer dizer, quando encontraram civilizações mais desenvolvidas, não foram elas que chegaram à Europa, mas os europeus que foram a elas. Esse feito é uma das grandezas da história de Portugal.

E creio que essa língua, que é um fator de unidade no Brasil, será, de fato, uma das principais e mais bonitas heranças desse nosso passado comum, se bem que, aqui, a língua adquiriu cambiantes, sonoridade e tonalidades muito mais interessantes do que a própria sonoridade da maneira como falo. No Brasil, a língua foi enriquecida pela sonoridade africana, digamos. A abertura das vogais que se faz no Brasil tem origem na África, tanto é que os africanos que falam português têm uma sonoridade muito mais próxima da brasileira do que da portuguesa. De qualquer maneira, entendemo-nos na mesma língua, o que, para Portugal, é fundamental; é por isso que Portugal se empenhou na constituição da comunidade dos países de língua portuguesa - uma realidade que, de fato, une povos, ainda que com culturas diferenciadas.

Dizer que Portugal e Brasil são irmãos, que um é o filho, o outro é o pai, a mãe ou o que quer que seja, é bonito; é bom que haja essa fraternidade que se traduz na prática. Mas não podemos confundir isso com uma identidade total. Não; o Brasil tem uma cultura e um caráter extremamente diferenciados dos de Portugal. Digamos que o Brasil construiu um caráter, uma identidade totalmente diferenciada de Portugal. Aliás, um caráter e uma identidade muito mais expressivos. Por exemplo, quando se compara a expressão musical brasileira com a portuguesa, todos sabemos para que lado pende a balança. Eu, que andei um pouco por todo o mundo, sei que em todos os países o Brasil é conhecido; o Brasil tem uma imagem muito boa no mundo. A música brasileira é conhecida em todos os lugares, assim como o futebol brasileiro. Em qualquer lugar do mundo, se falarmos em Brasil, as pessoas têm alguma referência; se falarmos em Portugal, já não é bem assim. Portanto, podemos dizer que o Brasil construiu uma identidade e um caráter que lhe dão uma expressão muito diferenciada, individualizada, separada e independente da de Portugal. E ainda bem que é assim.

Devo dizer que, atualmente, há, em Portugal e em seu povo, grande interesse e curiosidade pelo Brasil. Por vezes, ouço falar, aqui, que, atualmente, é o Brasil que está colonizando Portugal. Já em Portugal, ninguém diz isso. O fato é que as novelas brasileiras passam todas em Portugal exatamente ao mesmo tempo que passam aqui. Quer dizer, a novela da Globo está sendo transmitida ao mesmo tempo em Portugal, por um canal privado, e faz grande sucesso. Aliás, desde a década de 70, todas as novelas de sucesso passam em Portugal. A maior parte dos valores do futebol português são brasileiros. Atualmente, há uma pressão migratória imensa, ou seja, há muitos brasileiros morando em Portugal, querendo ir para Portugal, querendo recuperar suas raízes, com seus ascendentes, e, querendo adquirir a nacionalidade portuguesa - aliás, devo dizer que esse é um dos setores, no consulado, em que temos forte pressão. Enfim, digamos que, em Portugal, o Brasil é sempre muito presente. Quer dizer, as pessoas conhecem a realidade brasileira. Toda a minha geração conhece os grandes cantores brasileiros - Maria Bethânia, Chico, Milton -, que são tão conhecidos em Portugal como no Brasil, ou até mais. Mas os portugueses nunca entenderam isso como um perigo de colonização do Brasil em Portugal. Isso não está em questão, isso nos enriquece, porque, de fato, é um aporte de qualidade que recebemos do Brasil e que nos beneficia de certa maneira.

As novelas brasileiras, por exemplo, tiveram uma enorme influência na organização social em Portugal. Acho que esse é um trabalho que os sociólogos poderiam analisar e sobre os quais até produzir teses. Lembro-me perfeitamente de que na minha geração nenhum filho beijava o pai. Eu estava na Universidade de Coimbra, portanto longe de minha casa, ia para casa nas férias, e a saudação que fazia a meu pai era um aperto de mão, porque era essa a expressão de afeto. A influência da novela brasileira revolucionou completamente essa maneira de sentir dos portugueses. Hoje, ninguém tem medo de exprimir o afeto. Isso, em grande parte, no meu ponto de vista, foi uma melhoria que se introduziu nas relações familiares em Portugal e é resultado da novela brasileira.

Atualmente, nota-se uma grande afluência de agentes econômicos no Brasil. Portugal, felizmente, está numa situação econômica favorável a partir de sua integração na União Européia, e começa a haver excedentes de capital que são orientados para o mercado externo.

Devo dizer que essa internacionalização da economia portuguesa, no que se refere à exportação de Portugal, é direcionada sobretudo para o Brasil.

Creio que os empresários portugueses não são agentes da Cruz Vermelha, não vêm aqui fazer caridade, não investem aqui por caridade pelo Brasil. Vêm para o Brasil, como todo empresário, seguindo uma visão calculista e realista de que de fato o Brasil é um país com um enorme potencial de desenvolvimento.

Portugal é um país que, sendo em termos de território equivalente apenas a 1/6 de Minas Gerais, é o terceiro ou o quarto maior investidor estrangeiro no Brasil. O investimento português tem uma qualidade, pois não se insere no sistema a que o Presidente da Assembléia se referiu no seu discurso. São investimentos de longo prazo, que vêm para criar fábricas, que geram empregos, são investimentos para ficar. Não são investimentos mercenários, que se retiram na primeira crise. É um investimento calculista, pois visa ao lucro,

mas tem por objetivo também o desenvolvimento econômico do Brasil, e, nesse sentido, ele é apoiado pelo governo português.

Meu tempo se esgotou e gostaria de terminar dizendo que, evidentemente, não é possível fazer uma reflexão sobre o Brasil sem incluir Portugal, ou seja, temos um passado comum, que não pode ser ignorado. Temos um passado comum, várias coisas nos identificam, falamos a mesma língua, porque estamos inseridos numa comunidade de países de língua portuguesa que o Brasil deveria liderar. Espero que tenhamos um longo futuro lado a lado. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Wilson Pataxó

Deputado João Leite, demais debatedores e membros da Mesa, senhores presentes, em primeiro lugar, tenho muito que agradecer à Assembléia Legislativa por nos convidar para fazer parte deste debate. É a primeira vez que uma Assembléia convida um índio para participar de um debate com esse tema. Para nós, esse convite é de extrema importância, porque significa que ainda existe respeito por nós no Brasil.

Para os povos indígenas começarem a pensar os 500 anos do Brasil, temos que pensar, em primeiro lugar, como era antes dos 500 anos. Para nós, este território chamado Brasil já existia antes dos últimos 500 anos. A terra podia não ter o nome Brasil, mas o território já existia. Ninguém constrói um território; nós, homens, não construímos um território. Então, se esse território está aqui há 500 anos, é porque já existia antes.

No Brasil antes de 1500, já havia índios. Aqui só viviam índios, eram seis milhões, como já falaram. Esses seis milhões de índios viviam sem conflito, a vida era na floresta, com a natureza. Era uma vida harmoniosa. Os homens sentiam-se parte do universo, sem apropriar-se, jamais, de um pedaço de terra. A terra era única para todo o mundo, era uma terra sem divisão. Esse era o Brasil antes de 1500.

No passado, todos tinham seu lugar, eram possuidores de tudo, não existia doença, não existiam políticos, não existia Presidente da República, não existiam Governadores, não existiam Vereadores, não existia ninguém para comandar a nossa vida. (- Palmas.) Era esse o mundo em que vivíamos. Os índios eram possuidores de tudo, menos de anticorpos para combater doenças. Não havia armas mortais à base de pólvora e chumbo.

Os homens trouxeram a crueldade, a ganância, o massacre, o extermínio de inúmeros povos, sua cultura e espiritualidade. Isso já foi depois de 1500. Pedro Álvares Cabral e seu pessoal chegaram com muita fome, trazendo coisas ruins, com duas armas: as armas de fogo e a cruz, para abençoar e recomendar as almas dos nossos antepassados, o que daria lugar para o desenvolvimento do Brasil. Os índios eram um impedimento ao desenvolvimento do Brasil a partir de 1500, por causa do seu número.

A civilização e a exploração das riquezas naturais foram fatores determinantes para o extermínio e a dizimação do nosso povo. A exploração da madeira, dos minérios, das riquezas naturais que existiam nesse território foram os principais fatores. Foi a ganância. Uma das principais atividades que eles queriam desenvolver aqui era extrair as riquezas naturais deste Brasil. Como aqui existiam os índios, então era preciso tirar esse povo, porque ele era um entrave ao desenvolvimento deste País, o Brasil, naquele livre espaço, onde habitavam 970 povos diferentes, com uma população em torno de 6 milhões de pessoas, dividida em vários povos. Com o passar do tempo, 498 anos mais tarde, existem somente 215 povos, falando 180 idiomas diferentes, e há uma população reduzida, de 360 mil índios, no Brasil. O dia 22/4/1500, para nós, representa a origem de uma longa e dolorosa história, que teve como continuidade a violação de nossa integridade física e nossa diversidade sociocultural. Então é isso o que esses 500 anos representam para nós, o quase total extermínio dos povos indígenas, que hoje estão sem riquezas naturais para sobreviver. Até hoje as terras estão totalmente invadidas. Os povos indígenas têm hoje 2% do território brasileiro e se encontram, até hoje, com mais de 70% das terras sem demarcação. Mesmo aquelas que estão sendo demarcadas possuem invasores ainda. Isso significa para nós que até hoje o sofrimento não acabou. O Governo brasileiro, para ter um mínimo de respeito, deveria, pelo menos, chegar a 100% da demarcação de terras indígenas. Esse território, quando foi habitado pelo índio, foi retalhado para grandes fazendeiros, para usinas de açúcar, para exploração de terras. Essa divisão de terras que hoje há no Brasil não existia. Para isso, demarcaram pequenos pedaços de terras, que foram ainda invadidos para que exterminassem os índios. Este era o objetivo ao longo desses 500 anos: exterminar os índios, para não deixar nenhuma raiz, só deixar história, como há nos livros das escolas, quando falam que "os índios eram", que "os índios viviam", como se não existissem até hoje no Brasil.

Para nós, os livros das escolas precisam ser mudados, porque nós ainda existimos. Somos poucos, somos só 360 mil índios no Brasil, resistindo ao extermínio. Esses 360 mil índios precisam de espaço na sociedade brasileira, precisam ter sua cultura respeitada. Ao longo dos 500 anos, essa cultura foi perdendo sua força. Hoje só algumas comunidades falam sua língua original. Com os massacres e as invasões das terras indígenas, os índios passaram a conviver com outras culturas e, quando retornaram à sua comunidade, já falavam o português. Deixamos de falar a língua brasileira, que era a língua do índio que foi encontrado aqui. A língua portuguesa, quem trouxe foi Pedro Álvares Cabral.

A história oficial é incorreta e tendenciosa e coloca os invasores como protagonistas únicos e vencedores incontestáveis, colocando seus personagens na posição de heróis de uma versão mitificada e falsa do processo histórico.

Eles se sentem heróis. Chegaram aqui, exterminaram os índios e, agora, vão comemorar 500 anos do descobrimento do Brasil. No dia 22 de abril, o que eles vão comemorar é a matança dos índios, o extermínio da nossa cultura e o desmatamento do nosso ambiente. Consideram que são heróis, mas nós é que somos heróis, porque resistimos e estamos lutando para construir outros 500 anos.

Para os povos indígenas, essa comemoração significa a continuidade da violação de nossos direitos, inviabiliza a constituição de uma nação multiétnica e legítima a impunidade. Tomemos como exemplo os massacres, assassinatos e outros delitos, como o caso Ticuna, ocorrido em 22/3/88, na localidade conhecida como Capacete, em Benjamim Constant, no AM; os assassinatos do líder indígena Marçal Tupã, em 20/5/93, na cidade de Dourado, Campo Grande, MS; de Galdino Jesus dos Santos, queimado vivo em Brasília, no dia 19/4/97, e de mais 40 líderes indígenas, sendo que nenhum dos acusados foi condenado pela justiça.

Afirmamos, também, nossa contraposição às comemorações festivas do 5º centenário, por entender que elas desrespeitam nossos antepassados, mortos em defesa de seus filhos, netos e gerações futuras, e por negarem nosso direito à vida como povos culturalmente diferenciados.

Não iremos festejar o massacre de milhões que, no passado, foram vítimas em nome da civilização, da cidadania ou do desenvolvimento que destruiu e violou nossas leis, nossos sistemas de vida e nos devolveu preconceito, discriminação, excluindo-nos e nos levando para a periferia das cidades.

Pretendemos, sim, celebrar as conquistas dos heróis anônimos que, ao longo dos séculos, a história oficial nega reconhecer.

Celebraremos, sim, as vitórias que nos custaram tantas vidas, sofrimento, porém trouxeram determinação e esperança de um mundo mais humano, de solidariedade e de humildade.

Celebraremos também o futuro, herdeiros de um passado de valorização da vida, de idéias, de sonhos deixado por nossos antepassados. Apesar das desigualdades e injustiças, estamos cientes da importância de contribuir para a consolidação de uma humanidade livre, justa e humana, com índios, negros e brancos vivendo com dignidade.

Como forma de melhor entender e refletir sobre todos esses anos, estamos planejando eventos locais, regionais e nacionais sobre o tema. Na oportunidade, apresentaremos nossas propostas e reivindicações. É esse o Brasil que queremos.

Nós, povos indígenas, estaremos protestando contra os 500 anos. Contra a invasão do Brasil, contra tudo que está acontecendo, contra a demarcação de terras, contra a desigualdade e discriminação das pessoas que não têm onde sobreviver.

Para terminar, estaremos realizando a Marcha Indígena, no dia 14 de abril, quando dois mil índios irão ao Congresso Nacional protestar contra a forma de descobrimento do Brasil. Estaremos em Salvador, no dia 17 de abril, com outros movimentos, protestando. O Estado da Bahia é "antiíndigena", não reconhece seus índios. No dia 18, faremos um ato de resistência no Monte Pascoal, onde Cabral chegou. O Monte Pascoal é área de reserva, o símbolo dos festejos dos 500 anos está em nossas mãos. Em 16 de agosto do ano passado retomamos o Monte Pascoal, onde os índios viveram e vivem.

Vamos comemorar essa vitória, dentro desses 500 anos, apesar de todas as dificuldades, apesar da falta de consciência e de condições de sobreviver. Estamos lutando e resistindo.

No dia 22 de abril será realizado outro ato público, em Porto Seguro, em Santa Cruz de Cabrália, onde o Presidente Fernando Henrique e outros consulados estarão festejando. Estaremos festejando de outra maneira, reivindicando outros 500 anos, sem violência, com terra demarcada. Pediremos o reparo dos danos causados nesses 500 anos, pediremos o reparo por muitas vidas indígenas perdidas. Pediremos ao Governo de Portugal e também a todos os países que mataram esses índios que reparem esses danos.

Nos dias 13 e 14, os índios mineiros farão um ato público em Minas Gerais. Todos estão convidados para nos ajudar a celebrar esses 500 anos de maneira diferente. Muito obrigado.

Palavras da Secretária Diva Moreira

Quero, inicialmente, cumprimentar meus colegas de Mesa, o Deputado Anderson Aduato, honrado Presidente desta Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; o Deputado João Leite, que vem desempenhando com a maior dignidade a função de Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa; o companheiro Wilson Pataxó, irmão na tragédia que se abateu sobre nossos dois povos, mas também na tarefa grandiosa de recuperar, com o povo indígena e o africano, o sagrado direito de ter esperança e futuro; o Cônsul de Portugal, Sr. Silvino Leite; o sociólogo Ronald de Oliveira Rocha, do Instituto Perseu Abramo; Sras. e Srs. Deputados; distinto público; bom dia a todos; agradeço-lhes o honroso convite para falar nesta Casa, em um evento solene, a comemoração dos 500 anos do projeto de colonização português em terras do Brasil. Qual poderia ser o olhar sobre 500 anos de uma mulher negra, filha de uma empregada doméstica que, em 1950, veio para Belo Horizonte, à procura da esmeralda do futuro?

Certamente, não me convidaram a vir aqui para ouvir o uníssono coro dos vencedores, o enaltecimento dos heróis oficiais da Pátria, a cantata ingênua do empreendimento cabralino. Chamaram-me aqui para falar sobre a visão dos afrodescendentes sobre esse meio milênio de história oficial do Brasil.

Foram quase 360 anos de trabalho escravo no País, aproximadamente 196 anos de trabalho escravo na Capitania e, posteriormente, na Província de Minas Gerais. As primeiras levas chegaram para o trabalho na mineração e no garimpo do diamante, por volta de 1692. Vieram principalmente de Angola, do Congo, de Gana e de Moçambique. Lá possuíam identidade, cultura e alguns procediam mesmo de reinos altamente evoluídos para a época. Reconheciam-se como fulas, sudaneses, ewés ou geges, guinés, mandingas e, sobretudo, bantos. A escravização suprime as identidades e homogeneiza a todos com a classificação de pretos e negros, transferindo para homens e mulheres de pele escura os conteúdos negativos existentes no imaginário coletivo, construído desde a Europa.

Para se ter uma idéia do peso demográfico desses contingentes populacionais na Capitania mineira, na tabela mais conhecida, de 1776, constata-se a "existência de 70.769 brancos, 82 mil pardos e 167 mil pretos, somando 319.769 indivíduos", quer dizer, os negros e mestiços constituíam quase 80% da população das Gerais.

Aqui trabalhavam incansavelmente, pouco tempo sobrando, inclusive, para prover o próprio sustento. Laura de Mello Souza, em seu livro "Desclassificados do Ouro: a Pobreza Mineira no Século XVIII", relata a penúria que grassava nas regiões da mineração. Penúria essa que intrigou o Bispo de Mariana, que, em 1799, registra a situação de "famílias pobres impossibilitados (sic) de homens pardos, pretos e libertos, nascidos na miséria; criados na indigência, e sem a menor subsistência".

A mineração não absorvia todo esse contingente populacional, que ia buscar formas de sustento nos ganhos lícitos, como era o caso das negras quitandeiras, ou nos ganhos ilícitos e nas pequenas infrações, como nos casos da prostituição, dos roubos e dos extravios de pedras preciosas, bem como na formação de bandos e na feitiçaria.

A liberdade dos forros nesse contexto, freqüentemente, não passava de mera ficção. Ainda na opinião de Souza, "por um lado, o forro, miserável na mais das vezes, é facilmente passível de ser reescravizado por indivíduos que, nesse sistema, não chegam a ser excessivamente escrupulosos. Por outro, uma vez livre, o peso desclassificador da estrutura econômica e das superestruturas de poder o empurram para as fimbrias da sociedade, onde passa a vegetar na impossibilidade de colocar sua força de trabalho no mercado. O sistema que o engendrou o deixa, simultaneamente, sem razão de ser. Nessas condições, de que lhe poderá servir a liberdade?".

Impossibilitados de integrar a ordem social, a não ser na condição de escravos, a alternativa para essas legiões de forros e de desclassificados é construir os territórios da liberdade, físicos ou simbólicos, nos domínios precários da antiordem. Os autos das devassas da Igreja Católica dão abundantes exemplos de casos de feitiçaria e dos cultos aos "deuses de sua terra", seguidos de "festas e calunduras". Por outro lado, a formação de quilombos vai ser uma constante durante todo esse período de escravização. Pesquisadores dessa forma de resistência, como o Prof. Carlos Magno, da UFMG, dão notícia de centenas de quilombos em Minas Gerais, sendo o de Ambrósio o mais importante dos estudados até o momento.

Ao longo desses quase 200 anos de trabalho escravo em Minas Gerais, foi sendo construída toda uma "ideologia da vadiagem" e da "humanidade inviável". Recorro, mais uma vez, a Souza, que descreve esse processo de desqualificação com cores bastante fortes: "A perplexidade do homem livre pobre e constantemente desclassificado a camada dominante após um corpo bastante organizado de formulações cujas raízes lançam seus frutos ainda hoje, pois foram incorporadas e reelaboradas pela nossa tradição autoritária. Em síntese, a camada dos homens pobres era tida como uma outra humanidade, inviável pela sua indolência, pela sua ignorância, pelos seus vícios, pela mestiçagem ou pela cor negra de sua pele; habitantes de uma terra rica e farta, esses homens nada faziam para dela conseguir frutos; poderiam viver de expedientes e esmolas, descurando do futuro, repudiando as formas permanentes da atividade econômica e abraçando um modo de vida itinerante e imprevidente". É o que diziam".

Essa produção ideológica perpassou todas as formas de representação simbólica dos africanos pelas mais diversas expressões culturais, das mais elaboradas às mais populares. O folclore mineiro está eivado de lendas e de mitos de origem extremamente negativos em relação aos negros. Da mesma forma as instruções da Colônia, os autos do Santo Ofício, as narrativas dos viajantes e os relatos historiográficos ajudaram a consolidar estruturas mentais que perpetuaram a visão dos africanos e de seus descendentes como seres portadores de uma humanidade inferior, degradada. Até nossos dias, lamentavelmente.

A abolição do trabalho escravo, em 1888, não veio acompanhada de medidas que pudessem integrar os negros na sociedade de classes, e instrumentalizá-los para a cidadania. Pelo contrário, a abolição acontece em um período em que as doutrinas de superioridade racial dos europeus estão em voga, e contaminam os mais variados campos do conhecimento, como a história, a biologia, a medicina e a medicina legal e as ciências que vieram depois, como a antropologia e a sociologia.

Mas essa não é apenas uma visão "a posteriori", a partir dos resultados palpáveis daquele movimento até os dias de hoje. Isto porque houve políticos, como é o caso de José Bonifácio de Andrada e Silva, que defendiam, por exemplo a reforma agrária como uma medida para permitir a participação dos ex-escravos no sistema produtivo.

Aquelas teorias racistas que influenciaram o pensamento das nossas elites, dos políticos e dos reformadores sociais impuseram limites estruturais ao movimento abolicionista. Um jornal dessa corrente, "A Redempção", de São Paulo, traz, em seu número de 11/12/1887, a seguinte opinião: "(...) o distinto do abolicionista é a limpeza da consciência, é o libertar aqueles a quem estão roubando e deixá-los que vão tratar de sua vida ou pagar-lhes o salário a que tem direito todo aquele que trabalha; é ter sua casa, seu lar, sua família limpa da lepra negra que contamina a todos e perverte os costumes (...)"

Outra consequência foi a concepção de um projeto de nação, no qual não havia espaço para os ex-escravizados, para viabilizarem esse projeto, algumas estratégias foram executadas. A primeira foi a migração de retorno, isto é a devolução das "peças" para a África, o que não teve grande alcance se se considera o fato de que contingentes, certamente predominantes de negros descendiam de gerações e gerações, há muito instaladas em território brasileiro.

A segunda estratégia foi o projeto imigrantista. Já em 1840, se iniciava a pioneira experiência da Fazenda Ibicava, do Senador Nicolau Vergueiro, em São Paulo. Mas essa onda estava apenas no começo. Um traço freqüente dos centros industriais que vão surgindo no País é a presença de mão-de-obra de imigrantes estrangeiros, como é o caso de Juiz de Fora e Belo Horizonte, apenas para voltar para a questão de Minas, no momento em foco.

Constrói-se o mito do imigrante europeu como bom trabalhador e portador das virtudes, não apenas para a inserção no mundo fabril e na sociedade de classes, mas principalmente para a construção do progresso e de uma civilização nos trópicos.

É curioso observar que até os portugueses e seus descendentes são alvo dessa rejeição contra a população nacional. Um exemplo disso é o Deputado Aguiar Witaker, da Assembléia

Legislativa da Província de São Paulo. Na defesa da vinda de norte-americanos para Limeira e Rio Claro, ele ataca, inclusive, os portugueses. Nos acirrados debates que ocorreram naquela Assembléia, ele levanta a seguinte questão: "o que foram os primeiros portugueses que vieram para o Brasil? Foram homens degradados, foi a escória do reino português. E retoma os elogios aos homens que farão nascer no Brasil "uma raça vigorosa e forte, que ainda não temos".

Essa rejeição contra a população nacional alcança níveis verdadeiramente absurdos. O Deputado Paula Souza apresentou um projeto, em 1880, que incluía o "fechamento do Instituto de Educandos Artífices sob a alegação de que o ensino de ofícios urbanos aos nacionais provocava uma desagradável concorrência com os imigrantes".

A terceira estratégia concebida naquele período foi a miscigenação, a que me refiro como ideologia do embranquecimento. Não se pode esquecer que o darwinismo social e os postulados da eugenia seduziam a mente de nossas elites e preparavam o terreno para a aplicação de medidas que levassem, paulatinamente, ao desaparecimento dos africanos e de seus descendentes, no País. Se os negros eram degenerados, o jeito era promover seu cruzamento com os brancos para ir "melhorando a raça", uma das condições para preparar o ingresso do Brasil no concerto das nações civilizadas.

Houve um deles, mais afoito, Benedito de Lacerda que previu até o desaparecimento total dos negros, em 2011, em congresso realizado em Londres, no início do século.

A miscigenação foi uma inteligente estratégia para quebrar a hegemonia demográfica que a população negra detinha no Brasil. E o fenômeno foi tão avassalador, que apenas 6% da população afro-descendente se classificou como negra no censo de 1991.

Muitos defenderão a miscigenação para realçar um suposto caráter harmonioso das relações raciais no Brasil. Mas em um contexto de supremacia da raça branca, a miscigenação é menos um fenômeno espontâneo, aleatório, decorrente da convivência de raças diferentes em um mesmo território, e mais um resultado do fascínio que aquela raça produz na estrutura psicológica de mulheres e, particularmente, de homens negros.

A quarta estratégia foi a construção do mito do mau trabalhador. Milhões de africanos tinham aportado ao Brasil. Aqui construíram uma cultura exuberante e cidades que são hoje patrimônio da humanidade; produziram a riqueza das nações, particularmente de Portugal e da Inglaterra. Esses africanos e seus descendentes foram transmutados em pouco produtivos, preguiçosos e vadios.

Na verdade, tratava-se de um alibi para justificar sua exclusão do mercado de trabalho e da estrutura de classes, processo que somente começou sua reversão após o esgotamento do modelo imigrante e da necessidade de mão-de-obra para ampliar a produção industrial, em decorrência das demandas externas durante a II Guerra Mundial.

Contra o mau trabalhador e vadio os rigores da lei e da repressão policial. O Código Penal da República, transformado em lei em outubro de 1890, tem entre seus artigos os seguintes: a responsabilidade penal é fixada em nove anos, e são considerados crimes a capoeiragem, o curandeirismo, o espiritismo, a mendicância e a vadiagem.

Como podem ver, foi feito sob medida para controlar e reprimir as massas negras, para que ninguém tenha dúvidas desse alvo, vale a pena citar Nina Rodrigues que comenta, inclusive, que "as raças inferiores chegam à puberdade mais cedo do que as superiores (...) o Menino negro é precoce (...) muitas vezes excede o menino branco da mesma idade; mas cedo seus progressos param". Isto é, a precocidade só valia para justificar a redução da menoridade de 14 para 9 anos.

Estratégias de exclusão e repressão são faces da mesma moeda. Agora, encerro este retrato sem retoques da crua realidade dos negros, nesses quase 360 anos de escravização e 112 anos de abolição inconclusa do trabalho escravo, para abordar o momento presente.

Desde o efêmero Governo Collor até este segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, temos experimentado as durezas das reformas impostas pelo FMI, o Banco Mundial e outras agências que gerenciam os interesses do capital estrangeiro e, sobretudo, do capital financeiro. Essas reformas integram um sistema velho com roupagem nova - a do neoliberalismo. Apesar de suas bases teóricas encontrarem-se em Hayek, um economista austríaco que escreveu um livro intitulado "O Caminho da Servidão", em 1944, a queda do Muro de Berlim e o fim da bipolaridade de poder no mundo, a partir do início da década de 90, criam as condições históricas de hegemonia do neoliberalismo.

Outro expoente do neoliberalismo é Milton Friedman, da famosa e conservadora Escola de Chicago. A população negra precisa se familiarizar com esses nomes e, principalmente, com seus aliados no Brasil, porque eles têm preparado a cova na qual nosso povo é o primeiro que vem sendo enterrado.

As reformas preconizadas pelos arautos do neoliberalismo visam ao alcance de alguns objetivos estratégicos: a redução do papel do Estado, a desregulação da economia para que as chamadas leis do mercado possam atuar com total liberdade e a flexibilização das relações de trabalho.

Outro dogma do neoliberalismo são as reformas fiscais para a redução dos déficits públicos. Só assim se pode controlar a inflação, dizem eles. Na verdade, a "demonização do Estado", a privatização das empresas e dos serviços estatais" e a imposição das reformas fiscais preparam o caminho para a realização da grande utopia dos capitalistas: a exploração total. Ou seja, a redistribuição de renda para cima, em favor do lucro.

Mas o velho sonho capitalista de exploração sem limites tem um elevado custo social. Com o desemprego e a redução dos investimentos públicos temos uma série de consequências trágicas para o nosso povo.

Vou dar um exemplo dos mais recentes: a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal parece simpática à primeira vista, porque supostamente se contraporia ao seu oposto, que seria a irresponsabilidade dos governantes, o que, graças a Deus, todo o mundo repudia. Na verdade, porém, a essência dessa lei é que todo Prefeito, Governador ou Presidente da República, a partir de agora, deve fazer do pagamento dos juros da dívida sua prioridade nº 1, mesmo que isso exija cortes de despesas e investimentos, seja em que área for. Mais ainda: a lei diz que, para garantir a rolagem da dívida, se ela estourar os limites, são permitidos novos endividamentos. Para tudo o mais, não. Não se poderá estender o pagamento do seguro-desemprego mesmo por um mês, mesmo que esteja sobrando dinheiro no Fundo de Amparo ao Trabalhador ...

Os exemplos são infindáveis. Não posso abusar do tempo a mim destinado. Enquanto isso, o Governo Federal "pagou cerca de 130 bilhões de reais de juros". Você imaginaram quantas obras e serviços poderiam ser prestados com esse dinheiro que está indo para o bolso insaciável dos banqueiros estrangeiros?

Ainda há pouco, falava das consequências trágicas - para o povo negro, o indígena e os brancos pobres - das políticas fundadas no neoliberalismo. Talvez possam imaginar que exagero ao falar de tragédia. Mas gostaria que seguissem, com essa paciência que já vêm demonstrando há tantos minutos, meu raciocínio.

A violência urbana e o narcotráfico são intrínsecos a essas políticas. Se políticas de pleno emprego não são uma prioridade governamental, se há cortes nos investimentos sociais, como há pouco descrevíamos, e se a população, sobretudo seus segmentos mais vulneráveis, não enxergam nenhuma perspectiva pela frente, as saídas serão o narcotráfico e o fundamentalismo religioso. Um prometendo a sobrevivência, em escala mais modesta, ou o paraíso do consumo, em escala mais ousada, mediante a venda de drogas ilegais. O prometendo o reino do céu às multidões de miseráveis e de desesperançados que vagam pelas veias abertas de nossas favelas.

Não se iludam, companheiros; esse Governo que está aí falta com a verdade quando apregoa o combate à violência e ao narcotráfico, porque esses constituem a lógica perversa e o submundo dessas políticas. O narcotráfico ocupa as lacunas, os espaços ociosos deixados pelo desemprego, por escolas de tempo parcial, por falta de recreação e lazer nas favelas, por falta de políticas de habitação. Substitui a política com suas utopias de sociedade justa, pelo prazer efêmero ao qual se seguem a destruição da saúde e a alienação mental.

A violência, de qualquer natureza que for, também não será combatida pelo Governo Federal. Na vigorosa definição de violência de Ricardo Balestreri, a "violência existe para banalizar a miséria. É ingenuidade pensarmos que tudo isso está aí por acaso. Vender violência é inocular as pessoas para aceitarem a dor". Para mim, outra função da violência é reduzir os estoques populacionais, ou seja, promover o genocídio, principalmente da raça negra. Violência responde ao princípio de Tânatos, não de Eros, o princípio da vida. Se não, vejamos: homicídio é a primeira causa de morte de jovens negros do sexo masculino e a esperança de vida do povo brasileiro caiu dois anos, nesses últimos tempos. Se os dados

fossem desagregados por cor e local de moradia, descobriríamos, estarecidos, a verdadeira dimensão dessa tragédia.

Diante disso, o que fazer? Nesse tempo de comemoração dos 500 anos do Brasil, temos assistido a gestos de enorme grandeza ética, como é o caso da Igreja Católica, que pediu perdão pelos pecados cometidos contra os índios e o povo negro. Não obstante o enorme respeito que tenho por atitudes como essas, acho que o tempo é chegado de proposição de medidas concretas, de políticas e de estratégias para efetivamente instaurar a justiça, a paz e promover a igualdade de oportunidades entre os vários segmentos étnicos de nosso País.

Penso que esta egrégia Casa poderia construir uma agenda política com a ajuda dos movimentos negros, indígenas e populares, bem como estabelecer um cronograma de discussão de projetos, programas e estratégias políticas para as inadiáveis mudanças sociais que precisamos empreender, enquanto houver tempo.

Se me permitissem algumas sugestões, eu diria que a Assembléia Legislativa de Minas Gerais, honrando as tradições libertárias de Tiradentes, poderia investir seu poder para:

- 1 - identificar e demarcar os territórios ancestrais indígenas e as terras remanescentes de quilombos;
- 2 - aprovar uma lei de incentivo fiscal para o financiamento de projetos de desenvolvimento comunitário - se os produtores culturais mereceram uma lei dessa natureza, por que não nossos sofridos povos indígenas e negros?
- 3 - abrir linhas de crédito no BDMG para os pequenos empresários - única maneira de ver os discriminados empresários negros serem beneficiados.
- 4 - priorizar, no orçamento e em investimentos, projetos que melhorem a qualidade de vida da população negra e indígena, principalmente nos campos da educação, da qualificação de mão-de-obra, do emprego e da habitação.
- 5 - criação da Secretaria de Estado para Assuntos da Comunidade Negra, com um departamento para políticas de apoio aos povos indígenas, a exemplo da criação da Secretaria Municipal para Assuntos da Comunidade Negra, fruto da determinação de nosso povo, da ousadia e da grandeza do Prefeito Célio de Castro e do discernimento político da Câmara dos Vereadores.

Muitos outros pontos poderiam integrar essa agenda. Para que possamos construir efetivamente, em Belo Horizonte e nas Minas Gerais, uma comunidade ética, inspirada por todas as utopias humanas. Que Deus inspire e ilumine os Deputados desta Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e nos abençoe a todos!

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - As sugestões trazidas pela Secretária serão levadas ao Presidente da Assembléia Legislativa. Neste instante, daremos início à fase de debates. A Presidência informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente. Para que possamos agilizar o debate, solicitamos aos participantes que desejarem fazer uso do microfone que se inscrevam previamente, identifiquem-se e sejam objetivos e sucintos, dispensadas as formalidades das saudações pessoais. Cada participante disporá de até três minutos para sua intervenção.

Debates

O Sr. Presidente - Já temos uma pergunta, feio por escrito, ao Prof. Ronald de Oliveira Rocha, da Sra. Kátia Greco, da UNI-BH: "Parando para pensar racionalmente, será que nosso País realmente se desenvolveu a partir da visita dos europeus, ou o desenvolvimento foi destruído ao longo desses 500 anos?". Com a palavra, o Prof. Ronald Rocha.

O Sr. Ronald de Oliveira Rocha - A pergunta da Kátia nos dá a oportunidade de discutir a seguinte questão: abstratamente, é possível pensar-se na possibilidade de um desenvolvimento ou uma evolução autônoma das comunidades existentes nessa porção do planeta antes da colonização portuguesa. Abstratamente. Porém, a história não pode ser compreendida por meio de hipóteses abstratas.

Na verdade, o Brasil como fato histórico, como ser social só pode ser compreendido pelo encontro de civilizações distintas, de povos distintos, de culturas diferenciadas gerando uma síntese nacional. Não poderia haver Brasil sem as populações indígenas que aqui estavam antes da chegada da frota de Cabral. Não poderia ter havido o Brasil sem o concurso e a participação das etnias de origem africana e também não poderia haver Brasil com a ausência portuguesa neste território.

Portanto, o Brasil só pode ser compreendido como essa síntese extraordinariamente rica. Esse é um dos motivos pelo qual o Brasil não tem 500 anos, porque, se tivesse 500 anos, se o Brasil tivesse começado com a chegada de Cabral, os indígenas seriam meros espectadores, não teriam participado da fundação do Brasil apenas algumas poucas centenas que tiveram contato com as primeiras expedições colonizadoras, as etnias africanas estariam completamente ausentes da fundação do Brasil e o Brasil teria surgido de um ato fundamentalmente europeu e colonial.

Portanto, a questão do desenvolvimento do Brasil enquanto nação só pode ser compreendida a partir desse rico processo histórico, esse ser concreto e real que surgiu na história da civilização humana.

Eu responderia, portanto, que com todas as alegrias e tragédias que surgiram ao longo de milênios de ocupação desse território, ao longo do processo de colonização e também depois da independência, com a luta das classes sociais pelo poder político, com suas reivindicações e anseios, com tudo isso, o desenvolvimento não foi nem destruído nem iniciado pelos colonizadores. Foi obra dessa coletividade nacional.

Acho que para pensar o desenvolvimento no Brasil é preciso repensar a história à luz da sua concretude. Como surgiu a sociedade brasileira? Quais eram as classes existentes dos vários períodos da nossa história? Que classes compunham o povo brasileiro e o compõem hoje? Quem foram os componentes das classes dominantes nos sucessivos estágios da nossa história? Como a questão da produção e da circulação mercantil se pôs em cada um desses momentos? Acho que o desenvolvimento no Brasil é fruto dessas múltiplas determinações. Não é obra de nenhum segmento isolado. Na história do Brasil não há heróis messiânicos, tampouco há demônios, embora a história oficial seja pródiga na tentativa de criar messias e demônios.

O Sr. Presidente - Temos duas perguntas para o Cônsul de Portugal, Sr. Silvino Leite. A primeira é do advogado Marcelo Bonfim: "Dr. Silvino Leite, e o aporte português no sistema bancário, que, a meu ver, no Brasil, é o mais generoso do mundo?".

A segunda pergunta é de Luciane Márcia Silva, da UNE-BH: "Desejo saber do Sr. Silvino Leite se em Portugal há injustiças sociais e por que Cabral não é considerado um herói para o povo português, uma vez que, com bravura, contribuiu com sua força para dominar povos que não possuíam as mesmas armas que eles possuíam".

O Cônsul Silvino Ferreira Leite - Passo à primeira questão que me foi colocada. Na minha primeira intervenção, tive oportunidade de dizer que os investidores portugueses não eram propriamente integrantes da Cruz Vermelha. Portanto, vinham com uma visão calculista e perseguiam interesses econômicos.

Devo dizer que as qualificações de política liberal, política socialista, política comunista são redutoras, digamos. Creio que o mundo se encontra numa determinada situação. É nessa situação que temos de viver, isto é, temos de viver com o que temos. E o mundo que temos está organizado com base em determinadas regras, que não são justas, todos sabemos, do capitalismo internacional. Portanto, os investidores vêm para o Brasil porque sentem que aqui há potencial de desenvolvimento.

Devo lembrá-los de que, há dez anos, no final da década de 80, os japoneses começaram a investir com força nos Estados Unidos. Os melhores prédios de Nova Iorque e quase toda a 5ª Avenida foram comprados pelos japoneses e, em grande parte da industrialização dos Estados Unidos, foi injetado capital japonês. Nessa altura, havia nos Estados Unidos, tal como existe no Brasil, vozes que se levantavam contra a vinda do capital estrangeiro, que colocaria em perigo e em risco a independência nacional e seus interesses. Vejam como está a economia, hoje, dos Estados Unidos.

Para o desenvolvimento econômico atual, é preciso capital. Isso é uma realidade. Creio que, evidentemente, o Brasil deve tomar suas cautelas em relação ao tipo de capital que entra e aos objetivos desse capital. É preciso exercer uma política de abertura ao mundo, ao exterior. De outra maneira, na minha perspectiva, não haverá progresso.

Com relação à segunda pergunta, se há injustiça social em Portugal, infelizmente, há. O desnível pode não ser o que testemunho neste País, mas ela existe, sim. Há uma classe chamada dos ciganos, que é perseguida. Há rejeição contra essa etnia minoritária, que é escandalosa, quer dizer, em Portugal, há determinadas situações de verdadeiras milícias populares, portanto, de perseguição de ciganos, que se associam com o mercado da droga. Aquelas análises simplistas que ouvi no discurso da D. Diva Moreira acontecem também em Portugal, sobretudo em relação aos ciganos. O que há é uma consciência de que, de fato, essa instituição existe, e há, digamos, uma certa igualdade que tutela uma série de entidades, que buscam solução para esses males sociais. Se algum dia vão conseguir, não sei.

Em relação ao fato de Cabral ser ou não herói, penso que ele foi um homem azarado. Sua viagem, seu destino e objetivo eram a Índia. Sua viagem veio logo a seguir à de Vasco da Gama, que foi importantíssima. O que movia os marinheiros portugueses era a cobiça das tapeçarias da Índia. Não se sabia das riquezas do Brasil. Elas eram desconhecidas àquela altura. A cobiça estava orientada para as tapeçarias da Índia. Portanto, esse desvio ao Brasil não trouxe, de imediato, riqueza material nem proveito imediato. Por outro lado, foi a fé que movia esses homens. Só com fé se pode entender por que os coitados se aventuravam da maneira que faziam. Tem de haver um valor ou energia superior à própria cobiça para motivar e dar energia a tudo que passavam nessas viagens.

Cabral voltou com a metade da armada com que saiu, não usou a quantidade de tapeçarias que esperava e, depois, o fato de ele ser o descobridor do Brasil foi posto em causa desde o início.

Essa teoria da intencionalidade - digamos - da tomada de posse da Ilha de Vera Cruz, como era apresentada e como me referi antes, para sossegar os espanhóis, para assegurar, portanto, que a Coroa Portuguesa mantivesse esse contato. De fato, Cabral não tem uma grande aura de herói em Portugal. Isso é verdade.

O Sr. Presidente - Está encerrado o período de recebimento de perguntas e de inscrições. Solicito ao Sr. Evaristo de Matos, Conselheiro do Conselho de Segurança Alimentar e de Saúde de Belo Horizonte, que se dirija ao microfone. Ele encaminhará uma pergunta à Secretária Diva Moreira.

O Sr. Evaristo de Matos - Neste fórum, Secretária, realiza-se o encontro de duas dores ou o encontro para uma retomada de lutas. Os índios viram sua pátria ser invadida pelas embarcações de Cabral. Vieram alguns padres e catequizadores para domesticá-los e massacrá-los. Os invasores encontraram resistência nos índios, como as fugas. No ano de 1600, começaram a chegar os navios negreiros, os negros deportados para aqui serem escravos ou peças. Houve a recusa dos oficiais da guarda nacional em não servir mais de capitão do mato para buscar os escravos nos quilombos. Foram 322 anos de lutas até a independência informal. Em 388 anos, essa luta é resistência porque somos os continuadores em defesa da nossa soberania contra os saques do FMI e dos banqueiros. Muito obrigado.

A Secretária Diva Moreira - O senhor fala sobre o que está ocorrendo aqui. Talvez, baseada na minha emoção, sobretudo pelo fato de ter falado depois do companheiro Wilson Pataxó, acho que está havendo as duas coisas. Esse encontro de duas dores, de dois sofrimentos ancestrais e também a retomada de lutas em prol de um Brasil justo e, efetivamente, igualitário. Não é à toa que, nas comemorações alternativas dos 500 anos de Brasil, os povos indígenas e os povos africanos são aliados. No mais, o senhor reforça a nossa renitência durante todo o período de escravização, renitência que ocorre, por sinal, hoje. Durante todo o período de presença africana, houve os que foram coabitados pelos senhores, houve aqueles contingentes de heróis que lutaram durante todo o tempo contra a escravização no País.

O Sr. Paulo Jorge dos Santos - Em primeiro lugar, quero aproveitar o mês das mulheres para parabenizar a Secretária Diva Moreira, pela sua sapiência e pela forma como dignifica a mulher brasileira. Depois, quero falar da alegria que temos quando a Assembleia nos dá essa oportunidade. Ela está se afirmando cada vez mais como a casa do povo. Por isso, quero falar ao Sr. Silvino que, aqui no Brasil, Cabral também não é herói nacional. Nossos heróis são todos aqueles que sempre lutaram contra o domínio de uma raça, de uma civilização sobre a outra. Minas resistiu com a Guerra dos Emboabas e com a Inconfidência Mineira, e o Brasil resistiu com o Zumbi dos Palmares. Hoje, continuamos sendo colônia, continuamos mandando riquezas para o Velho Mundo. As nossas estatais forma transferidas e as nossas mulheres são iludidas com promessas de trabalho e se prostituem lá fora. Nossos odontólogos são humilhados no país Portugal.

Agora, Sr. Silvino, mais uma vez, Minas está resistindo. Querem privatizar nossas águas, para, mais tarde, termos de pagar um copo de água em dólar.

Parablenizo todos os brasileiros pelos 500 anos de descobrimento. Muito obrigado.

O Cônsul Silvino Ferreira Leite - Só quero dizer que o Brasil é um País independente, que organiza seu destino por si mesmo. Portugal não tem nem quer ter nenhuma interferência nisso.

O Sr. Presidente - Pergunta da Elizabeth Spechit, da PUC-BH, ao Sr. Wilson Pataxó: "Há polêmica em torno da preservação da cultura indígena no Brasil. Uns acham que devem ser dados ao índio subsídios para a sua integração total na sociedade, ou seja, garantir-lhe educação, tecnologia e o exercício da cidadania; outros vêem no isolamento das aldeias ainda existentes, assentado numa política de defesa dessas áreas, a verdadeira preservação da cultura indígena. Qual a opinião do senhor?"

O Sr. Wilson Pataxó - Os povos indígenas hoje têm mais consciência das coisas, são mais sabidos do que eram há 500 anos. Na época da invasão de Cabral, eles não perceberam a gravidade do fato e trocaram suas terras por presentes.

Hoje a coisa é diferente. Os índios estão muito organizados, e não é fácil enganá-los. Existem organizações em todo o Brasil, nos âmbitos nacional, regional e local, lideradas por caciques e pessoas ligadas a nós.

Nossa perspectiva para o novo milênio é adentrar na sociedade brasileira, não para fazer o que ela faz, mas para conhecer a política, saber quem está do nosso lado e quem está contra nós.

Perdemos muito e ainda estamos perdendo com a tutela da FUNAI. O Governo implantou o sistema de tutela sobre os índios, e isso nos trouxe uma dependência muito grande. Foi a maneira que o Governo encontrou de dominar a comunidade indígena, mas as organizações pró-índio no Brasil lutam para mudar isso. Trabalhamos para que os nossos territórios passem a ser independentes do Governo.

A Constituição Federal é a nosso favor, mas não é cumprida. Lutamos para conseguir o que ela nos garante: demarcação de terras, saúde, educação e melhores condições de vida.

Os índios nunca vão se integrar totalmente na sociedade, mesmo porque são pessoas diferentes, culturas diferentes. A luta é importante para recuperar o que foi perdido: a língua materna, as danças.

Hoje existem no Brasil mais de 30 povos sem reconhecimento. Povos que estão ressurgindo em Minas Gerais, na Bahia. Em todo o Brasil há comunidades indígenas que não são reconhecidas pelo Governo nem pela sociedade. A nossa luta é para que conheçamos tudo que é do Brasil, sem perder nossa cultura, nossa língua, vivendo sempre nas comunidades, nas aldeias, nas tribos e no nosso meio.

O Sr. Presidente - Perguntas dirigidas ao Prof. Ronald. Pergunta de Bruno Torres, da UNI-BH: "A comemoração dos 500 anos de descobrimento não seria uma 'jogada' da mídia para acobertar os problemas que existem no Brasil?".

Pergunta de Mauro Lúcio Gomes, da UNI-BH: "Há algum trabalho revisionista na área historiográfica, para resgatar nossa história com a atual perspectiva aqui analisada? O Ministério da Educação articula alguma mudança nas estruturas educacionais, visando a alguma reforma?".

Pergunta de Benedito Siqueira, Assessor da Câmara Municipal de Conceição dos Ouros: "Quando nosso Brasil vai ficar livre e independente, política e economicamente, desse câncer que é o FMI?".

O Sr. Ronald de Oliveira Rocha - Quanto a possíveis iniciativas na área oficial a respeito de mudanças significativas quanto à visão de História, não tenho conhecimento delas.

Entre intelectuais e professores, há um grande esforço para repensar a história do Brasil. Mas é preciso reconhecer também que a hegemonia hoje existente na área acadêmica aponta para a reprodução de valores conservadores e retrógrados; há hegemonia, mas há um contramovimento, portanto, um esforço contra-hegemônico muito importante nessa área.

Não creio que a campanha dos 500 anos seja apenas uma 'jogada' da mídia, embora exista realmente uma 'jogada' da mídia e uma conspiração para encobrir os problemas mais graves e dramáticos do País. Isso existe, mas não creio que isso, por si só, explique a campanha dos 500 anos. Acho que o que mais explica esse enfoque elitista e conservador que vem sendo dado à campanha dos 500 anos é a permanência em setores importantes da intelectualidade, sobretudo a ligada à ideologia dominante, ao aparelho de Estado e, na mídia, a existência de uma determinada concepção a respeito da História que se expressa nesse momento dessa maneira; em outros momentos, se expressa de outra maneira.

Quero citar um exemplo dessa concepção. Um político muito conhecido, notório, que já foi Ministro, já foi Senador, já foi Deputado Federal e é uma espécie de precursor do neoliberalismo no Brasil, Roberto Campos, há alguns anos deu entrevista, aliás, nem foi entrevista, escreveu um artigo para a "Folha de S. Paulo", no qual faz um balanço do que ele chama de problemas do nosso País, a falta de desenvolvimento, e por aí vai.

Ele credita as mazelas nacionais a um problema de cultura. O Brasil teria falta de desenvolvimento e seria um país atrasado por causa de um problema cultural original. Segundo ele, esse problema cultural seria o seguinte. Vou ler as palavras dele: "A falta de desenvolvimento ou o subdesenvolvimento seria sempre um problema cultural, um misto de idiotice e mau-caratismo". Que problema cultural seria esse? É a presença da cultura ibérica, do privilégio; da cultura indígena, da indolência, e da cultura negra, da magia. Portanto, para esse senhor, que é um homem importante e influenciou muito nos destinos do País e na política oficial, somos subdesenvolvidos porque fomos colonizados por portugueses, porque somos índios e porque somos negros.

Essa visão extremamente obscurantista, reacionária e conservadora existe no topo da sociedade, entre os de cima, e não pode ser subestimada. É essa visão que traz uma série de mitos, promove o racismo, a opressão, a discriminação e assim por diante. O Cônsul de Portugal fez alusão à idéia de que, talvez, o Brasil fosse melhor se tivesse sido colonizado por outros países. Concordo inteiramente com essa crítica do Cônsul português. Nosso problema não foi o fato de termos sido colonizados por Portugal. Nossas mazelas se explicam por nossa história, pelos grandes dilemas sociais que enfrentamos, mal ou bem, em várias ocasiões. Somos um país dependente, um país que tardiamente ingressou no mundo global, dominado pelo capital financeiro internacional, um país que não fez reforma agrária, onde existe monopólio da terra, um país burguês tardio e assim por diante. Talvez, por aí, possamos compreender nossas mazelas.

É o contrário, o que temos de positivo é exatamente essa síntese da cultura ibérica, do legado indígena e da tradição afro-brasileira. Sem isso, não haveria samba, não haveria feijoada, não haveria baião, não haveria síncope, o Brasil seria um país despersonalizado. Acho que essa história tem de ser revista mesmo, e esses valores que predominam na mídia e no Governo central e formatam a chamada campanha dos 500 anos tem de ser alvo de uma crítica muito dura.

Finalmente, a pergunta: "Quando seremos um país livre e independente?". De fato, constituímos-nos como nação dependente, portanto nossa soberania é limitada. Somos um Estado-Nação, porém um Estado-Nação que opera no interior de uma estrutura social capitalista, monopolista e dependente. Portanto, nossa soberania completa e a emancipação completa só se darão no transcurso de uma longa luta. Ninguém sabe quando esse processo vai se concluir. O que sabemos é que ele existe, está em curso, mas ninguém sabe quando vai terminar. Isso depende da vontade coletiva do povo brasileiro.

O Sr. Presidente - Agora as perguntas para a Secretária Diva Moreira. Cleusa Santana Pereira dos Reis pergunta: "Como comemorar os 500 anos do Brasil com tanto desemprego, crianças desaparecidas, famílias desabrigadas? Como ter orgulho de um Brasil cheio de injustiça e cada vez mais pobre? Como acabar com a discriminação contra o negro, o branco pobre e o índio, pois foram eles que fizeram o Brasil brilhar 500 anos atrás, sendo escravizados pelos ricos e poderosos?"

Vânia Lopes Pereira também pergunta: "Por que tanto desemprego? O Brasil é tão grande, e as crianças estão sem recursos, as pessoas, sem casas, sem comida para dar aos filhos. Por quê? Por que a violência é total no Brasil, cada dia gerando mais violência? Não existe mais humanidade, solidariedade, amor. Tudo isso, por quê?"

Nivaldo Andrade, da UNI-BH, à Sra. Diva, Secretária Municipal da Comunidade Negra: "A criação de secretarias e de órgãos especializados para grupos específicos não acentuará ainda mais o preconceito?"

E de Ednéia Aparecida de Souza: "Hoje, 500 anos após a invasão do Brasil, o que os nossos governantes têm feito para devolver ao povo indígena suas riquezas e terras?"

A Secretária Diva Moreira - Nivaldo Andrade, sobre a criação de órgãos especializados: obviamente, eu não tenho esse mesmo entendimento. Acho que se existem problemas na sociedade a gente tem que resolvê-los. Não é a negação dos problemas que vai fazer com que eles deixem de existir. Existe racismo na sociedade brasileira, e entendemos que a população negra não reúne condições para superar com autodeterminação esse problema sem o apoio do Estado e da sociedade civil. É por isso que a Secretaria existe. Todo o trabalho que tem sido realizado até agora, em meu entendimento, não tem levado à acentuação do preconceito ou da discriminação, porque essa Secretaria é exatamente movida pelo objetivo de combater o preconceito e a discriminação através de políticas que reduzam as disparidades raciais em nossa cidade.

Quanto à Cleusa, ela pergunta como comemorar os 500 anos. Estamos aqui, e o Cônsul português assumiu uma posição segundo a qual não estamos comemorando de forma crítica, como têm sido as celebrações e a programação oficial. Achamos que esta é uma oportunidade para discutir o assunto. Esta é a primeira ou talvez a segunda vez que venho aqui à Assembléia Legislativa para falar sobre a questão racial, para falar sobre o povo negro deste Estado.

Acho que esta é uma oportunidade rara que não podemos perder. Precisamos participar de debates e de elevar a consciência crítica, não apenas sobre os 500 anos do Brasil, mas também sobre todo o processo histórico. Em nosso entendimento, a gente não constrói um futuro diferente sem conhecer o passado. Por isso, acho que é importante comemorar, a despeito de o País ser injusto e cada vez mais pobre. E ela ainda pergunta: "Como ter orgulho deste País?". Eu tenho orgulho deste País, a despeito disso. O que o salva é exatamente o seu povo. É ele que me leva, sem a menor sombra de dúvida, a ter um orgulho enorme de ser cidadã brasileira.

A Vânia pergunta: "Por que tanto desemprego? Por que tanta violência?". Penso que a fala do companheiro do Instituto Perseu Abramo e também a minha esclareceram algumas coisas sobre essa questão do desemprego e da violência. Como eu disse, acho que são duas faces da mesma moeda. Temos um Governo que não investe em políticas que promovam pleno emprego no País. E uma das decorrências da falta de pleno emprego e da miséria do nosso povo, naturalmente, será o agravamento dos índices da violência.

Quanto à outra pergunta - Como acabar com a discriminação? -, também formulada pela Vânia, entendemos que a discriminação racial deve ser enfrentada com uma série de medidas.

Não há uma fórmula única, não há uma receita única, a solução vai desde mudanças de caráter legal, para que os direitos da população negra e indígena sejam assegurados por leis específicas. Essa população precisa e merece uma atenção especial dos Governos, caso contrário, continuarão ostentando esses índices de miserabilidade, esses indicadores sociais extremamente negativos. Mas entendemos que a execução de políticas públicas, a abertura de linhas de financiamento trafegam também na direção da promoção da igualdade e da

luta contra a discriminação racial. Além, naturalmente, de medidas no campo da cultura e da educação, para a criação de uma mentalidade que valorize e promova as diferenças raciais como alguma coisa que nos engrandece enquanto seres humanos. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Pergunta dirigida ao Cônsul de Portugal. Carla Simone Nunes, da UNI-BH, pergunta: "Como é visto pela grande população portuguesa o convívio e a concorrência de emprego com os brasileiros em Portugal. E, oficialmente, qual é a política migratória adotada pelo Governo português na aceitação dos brasileiros?".

Elizabeth Almeida Ferreira, da Escola Estadual Carmélia Gonçalves, pergunta: "Sr. Silvino, no seu discurso, o senhor defendeu a influência positiva da cultura brasileira na sociedade portuguesa. Mas, recentemente, a televisão exibiu dentistas brasileiros que vivem há mais de uma década em Portugal e não têm direito de exercer a cidadania, como, por exemplo, votando. Por quê?".

Anivaldo Andrade, da UNI-BH: "Em entrevista à revista 'Isto É', nº 1.589, o Primeiro-Ministro de Portugal relaciona 'o dia da invasão de Portugal', assim visto por alguns grupos de nossa sociedade, com movimentos reativos contra a presença de profissionais da área de odontologia em Portugal. Seu olhar seria tão potente para querer transformar pedras em flores?".

O Cônsul Silvino Ferreira Leite - Essas três perguntas têm alguma tônica de hostilidade. Quero dizer que, de fato, ainda existe, na sociedade brasileira, apesar de a realidade de hoje não ter nada a ver com o passado colonial, alguma hostilidade em relação a Portugal e aos portugueses. A recíproca não é verdadeira. Em Portugal não existe hostilidade em relação aos brasileiros. Eles são bem-vindos, e Portugal precisa de trabalhadores do exterior. Já fomos um país de imigração.

Na década de 60, quando nossos recursos eram todos orientados para as forças de guerra na África, para uma guerra que não nos dizia nada, os portugueses passavam fome. E eles foram buscar o pão na França, na Alemanha, em Luxemburgo, na Holanda. Portanto, sabemos o que é o sofrimento da imigração e sabemos o que é ser imigrante. Temos essa experiência e estamos tentando utilizá-la para acolher os imigrantes que precisamos, tendo em conta a situação de inferioridade em que eles se colocam.

Sobre a questão dos dentistas, informou-se muito mal no Brasil. Portugal não tinha dentistas, e começaram a chegar dentistas brasileiros. Foram, evidentemente, bem-vindos e se dispersaram por todo o país. Os brasileiros que viveram em Portugal sabem que mais de 50% dos dentistas de Portugal são brasileiros. E eles foram bem-vindos porque precisávamos e não tínhamos. Em determinada altura, começaram a exercer a sua função de forma não enquadrada legalmente, e, em determinada altura, houve necessidade de disciplinar essa profissão. E começou-se a exigir deles as mesmas habilitações exigidas na Europa e no Brasil para o exercício da profissão. E para suprir essa falha, foram criados nas faculdades de medicina de Portugal cursos dirigidos especialmente a esses dentistas brasileiros que não tinham a habilitação necessária para exercerem a profissão legalmente.

Muitos dentistas brasileiros recusaram essa solução - e com alguma razão -, dizendo que estavam há cinco ou dez anos exercendo a profissão e, de uma certa forma, com a prática clínica bem-sucedida, não havendo queixas da parte dos pacientes. Portanto, têm aptidão. Se tolerou o exercício dessa função, o Governo português deveria resolver o problema. De fato, vingou essa tese, com muita dificuldade, pelo fato de Portugal estar inserido na União Européia e ter certas diretivas em relação ao exercício das profissões, sobretudo daquelas ligadas à saúde.

Assim, a dificuldade com os dentistas foi essa. Mas mesmo esses cidadãos brasileiros que exerciam a profissão sem terem obtido as habilitações necessárias em Portugal foram devidamente legalizados. Atualmente, há uma grande precisão migratória. Sabemos que Governador Valadares, por exemplo, é uma cidade da qual a metade da população está em Portugal, e 90% dela estão exercendo seu trabalho no mercado negro e, portanto, sem proteção social. São vítimas, evidentemente, de empresários pouco idôneos, que se aproveitam de sua fragilidade e pagam menos.

Em Portugal, temos falta de enfermeiros, e, normalmente pela porta da Espanha, profissionais desempregados vão para lá trabalhar. Mas todos os hospitais e clínicas preferem os brasileiros. Ou seja, quando há falta de profissionais, evidentemente, Portugal acolhe com prioridade os brasileiros, porque a questão da língua é fundamental para o tratamento, para o contato com os doentes.

Podem dizer que há brasileiros que chegam ao aeroporto e são enviados de volta. Quero dizer que, para todos esses cidadãos brasileiros que retornam, há uma declaração de que tomam conhecimento dos números dos telefones do Consulado do Brasil em Lisboa, e o telefone da fronteira é colocado à disposição deles, para requerer a proteção consular do Brasil. Portanto, não há nenhum cidadão brasileiro que seja enviado de volta ao Brasil sem ser por razões que a própria lei impõe. Como Portugal é um Estado de direito, evidentemente, há leis que se aplicam também nesse particular.

A Sra. Alenice - O meu comentário é a respeito do que falou o Wilson Pataxó sobre as comunidades indígenas que, em Minas Gerais, ainda não foram reconhecidas oficialmente. Nove etnias, nove pólos indígenas habitam Minas Gerais, e cada qual está lutando, seja por território, seja por compra de território, seja por recuperação de áreas degradadas, enfim, por projetos comunitários. E estão caçados por lei, apesar de muitas vezes ainda não terem conquistado esses direitos. Mas há dois povos que ainda não podem oficialmente estar lutando: os araná e os caxixó. Sabemos muito bem que, ao longo da história de opressão, eles foram escravizados e proibidos de dizer que eram índios. Depois de todo esse processo, ainda continuam sem o seu reconhecimento por parte do Governo Federal, por meio da FUNAI.

Então, proponho que a Assembléia Legislativa os apóie, já que o próprio laudo pericial do Ministério Público reconhece oficialmente o povo caxixó como indígena, para que, a partir daí, esse povo possa lutar pelos seus direitos garantidos na Constituição Federal.

Essa é uma questão muito séria. Estou dizendo isso para os senhores terem uma idéia da dimensão do problema que os povos indígenas enfrentam em todo o Brasil e faço esse recorte no caso de Minas Gerais, do povo araná e do povo caxixó.

Se fosse possível, gostaria que o cacique caxixó fizesse um rápido comentário a esse respeito. Muito obrigado.

O Sr. Jerry Kaxixó - Agradeço aos companheiros da Mesa e também à Alenice, que, durante o ano de 1998, acompanhou a comunidade caxixó, de que está se lembrando neste momento.

Acho que é claro para mim, para meu povo, para os demais povos indígenas aqui do Estado de Minas Gerais, que devemos começar a pensar nestes 500 anos. Daqui para a frente, deveríamos pensar em coisas mais concretas, principalmente quanto ao que é posto à comunidade caxixó como povo emergente. É um povo que luta pelo seu reconhecimento há 14 anos, mas até hoje não temos uma prova concreta por parte da FUNAI. Alguns órgãos, como o Ministério Público, no ano passado, trabalharam com o laudo pericial, para que pudesse vir à tona todo esse reconhecimento.

Como representante desse povo - sou conhecido como porta-voz da comunidade -, sempre tenho tentado trazer aos órgãos competentes a nossa situação e gostaria de deixar bem claro que ultimamente atravessamos um período complicado, de direcionamento de ameaças, por exemplo. Gostaríamos que esta Casa pudesse tomar um posicionamento em relação ao laudo que já se encontra elaborado pela Procuradoria, para que o povo caxixó pudesse ser reconhecido, para que a FUNAI pudesse tomar parte nesse processo. Os 500 anos passados foram dramáticos, de muita violência e genocídio por parte da colonização em cima de muitos povos indígenas. Houve basicamente um massacre de muitos povos.

Esperamos que esses próximos 500 anos sejam para nós de expectativas, de novas esperanças. Lembramos também a questão da discriminação tanto contra os povos indígenas quanto contra os povos negros. É importante que o direito desses povos seja respeitado. A sociedade deveria ser sensibilizada, porque sua visão é folclórica, ou seja, que índio é aquele que está lá no mato, não está vestido, só pintado. Os povos indígenas, dentro do plano do Governo, já deveriam estar desaparecidos. Na verdade, a questão indígena para o Brasil não é uma coisa preocupante. Os índios preocupam-se com o Governo, que quer exterminá-los, retirar da Constituição os direitos conseguidos em 1998. O Decreto nº 1.775 foi um dos maiores genocídios que tivemos desde o período da colonização. Acho que é o momento da sociedade refletir, porque 19 de abril foi colocado como o Dia do Índio. Na verdade, no Brasil, todo dia é dia do índio. Que a sociedade não tenha mais essa visão folclórica dos povos indígenas! Que possamos criar novas expectativas para os próximos 500 anos!

O Sr. Presidente - Temos ainda duas perguntas para encaminharmos a Wilson Pataxó. Pelo adiantado da hora, queremos pedir desculpas, pois não teríamos tempo para todas as

respostas. Às 14 horas, teremos de retornar. Então, faremos somente essas duas perguntas a Wilson Pataxó.

Pergunta de Edinéia Aparecida de Souza, da Secretaria da Comunidade Negra: "Hoje, 500 anos após a invasão do Brasil, o que os nossos governantes têm feito para devolver ao povo indígena as suas riquezas e terras?" Pergunta de César Moreno, historiador: "Hoje, 500 anos depois do início da apropriação privada dos territórios indígenas, ser índio é reinventar a luta para criar a vida?"

O Sr. Wilson Pataxó - Com relação à primeira pergunta, gostaria de dizer à Edinéia que o Governo Federal, na verdade, tem feito pouco nessa questão da demarcação das terras indígenas, muito menos para a recomposição da riqueza. É uma riqueza milenar difícil de ser reposta. Se o Governo não está demarcando as terras, que é o principal para as comunidades indígenas, pior será recuperarmos a riqueza de 500 anos perdidos.

Hoje, os povos indígenas não têm direito às riquezas das terras indígenas. O art. 231 da Constituição Federal, que trata da questão indígena, diz que o índio só tem direito às riquezas do solo. A riqueza do subsolo não é dos índios, é das empresas mineradoras, do Governo. Essas empresas vão lá no Congresso pedem autorização para a exploração do minério e são atendidas.

Hoje existe uma comissão na Câmara Federal para excluir até esse direito de autorização do Congresso. Só querem autorização do Executivo. Então, é difícil recompor essa riqueza perdida.

O Governo faz hoje no exterior uma propaganda muito grande de que os índios no Brasil não têm mais problemas com terra, que essa questão está solucionada. Ele faz isso porque o Governo Federal não dispõe de recursos para a demarcação de terras indígenas. Os recursos para demarcação de terras indígenas vêm de fora, do Banco Mundial, dos Estados Unidos. Para isso, ele tem que dizer lá fora que as terras indígenas estão sendo demarcadas e regularizadas. Para o Governo Federal regularizar terras indígenas basta apenas homologar, registrá-las. A finalidade da demarcação de terras indígenas é tirar o invasor delas. E isso não está acontecendo. O Governo faz uma portaria, identifica a área, demarca, homologa e, na hora de tirar o invasor, não o faz.

Essa questão das terras indígenas é um problema sério. Hoje existem populações indígenas com 1.500, 2 mil famílias morando num pedaço de terra de 1.000ha, às vezes, até menor. Na época do SPI, o Governo foi o primeiro a invadir as terras indígenas com arrendamento. A maioria das invasões de terras indígenas hoje são do próprio Governo. Isso aconteceu no mundo todo. Hoje as terras que estão sendo recuperadas são na base da retomada. Se o Governo não toma nenhuma providência, o índio vai lá e coloca quem estiver lá para fora e retoma a terra. Aí, vem o problema dos conflitos que acabam em morte e outros tipos de violência que poderiam ser evitados pelo Governo.

A outra pergunta do Sr. César Moreno é se o índio vai reinventar a luta, para criar a vida. Não consideramos dessa forma. Consideramos que nossa vida, por muito ruim que seja - com esses 500 anos de sofrimento - é essa. Não reinventamos a luta para criar a vida. Vivemos a vida da forma como vivemos. Na verdade, os povos indígenas são um povo muito simples; tão simples que a perda que está aí, na demarcação das terras indígenas, é por conta dessa simplicidade e do desconhecimento, por parte desses povos, de seus direitos. No Amazonas e no Pará ainda há povos que são muito enganados. Então, entendemos essa questão da luta dessa forma: levamos a nossa vida de acordo com nossa cultura, nossa tradição, enfim, nosso modo de vida.

O Sr. Presidente - Gostaria de dizer que as sugestões trazidas, tanto as da Secretária Diva Moreira quanto as da representante do CEDEFES, serão encaminhadas ao Presidente da Assembleia Legislativa, sem prejuízo de que a Comissão de Direitos Humanos desta Casa acompanhe a situação em relação aos laudos dos povos indígenas.

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos aos ilustres expositores, às demais autoridades e participantes, bem como ao público em geral pela honrosa presença.

2ª Fase

O Sr. Presidente - A Presidência vai passar à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de "quorum" para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária, também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DO EVENTO REALIZADO NA 119ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 16/3/2000

Presidência dos Deputados Durval Ângelo e Alberto Pinto Coelho

Sumário: Composição da Mesa - Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Palavras do Sr. José Murilo de Carvalho - Palavras do Sr. Chico Alencar - Palavras da Sra. Vera Alice Cardoso Silva - Palavras do Sr. José Carlos Reis - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente (Deputado Durval Ângelo) - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. José Murilo de Carvalho, cientista político e professor de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Chico Alencar, historiador e Deputado à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro; Vera Alice Cardoso Silva, cientista política e Diretora da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais; José Carlos Reis, professor de História da Universidade Federal de Minas Gerais.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - Destina-se a interrupção dos trabalhos ordinários ao prosseguimento do Ciclo de Debates Repensando o Brasil 500 Anos Depois, uma parceria da Assembleia Legislativa de Minas Gerais com a UNI-BH, com o tema "A Formação do Brasil-Nação".

Palavras do Sr. José Murilo de Carvalho

Boa-tarde. Agradeço o convite da Assembleia Legislativa de Minas para estar aqui, discutindo esse tema importante, e passo diretamente aos comentários que gostaria de fazer. O tema que me foi dado é a discussão da formação do Brasil no contexto dos 500 anos da conquista dessas terras pelos portugueses.

Já de início, deixo expressa minha visão de que não se trata de celebrar nada em relação aos 500 anos. Na realidade, não temos razões para celebrar, pois o País tem vivido, há muito tempo, problemas sérios. É preciso aproveitar essa oportunidade para fazer um balanço dos problemas fundamentais do País e entendê-los do ponto de vista histórico, para sermos mais eficazes na solução desses problemas no futuro.

José Bonifácio, em 1823, mandou uma representação à Assembleia Constituinte Legislativa do Império do Brasil sobre a escravidão. Nessa representação, dizia que o principal obstáculo à construção de uma Nação brasileira era a existência da escravidão. A escravidão, ao tornar os brasileiros desiguais, impedia isso. Uma parcela da população, ou seja, 30%, na época, era de escravos. Enquanto existisse essa desigualdade, dizia ele, não seria possível construir uma Nação brasileira.

Diria que, hoje, o que impede a formação de uma Nação brasileira, que é o equivalente à escravidão da época de José Bonifácio, ou seja, equivalente ao que chamavam de cancro que corrói as entranhas do corpo social brasileiro, é a desigualdade social. Essa é a opinião geral do País. O próprio Presidente da República já disse que o Brasil não é subdesenvolvido, mas é, na verdade, um País injusto, e essa injustiça está nas desigualdades, que são várias. Darei apenas alguns dados, para refrescar a memória de todos, relacionados a isso. O Brasil tem o 8º PIB do mundo; no entanto, se dividirmos esse produto "per capita", o País passaria para o 34º lugar. O índice de desigualdade social do Brasil, medido pelos economistas por meio de um índice que se chama GINE, é o mais alto do mundo. A pobreza neste País, medida pelos critérios da Organização Mundial de Saúde, que considera pobres aqueles que recebem menos do que US\$70,00, 54% dos brasileiros são pobres, isto é, 85 milhões de brasileiros são pobres. No Nordeste, eles representam 80%; no Sudeste, 39%. Já se vê aí a enorme desigualdade interna. Não há apenas um grande volume de pobres, mas há, também, grande desigualdade regional.

Com relação ao analfabetismo, há ainda quase 15% de analfabetos no Brasil. No Nordeste, esse índice é de 29%, enquanto, no Sudeste, é de 8,6%. Há outro centro de desigualdade. No Nordeste rural, esse índice chega a 46%; no Sudeste rural, é de 25%, ou seja, a metade.

No que se refere à desigualdade por raça, o analfabetismo dos brancos é de 9%; dos negros, 22%; dos pardos, 22%. Pelo critério econômico, até 1 salário mínimo de renda, os brancos representam 33%; os negros, 58%; os pardos, 61%. A partir de 5 salários mínimos, inverte-se a pirâmide: brancos, 15%; pretos, 3%; pardos, 3,7%. Com relação à renda média em salários mínimos: brancos, 4,9%; pretos, 2,4%; pardos, 2,2%.

Esses dados são apenas para reforçar, esclarecer e dar uma evidência, mesmo que seja rápida, para esse ponto que levantei de a desigualdade ser hoje o grande obstáculo à construção de uma Nação brasileira. Em razão disso, portanto, digo que a elite celebrar os 500 anos é mistificação, e o povo, auto-ilusão.

Como historiador, cabe-me perguntar se ao longo de 500 anos há ainda essa persistência. O Brasil cresce, não há dúvida, somos o oitavo PIB do mundo. Por que crescendo dessa maneira o alvo não muda? Existe sempre a distância entre classes, raças, regiões, entre níveis de ocupação rural. Diria que, do ponto de vista histórico, temos quatro pecados capitais que ajudam a entender a persistência dessa desigualdade. A partir da base inicial de uma conquista do território, atualmente brasileiro, tivemos quatro processos que ajudam a entender essa persistência. O primeiro deles é a escravidão. Foi introduzida no Brasil desde os primeiros momentos. Usar a carta de Caminha como certidão de nascimento do Brasil é uma distorção muito grande da nossa história, porque essa carta marcou um momento de encontro, quase que idílico, dos conquistadores com a população nativa, que não reproduz o que se seguiu. E o que se seguiu foi a escravização dos índios e o extermínio. Havia aproximadamente 4 milhões de índios no Brasil e, ao final do período colonial, havia 800 mil. A escravidão continuou no processo de trazer para o Brasil 4 milhões de escravos africanos. Foi na base desses escravos africanos que a economia colonial brasileira e a economia do século XXIII se desenvolveu. A escravidão foi abolida há mais de 100 anos. No entanto, como dizia Joaquim Nabuco, seqüelas, metástases desse câncer ainda estão entre nós e se refletem na desigualdade de raças que acabo de mencionar.

O outro pecado original é o latifúndio. O processo de colonização do Brasil foi um processo comercial. A primeira coisa que se fez foi começar a cortar árvores de pau-brasil para vender na Europa. A seguir, a atividade econômica que se tornou viável foi a produção de açúcar. E essa produção era feita em grandes engenhos que implicavam uma grande desigualdade na distribuição da terra e dos recursos. Essa desigualdade permaneceu até recentemente. A lei de terras do Brasil é de 1950. Exigia que se cadastrassem as terras públicas. Até hoje as terras públicas no Brasil não estão nem cadastradas; aliás muitas foram ocupadas por grilagem. O melhor sintoma das conseqüências desse processo é o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. No fundo, é uma vergonha para o Brasil chegarmos ao final de 500 anos, num país-elefante em termos de dimensão, com trabalhadores rurais que têm de lutar para possuir um pedaço de terra para trabalhar.

O terceiro pecado capital é o patriarcalismo. A desigualdade entre homens e mulheres negou às mulheres direitos fundamentais, como os direitos civis, para não falar dos direitos políticos, que só foram introduzidos na década de 30 deste século. Essa desigualdade ainda persiste hoje, particularmente no que se refere aos salários desiguais para trabalho igual de mulheres e homens.

O quarto pecado capital é o patrimonialismo. Isto é uma relação entre a sociedade e o Estado em que o bem público é apropriado privadamente. Essa relação também existiu desde o início do processo colonizador, quando Portugal, que não tinha elementos para colonizar o Brasil, em termos demográficos, passou a utilizar a cooperação das classes dominantes coloniais. Desenvolveu-se, então, essa relação entre o público e o privado, em que o público era apropriado privadamente por aqueles que possuíam condições de fazê-lo. Isso se reflete ainda hoje em fenômenos como o clientelismo político, ou o nepotismo político, que o Congresso Nacional acaba de sancionar. Além disso, temos os tetos dúplice e outros tipos de tetos que ainda hoje estão sendo votados e aprovados. Em relação ao teto dúplice, por exemplo, já fiz um cálculo e detectei que a distância entre o salário mínimo de R\$170,00 reais, que eventualmente pode ser aprovado, e o teto máximo é de 67 vezes. Não acredito que haja qualquer outro país no mundo em que o salário mais alto seja 67 vezes maior que o mais baixo. E, se o teto dúplice de R\$23.000,00 for usado para quem pode acumular, em relação a um salário de R\$170,00, essa distância aumentará para 135 vezes. Somos os campeões mundiais. Esses são alguns fatores históricos que nos ajudam a entender por que persistem as desigualdades, que são os grandes obstáculos para a construção de uma nação brasileira.

Isso não quer dizer que não haja progressos. Citaria, nos últimos anos, principalmente o progresso na área de educação fundamental, que, durante todo o período colonial, foi desprezada por Portugal. Também durante os períodos Imperial e Republicano, essa educação não era prioridade pública, e disso decorre o fato de chegarmos hoje a esse grau de analfabetismo. Se pegarmos como referência o índice de analfabetismo funcional, isto é, de pessoas com menos de quatro anos de educação, veremos que, no Nordeste, ele chega a quase 50%. Nesse campo, como já dizia, tem havido alguns progressos, e é preciso reconhecê-los; entretanto, em outros campos, o progresso não tem sido impressionante. Por exemplo, com relação à distribuição de renda, que sofreu um efeito positivo com o Plano Real, em seus anos iniciais, atualmente, os dados do IPEA mostram-nos que, de 1990 a 1998, os 50% mais pobres da população perderam participação na renda nacional, passando de 12,7% para 11,2%, enquanto que os 20% mais ricos ganharam participação, passando de 62,8% para 63,8%, o que trouxe um agravamento da desigualdade.

Há vários outros problemas relativos aos direitos civis, mas vou refirir-me principalmente à violência urbana. Por viver no Rio de Janeiro, posso falar desse assunto "de cátedra". Mas isso não acontece apenas lá. Tenho aqui as estatísticas de homicídios no Brasil, e nelas estão aparecendo, inclusive, novas cidades. O mais alto índice de homicídios no Brasil está em Vitória, no Espírito Santo. Também estão na lista Recife, Niterói e Campinas, além, naturalmente, de Rio e São Paulo. Nossas taxas de homicídio são comparáveis, na América Latina, apenas às da Colômbia, país que vive uma guerra civil. E isso vai contra o mito nacional de sermos cordiais. Esse povo cordial está se matando. O que aconteceu com nossa cordialidade?

Outro motivo de orgulho nacional, que aparece em qualquer pesquisa, é a nossa natureza, que foi mencionada desde a carta de Pero Vaz de Caminha. Esse é um motivo de toda nossa história, e de nossa exuberância tanto nos orgulhamos. Entretanto, também estamos destruindo essa natureza sistematicamente.

Isso não acontece só no Rio de Janeiro. Quem morou em Belo Horizonte há mais tempo e conheceu a serra do Curral pode constatar que, hoje, metade dela já está cortada. No Rio de Janeiro, durante esta semana, não haverá praia para ser usada, porque estão todas poluídas. Isso acontece - essa é outra ironia da nossa história - num momento em que a participação política nunca foi tão alta, medida pelo voto, pela participação eleitoral. De acordo com dados de 1998, 51% dos brasileiros foram eleitores naquele ano. Poucos países democráticos têm a liberalidade, a expansão da participação eleitoral que é o direito do voto aos que têm 16 anos.

Então o problema que se apresenta - e creio que a Assembléia Legislativa é o lugar adequado para discuti-lo - é que a democracia política restabelecida desde 1985 no Brasil, sobretudo desde a Constituição de 1988, não tem gerado os efeitos que levariam à melhoria dos direitos, a uma redução do processo de desigualdade que, como vimos, persiste e não se reduz. Esse, a meu ver, é um tema central entre nós. A democracia deve resolver o problema da desigualdade entre os brasileiros, eliminar esse obstáculo à construção de nossa Nação, isto é, de um povo que não seja apenas Estado, mas uma comunidade nacional de pessoas que se envolvam, que se identifiquem com o País, que se identifiquem não apenas quando a seleção brasileira está em campo ou quando as escolas de samba estão desfilar. Para construir esta Nação, esses problemas têm de ser resolvidos. A democracia tem de se mostrar capaz de resolvê-los e, se não o fizer, ela própria, a meu ver, estará em risco.

Não creio que seja alarmismo falar dessa maneira, porque hoje, talvez, as dificuldades sejam maiores. O poder do Governo está sendo reduzido por contingenciamentos internacionais, que têm a ver com o processo de globalização. A competição internacional do Brasil é prejudicada em virtude da má qualificação da mão-de-obra. Esse problema tem de ser resolvido, nossa democracia tem de dar conta desse problema, ou, repito, a própria democracia estará em perigo. Esse deveria ser o tema adequado para discussão nesses 500 anos de nossa história. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Chico Alencar

Boa tarde a todos. Obrigado, amigo Durval, obrigado aos outros grandes amigos que tenho em Minas, em Belo Horizonte, como o Luís Dulce, o Luís Fabiano. Se começar a citar os

nomes será um perigo. Gostaria de fazer uma ressalva: não sou historiador, sou formado em História pela Universidade Federal Fluminense, escrevi alguns livros de História, estou participando de uma mesa de historiadores, mas a atividade política, seja no movimento social, seja na institucionalidade, vai diminuindo nossa capacidade de refletir, de ir fundo, de buscar as fontes.

Portanto, sou um professor de História que se arriscou a escrever alguns livros e exerce, agora, um mandato político. A definição mais correta é essa. Fico muito agradecido pelo convite da Assembléia Legislativa. Vou levar essa experiência para o Rio de Janeiro, que, como sempre, curva-se a Minas e vai copiar essa experiência riquíssima.

Fiquei particularmente comovido quando uma repórter da TV Assembléia, no "hall", começou a entrevista fazendo a seguinte pergunta: "Você também, professor, a exemplo da Assembléia de Minas Gerais, não quer comemorar os 500 anos?" Achei isso uma novidade. Imaginem se uma repórter da Globo, por mais sedutora que fosse, faria uma pergunta dessas. É exatamente esse sentido que precisamos reavivar.

Aprendendo com o mestre José Murilo - coloquei isso na introdução do livro que escrevi, que se chama "BR 500", para fazer um pouquinho de "marketing" -, há 100 anos, em 1900, o Conde de Afonso Celso lançou um livrinho que fez a cabeça dos bisavós da maioria dos presentes, dos nossos avós e dos pais de alguns poucos, chamado "Por Que me Ufano de Meu País?", em que reforçava a idéia da nação fadada ao sucesso, do mito civilizatório e de uma série de elementos que constituem o que podemos chamar de imaginário nacional brasileiro. O único valor das comemorações - vamos aproveitar o seu sentido literal: relembrar junto, comemorar -, não celebrações, dos 500 anos é exatamente este: desmontarmos o discurso formador do imaginário nacional e "coesionador" da dominação secular das elites no Brasil. Esses mitos são muitos. O José Murilo abordou alguns, mas quero mencionar três ou quatro elementos que me parecem fundamentais e decisivos, cumprindo a exortação do Carlos Drummond.

Descobri, com o auxílio de uma amiga professora de História, um poema do Drummond que achei extraordinário: "O Historiador". Não sei se o conhecem. Há aqui muitos estudantes e professores de História. Vejam que bacana o que o Carlos nos legou: "Veio para ressuscitar o tempo e escarpelar os mortos, as condecorações, as liturgias, as espadas, o espectro das fazendas submergidas, o muro de pedra entre membros da família, o ardido queixume das solteironas, os negócios da trapaça, as ilusões jamais confirmadas nem desfeitas. Veio para contar o que não faz jus a ser glorificado e se deposita grânulo no poço vazio da memória. É importuno, sabe ser importuno e insiste, rancoroso, fiel".

Não tenho muita vocação para o rancor, mas quero ser bastante importuno. Não para nós, aqui, nem para um projeto como esse, da Assembléia de Minas, mas para o discurso oficial. Se o Grecca, por alguma obra mediúcnica, ficar bem incomodado lá, não só porque está ameaçado de perder o cargo depois do "oba-oba" dos 500 anos, mas também porque há uma consciência se erguendo, de contestação, como houve aqui, pela manhã, em depoimento candente dado por muita gente que vive essa constituição desigual da sociedade brasileira, já teremos cumprido o nosso papel.

O primeiro mito é exatamente o da própria nação, da perenidade das nações. Nunca é demais lembrar que nação é uma construção histórica, determinada, temporária, que nem sempre existiu. "Proletários de todo o mundo, uni-vos!" Se não quiserem uma coisa muito antiga, podem avançar do Manifesto Comunista para John Lennon, "Imagine there's no countries". Teremos um dia - suspeito que não veremos - um governo mundial cooperativo e sem fronteiras.

Não essa mundialização, essa globalização, que é a nova divisão internacional da produção, dos fluxos comerciais e do capital especulativo apátrida. Isso não é um mundo sem fronteiras, no sentido da utopia que devemos perseguir, utopia que está registrada num antiquíssimo provérbio persa que diz o seguinte: "Que o ser humano não se ufane de sua nação, e sim de sua espécie". O fundamental, e essa é a melhor maneira de ser patriota, é nos sentirmos da espécie humana, ameaçada pela degradação junto com todo o planeta, fato que o José Murilo fez referência.

Então, nação é uma construção histórica. Com isso já varremos todo o pré-fascismo que os nacionalismos exacerbados carregam. Portanto, ficar cultuando a nação, a brasilidade, o auriverde pendão é um perigo, é uma mentira, é uma ilusão.

Por outro lado, nossa vida concreta, daqui a 10, 15, 30 anos, vai se extinguir, somos seres históricos, datados, temporários e nascidos aqui.

Lá no Rio de Janeiro não tem só coisa ruim. Estamos com uma exposição, que independe das incompetências públicas, de 80 letras do Chico Buarque e trabalhos de 80 artistas sobre elas.

Uma das composições, muito antiga, começa da seguinte maneira: "Deus é um cara gozador, adora brincadeira, pois pra me jogar no mundo tinha o mundo inteiro, mas achou muito engraçado me botar, cabreiro, na barriga da miséria - eu nasci brasileiro". E sobre essa letra o Jaguar fez um trabalho ótimo.

Somos brasileiros, sim, e não devemos ter vergonha dessa nossa condição. Mas somos brasileiros tanto quanto os chineses são chineses, os franceses são franceses, os bolivianos são bolivianos. Portanto, o patriotismo tem que ser relativo, até porque as nações são relativas numa construção da chamada Idade Moderna para cá.

Também há outro mito correlato a esse, que é a fusão de Estado com sociedade. Isso é um perigo. A sociedade é uma coisa, tem uma dinâmica, e o Estado estabelece relações de mando sobre a sociedade, criando também o imaginário de regras uniformizador. É preciso que tenhamos visão crítica em relação a isso.

Outro mito importante e que tem tudo a ver com nosso encontro aqui, com essa avassaladora propaganda oficial, que está apenas começando, é o mito do descobrimento. Na verdade, o que houve, como todos os colegas aqui da Mesa certamente vão destacar, foi o "cobrimento" do Brasil. Ou como o próprio José Murilo também marcou, num dos seus artigos na "Folha de S. Paulo", o encobrimento de muitas coisas. Quinhentos anos, na verdade, embora todas as crianças das nossas escolas continuem repetindo isso como uma realidade, testada na semana passada num auditório com 600 meninos e meninas. Cheguei e perguntei: "Quem descobriu o Brasil?" Sem mais que dez vozes discordantes, veio aquele grito bonito da criança: Pedro Álvares Cabral. Ora, isso é uma mentira plena. A porta de entrada da chamada história do Brasil é uma mentira. Não foi Cabral, e o pior, nem Cabral se chamava - não era o primogênito, era Pedro Álvares Gouvêa, depois virou Cabral, quando seu irmão mais velho morreu -; e não foi ele sozinho, nem foi o primeiro, nem descobriu nada - existiam povos e civilizações milenares, e o calendário era juliano e depois virou gregoriano. Portanto, no dia 22/4/ 2000, não serão completados os 500 anos desse evento, que foi, na verdade, o início da conquista efetiva da associação estado-absolutista, burguesia comercial nobre com a nobreza portuguesa, uma mescla de interesses mercantis e ideológicos, deste território que depois se chamou Brasil.

Então, dizer que Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil só tem de correto o "o", artigo definido, masculino, singular. Não era Brasil, não descobriu, não foi Cabral e não foi marco de nada. Avisem ao Grecca, ele vai ficar nervoso.

Mas isso já é quase um lugar comum entre nós. O problema é que a ideologia dominante é extremamente forte e está nos "sites" da vida. Um colega da Universidade Federal Fluminense teve a paciência de examinar o "site" - ele é um dos 4 milhões de internautas do Brasil, o que é um nada numa população de 165 milhões de habitantes; Portugal tem o dobro disso, embora não tenha uma população muito maior que o número de internautas - e levantou o seguinte: o "site" 500 Anos de Brasil, que é veiculado pela televisão, diz que "a um passo do próximo milênio, o Brasil completa 500 anos de olho no futuro, mobilizado pelo desejo coletivo de construir um país cada vez melhor". Isso é tão falacioso e mentiroso quanto dizer que Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil. Mas isso chama-se ideologia dominante, construção de um imaginário hegemônico na sociedade brasileira, portanto, no cotidiano das milhares de pessoas que estão aí trabalhando, produzindo, vendo "Sessão da Tarde", amando, angustiadas. Somos minoria, o que não diminui a importância de fazermos esta tarefa necessária de desmonte do mito dos 500 anos.

O outro mito é o do cadinho de raças. Os mais antigos aprenderam isso na escola. O Brasil é um cadinho de raças, é uma democrática fusão étnica que constituiu um povo maravilhoso, as bundas mais reboletivas do mundo estão aqui. Isso é ferir o decore? O Vice-Presidente da Assembléia está aqui e ri, não me advertiu.

O Sr. Presidente - Esta não é uma reunião ordinária, não tem decore.

O Sr. Chico Alencar - Está certo. Mas, outro dia, eu lia no "Jornal do Brasil" que a imagem do Brasil no exterior, sobretudo nestes tempos de carnaval, é exatamente esta: a da mulher reboletiva, mulher objeto de cama e mesa, e dos malabaristas da bola. É uma cristalização da visão deformada da chamada brasilidade, que vem nesse mito do cadinho das raças. O erro com relação à denominação dos nativos já está consagrado. Os próprios companheiros índios não vêem nenhum problema em serem chamados de índios, apesar de a

denominação original vir de um equívoco. Então, os negros africanos, inicialmente; os afrodescendentes, hoje, e os brancos entraram, homoganeamente, na formação daquilo que os nossos Milton e Fernando Brant chamam corretamente de povo da raça Brasil, que é o único que existe aqui. Essa entrada, que vai merecer do Governo Federal a construção - já está em curso - do Memorial do Encontro, está fundada na idéia da participação igualitária e da democracia racial. Mentira, também. Vou citar aí o próprio Zé Murilo, apesar de ele estar presente - não se usa isso, é quebra do decoro intelectual e acadêmico -, mas ele diz o seguinte: "Só há uma expressão para descrever o que se passou desde 1500. Conquista com o genocídio dos índios, seguida de colonização com escravidão africana". Então, não existe o cadinho de raças, onde eu, menino, imaginava que se colocavam em porções iguais os negros, tão pitorescos - mas queria alisar o meu cabelo com Gumex, porque cabelo ruim, como se chamava na minha infância, não pegava bem. Por que será que isso, na minha cabeça de menino, funcionava tanto? Olha a encucação ideológica fortíssima! Índio era atrasado, preguiçoso, vagabundo, não usa desodorante, não escova dente. O branco e o europeu entraram em igualdade de condições? É claro que não. Há pólo dominante, há povos e classes subordinadas aí: genocídio e escravidão.

Então, esse mito do cadinho de raças e da democracia racial também tem de ser vencido. Mas, de novo, o discurso oficial é fortíssimo. De novo, o "site" diz, de maneira impressionante, sobre a nossa origem africana - aparentemente, um discurso moderno e palatável, que esconde a manutenção da ideologia da dominação e da subordinação do povo afrodescendente: "Um dos povos que mais viria a contribuir" - olhem como são bons! - "para a formação da Nação brasileira, os africanos começaram a ser trazidos para o Brasil no séc. XVI, abrindo um ciclo que influenciou toda a nossa vida, do aspecto mais cotidiano à expressão cultural e à própria construção física do País. Apenas em dois séculos, calcula-se que 4 milhões de negros foram desembarcados aqui. Trazidos por quem? Para quê? Desembarcados como? Essas perguntas estão silenciadas no discurso oficial. Volto a dizer, aí é que é preocupante: hegemônico, predominante na sociedade, junto aos nossos vizinhos, dentro da nossa casa, às vezes dentro de nós mesmos. Se, desavisadamente, alguém ler esse texto, pensará: está falando da contribuição do africano. A pessoa supera, por sinal, um dos itens considerados pelo discurso neoliberal, meio dinossáurico, de luta de classes. Que coisa mais "demodé"! Ora, esse mito, temos de derrubar também.

É bom lembrar também que toda a nossa história de formação social e de colonização é machista e masculinista. E não pelo simples fato, aliás terrível, de as expedições, naquele tempo, serem feitas exclusivamente por homens. Chegaram aqui Cabral e mais 1.400 homens. Morreram alguns na viagem, no naufrágio da nau de Vasco de Ataíde, mas 1.400 homens, só homens, 44 dias ao mar, além de roerem biscoito duro e tomar água salobra, há de se convir que é difícil, penoso: "Oh, mar salgado, quanto de teu sal são lágrimas de Portugal". Foi uma epopéia que Camões e depois Fernando Pessoa, de maneira belíssima, registraram. Mas era a epopéia de uma sociedade patriarcal e machista, que marcou a colonização do Brasil. Somos portanto, sem mãe. Isso é grave numa sociedade que se vai montando de forma muito cruel, muito violenta, muito excludente, muito espoliativa e muito patriarcal e machista. Portanto, aquele outro mito de diversidade do nosso entrosamento, da força e da importância da mulher na sociedade brasileira é algo para esconder o patriarcalismo e o machismo vigorante até hoje, por sinal até na esquerda brasileira.

Há um mito mais contemporâneo, pelo menos republicano, da ordem e do progresso. O mito positivista do progresso permanente. O entendimento das sociedades como portadoras em si mesmas de um processo evolutivo. Nos manuais de História, na historiografia didática, essa visão é constante. Da colônia melhoramos um pouquinho para o império e avançamos muito com a república. É essa continuação de crescimento, de desenvolvimento, da ordem e do progresso. Jamais se diz que é ordem para os de baixo e progresso para os de cima, o que é uma constante da reprodução da estratificação social e da exclusão que o José Murilo mostrou aqui, com dados e números mais do que significativos.

Finalmente, outro mito é o do povo chinfrim. O Darcy Ribeiro destacava muito isso. Há quem diga, aparentemente com uma visão crítica, que realmente o Brasil não tem muita chance de dar certo como sociedade, como nação, porque, afinal, juntaram-se aqui três componentes: o índio, coitado, rudimentar na sua cultura pouco complexa, que por isso acabou dominado. Não tinha instrumentos tecnológicos para se afirmar, ao contrário de outros povos nativos, como os astecas. O negro africano foi arrancado da sua terra, onde já desenvolvia técnicas mais avançadas de metalurgia, e colocado aqui como escravo. E, para nosso azar, o pior dos europeus, o português, vem para cá.

No Rio de Janeiro, ouvimos muito - porque quase fomos colonizados pelos franceses - houve até a ajuda de forças miraculosas de São Sebastião, e depois entrou o Araribóia e seus temimínos para ajudar os portugueses. Então, expulsamos os franceses. Mas há quem diga que a colonização francesa seria muito melhor. Trata-se de outra mentira, que troca a forma da colonização por quem coloniza. Se fosse assim, o Haiti seria um paraíso. E o Haiti é aqui. E aqui é o Haiti. E lá, salvo engano, os franceses desenvolveram um projeto colonizador de exploração. Essa idéia do povo chinfrim, que deu uma miscigenação meio vagabunda, ou o que o Nelson Rodrigues chamava de povo vira-lata, é uma bobagem racista que temos de encerrar.

Todo esse desmonte tem um compromisso com a construção. O Brasil vive uma crise de projeto. Para 80% da população brasileira, a única maneira de ter uma perspectiva de vida é individualista - com o egoísmo como virtude. Com golpe de sorte, porque a mobilidade social no Brasil foi muito grande dos anos da década de 30 aos da de 80, quando se reduziu drasticamente. Se você não for um Ronaldinho ou uma "Tiazinha" da classe popular, não vai ter muita chance. As pessoas podem não saber, mas sentem isso. Isso é grave.

A idéia de um projeto coletivo de nação está em absoluta crise. O nosso modelo de desenvolvimento capitalista dependente está totalmente esgotado. Portanto, estamos na sociedade do entretenimento, do espetáculo, da despolitização, que segundo a Marilene Chauí é a obra mais letal da era Fernando Henrique Cardoso. Essa obra de despolitização também gera a crise do projeto de nação, a qual deve ser superada por todos nós, que somos aqueles 40 ou 50 milhões de brasileiros que não estão na elite dos pós-cidadãos acima de qualquer suspeita, nem afogados naquilo que o Prof. Darcy Ribeiro chamava de "ninguendade" da grande maioria que não tem acesso a uma escolaridade crítica e continuada - as informações.

Este é o grande desafio: reconstruir um projeto de nação. Uma perspectiva de pátria não para dominar o mundo, mas para ocupar no século que chega o espaço original, singular, não melhor, mas diferente, que a sociedade brasileira merece e tem de ocupar. E os 500 anos podem servir pelo menos para isso. A nossa gente, ao contrário do povo chinfrim, é operosa, trabalhadora, muito criativa e, sobretudo, muito musical.

Quero encerrar, já que iniciei com Drumond, com o Ney Matogrosso. Com uma música que pouca gente conhece, mas que acho extremamente expressiva, que é uma obra de indagação chamada "A Cara do Brasil". Há muitas perguntas que esse seminário está levantando e às quais temos o desafio de responder. Obrigado pela atenção.

- Procede-se à execução da música.

Palavras da Sra. Vera Alice Cardoso Silva

Imagino que todos podem perceber a minha dificuldade de falar depois da euforia do Deputado e da pungência da música, mas vou tentar passar o meu recado.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à Assembléia Legislativa de Minas Gerais pelo convite para participar dessas comemorações dos 500 anos de história do Brasil. Gostaria de agradecer também a honra que me foi dada de estar numa Mesa composta pelas pessoas que aqui estão.

Fui convidada na qualidade de cientista política. Então, vou falar sobre o tema do Brasil na perspectiva da ciência política. Portanto, vou começar esclarecendo de que maneira esse tipo de professor e pesquisador fala do tema da nação, antes de falar especificamente do Brasil como nação.

Gostaria de apresentar algumas idéias que são próprias do meu campo de conhecimento, para orientar as reflexões que vou fazer, em muitos pontos coincidentes com alguns já discutidos pelo José Murilo e pelo Deputado Chico Alencar, mas meus comentários serão na perspectiva da ciência política.

Na ciência política, o tema da nação aparece normalmente vinculado ao tema da cidadania.

No campo da ciência política, distinguimos, no processo de formação histórica de uma sociedade, o aspecto que está relacionado com a organização do Estado e distingue os processos próprios de organização do Estado daqueles que estão relacionados com a organização da nação. Fazemos essa diferença entre Estado e nação. O Estado é essa estrutura que governa a sociedade e separa os governados dos governantes. Os governantes são pessoas que têm, por construírem e organizarem o Estado, a capacidade de determinar de que maneira a vida da sociedade vai organizar-se, qual será a qualidade da convivência que prevalecerá, como os direitos, deveres e bens sociais serão nela distribuídos. O Estado tem um papel fundamental na estruturação da vida social. Organiza-se através da formação de um centro de Governo e de suas burocracias próprias: as Forças Armadas, os fiscais da Fazenda, os funcionários públicos que cuidam das questões da administração pública. Organiza-se, também, na forma moderna, através dos órgãos, das instâncias que produzirão a regulamentação ou que participarão do processo de produção das leis que vão gerir a convivência social. É o caso, por exemplo, dos parlamentos, que fazem parte do Estado. O Legislativo não se pode colocar fora do Estado, é parte do Estado. E o que o Estado é, em boa medida, no mundo moderno, depende do que o Legislativo faz, como se comporta,

como atua politicamente, vinculando a sociedade governada ao Estado. É a essa visão que me refiro. Quando falamos do processo de formação da nação, no campo da ciência política, estamos pensando eminentemente em formas de processos e leis que incorporam a sociedade governada, na sua totalidade, ao processo político de regulamentação e de reconhecimento de direitos e deveres que o Estado vai realizar. A nação, portanto, identifica-se com um processo de regulamentação de direitos e deveres, não só de alguns privilegiados, mas do todo da população, do todo da sociedade, que está vinculada a um Estado. Assim sendo, na perspectiva da ciência política, a nação está relacionada com o processo de construção da cidadania, do estabelecimento legal, jurídico, público, de direitos, que serão atribuídos à sociedade. E, no mundo moderno, quem é portador de direitos é o indivíduo, e não grupos específicos. Dessa maneira, acho importante desvincularmos a discussão sobre a nação de certos temas relacionados, por exemplo, com nacionalismo, atitudes de valorização de um povo inteiro, de toda uma coletividade. Na perspectiva da ciência política, a nação está associada a direitos que são reconhecidos para o indivíduo. O indivíduo é o portador de direitos e é ele que cumprirá deveres face ao Estado e aos demais membros da sociedade. A cidadania é concebida, nesse campo de conhecimento, ou seja, no meu campo de conhecimento da ciência política, como um processo formal, que tem uma dimensão iminentemente jurídica: direitos, deveres, que se traduzem nas leis, nos códigos, que são produzidos politicamente. O cientista político tem uma certa rejeição à idéia de que a cidadania se constrói apenas por meio de movimentos sociais, tais como pessoas que se organizam em sindicatos, em movimentos populares, em partidos políticos revolucionários ou mais populares.

Isso, porque o cientista político reconhece que o Estado, enquanto estrutura organizada de governo, tem também um papel muito importante. É muito poderoso para si mesmo, Estado, com suas burocracias e autoridades próprias. O Poder Executivo tem também, juntamente com o Poder Legislativo, condições de induzir a cidadania, de criar concepções de direitos e deveres, que são vistos como formas de unir a sociedade e fazê-la avançar no sentido de coesão e de reconhecimento mútuo de direitos e deveres, no sentido de mais respeito na convivência social. Então, muitas vezes, o próprio governante, o Estado constituído, pode ser um indutor de cidadania, que não nasce apenas dos movimentos sociais.

Quando o cientista político discute o tema da cidadania e da nação, reconhece que existe uma espécie de dinâmica política que vai se dar em diferentes momentos na história de um povo, que vincula a coletividade que vai se organizando politicamente com o governo que está constituído. Então existe uma espécie de movimento vivo entre o governo constituído e a sociedade que vai se movimentando, se dando conta das dimensões de convivência que deveriam ser regulamentadas, transformadas em lei, para que se torne mais respeitosa, mais civilizada e mais justa. Na perspectiva da ciência política, quando falamos em nação pensamos em cidadania. Espero que essa idéia tenha ficado clara.

Quando pensamos nesses processos com relação ao Brasil, temos que observar que, do ponto de vista jurídico formal, principalmente no período republicano, o Brasil tem se tornado cada vez mais nação, com as leis trabalhistas, as leis previdenciárias e títulos específicos relativos a direitos civis, políticos e sociais das diversas Constituições republicanas já produzidas. No total, são sete, de 1971 a 1988, e registram um avanço real da cidadania. Podemos até considerar que, entre 1888, que representa o fim da escravidão do Brasil, e 1988, data de promulgação da nossa última Constituição, existe um século de história de relações sociais e políticas no Brasil, e caminhamos muito na direção da cidadania e da constituição da nação. A Constituição de 1988 é um documento exemplar de constituição jurídica e formal de uma sociedade civilizada, respeitosa e cidadã. Lida com todos os temas polêmicos da convivência brasileira e abre o caminho constitucional para que os grandes temas conflituosos da nossa sociedade sejam efetivamente tratados, como reforma agrária, discriminação racial, direitos dos índios e dos cidadãos para participar dos processos políticos. Acaba quase totalmente com os direitos corporativos de grupos específicos. Existem poucos itens na Constituição de 1988 que se referem a privilégios e prerrogativas.

Sou funcionária pública, mas tenho de dizer que a Constituição preserva o funcionalismo público como um corpo privilegiado, ou seja, que possui prerrogativas que o resto da sociedade não possui, como a existência, para os militares e políticos em exercício de mandato, de foros especiais de julgamento em casos de crime. Essas são prerrogativas que não são democráticas. No mais, a Constituição de 1988 é exemplar. Porém, quando olhamos para o funcionamento da sociedade brasileira, para o funcionamento e a organização das instituições e para a avaliação e aplicação das próprias leis, como diz o outro, os 500 mil réis são outros, ou seja, os 500 dos quais estamos falando são outros.

Gostaria de trazer para vocês uma forma que a ciência política utiliza para falar dessa discrepância entre o que diz a lei e o que acontece na realidade social. Refiro-me a um sociólogo muito importante na história da sociologia brasileira, Alberto Guerreiro Ramos, que desenvolveu um conceito de formalismo para falar de um traço dominante da história política brasileira. Esse conceito ajuda-nos a entender esse descompasso entre o processo de desenvolvimento jurídico formal da cidadania e da nação, no Brasil, e a realidade da nossa convivência social, que realiza a cidadania de maneira truncada e que institui a nação mais como um arremedo do que como uma realidade, ou seja, mais como uma aproximação incompleta de convivência fundada em respeito ou uma realização incompleta da realidade étnica, que deveria ser a nação. O que é o formalismo? De acordo com Guerreiro Ramos, é a discrepância entre a lei e a prática das pessoas e das instituições. Em outras palavras, a lei ou é desrespeitada, ou é desobedecida parcialmente, ou é desconsiderada, ou é considerada muito importante, consideram que deveria existir, mas não existe, porque as pessoas que deveriam aceitá-la e batalhar por ela sofrem restrições para que a lei seja discutida e aprovada. Ele diz: "Por que, então, organizam uma sociedade com uma estrutura jurídica completa, com um Legislativo, com os códigos, com os tribunais e as autoridades públicas, se a maioria das pessoas, quase que tranquilamente, sem dúvidas morais e sem receber um julgamento social negativo, desobedece à lei? Para que a lei, então? Para que essa estruturação jurídica da sociedade?". Guerreiro Ramos diz que esse formalismo cumpre, pelo menos, duas funções muito importantes na estruturação da sociedade brasileira. A primeira função importante do formalismo, segundo ele, é tornar o Brasil aceitável para os outros países. É aquela idéia triste de um dito muito comum, do início do Brasil independente, quando se organizavam "para o inglês ver", ou seja, o inglês que tinha de nos ajudar, emprestando-nos dinheiro e comprando os nossos produtos. Eles tinham de nos avaliar como um novo Estado, um novo país e uma nova sociedade, no fórum dos demais países. Então, essa idéia da estrutura jurídica "para o inglês ver", segundo Guerreiro Ramos, é uma característica do excesso de lei e formalismo jurídico do Brasil, o qual não corresponde à prática institucional e à das pessoas em seu convívio.

Mas, ao mesmo tempo, diz ele que, para que a sociedade brasileira funcione de maneira discriminatória, mas organizada, equilibrada, estável, as leis estruturam os pontos de referência para saber quem vai controlar recursos para distribuí-los por meio de relação de favor, apadrinhamento, clientelismo. Então, a estruturação jurídica é um referencial que diz quem terá poder para distribuir bens escassos, privilégios, empregos e oportunidades num país cuja economia não tem dinamismo para produzir riquezas, emprego ou oportunidades de vida para todos; um país de economia dependente e pouco dinâmica. Como se resolve o problema num país que não tem o dinamismo para criar oportunidades reais de inserção de todos nos direitos econômicos, sociais, civis? A lei existe, e, por meio dela, estamos dizendo, simbolicamente, que a nossa sociedade está organizada politicamente, que respeita os padrões modernos de organização da política, que é institucionalizada. Mas, ao mesmo tempo, o próprio formalismo, essa desobediência aceita da lei e uma espécie de atitude generalizada dos brasileiros de aceitarem que as coisas são assim fazem com que tenham descrença permanente com relação à política, às leis, às instituições do Estado. Mesmo quando se dirige a um Estado, ninguém acredita que a lei seja para valer, que as autoridades existam para promover o bem comum, ninguém acredita na moralidade pública. Diz ele que esse é um traço perverso de uma sociedade que não tem dinamismo econômico para criar as oportunidades reais de inserção de todos na cidadania. Para ele, o fundamento básico da cidadania é o acesso do indivíduo aos bens básicos da educação, do trabalho e seu reconhecimento no plano do consumo e do convívio econômico. Isso é o que nos diz.

Um estudioso do tema da cidadania no mundo moderno, o sociólogo inglês Marshall, diz que a lei sem as instituições não tem como funcionar direito. Sob esse prisma, podemos dizer que o Brasil tem um déficit institucional. As instituições não funcionam direito para que tenhamos as leis obedecidas. Sabemos que o que está afirmado na lei não se realiza nas condições reais do Governo, dos tribunais, das cortes. A nação só poderá ser construída no Brasil se houver mais força institucional, mais força do Estado para, por meio das instituições, forçar todos os brasileiros a se vincularem no respeito às leis.

Esse é o caminho. Portanto, temos que ter mais instituições, o que deve ser contrabalançado com maior participação. Do ponto de vista formal, o Brasil caminhou bastante na direção da construção da nação, e, do ponto de vista das práticas sociais, estamos tendo mais cidadania ativa. Falta muito para caminhar, mas não vejo um futuro escuro. Vejo o futuro como um espaço de aprendizagem para uma maior participação e cidadania. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Antes de passar a palavra ao próximo orador, a Presidência informa que, no andar superior, temos estandes com livros de várias editoras tratando a temática dos 500 anos; e, no estande da Vozes, encontramos o livro do Chico Alencar, "BR 500", à disposição para quem quiser adquiri-lo. Ao final do debate, dando-nos uma boa colher-de-chá, ele fará o sorteio de dois exemplares.

Palavras do Sr. José Carlos Reis

Boa tarde. Preparei um texto cujo título é: "Duas Versões sobre a Formação do Brasil Nação: A Extrema Direita versus Democracia Radical. Vou, na verdade, relembrar algumas teses sobre o Brasil. Talvez não cheguemos até a democracia radical, por falta de tempo, mas tentaremos.

O problema que se propõe ao debate é: como se deu a formação do Brasil Nação? Não há resposta única, fechada, sistemática para essa questão. Essa história pode ser relatada de muitas formas. O Brasil é um país vasto e complexo, contraditório e extremamente dinâmico, o que impede que se possa ter uma representação consensual, homogênea, estável da sua identidade nacional. Quem somos, o que fomos e o que queremos ser? O que significa a afirmação "sou brasileiro"? Qual é o "conteúdo empírico" dessa emoção? A resposta depende do sujeito histórico que toma a palavra. Pode-se pensar o Brasil de múltiplos modos, e todos sustentáveis por uma argumentação coerente e reconhecível. Existem versões do Brasil de origem senhorial, burguesa, proletária, classe média, camponesa, sem-terra, paulista, mineira, nordestina, sulista, negra, indígena, feminina, migrante, caipira, urbana, suburbana, litorânea, sertaneja, oficial, marginal, militar, civil etc. A maioria delas ainda não formulada, silenciosa. Mas cada um desses personagens sente-se brasileiro de um modo particular e conta essa sua experiência de forma diferenciada. Quem são os "heróis" da história brasileira? Quais são os grandes eventos, as datas mais fortes? Em que

direção o Brasil se encaminha? Que juízo de valor elaborar sobre as experiências brasileiras? A resposta revelará a identidade social e histórica de quem toma a palavra.

Há representações da identidade brasileira que são hegemônicas, há idéias do Brasil que são dominantes, mas revelam apenas a força do sujeito que as articula. Não falam de uma identidade brasileira em si, de uma brasilidade enquanto tal, essencial. Quando se discutem as identidades nacionais do Brasil têm-se "discursos", "representações", que emergem de sujeitos brasileiros particulares e que pretendem valer para todos os brasileiros. Esses discursos e representações usam a história dita científica para legitimar seus interesses e paixões. Imaginário, mitologia e reabertura de arquivos confundem-se. Seria possível produzir um discurso sobre o Brasil desapaixonado, científico, verdadeiro? Dificilmente. É por isso que todas as representações do Brasil são relevantes, pois, juntas, revelam uma idéia do Brasil complexa, polidêmica; uma idéia composta de idéias, de projetos, um polígono de múltiplas faces ao mesmo tempo opostas e interligadas em uma mesma figura. Pensar o Brasil como um todo é "pôr junto", confrontadas, contrastadas, as múltiplas representações que os diversos sujeitos históricos produziram para se localizarem na trajetória brasileira e escolherem uma direção para a construção do seu futuro.

A identidade histórica não é constituída pelo congelamento do passado, por uma homogeneidade artificial. A identidade histórica é construída em cada presente, em uma relação de recepção e recusa de passados e de abertura e fechamento aos futuros.

Escolhemos duas versões da formação da identidade nacional brasileira para abordar aqui: a das elites imperiais, considerada aqui como de "extrema direita", articulada pelo botânico-viajante alemão Karl Ph. Von Martius e pelo maior historiador do século XIX, Francisco Adolfo de Varnhagen; e a do homem médio urbano, considerada aqui como "democrata radical", formulada por um dos maiores historiadores do século XX, Sérgio Buarque de Holanda. Não sabemos se essa terminologia acima ainda é aceitável, mas a usaremos apenas como "expressões" que permitam diferenciar as duas versões do Brasil. Em todo caso, poderemos discuti-la. Nós as escolhemos por representarem visões diametralmente opostas do Brasil, que tornam visível essa impossibilidade de se referir a uma identidade brasileira homogênea, fechada, estável. Há inúmeras outras perspectivas sobre o Brasil, tantas quantos podem ser os matizes das combinações das cores.

A versão da "extrema direita": Karl Ph. Von Martius e Varnhagen: felizmente, o Brasil é uma nação neoportuguesa. Francisco de Varnhagen (1816-1878) é considerado o "Heródoto brasileiro", o fundador da história do Brasil. Foi na década de 50 do séc. XIX que surgiu a obra de história do Brasil Independente mais completa, documentada e com posições políticas explícitas: a "História Geral do Brasil". Essa obra foi possível porque o processo da independência política consolidou-se por volta de 1850. E foi no interior desse processo histórico que surgiu a outra condição favorável ao surgimento da obra de Varnhagen: a institucionalização da pesquisa histórica no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB. A independência política consolidada e as lutas internas geradas por ela reprimidas, o Brasil possuía um perfil do qual ainda não tomara conhecimento. Varnhagen desenhará o perfil do Brasil Independente, oferecerá à nova nação uma imagem do seu passado e um futuro. Aqui já se percebe a união indissolúvel entre situação histórica, interesses e emoções de um grupo determinado e a pesquisa científica. O IHGB tinha como missão elaborar "cientificamente" o perfil da nação brasileira e, ao mesmo tempo, formular os interesses e as paixões do grupo que o criou e financiou. O Imperador foi o protetor de Varnhagen e do IHGB, oferecendo-lhes os recursos para a sua missão.

O pensamento histórico brasileiro iniciou-se sob uma dupla inspiração: institucionalmente, o IHGB imitava o Institut Historique de Paris e compartilhava com os franceses alguns valores revolucionários; mas a pesquisa histórica mais influente e que também fez história esteve sob inspiração alemã: Karl Ph. Von Martius teve uma repercussão enorme sobre o pensamento histórico e político brasileiro, e Varnhagen, teuto-brasileiro, consolidou essa influência. Houve tensões entre o IHGB francófilo e os historiadores germanófilos. A diferença aparecia sobretudo na visão do indígena e nos métodos para aculturá-lo. O IHGB era romântico, rousseauiano, tinha uma visão idílica do nosso bom selvagem e propunha métodos brandos para trazê-lo à fé cristã. Von Martius e Varnhagen propunham métodos duros para dominá-los e tinham uma visão cética sobre a possibilidade de sua integração na civilização. Essa segunda visão do indígena, a alemã, vai se impor, e os métodos duros que propunha legitimará as práticas dos colonizadores.

O jovem Imperador precisava muito da história e dos historiadores. Ele precisava da história para legitimar-se no poder. O Brasil independente precisava dos historiadores para se "representar", construir uma idéia de si, uma identidade que lhe permitisse agir, tomar a história em suas mãos. Era preciso formular um projeto para a jovem nação. O que o Brasil foi e queria se tornar? Para responder a essa questão, o IHGB, em 1840, estabeleceu um prêmio para quem elaborasse o melhor plano para a escrita da história do Brasil. O texto premiado foi o do botânico e viajante alemão Karl Ph. Von Martius. Na sua monografia intitulada "Como se Deve Escrever a História do Brasil", publicada na "Revista do IHGB", em 1845, Von Martius definiu as linhas-mestras de um projeto histórico capaz de garantir uma identidade nacional ao Brasil. Surgiu a primeira interpretação do Brasil-Nação, ultraconservadora e elitista, que entranhou profundamente na população brasileira. Von Martius lançou os alicerces do mito da democracia racial brasileira. Para ele, a identidade brasileira deveria ser buscada no que mais singulariza o Brasil: a mescla de raças.

Para Martius, apesar de insistir sobre "mescla de raças" e "democracia racial", no essencial, a história do Brasil será a história de um ramo dos portugueses, pois o português foi o conquistador e senhor, ele deu as garantias morais e físicas ao Brasil. O português foi o inventor e motor essencial do Brasil. O historiador deverá mostrar fundamentalmente a vida portuguesa no Brasil.

Quanto às demais raças, o historiador "filantrópico, humano e cristão" não poderá deixar de abordá-las e defendê-las. Para ele, se o português é a raça mais importante, as raças etíópica e indígena reagiram positivamente. Mas, na verdade, em sua visão, percebe-se um grande desdém pela presença e pela contribuição desses grupos ao Brasil-Nação. Diz defender a mescla de raças, mas lamenta a miscigenação e considera geneticamente o mestiço inferior e doente, incapaz de fazer história. Até dará alguma atenção aos indígenas. Quanto ao negro, será breve, oferecendo poucos dados e propondo algumas poucas questões. A questão principal, quanto ao negro, segundo ele, seria esta: o Brasil teria tido um desenvolvimento diferente sem a introdução dos negros escravos? Ao historiador caberia responder se teria sido para melhor ou para pior... Essa pergunta atormentará os historiadores brasileiros, que darão a ela uma resposta positiva, isto é, "foi pior", até a edição de "Casa Grande & Senzala", em 1933.

Além de enfatizar a mescla de raças, embora privilegiando a raça branca, outro aspecto que, segundo Von Martius, o historiador do Brasil deverá insistir será o da unidade brasileira. A história do Brasil deverá ser centralizada no Imperador. Apesar da variedade de usos e costumes, dos climas, das atividades econômicas, das raças e da extensão territorial, o historiador deverá enfatizar a unidade. À diferença, deverá dar tratamento comum. Como a extensão territorial dificulta essa unificação, propõe que se façam histórias regionais, que garantam uma direção à centralização. Seu texto deverá ser patriótico, despertando o amor ao Brasil. Em sua defesa do Brasil unido, monárquico, cristão, o historiador precisará lutar contra a desconfinção entre as províncias, contra a fragmentação do território e a agitação republicana.

Sob influência franco-alemã, o pensamento histórico brasileiro começou racista, autoritarríssimo, violento e excludente. A terra do Brasil era legitimamente portuguesa, e a ação portuguesa, oficial ou particular, era justa e civilizadora. Os "descobridores" a conquistaram e eram seus legítimos donos. Não importa se o Brasil se tornara um enorme "campo de concentração" de negros e indígenas. Não importa se os negros eram submetidos em sua África e escravizados em uma terra estrangeira; não importa se os indígenas morriam ao simples contato com o branco. Tudo isso fazia parte do plano da Providência, era uma "astúcia de Deus", que fazia o bem por linhas tortas. O que importa não é o custo, mas o resultado da ação portuguesa: a integração do Brasil na civilização ocidental, a revelação da verdadeira fé a esses pagãos, a implantação da ordem real, da lei, a preservação da unidade territorial. Esses objetivos legitimavam qualquer violência. O Brasil não poderia continuar excluído da civilização ocidental, e a missão portuguesa era levá-lo ao seio da Providência. Aqueles habitantes do Brasil que comprometessem a sua integração na cultura europeia deveriam ser excluídos ou eliminados. E esses habitantes constituíam mais da metade da população brasileira. Nessa versão da nossa identidade, a própria população brasileira comprometia o Brasil-Nação. A Nação brasileira se restringia ao Estado e aos poucos brancos das elites. Estas tinham até "nojo" do mestiço, não queriam compartilhar com ele a identidade brasileira e foram cruéis em sua exclusão.

Varnhagen, em sua "História Geral do Brasil", fortalecerá esse projeto de um Brasil português e para os portugueses. Sobre os indígenas, será explícito: ou faziam a primeira comunhão, pegavam na enxada, aceitavam a autoridade do rei e iam para a escola religiosa ou sua extinção seria inevitável e legítima. Ou se esqueciam de que eram indígenas ou mereceriam o extermínio. A jovem Nação não poderia ter, em seu seio, selvagens. Aqueles homens exóticos, Varnhagen os descreverá sem afeição. Era, segundo ele, uma gente pouco numerosa, nômade, que vivia em cabildas e morava em aldeias transitórias. Violentos, bárbaros, sem amor à Pátria, com os laços de família muito frouxos. Eram falsos e infieis, inconstantes, ingratos, desconfiados, impiedosos, despidorados, imorais, insensíveis, indecorosos. Eram friamente brutais. Diante dos estudos que fez, se surpreendia que houvesse ainda poetas e filósofos que viam o estado selvagem como feliz. Os indígenas passam por privações, fome, não têm lei, religião, vivem na selvageria e ferocidade. As leis tornam feliz o homem que se sujeita a elas. O Direito, a Justiça e a Razão são melhores que o instinto, o apetite e o capricho. O selvagem não tinha nada a oferecer para a melhoria da situação da humanidade.

Felizmente, a Providência Divina fez com que o cristianismo viesse dar fim a tão triste e depravado estado. Essas gentes errantes desfrutavam, sem a paz e a cultura do espírito, do fértil solo do Brasil. Esse é o passado do Brasil, que deverá ser esquecido ou que não deverá influenciar na construção do futuro da Nação brasileira. Deverá até ser preservado como antímodo, isto é, como modelo daquilo que o Brasil não quer ser.

Aliás, os capítulos dedicados ao indígena na "História Geral do Brasil" teriam esta função: mostrar que o futuro do Brasil não poderia ter nesse passado a sua raiz. O presente-futuro do Brasil se assentaria em um outro passado, naquele que veio do exterior para pôr fim a essa barbárie e selvageria interiores. Com a chegada do Cristianismo, do Rei, da Lei, da Razão, da Paz, da Cultura, da Civilização, com a chegada dos europeus a este território, o Brasil surgiu e integrou-se no seio da Providência.

Quanto aos negros, Varnhagen dedicará a eles poucas páginas. Para ele, os traficantes negreiros fizeram grande mal ao Brasil, entulhando as suas cidades e engenhos de negreiras. A colonização africana teve uma grande entrada no Brasil, o que o obrigava a consagrar algumas linhas a essa gente. Mas fazia votos de que um dia as cores de tal modo se combinassem que desaparecessem totalmente do novo povo as características da origem africana e a acusação da procedência escrava de um dos troncos da população brasileira. Considera que a escravidão no Brasil foi mais suave que em outro país da América. Ao passar tais gentes ao Brasil, como escravos, na verdade melhoraram de sorte. A escravidão é injusta, mas, mesmo assim, melhoraram de sorte ao entrarem em contato com gente mais polida, com a civilização e o cristianismo. Por causa desse encontro, os negros da América são melhores que os africanos. Distinguem-se pela sua força física, seu gênio alegre para suportar a sua sorte, pela sua capacidade de trabalho. Com o seu canto sempre melodioso e afinado, embora monótono, disfarçavam as maiores penas. Entretanto, fizeram mal ao Brasil, com os seus costumes perversos, seus hábitos indecorosos. Escravos, viviam alheios à ternura da família, tinham o coração endurecido. Sem os negros, o Brasil teria sido muito melhor! Foi um erro a colonização africana do Brasil. Se quisessem ser incluídos na Nação, que se tornassem brancos na pele e no espírito! Afinal, podia a jovem Nação se identificar e incluir derrotados, escravizados e negros?

Mas, se a colonização portuguesa salvou o Brasil, como Varnhagen justificaria a Independência? Para ele, felizmente, a idéia de independência foi levada adiante pela própria família real! A Independência do Brasil foi muito estranha: não foi feita contra a família real, mas pela própria família real portuguesa! É uma situação tão curiosa e inesperada que só a história pode fazer compreendê-la. Foi um Príncipe português que liderou o processo de emancipação política do Brasil, lutando contra os seus próprios súditos portugueses, por outro povo, outro país, outro projeto de nação! A essa independência, Varnhagen não se opõe. Sua fidelidade é ao Rei, à Monarquia, que garantem a unidade, o cristianismo. Divisão e separação, só se for entre Reis, os únicos qualificados para o governo. A um Príncipe português, o Brasil deve a liderança da sua independência, e ao seu filho o Brasil deve a consolidação da sua unidade. O patriotismo caboclo, fonte do nacionalismo atual, considera-o prejudicial ao Brasil.

Enfim, Varnhagen defende a presença portuguesa no Brasil, faz o elogio da colonização portuguesa, é compreensivo com os seus erros e despotismo. A Independência não foi prejudicial porque garantiu a continuação do Brasil colonial no nacional: um Brasil português. A Independência não interrompeu o passado, melhorou-o. O Brasil continuava português, imperial e independente! A Nação brasileira seria planejada e construída pelo Estado Imperial, autoridade indiscutível, absoluta. A Independência não foi problemática porque o Estado não foi comprometido: continuava nas mãos da dinastia de Bragança. O Estado brasileiro seguirá o modelo do Estado português. A unidade deverá ser preservada a qualquer custo. O Estado será o centro da nação gigantesca: assegurará a ordem, a lei, a religião, a unidade. Continuará a ação civilizadora da Europa branca. A uniformidade cultural e a unidade nacional se fizeram com repressões sangrentas. Mas, para ele, legítimas!

Era essa a história que o Brasil recém-independente precisava? Ou era a que as elites brasileiras, os descendentes dos "descobridores", dos conquistadores, precisavam para levarem adiante a "sua" nova nação, em meados do séc. XIX? Essa história realizava um "elogio do Brasil luso-brasileiro", dos seus heróis portugueses do passado, expressando confiança incondicional em seus descendentes. Essa história não falava de tensões, separações, contradições, exclusões, conflitos, rebeliões, insatisfações, pois uma história assim levaria o Brasil à guerra civil e à fragmentação; isto é, abortaria o Brasil, que lutava para se constituir como poderosa nação, como outro Portugal. Essa história legitima a repressão a toda expressão espontaneamente brasileira. Varnhagen será o formulador dessa história e se tornará o primeiro grande "inventor do Brasil", aquele que guiará os conservadores de todos os matizes, que querem um Brasil branco, cristão, unido, sem conflitos, ocidentalizado, controlado sem contestação pelas elites instaladas no Estado e que se tornaria uma potência mundial, um império colonial, outro (o mesmo) Portugal.

Essa é a versão da extrema direita do Brasil. O Estado-Nação brasileiro. Se der tempo, mencionarei a versão "democrática radical".

Meu tempo está esgotado. Não vamos ler sobre a democracia, vamos fazer a democracia.

Se vocês acompanharam a versão da extrema direita sobre o Brasil, devem estar com vontade de reagir. Há uma reação muito bem formulada por Sérgio Buarque de Holanda em "Raízes do Brasil", e eu procuro me estender sobre essa argumentação democrática. Vocês podem ler o texto depois, quando for publicado, mas, ao invés de ouvir, podemos debater essa visão de extrema direita do Brasil. É melhor a sua reação do que a reação de Sérgio Buarque de Holanda.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Neste instante, daremos início à fase de debates. A coordenação informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores, que poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente. Para que possamos agilizar o debate, solicitamos aos participantes que desejarem fazer uso do microfone que se inscrevam previamente e se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de até 3 minutos para sua intervenção.

Debates

O Sr. Presidente - Daremos início à fase dos debates com o Sr. Chico Alencar, premido pela circunstância do voo de retorno. Já estão em suas mãos duas perguntas formuladas por escrito. Pediria a ele que desse conhecimento das perguntas ao Plenário e as respondesse.

O Sr. Chico Alencar - Kátia Greco, da UNI-BH, faz uma pergunta ao Presidente da Mesa e também aos Deputados. Estou vendo aqui o João Leite, o Durval Ângelo. "Por que os políticos, que representam os ideais da sociedade, não levam mais a sério a questão do desenvolvimento do País e, deixando de lado os conchavos, os acordos de cúpula, a hipocrisia, - estou acrescentando um molho ao que você perguntou - "tratam de solucionar os problemas para sairmos dessa eterna posição de país em desenvolvimento?"

O Capistrano de Abreu, depois do Varnhagen, propôs para o Brasil uma Constituição que fosse a mais sucinta do mundo: "Todo brasileiro deve ter vergonha na cara. Revogam-se as disposições em contrário". Em primeiro lugar, temos que superar essa visão liberal de que os políticos estão lá e nós estamos aqui. Todo mundo - isso é velho, da época do Aristóteles - tem uma dimensão política da "polis", da cidadania, dentro de si. Todos nós temos uma responsabilidade social, por mais que isso esteja cada vez mais desvanecido nestes tempos. Nunca a política foi tanto a delegação. Você vota, em geral, esquece em quem votou, deixa para lá e, de quatro em quatro anos, é chamado a se manifestar, supostamente, sobre os destinos da sociedade. Essa representação absoluta, que é delegação irresponsável, tem que ser superada. Além de votar bem, com consciência, na pessoa, no seu partido, no seu projeto, nas suas propostas - e nisso o Brasil está bem plural, tem da extrema direita às várias facções da esquerda, representadas, às vezes, por um partido só, como o meu, tem de tudo -, temos que ter, também, a dimensão da participação, da cidadania ativa, porque, senão, ficamos na cidadania passiva e na delegação. Então, se há podridão, inércia e conchavo no chamado mundo político da representação institucional, é sempre bom lembrar que quem elege é o povo. Há o poder econômico, a influência, a indução a um voto equivocado, mas, de qualquer forma, esse tipo de soberania mínima nós reconquistamos a duras penas, com muita dificuldade; tem gente que deu a vida por isso. Os tempos são difíceis, mas é preciso buscar isso.

É claro que a responsabilidade de quem tem mandato no Executivo, no Legislativo, é maior. Volto a dizer aquilo que mencionei quando encerrei a minha fala: o Brasil vive uma profunda crise de projeto de nação. Estamos no limiar dessa virada de século e de milênio sem saber bem o que queremos dessa mancha humana no planeta chamada República Federativa do Brasil. É preciso começarmos a consolidar não um projeto pronto e acabado.

Destaco a presença aqui, amanhã, numa discussão muito rica, de César Benjamin, que ajudou a fazer um livro muito importante, chamado "A Opção Brasileira". Junto com o MST, por meio de um movimento chamado Consulta Popular, registrou o que foi ouvido da nossa gente - que não é tão desinformada e alienada como pensamos - sobre os caminhos que se vislumbram para este País. Certamente não são esses que estão em vigor hoje.

A outra pergunta é de Flávia e Josilene: "Por que tanta falsidade na história brasileira? O que devemos ensinar para os nossos futuros alunos, para que não fiquem bitolados com idéias falsas?"

Eu não diria que é uma falsidade. O Varnhagen e tantos outros pioneiros da nossa história não iam para um gabinete de leitura, de produção de textos, assim, cheios de maldades na cabeça. Isso, nos conchavos políticos, acontece, mas eles tinham as mais generosas intenções, só que nenhum de nós está imune aos pensamentos dominantes. Volto a citar o velho Manifesto Comunista: "As idéias dominantes de uma época são as da classe dominante. Então, há toda uma conformação de imaginário e de pensamentos que acabam nos influenciando. Felizmente, vivemos um tempo de mudanças, de transformações tão grandes, que, às vezes, num tempo de existência, conseguimos perceber muitas mudanças. A história que eu - que não sou tão velho assim - aprendi nos bancos escolares era absolutamente absurda. Tive de decorar aquelas regências trinas. Sempre detestei as regências, acabei torcendo por ditadura. Adorei o Getúlio ficar 15 anos seguidos no poder, porque antes tinha de decorar todos os nomes da República Velha. Gostava da chamada Revolução de 30 por causa disso. Vejam que deformação! Mas essa história já mudou muito. A que meus filhos aprendem não é tão factual, narrativa, "acontecimental" assim. O desafio é

construirmos a história-problema, a história que gira o cotidiano, que apareça na vida das nossas crianças e dos nossos jovens.

Aqui neste livrinho fiz uma brincadeira com o tal hino dos 500 anos. Vocês sabem que o Governo encomendou a Xitãozinho e Xororó o "Hino dos 500 anos". E eles fizeram. Até saiu no "Fantástico". O Greca - novamente ele, parece até que tenho cisma com ele - chorou de emoção ao ouvir o hino, que é uma verdadeira cristalização do senso comum. Lá pelas tantas, falou assim da Independência: "Feito uma oração de cavalheiros, escutei um grito forte de independência ou morte, à beira do riachão". O riachão é o riacho Ipiranga. Então, fiz um contra-pondo, uma paródia: "Feito um lamento de um tropeiro, ouvi um grito estranho: era dependência e morte, e o latifúndio tacanho". Olhem a Independência do Chitãozinho e do Greca: "Eu vi chegando caravelas do futuro, lá no meu Porto Seguro, quando o sol trazia a luz". O que vimos? "Vi entrando caravelas da conquista, num certo porto inseguro, obscuro ponto de vista."

Entendo que o professor, além de ter a leitura, a preparação, a atualização, tem de ser também criativo. O Erik Robsbawn, a meu ver, um dos maiores historiadores vivos do planeta, diz no seu livro "O Breve Século XX, a Era dos Extremos": "Um dos fenômenos mais lúgubres do século XX, um dos fenômenos mais nocivos, é a absolutização do presente, que faz com que os nossos jovens não se sintam resultado nem participantes de um passado histórico que os molda e os constitui". Isso é gravíssimo. A cultura do "hamburger", a "hamburguerização" da cultura, em que tudo se resume a um "fast-food", tudo é muito "speed", tudo a televisão nos mostra muito rápido. Nada é fruto da reflexão, da meditação, do pensamento de olhar a sua própria história. Compro, logo existo. E não mais "cogito ergo sum". Isso é fatal, mesmo para a constituição de um povo consciente, de um projeto de nação.

O historiador, o professor de História, o professor em geral, de Literatura a Matemática, tem um papel importante de, na sociedade do imediato, do consumível, trazer à reflexão essa dimensão altamente humana, rompendo com a absolutização do presente. O resultado disso é essa despolitização generalizada e o desinteresse social. Aliás, entre os que já atuaram e militaram, há uma espécie de neoconformismo esclarecido.

Exerço o mandato de Deputado, mas sou professor da UFRJ, tenho colegas lá que dizem: "Trabalho pelo que me pagam. Não tenho mais ideal". Ou seja, trabalham muito mal e pouco. Então, voto e adoro ler o Veríssimo, mas não atuo, não milito e já não mantenho nenhuma relação de vizinhança. Então, acaba ficando aquela solidariedade eventual, como quando houve enchente no Sul de Minas ou catástrofes no Rio de Janeiro. Ai, às vezes, o coração não impediu de vez e faz algum gesto de solidariedade. Isso não constitui povo e muito menos nação. O nosso trabalho é questionar.

O nosso querido Betinho dizia: "Que os maus se tornem bons e que os bons não fiquem chatos!". Às vezes, você fica com um discurso repetitivo, muito em cima de "slogans" e não cria nada nem convence ninguém. A tarefa do educar é maravilhosa. Segundo Ana Arendt, educar é humanizar. É isso que precisamos fazer. Dá trabalho, porque é uma reumanização permanente e de inteligência crítica que não é muito forte no Brasil de hoje.

O Sr. Evaristo Garcia - Indo ao passado, veremos o movimento sindical para ver se construímos um novo movimento sindical, para que o povo confie novamente. No atual, ninguém está confiando. O próprio movimento sindical estrangulou Marx, com os proletários unidos de todo o mundo. Isso retardou o processo... Para saber como estrangulou, vamos entrar numa terrível seara. Isso retardou o processo revolucionário por cerca de 20 anos. Estamos num atraso violento. Ainda há pouco, o senhor disse que o Brasil não tem projeto. Mas creio que temos manifesto. Em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho. Mas não está havendo uma amplitude grande porque parece que o pessoal... Não sei o que está ocorrendo. O senhor poderia dizer. Nesse manifesto há uma tentativa de unificar forças contra o Sr. Fernando Henrique, já que os partidos já não o querem tirar fora. Mas nós queremos. Não houve exclusão desde o primeiro conclave de 1991. Não existe sociólogo capaz de reconstruir a chamada Aliança Operária Camponesa. A Universidade podia fazer um estudo sobre esse passado para ver se podemos construir isso.

Hoje, o Brasil está cheio de lutas miúdas, incluindo os partidos de esquerda, cada qual puxando para um lado. Não há unificação. Ninguém pensa no inimigo maior, que é FHC, o FMI, os banqueiros internacionais, mas somente nas lutas miúdas.

Fala-se agora em trocar aliança pela chamada parceria, uma linguagem nova que a intelectualidade usa. Mas não falam da parceria maior, que é entre os trabalhadores urbanos, os trabalhadores sem terra, os trabalhadores acampados, os trabalhadores rurais. Meu conceito de trabalhador urbano é muito amplo: vai desde o aluno até o professor; do servente de pedreiro até o mecânico, o engenheiro.

Só essa parceria ou aliança poderá dar um basta aos atentados que o Presidente da República vem cometendo contra a Constituição brasileira, confiscando recursos da seguridade social, da educação, sendo que o povo continua na maior penúria. Mesmo levando 1.300.000 assinaturas a Brasília e mais de 100 mil pessoas, disseram: "Isso não serve nem para limpar". É assim que fala o pessoal do PDS, e toda essa raça. Obrigado.

O Sr. Chico Alencar - Peço desculpas aos colegas da Mesa, mas, em função do meu horário, juro que daqui a pouco me calo para sempre neste seminário da Assembléia, porque tenho que ir embora às 18 horas.

Disse que Antônio Carlos engarrafa. Antônio Carlos vive trazendo problemas, desde aquele que fez a revolução antes do povo até esse, que agora se dá o luxo de ser o arauto da moralidade pública. O Brasil é incrível mesmo.

O Evaristo, na verdade, fez uma colocação indignada, e falta um pouco de indignação no Brasil. Por isso é muito bom ver uma pessoa experiente, vivida, com essa garra. Na verdade, as lutas miúdas, atomizadas também são do projeto dominante. Quanto mais atomizado, disperso, desvinculado, melhor para se manter essa hegemonia de dominação.

Mas é muito difícil num País em que existem várias realidades diferenciadas e cuja comunicação se faz através dos meios de comunicação de massa controlados por determinados interesses, fazer essa grande articulação. Você mesmo, em sua fala, mencionou mais de 1 milhão de assinaturas.

No entanto, acredito que há novidades no Brasil, sim. Se é verdade que, daqui a algumas horas, no horário nobre, 90 milhões de televisores - isso é impressionante, é o Brasil moderno - estarão ligados, é bem provável também que 90 mil pequenos grupos, por esse "paisão" afora, como nós, aqui, estarão reunidos, quatro ou cinco, nas comunidades eclesiais de base, nos núcleos sindicais, nos grupos dos trabalhadores sem terra, as donas de casa, os movimentos de índios, negros, tão bem representados hoje pela manhã, neste País em que 80% da população é de pessoas não brancas.

Somos indo-afro-europeus. Está na cara, na pele, no coração, no sangue, e isso também é um corpo vivo, ativo. Quando falo da necessidade de projeto, estou dizendo da construção de um projeto alternativo para o Brasil, objeto da Mesa de amanhã. Terão a oportunidade, o privilégio de estar aqui debatendo, porque é um projeto diferente.

Vejam só: o Brasil, apesar de tudo, desse povo chinfrim, como dizem os racistas, operou um desenvolvimento urbano-industrial, que é a sua marca maior no séc. XX. Na metade do séc. XX, o Brasil deixou de ser um país agrário para ser urbano-industrial. Hoje, somos um país fortemente urbano-industrial, que teve um nível de desenvolvimento capitalista muito próprio e quase único no mundo.

Isso não se deu ao todo por causa do "pai dos pobres", que também não deixou de ser, à sua maneira, a mãe dos ricos. Foi em função de um povo operoso, trabalhador, mesmo com o látigo da escravidão.

Nossa elite, no Rio, fala muito do poder dos traficantes. Ora, a nossa elite sempre foi traficante, a começar pelos primeiros brasileiros. O que quer dizer brasileiro? Traficante do pau-brasil. E armado, que matava, que degolava, que destruía os que atrapalhavam seu projeto mercantil. Os traficantes das drogas ilícitas também fazem isso, hoje. O que há de bandido de terno e gravata por aí, o grande empresário que sonega, que rouba, que subtrai, é uma grandeza. É preciso que afirmemos isso. Precisamos acabar com o discurso messiânico da classe operária, que tudo resolverá por ser operária. Muito já houve na história de lições, inclusive no Leste europeu, de classe dominada, ontem, que virou opressora, hoje, o que é também algo relevante. Vivemos um século de muita crise. O próprio socialismo precisa ter um novo significado, precisa ser repensado. Esse é um grande desafio para todos nós. Já que inventaram essa história de 500 anos, vamos aproveitar para redescobrir o Brasil, o que é uma bela tarefa. Vamos ser o Cabral às avessas. Vamos fazer uma outra viagem. Fernando Pessoa falava da epopéia portuguesa, na sua obra pós-camoniã, que aquela epopéia, para os portugueses, era a busca de quem somos na distância de nós e com febre de ânsia. Nós todos, que militamos pela utopia de um Brasil justo, igualitário, socialista, democrático, temos que realizar essa busca de quem somos, e com uma vantagem, não precisa

ser na distância de nós, mas para dentro de nós. Precisamos manter essa febre, essa ânsia, esse tesão, esse desejo de construir um novo país. É uma causa nobre em qualquer âmbito, na escola, no trabalho, no escritório, na vida parlamentar, no movimento sindical, e pela qual vale a pena gastar a vida. É uma tarefa bonita e para realizá-la, não precisa ser herói, tendo uma dimensão épica da existência. Não, é no cotidiano que João, Maria, José, constroem de novo o país. Temos que ser mais Pedro, o pedreiro, do que Pedro, Cabral. Fico por aqui, agradecendo a atenção de todos. Infelizmente não poderei ouvi-los. Mas, para que não pareça promessa de político, gostaria de fazer o sorteio de três exemplares do livro, conforme prometido. (- Procede-se ao sorteio.)

O Sr. Presidente - Deputado, temos mais uma solicitação, nessa linha: os alunos do primeiro período de História da UNI-BH estão solicitando sejam presenteados com um livro.

Antes de agradecer a brilhante participação do Deputado Chico Alencar, gostaria de dizer que temos duas questões formuladas pelo Pedro Henrique e duas questões formuladas pelo Murilo Rocha, ambos da FUMEC. Nossa assessoria vai solicitar ao Deputado que forneça as respostas a essas indagações, passando-as diretamente aos interessados, lamentando que o auditório não possa ter conhecimento delas. Da mesma forma, temos em mãos uma questão do José Carlos da UNI-BH. Pediríamos ao Deputado que, por gentileza, respondesse a essas perguntas, agradecendo, mais uma vez, a sua participação.

O Sr. José Murilo de Carvalho - Pergunta de Mauro Lúcio Gomes, aluno do curso de História da UNI-BH: "Como é vista a transição do homem social adormecido em suas questões sócio-políticas para um homem cômico de seu papel na sociedade?". Peço permissão para responder. A outra é muito utópica e essa já vai me tomar algum tempo.

Consciência dos direitos. Fizemos, no Rio de Janeiro, uma pesquisa e havia uma pergunta: "Na sua visão, quais são os direitos do cidadão brasileiro, definidos na Constituição Nacional?". Na população do grande Rio de Janeiro, que é razoavelmente educada, 60% das pessoas não souberam dizer um só direito. Na pesquisa como um todo, verificamos que o fator fundamental para que as pessoas tenham consciência dos seus direitos é a educação. Entende-se ser um obstáculo fundamental básico ao desenvolvimento da ideia do direito o fato de, no País, 66% da população ter o 1º grau incompleto. É óbvio que, sem a ideia do direito, não há uma ação de conquista desses direitos.

Outro elemento de educação são os próprios movimentos sociais. O papel educativo de sindicatos, associações de moradores, de todo tipo de organização é reconhecido por pesquisas no País inteiro. No Nordeste, por exemplo, antigamente o papel pedagógico do sindicato, que dizia aos trabalhadores rurais não apenas que direito tinham, mas também como lutar por esses direitos, era essencial. Temos a educação "minimista", e já disse antes que é preciso reconhecer que está havendo um esforço grande neste ponto. Minas Gerais foi pioneira em desenvolver a educação fundamental, e seu exemplo está sendo difundido para o Brasil, o que é um ponto positivo.

O ensino de segundo grau é patamar para o exercício de cidadania no mundo de hoje. Mesmo havendo instituições, temos, desde 1985, um sistema formalmente democrático. No entanto, o que acontece é que o maior aumento de participação política pelo voto, no Brasil, se deu entre 1970 e 1986, isto é, durante a ditadura. Daí se entende qual é o sentido desse voto concedido durante um período em que o voto não fazia sentido. Para que esse voto mude de sentido, para que tenha garra, é preciso que o votante seja um cidadão consciente. E, por aí, não há outro caminho a não ser a educação, a mobilização e a organização da sociedade. Nesse ponto, tenho perspectiva um pouco diferente, que no Brasil as coisas têm que vir de baixo.

Há mais duas perguntas de Kátia Greco: "Por que a educação insiste em propagar em nosso ensino, nas séries iniciais, a ideia do descobrimento como tendo sido feito por Cabral? Qual é a explicação para essa informação equivocada?" Não sei o que está sendo ensinado no ensino primário, mas, segundo a pergunta, é isso que está sendo feito. A exposição do Prof. José Carlos Reis mostra que a versão de Varnhagen, por exemplo, era a de transmitir a ideia de um Brasil português.

Insistir em Cabral e esquecer dos outros que aqui estiveram tem relação com isso. Insistir na Carta de Caminha, esquecendo-se da Carta de Vespúcio, que esteve aqui 2 anos depois e presenciou a primeira cena de canibalismo, ou seja, os índios reagindo violentamente à presença de estrangeiros, tudo isso se relaciona à ideia de apresentar um Brasil português, de acordo com essa visão otimista do encontro de raças de povos que, na realidade, não ocorreu dessa maneira. Obviamente, isso não é gratuito e faz parte dessa visão de Brasil que se tenta passar. Como disse, o Prof. José Carlos discutiu isso, infelizmente apenas no que se refere a uma das versões. A pergunta do Hector Carlos da Silva, da Escola Municipal Gabriela Leite Araújo, é a seguinte: "Como o tema desse debate está voltado para a educação, o que fazer para melhorar a educação no Brasil?" Novamente, essa tarefa é do Governo e da população, que deve reclamar. Não se trata apenas de xingar o Governo, mas, no Brasil, não tivemos movimentos populares fortes reclamando por isso. É preciso que haja mais pressão das associações sobre os Governos para incluir todos na educação primária e ampliar a educação secundária. As nossas estatísticas são vergonhosas em termos internacionais. Temos de fazer com que a educação no País seja mais eficiente e com que haja melhores salários para os professores. É preciso agir, pressionar e cobrar. Isso não deve ser simplesmente um projeto nacional. Isso tem de ser articulado de baixo. Não me incomodo que haja multiplicação. Hoje, tem de haver isso mesmo. É muito difícil fazer um projeto apenas. É preciso que a ação se multiplique por todos os lados. Em nível local, é preciso que se pressionem as Prefeituras e as Câmaras de Vereadores; em nível estadual e federal, devemos multiplicar ao máximo essas ações. Creio que, com esse trabalho de base, poderemos forçar e levar o Governo a fazer alterações na política pública, na direção desejada por todos.

A Sra. Vera Alice Cardoso Silva - Aproveito a pergunta para esclarecer melhor o ponto de vista que gostaria de ter desenvolvido anteriormente, mas que, por causa do tempo, não foi possível. A pergunta foi-me dirigida pelo Amador Santos, da UNI-BH. "Por que fazer mais leis, se as que existem raramente são cumpridas? Jânio Quadros disse isso. Não seria melhor haver menos leis, mas cumpri-las: leis para os descamisados ou excluídos?". Tentei defender aqui o ponto de vista de que a cidadania se constrói - e é ela que constitui a Nação -, no mundo moderno, através das leis; não se constrói no convívio social espontâneo, mas através das leis e da fixação dos direitos civis, que são aqueles que permitem que o indivíduo se realize no plano econômico, no âmbito das liberdades pessoais, no plano político. São direitos que permitem ao indivíduo participar da política não apenas no momento eleitoral, mas também no próprio processo de constituição das leis; permitem aos governados o monitoramento dos seus governantes. Constrói-se, também, a cidadania por meio dos direitos sociais que definem as condições de acesso aos bens sociais fundamentais: à educação, à saúde, ao trabalho e à informação. Alguns têm acrescentado o direito ao lazer.

Numa sociedade moderna, não há outro jeito de se garantir que todos tenham acesso a esses direitos e que esses direitos sejam garantidos, a não ser pela via da fixação legal desses direitos, que vão estabelecer quem é obrigado a conceder e quais são os deveres que correspondem às instituições e às autoridades que vão tratar de criar as condições de direito de cada indivíduo. Não falei que precisamos de mais leis, falei que precisamos de leis que, efetivamente, ultrapassem a formulação simbólica da afirmação do direito e passem a ser realidade como ponto de referência no convívio social. Eu disse que precisamos de leis que se efetivem. Temos boas leis. Quando olhamos o conjunto das leis brasileiras e, principalmente, aquele universo jurídico que foi criado pela Constituição de 1988, não há dúvida de que o Brasil está com uma estrutura de leis boa. O problema é que elas não são cumpridas. Elas são adulteradas, são desconsideradas. O problema não é da lei; é das instituições e do modo como os brasileiros vinculam-se às leis e ao próprio Estado. Algumas pessoas chamaram a atenção para o aspecto fragmentário da sociedade brasileira. Ela está ficando cada vez mais partida em diferentes grupos, em diferentes comunidades, que criam a sua própria moralidade, a sua própria forma de convivência e ficam de costas para o Estado, apenas recorrendo ao Estado para que ele garanta recursos para isso ou aquilo. Elas olham para o Estado como um provedor: o Estado tem que dar dinheiro para isso, dar dinheiro para aquilo, garantir aquilo e aquilo outro. Os brasileiros, em geral, têm uma visão muito paternalista do Estado. Como não é possível o Estado fazer tudo que querem, as pessoas acham que têm que se virar de outro jeito e organizam-se. Nesse tipo de estratégia de vida, as leis são desrespeitadas, as autoridades entram numa relação promíscua com a sociedade, principalmente com objetivos eleitorais. O clientelismo impera, a ineficiência na aplicação dos recursos públicos impera, e não há instituições que funcionem de uma maneira monitoradora da cidadania. O Judiciário não funciona bem, os órgãos públicos não funcionam bem e não se criam mecanismos de cobrança da eficácia das autoridades públicas para gerir os recursos públicos. Os próprios parlamentares têm restrições fortes a criar mecanismos de autocontrole na aplicação de verbas públicas, no controle orçamentário. No Brasil, os mecanismos de avaliação orçamentária e de aplicação de recursos públicos e de obediência às leis são precários. O que eu disse foi isso: precisamos ter mais instituições funcionando, mais presença institucional, porque o indivíduo, sozinho, não tem como transformar um sistema político e uma sociedade inteira. Então ele tende a ser omissivo, ele tende a ter maior desconfiança da lei, do Estado. Ele não tem ética e burla as leis em tudo que for possível. Acho que os brasileiros respeitam muito pouco as leis.

E, com relação à escolaridade, o José Murilo tem toda razão em repetir sua importância.

São pessoas que sabem ler, escrever e interpretar a informação, aquelas que podem ter uma consciência política crítica, como cidadãos ativos, conscientes de sua cidadania e dos problemas que existem no Brasil no sentido de aplicar as leis que vão garantir essa cidadania.

Por outro lado, os brasileiros são muito capazes, principalmente os que vivem nas cidades, de criar estratégias de sobrevivência de costas para a cidade. Este é o aprendizado social: as pessoas não contam com o Estado, não respeitam as leis e consolidam estratégias de sobrevivência autônoma, mais ou menos fragmentadas. O Brasil é muito fragmentado, e essa fragmentação expressa-se, inclusive, em comunidades fortes, que não são, entretanto, tendentes a voltar o indivíduo para o Estado, como é o caso dos grupos religiosos e de associações diversas. Esse déficit de vida pública no País dificulta a criação de uma nação. Está mais do que demonstrado, inclusive por estatísticas como as do José Murilo, que o brasileiro não respeita nem as leis, nem as instituições do Estado, nem os políticos. O brasileiro pensa na política como politicagem, como uma instância de jogadas sujas e de busca de interesse pessoal. Assim, é difícil criarmos uma nação. Não precisamos de mais leis, mas sim de mais instituições que funcionem e sejam respeitadas pelos brasileiros, pois, em sua grande maioria, as leis brasileiras são boas. As ruínas estão sendo mudadas. Se vocês se derem ao trabalho de estudar a Constituição Brasileira, constatarão que ela tem todos os

elementos para que se constitua no Brasil uma sociedade mais justa, democrática e integrada.

Como vamos realizar isso? Para se ter uma idéia, a reforma agrária está mais ou menos delimitada na Constituição de 1988, e até hoje temos uma guerra civil no campo, pois não se realiza a reforma necessária. Onde está o empecilho para torná-la concreta? Não está na lei, mas no problema de as instituições do Estado e os grupos sociais realizarem as previsões da lei. O cúmulo da demonstração do problema institucional do Brasil é uma lei que assegura às empregadas domésticas, supostamente, o direito ao fundo de garantia, mas se o empregador aceitar pagá-lo. Como poderemos realizar a cidadania em um país em que se cria um dever mas não se obriga a obedecer-lhe? Estou falando desse problema.

A outra pergunta foi-me dirigida pelo Bruno, do curso de História da UNI-BH: Você acha que o Fernando Henrique desrespeitou a própria ética, deixando sua ideologia de lado?

Quando falamos de ética, falamos do conjunto de valores e ideais de convivência que vinculam as pessoas. Sob esse prisma, não posso falar da ética do Fernando Henrique, mas apenas de suas opções pessoais. Não posso falar, também, que ele seja uma pessoa contraditória. Ao longo de sua vida acadêmica, ele escreveu vários livros a respeito da teoria da dependência, reconhecendo que o Brasil era capitalista e dependente, mas que poderia se desenvolver, desde que houvesse um Estado disposto e dirigido sistematicamente e eficientemente para a realização de políticas econômicas que ampliassem e fortalecessem o capitalismo.

Na cabeça dele e de muitas outras pessoas, muitos intelectuais do Brasil, o fortalecimento do capitalismo brasileiro e a modernização completa do Brasil como economia capitalista permitirá a criação de mais empregos, dinamizará a economia, tornará a economia de mercado mais completa e moderna no Brasil. Conseqüentemente, irá melhorar as condições de acesso dos brasileiros ao trabalho, à renda, às oportunidades de inserção positiva, e não marginal, não informal, na economia de mercado, na economia monetária.

Então não acho que seja incoerente, ele falou isso, escreveu sobre isso. Se lutou contra a ditadura, creio que defende valores democráticos, acha que é melhor que a sociedade seja organizada sob a forma liberal-democrática, aquela que tem partidos e eleições. Sob o ponto de vista do que escreveu sobre a teoria da dependência, é coerente. Disse o seguinte: o Brasil é capitalista, continuará sendo capitalista, não tem como deixar de ser, mas pode ser um capitalista mais competente. Então, vamos torná-lo um país capitalista mais competente. É o que acho que ele se propõe a fazer com as políticas econômicas, com suas orientações de Governo. Sob esse prisma, penso que não está sendo incoerente.

Com relação à ética, creio que continua convencido de que o sistema político-partidário, as relações de troca entre Executivo e Legislativo, tem de ser o referencial da sua ação política. Sob o ponto de vista da ética política que prevalece no Brasil, todas as suas jogadas para conseguir o apoio do Legislativo, todas as suas alianças políticas estão bastante dentro do espírito da política partidária brasileira. Então, sob esse prisma, também não poderia considerá-lo sem ética.

O Sr. José Carlos Reis - Pergunta do Sr. Lauro Mendes Santos, do Conselho Distrital de Saúde - Distrito Sanitário de Venda Nova: "Como fica o Brasil, na passagem dos seus 500 anos, com o Presidente acabando com as nossas riquezas, deixando o Brasil com um povo sem terra, sem casa, sem emprego, sem comida, sem segurança, sem salário, dificultando a seguridade para aposentados?". Esse é o tom da questão, que é longa.

Como fica o Brasil nessa situação, sem emprego, sem segurança, sem casa, sem terra? O que tentei mostrar naquele texto e iria prosseguir na argumentação é que as elites brasileiras jamais respeitaram o povo brasileiro. Sempre lamentaram a existência de negros, de mestiços, pois não queriam essa população. Como fundar uma nação sem população? Como fundar uma nação com uma população que não se quer, com a qual não se identifica? Tinha milhões de negros, de indígenas e de mestiços. Mas as elites não queriam se confundir ou se identificar com essa população. Então não existe nação brasileira, se se entender nação como um projeto comum, como uma integração de grupos tensos, de grupos em confronto, mas que se respeitam, se identificam. Quando há resistência e rejeição nesse nível, ou seja, você é pobre, doente, mestiço e não tem condição de fazer história, não há nação.

A base de não se ter emprego, não se ter salário e ter de viver esse presente horroroso que se vive está nesse profundo desrespeito das elites pela população brasileira. O Estado é distante da sociedade, as leis são distantes da sociedade, são feitas para inglês ver, para não ser executadas, porque não vão ser executadas. E as idéias são distantes também. Sérgio Buarque se refere a isso: não se pode pensar no Brasil com idéias distantes, feitas para se pensar em outro lugar. É preciso encontrarmos idéias brasileiras é preciso se pensar o Brasil de forma própria, de forma adequada. Segundo ele, quando pensamos, somos imitativos até o ridículo. É preciso encontrarmos palavras para articular esse conteúdo empírico da emoção brasileira. O que é ser brasileiro? É preciso encontrarmos um discurso próprio para definir a identidade brasileira. É esse o esforço do Sérgio Buarque de Holanda. E quando começa a pensar o Brasil, lamenta que o Brasil seja neoportuguês, por uma série de razões. Pensa que o Brasil tem de encontrar suas próprias idéias, tem de aproximar as idéias do seu lugar, o Estado da sociedade civil, as elites da sociedade. É preciso que haja integração. Se as elites não respeitam o Brasil e a população, essa integração será muito difícil de se conquistar. Se as elites não respeitam os brasileiros e dizem isso explicitamente, cinicamente, claramente, o que faz a população brasileira? Reage? Faz movimento social? Vocês vêem movimentos sociais por aí?

Vivemos um momento de despolitização e de desmobilização. Não há mais, por exemplo, o movimento sindical forte que havia até pouco tempo. Não temos movimento sindical forte. Não há agitação sindical como havia há pouco tempo. Os partidos de esquerda do Brasil são muito mais sentimentos do que inteligência, muito mais indignação do que projetos. Política se faz com indignação e emoção, mas, sobretudo, com projetos e inteligência. Como fica o Brasil? O mais grave é que não há discurso de oposição, não há projetos. O que acontece é um escândalo aqui, outro acolá. A vida política se nutre de escândalos, porém, a discussão objetiva e concreta do que se vai fazer e produzir é muito precária.

O que faz a população brasileira sendo desprezada, tratada com desdém, com desinteresse, cinicamente, pelas elites, pelo Estado e pela classe política? Ela reage? Produz história? De vez em quando, estoura um movimento aqui e ali. Mas, com esse tratamento, esperava-se uma reação muito mais consistente, mais forte, mais irada, mais vigorosa. Como esse vigor não existe, dá para pensar que as elites têm razão: somos um povo mestiço, doente, que não sabe fazer história. O Capistrano de Abreu chegou a essa conclusão no final dos capítulos da história colonial. Via todas as possibilidades de rebelião, todas as chances para acontecer, mas a rebelião não veio. Os grandes movimentos de mudança no Brasil foram feitos a partir de cima. Quem fez a independência do Brasil não foi o povo brasileiro, mas a própria família real portuguesa, por dissidências internas. Percebem?

Então o que estou tentando dizer é o seguinte: como ficamos sem salário, sem emprego, nesse horror? Estamos esperando que Deus faça alguma coisa? Que as elites façam alguma coisa? É preciso fazer e agir em nosso próprio interesse. É preciso defender a cidadania concretamente. Não se espera que o Estado faça isso, que alguma liderança o faça. É preciso tomar a iniciativa política. É preciso redescobrir o Brasil.

É interessante se pensar nessas comemorações como redescobrimto, como reconquista deste território e desta Nação pela população brasileira, que foi conquistada. Somos filhos de ex-escravos e ex-senhores de escravos. O nosso passado é, sob todos os aspectos, dramático. E a população brasileira parece não se dar conta disso. Talvez seja um problema de educação básica, porque aprendemos a pensar com palavras e linguagem. Talvez seja um problema da linguagem, do não-domínio dela, o que Sérgio Buarque de Holanda anuncia: até temos linguagem, até pensamos, mas valorizamos uma linguagem retórica, um discurso vazio, de tal maneira que se valoriza a palavra difícil, a palavra rara, de maneira que o aplauso vem depois da citação em latim, que ninguém entendeu. Percebem? É inteligência não é dizer palavras bonitas nem fazer discursos retóricos; inteligência é transformar o real, de forma concreta, é interferir de forma inteligente no real. Então, para se interferir de forma inteligente no real, é preciso saber o que está havendo, é preciso estar no real. Estar no real significa ter uma linguagem adequada ao real.

Somos uma espécie de indiozinhos jesuítas, índios de missão jesuítica: vamos à Europa e voltamos falando francês, com hábitos franceses, ou americanos, e assim por diante. Somos aculturados, citamos nomes e autores estrangeiros, obras estrangeiras, mas não lemos autores da língua portuguesa, e desconhecemos os clássicos brasileiros. Percebem? É preciso, para mudar, entrar em contato com o pensamento brasileiro, com as discussões brasileiras, com a realidade brasileira, para criar um projeto que seja muito mais que emoção. Emoção é muito bonito, importante, sem ela não se faz nada. Mas o passo adiante é canalizar a emoção em um projeto exequível, e não ficar esperando que façam a história por nós. A história, quem a faz somos nós mesmos. Não esperem em Deus e, se contarem com as elites, estão perdidos e vão continuar assim. (- Palmas.)

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - A Presidência informa ao Plenário que as atas contendo a transcrição completa deste ciclo de debates serão publicadas no jornal "Minas Gerais - Diário do Legislativo" do dia 8 de abril.

O Sr. José Murilo de Carvalho - A pergunta é de Igor Thiago Moreira Oliveira, da UNI-BH: A despolitização da juventude brasileira não seria causada pela acomodação política, passada pela ideologia dominante que reflete na atual crise da esquerda brasileira?"

Mencionei rapidamente na minha intervenção inicial algumas dificuldades adicionais que encontramos hoje neste processo de construção de uma nação que ainda não existe, como mencionou o Prof. José Carlos Reis. Está em construção. Um desses fatores é a crise do mundo socialista, a queda do Muro de Berlim. Essa perplexidade, as queixas que ouvimos

hoje, da ausência de um projeto e de idéias alternativas não é um problema brasileiro, é um problema internacional, da esquerda internacional, que, depois da queda, ainda não se recuperou. O que propor como alternativa à "vitória" do que se chama hoje "neoliberalismo", que no fundo é simplesmente o liberalismo. Não são fáceis essas mudanças. E as mudanças que acontecem no processo de globalização do capital financeiro e do próprio processo produtivo, a exigência de competição internacional que faz com que sindicatos no mundo inteiro... - e não é um problema brasileiro - é preciso que levemos em conta que o Brasil é parte de um movimento internacional. Nesse sentido, talvez seja também vítima desse processo. Os sindicatos estão sob pressão no mundo inteiro, porque o problema do emprego se torna sério no mundo todo. Com o problema da falta de empregos e postos de trabalho a força dos sindicatos diminui. Isso traz para o nosso caso dificuldades adicionais para mobilizar os sindicatos, que eram uma das grandes forças mobilizadoras, mas que perderam força.

A ausência de idéias que levem a se perceber claramente que alternativa é possível apresentar obviamente é outro fator que, até certo ponto, imobiliza as esquerdas, como o Sr. José Carlos mencionou, e dificulta o processo de mobilização também da sociedade. Isso são apenas dificuldades adicionais que complicam o problema de reduzir essa desigualdade e essa distância enorme. O Sr. José Carlos mencionou, em relação à elite e ao povo, mais uma dessas distâncias que temos. No meu livro sobre o Império, disse que no Império havia uma ilha de letrados em um mar de analfabetos. As estatísticas de hoje não são tão distintas. A distância ainda é muito grande. Esse é um processo longo que tem de ser coberto. Sem isso, as idéias brasileiras, às quais prega que devemos voltar, também não são idéias muito brasileiras, porque são produzidas por essa elite. É quase um círculo vicioso, que é preciso ser quebrado em algum momento.

Só para terminar com uma nota positiva. O Stanislaw Ponte Preta falava no samba do crioulo doido, que compunha os enredos e as letras das músicas das escolas de samba. Neste ano, creio que houve uma mudança muito curiosa. A tortura foi apresentada nas escolas de samba. Navios negreiros foram apresentados nas escolas de samba. Escravos sendo açoitados foram apresentados nas escolas de samba. A censura, a cultura durante o período ditatorial foi apresentada nas escolas de samba. Creio que aí há algo de interessante, a crítica social começou a entrar nas próprias escolas, elas já não são samba do crioulo doido. A consistência revela uma certa conscientização em relação a esse tipo de problema. Essa nota é apenas para moderar um pouco o pessimismo que talvez tenha passado por todas as minhas intervenções. Pelo menos nesse ponto me parece que há aí uma nota positiva e algo que, tradicionalmente, poderia ser visto como uma fuga.

Em Recife, há um bloco carnavalesco chamado Nós Sofre mas Nós Goza. Creio que o carnaval esteja começando a não ser simplesmente uma fuga da luta real para se tornar também um mecanismo de conscientização. Obrigado.

A Sra. Liana Márcia de Barros - Gostaria de perguntar o seguinte: os problemas do Nordeste sempre são motivo de debate. Gostaria que o senhor nos falasse por que os livros só colocam os problemas e nunca soluções para os problemas do povo nordestino. Sou piauiense, representante desse povo. A história dos 500 anos se iniciou no Nordeste. Hoje o Nordeste está no debate apenas como referência para toda a pobreza do Brasil. No que se refere ao povo nordestino, só vemos problemas, nunca soluções. Gostaria que colocasse pelo menos uma solução para os problemas do Nordeste.

O Sr. José Murilo de Carvalho - Mostrar as diferenças regionais é maneira de mostrar a desigualdade no Brasil e, sem dúvida, nesse ponto, as estatísticas servem para alguma coisa, para mostrar que realmente, no Nordeste, o drama humano brasileiro é muito pior do que em todas as outras regiões. Seria uma discussão longuíssima, porque isso aconteceu historicamente. Tem a ver, sem dúvida, com a própria estrutura social do Nordeste. Foi no Nordeste que começou a produção do açúcar. Os engenhos de açúcar do Nordeste foram, sem dúvida, as maiores estruturas de desigualdade e de manutenção das desigualdades até hoje. A elite política nordestina é conhecida, de modo geral, como das mais resistentes a mudanças no País.

Há elementos internos no Nordeste que ajudam a explicar isso. Soluções, não tenho. Há programas de assistência do Governo, por meio dos quais tentam redistribuir a renda, tentam favorecer o Nordeste, mas, freqüentemente, como sabemos, a maior parte desses recursos acabam sendo desviados e não chegam à população que realmente deles necessita.

Não vejo solução, mas cabe, fundamentalmente, ao próprio povo nordestino descobrir. É preciso que essas estruturas se modifiquem, e são eles mesmos que têm a principal responsabilidade de fazer isso. Ao resto do País cabe perceber isso, cabe ajudar a denunciar e, eventualmente, lutar por políticas que levem em conta essa desigualdade. Fora isso, não é possível. Os professores do Nordeste têm os piores salários do País. Isso é uma verdade, mas a que se relaciona? As estruturas políticas nordestinas. Vejam bem, o resto do País tem problemas seriíssimos. Havia uma imagem negativa de que existia mais corrupção no Nordeste, mas estamos vendo hoje, com o caso de São Paulo, por exemplo, que a corrupção no Brasil não é privilégio de nenhuma região. No entanto, diria, particularmente, pelo lado da educação, novamente, que os índices do Nordeste são baixíssimos. E isso é uma luta que deve ser nacional, mas creio que, fundamentalmente também, tem de ser uma luta do próprio povo nordestino.

O Sr. Presidente - Esta Presidência informa que, além das transcrições, já anunciadas, desses debates no "Minas Gerais" de 8/4/2000, eles também serão retransmitidos pela TV Assembléia, nos seguintes dias e horários: debates de 5ª feira, pela manhã, com reprise sábado, 18/3/2000, às 14h30min; o debate de hoje, 5ª feira à tarde, com reprise sábado, 18/3/2000, às 19 horas; debates que se realizarão amanhã, pela manhã, com reprise dia 19/3/2000, às 12 horas; e a reprise dos debates de amanhã à tarde ocorrerá no domingo, 19/3/2000, às 20 horas.

A Sra. Vera Alice Cardoso Silva - Tenho aqui a pergunta da Carla, que também é da UNI-BH, que diz o seguinte: "Num país onde o Legislativo legisla em causa própria e em causa dos seus - caso do nepotismo e do corporativismo -, onde o Judiciário paralisa suas atividades para requisitar auxílio-moradia, ou melhor, auxílio-mansão, enquanto os direitos trabalhistas e a previdência pública são tratados em negociatas, como foram nossas estatais, como responder aos meus alunos onde está o dinheiro da venda das estatais, se nem eu mesma sei? E pior: como ensinar aos alunos da periferia que devemos acreditar no futuro deste País?"

O drama da nação reside nessa dimensão ética. A nação existe como uma comunidade ética. As pessoas têm de saber que todos, a coletividade inteira, está vinculada pelo mesmo sistema de leis e está ligada às mesmas autoridades que, na sua prática, não desrespeitam o que as leis prevêm e o que os valores de uma convivência respeitosa prevêm. Entendo que todas as falas aqui, de uma maneira ou de outra, concluíram que a Nação brasileira não existe ou é apenas um arremedo de nação ainda. Ela não se realiza.

Sob essa perspectiva, penso que, ao discutir o problema da cidadania com crianças e adolescentes na sala de aula, achando que a educação formal que é dada é um aprendizado para a cidadania, essa interação entre o professor e o aluno, a dinâmica da sala de aula, no que se refere ao estudo da história do Brasil e da nossa cidadania, não pode ignorar a necessidade de deixar claro para os alunos que a Nação brasileira não existe e que deve ser construída. No nosso entendimento, todos os participantes da mesa também deixaram claro que cabe aos brasileiros tomar nas suas mãos o desafio de construir uma nação.

Volto ao trabalho da Maria Vitória Benevides sobre a cidadania ativa, que mostra como os instrumentos que existem na Constituição de 1988 - o plebiscito, o referendo, a consulta popular, os conselhos municipais - são formas, no âmbito da vida do indivíduo, de aprendizado da democracia. Segundo ela, a democracia não existe e não se implanta a não ser quando é praticada. Carla, penso que, na sala de aula, você deve conviver com seus alunos no plano respeitoso de uma comunidade ética que se constitui. O que propuser que façam e o que ensinar a eles deve ser visto nessa perspectiva. Pode-se dizer que uma andorinha só não faz verão. Mas também não sei de outro caminho.

Quando falo que as instituições devem ser respeitadas e valer como forma de referência do respeito de todos à cidadania, estou pensando nas instituições que existem: a empresa organizada, a imprensa, o partido político, o sindicato, o Congresso, a Assembléia Legislativa, o Judiciário, os órgãos do Governo. Se as pessoas não respeitam essas instituições e voltam as costas para elas, podem funcionar de maneira completamente indesejável e não ética. Ninguém vai criticar ou falar nada.

O ponto que o José Carlos levantou é pertinente. Se somos vilipendiados, ofendidos, e não falamos nada, ignoramos e vamos cuidar da vida de outra maneira, o que institui a convivência respeitosa jamais vai ser criado. Se também achamos que temos que tirar vantagem, desrespeitar a lei e apoiar coisas que nos beneficiem no plano privado, independentemente de nos prejudicar no plano público, acho que é uma ética que não nos vincula como nação. Cada um vive para si. E Deus, não sei para quem.

Penso que é um dilema e um desafio para os brasileiros o fortalecimento da Nação. Estou falando uma coisa que, até segunda ordem, estou convencida de que é verdade. As leis brasileiras, se fossem colocadas em prática, estariam constituindo um país muito mais digno, justo e respeitoso do que o país no qual vivemos. Acho que não há necessidade de grandes revoluções nem de grandes discussões. Poderíamos dizer: vamos ver as leis e nos esforçar para que sejam aplicadas e as autoridades as respeitem.

Vamos cobrar dos governantes a responsabilidade de seus mandatos. Vamos cobrar que façam as reformas que todos estão dizendo que são necessárias, de acordo com os princípios constitucionais de 1988. Vamos fazer com que as instituições funcionem.

Montesquieu, pensador político, diz o seguinte: "Não podemos esperar que a virtude individual tenha, como resultado, a virtude coletiva, uma sociedade boa, porque não podemos assegurar que todos os indivíduos sejam virtuosos". Por isso as instituições devem manter as pessoas vinculadas, como uma comunidade ética. E o que nos vincula como comunidade ética é o respeito aos mesmos valores, aos mesmos princípios. O que vale para mim vale para o meu pai, para minha mãe, para o meu irmão, mas vale também para o outro, qualquer que seja ele. Não posso querer prerrogativas nem privilégios.

Então, uma sociedade que seja nação tem que se fundar no princípio da vinculação de todos ao mesmo conjunto de valores, referências éticas para todos. E no mundo moderno isso se realiza pela lei, pelas instituições que protegem a lei. Os tribunais têm que funcionar direitinho; os partidos têm que funcionar direitinho; os governos, com suas burocracias próprias, têm que funcionar direitinho.

É isso, Carla. Agora, no plano da vida municipal, acho que existem mais elementos para ensinar aos seus alunos como é possível construir o Brasil como uma sociedade democrática do que no plano nacional. Estou com muita esperança na Nação, no Brasil, porque nos municípios, nas cidades, as pessoas estão participando muito mais, e os mecanismos institucionais que obrigam os governantes a ser mais responsivos, mais responsáveis, estão atuando melhor, como os Conselhos, as formas de participação do indivíduo no plano municipal.

Essa experiência pode se estender ao plano nacional. Essa é a minha esperança. Vejo um futuro promissor sob esse prisma de maior participação, maior vinculação das pessoas às instituições públicas.

O Sr. José Carlos Reis - Elizabeth Spechit, da PUC: "Como nós, cidadãos comuns, mas com privilegiada consciência histórica e política, cientes das mazelas da sociedade brasileira e da necessidade de mudanças, podemos contribuir para romper com a apatia da população, na maioria indivíduos carentes de tudo, trabalho, comida, educação e, assim, situando-se à margem da sociedade? Como saímos do discurso para a prática?"

Eis a questão. A sua pergunta já tem uma pequena chave do problema: "nós, cidadãos comuns". Não existe cidadão comum, porque, para haver cidadão comum, teria que haver cidadão incomum ou excepcional ou extraordinário. Existem cidadãos, submetidos a leis que valem para todos. Não há cidadão comum.

Então, o primeiro passo para sair do discurso para a prática é entender que você é cidadão, e, se é cidadão, tem direitos; e, se tem direitos, deve defendê-los, dizer não; não se entender nem se desprezar como cidadão menor. Não há cidadão de segunda ou de quinta categoria. Cidadão é cidadão, é portador de direitos e pode dizer "não".

Sérgio Buarque de Hollanda tem uma obra magnífica, que é "Raízes do Brasil", uma das mais belas obras que já li sobre o Brasil, uma das melhores reflexões do Brasil feitas por brasileiros. Diz o seguinte: "Temos de romper com o nosso padrão de poder, com o nosso modelo de poder, que é português e rural. Temos de diferenciar vida pública de vida privada. Não podemos mais tratar os outros como agregados, escravos, irmãos, primos".

Não se pode ter, na vida pública, objetiva, um relacionamento cordial, afetivo. É preciso que, na cidade, viva o cidadão. E o cidadão não tem uma vida afetiva, não tem uma lógica afetiva familiar. Na vida familiar, os irmãos, os primos, submetem-se a um poder absoluto, que é o do pai. Quando se vai para a cidade, esse modelo de poder continua valendo. E esse modelo de poder do pai sobre a família reprimida e dominada vai para o Estado, porque essa família ocupa o Estado. A população brasileira tem, como modelo, como referência de poder, o pai de família ou o caudilho, com quem está relacionada de forma afetiva. O que um povo humilhado e ofendido deseja ou espera para fazer a sua história? Que venha um grande líder para aclamá-lo, aplaudi-lo. Segundo Sérgio Buarque, nossa raiz ibérica leva-nos a esperar que a história brasileira seja feita por esse caudilho, por esse líder. Nossa alma ibérica, nossa cultura ibérica de origem familiar e rural, espera que o pai faça a história. Em relação ao poder absoluto do pai, fica-se numa posição de plena vulnerabilidade. Você não pode discutir com o pai, você não pode negar o pai. Fica-se numa posição extremamente frágil. E o Brasil viveu 400 anos no campo, sob um modelo de poder paternal que ocupou o Estado. Como é que se muda essa situação? Insistindo, e a tese é de Sérgio Buarque de Hollanda, na defesa da cidadania. A cidadania significa que não há privilegiados nem desprivilegiados, não há melhores nem piores, não há superiores nem inferiores, o que há é uma ordem abstrata, uma ordem geral que a todos se impõe. Não há cidadãos melhores nem piores, todos vivemos sob uma ordem legal, abstrata, que não é, digamos assim, afetiva, que prefere este àquele, que abre exceções. A lei tem de ser cumprida e atinge as ditas elites e o dito cidadão comum, atinge a todos. Não há elites; existe o cidadão.

Uma última idéia, para terminar: todo povo tem sua elite, e ela funciona muito como educadora do povo. Se uma elite despreza a sua população, como é que essa população se vai fazer representar e se ver? Como as elites a vêem. De modo geral, o povo brasileiro encarnou a própria visão das elites e alimenta sobre si mesmo, tem sobre si mesmo, uma idéia muito negativa. O brasileiro sente-se inferior, doente, mestiço, incapaz de fazer história. Essa idéia entrou, entranhou-se e é repassada de geração em geração, na escola básica. O que Sérgio Buarque de Hollanda genialmente afirma é ser preciso moldar essa mentalidade rural, essa mentalidade neoportuguesa e criar-se uma mentalidade nova, urbana, de cidadão e brasileira, genuinamente brasileira. Precisamos, sobretudo, gostar de ser brasileiros, não ter desprezo pela nossa identidade brasileira. Você não vai defender uma entidade que não aprecia, e, como as elites não apreciam a identidade brasileira, os brasileiros, de modo geral, passam, também, a não apreciar a sua própria identidade, criando-se um problema sério de auto-aceitação. É preciso aceitar a sua condição de brasileiro e sentir-se capaz de produzir um futuro. De que maneira? Receitas são difíceis de dar, mas é preciso, sobretudo, ser capaz de dizer "não", de não se querer mal, de se querer bem, de se identificar com outro brasileiro e associar-se a ele, porque não se faz história sozinho. É preciso criar-se a idéia de associação, coisa que Sérgio Buarque também denuncia: o português tende a ser autônomo, independente e não se associa, não aceita regras, não aceita leis. O caminho é este: associação, posição de confronto, de resistência, e estabelecimento de projetos.

Não se pode fazer história apenas com emoção e sentimento, é preciso ter sentimento e emoção, ser brasileiro e ter sentimento de ser brasileiro e, em cima disso, construir um projeto para não ficar esperneando, debatendo-se, mas agir de forma constante, com um fim a ser atingido.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos aos ilustres expositores, e às demais autoridades e aos participantes pela honrosa presença.

ATA DA 64ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 17/3/2000

Presidência dos Deputados José Braga e Durval Ângelo

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Hamilton Pereira - Palavras da Sra. Lucília de Almeida Neves - Palavras do Sr. Ênio Bohnenberger - Palavras da Sra. Maria Izabel Bebel Ramos de Siqueira - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

José Braga - Durval Ângelo - Gil Pereira - Agostinho Patrús - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Arlen Santiago - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Eduardo Daladier - Elmo Braz - Fábio Avelar - João Leite - João Paulo - Jorge Eduardo de Oliveira - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria Tereza Lara - Mauro Lobo - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Braga) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Dimas Rodrigues, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente (Deputado Durval Ângelo) - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Hamilton Pereira, ex-Secretário da Cultura do Distrito Federal; Lucília de Almeida Neves, professora de História e de Mestrado em Ciências Sociais da PUC-MG; Ênio Bohnenberger, membro da direção nacional do MST; e Maria Izabel Bebel Ramos de Siqueira, Diretora do Conselho Estadual da Mulher.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião ao prosseguimento do Ciclo de Debates Repensando o Brasil 500 Anos Depois, com o tema "Em Busca da Cidadania: 500 Anos de Movimentos Sociais". É com alegria que damos continuação ao nosso Ciclo de Debates "Repensando o Brasil 500 Anos Depois", uma promoção da Assembléia Legislativa, dentro de uma programação maior de tentar trazer, um pouco na contramão das comemorações oficiais, uma reflexão diferente sobre os 500 anos. Com o debate de hoje, estaremos dando um passo a mais na busca da cidadania, nos 500 anos de movimentos sociais.

Palavras do Sr. Hamilton Pereira

Bom dia a todos, Sr. Presidente, Deputado José Braga; meu caro companheiro e amigo Durval; colegas Lucília, Ênio, Maria Izabel, é uma oportunidade extraordinariamente importante a que temos diante de nós, de podermos, num espaço democrático, repassar 500 anos de história. Mas é preciso ter cuidado, como dizia um sábio mineiro, grande conhecedor dos sertões, porque viver é muito perigoso. É preciso que nós, ao olharmos para o passado, olhemos com um olho só, porque o outro tem que estar posto no futuro que temos que construir.

Discutir os movimentos sociais ao longo de 500 anos, em um prazo tão breve, é uma tarefa ingrata, de modo que não vamos fazer aqui um massante recorrido de cada uma das manifestações que o povo brasileiro realizou ao longo desses cinco séculos. É preciso que aprendamos, em primeiro lugar, a recuperar o passado e que o tenhamos como parte de nossa vida; em segundo lugar, que aprendamos a utilizá-lo para iluminar o presente que hoje enfrentamos. Sirvo-me de uma reflexão de uma judia que, talvez como ninguém, tenha lido, com profundidade e com precisão, o drama dos judeus durante a Segunda Guerra Mundial e o desenvolvimento que a sociedade capitalista tomou a partir de então. Hanna Arendt diz: "O perigo é que uma civilização global, universalmente correlata, possa produzir bárbaros em seu próprio seio, por forçar milhões de pessoas a condições que, a despeito de todas as aparências, são as condições da selvageria". Parece uma foto 3x4 de um país que todos conhecemos; no entanto, esse texto foi escrito há 50 anos, na verdade, em 1949, o que mostra que o que temos que discutir aqui não é uma leitura e uma visão exclusivista desses 500 anos de história, mas o olhar abrangente que devemos exercitar, para buscar as experiências que a humanidade, como conjunto, realizou ao longo desse período.

Houve profundas modificações, no último período, na produção dos bens materiais da sociedade. Essa terceira Revolução Industrial de que tanto se fala, com a introdução, a expansão e o domínio da informática, da automação, alteraram, substancialmente, esse processo de produção social e redefiniram o lugar das classes trabalhadoras nas lutas sociais. As políticas adotadas, no último período, pelo Governo brasileiro, pelas elites brasileiras, revigoradas depois do susto eleitoral de 1989 e do tropeço do curto período Collor - felizmente foi curto -, a despeito de todos os eufemismos de que em geral se utilizam para definir essas políticas, não escondem a sua face criminosa.

Mas é importante que paremos um pouco para olhar como a sociedade reagiu a essas políticas e aos seus objetivos. Que objetivos eram esses? Viabilizar, por meio da ofensiva neoliberal, a presença do Estado na economia, retirando do controle do Estado as grandes empresas. Elas foram, durante muitos anos, instrumentos estratégicos de Governo e, ao mesmo tempo, condição para se viabilizar um projeto nacional. Um outro objetivo, quebrar a espinha dorsal dos movimentos organizados, particularmente, do movimento sindical. Em terceiro lugar, produzir uma erosão dos valores, esses valores de solidariedade, de partilha, de pleno desenvolvimento das potencialidades humanas que, ao longo dos últimos 150 anos, as classes trabalhadoras no mundo vieram cultivando, e substituir esses valores pelos valores do individualismo, do lucro, da especulação, do consumo, com valores absolutos, e, assim, reduzir a pequena parcela de brasileiros que é enquadrável na categoria de cidadãos à exclusiva condição de consumidores.

Vim para este debate não exatamente para colocar as classes trabalhadoras brasileiras na condição de vítima; temos muito essa doença. Temos muito a leitura de que a classe trabalhadora brasileira é uma vítima inocente da exploração dos grandes senhores. Ela tem sido vítima de violência, mas ela não é inocente e nem sempre é vítima, é parte de um conflito permanente - às vezes exposto, às vezes dissimulado. É importante que não nos coloquemos na condição de coitadinho, porque ninguém é coitado durante 500 anos em seguida. Há momentos de reação, e é por isso que nascem os movimentos sociais. É por isso que eles prosperam e se afirmam, às vezes, e é por isso que eles declinam. É importante que não percamos de vista que somos atores que, às vezes, perdemos a maior parte das batalhas, mas que, às vezes, ganhamos.

Nesse último período ocorreu um fenômeno dramático dentro da sociedade brasileira e que deve merecer a nossa preocupação permanente: a distância entre ricos e pobres no Brasil não é novidade. Está aí há 500 anos. Mas, no último período, abre-se um abismo entre os pobres do Brasil e os miseráveis. Isso, sim, é uma novidade e merece uma profunda reflexão da nossa parte. Por quê? Vejam. Há 25 anos, alguns movimentos sociais que haviam sido gestados subterraneamente, dentro das fábricas, dentro das escolas, dentro das comunidades de base, dentro dos pequenos movimentos comunitários explodem e surpreendem, de alguma maneira surpreendem, o regime militar vigente então.

Que movimentos sociais eram esses? Eles eram a expressão, a busca de uma grande parcela da sociedade brasileira para encontrar um lugar no seu país, porque, até então, todas as suas reivindicações não encontravam tradução política naquele idioma que era falado nos estreitos espaços institucionais do regime militar. Eram a expressão organizada do inconformismo dos pobres, dos trabalhadores, e eles forçavam as portas dos salões da política, do espaço onde a política se realiza. E ainda assim eram contraditórios.

Vocês são jovens, pelo menos a maior parte, e não vão se lembrar que por essa época ocorre uma greve de pedreiros. Aqui em Belo Horizonte também ocorreu mais ou menos simultaneamente. Foi a greve em que foi morto o Orocílio Martins. Em Brasília, onde vivo hoje, ocorreu uma greve muito curiosa, porque era uma greve sem palavra de ordem. Os pedreiros desciam dos andaimes e iam parando uma obra atrás da outra.

E o que chamava a atenção? Nem gritavam "abaixo a ditadura", nem tinham idéia do que significava aquela opressão absoluta sobre eles. Tão absoluta que haviam sido saqueados até do direito à palavra. Então, não diziam uma frase, gritavam apenas. Eram homens que foram saqueados até na palavra.

É o mesmo que ocorre pouco tempo depois, no campo, na Califórnia brasileira, no interior de São Paulo, em Guariba, quando os bóias-frias começaram a colocar fogo nos canaviais. Foi algo que deixou todo mundo atônito. O então Ministro do Trabalho foi para lá. Era o Almir Pazzianoto, que, desesperado, dizia: "Dêem-me um interlocutor, pelo amor de Deus!" E não havia nem uma pauta de reivindicações, imaginem um interlocutor! Ele dizia: "Mil vezes prefiro negociar com os metalúrgicos do ABC, porque, pelo menos, têm um objetivo identificável".

O que significa isso? É muito importante que trabalhe aqui, neste momento de reflexão, no sentido de que aquilo que vale não é a quantidade. Ninguém aqui é mais radical do que o outro, num ou noutro exemplo: os pedreiros de Brasília, os bóias-frias de Guariba ou os metalúrgicos do ABC. O que há é que cada um deles trava a luta a partir de um determinado lugar da sociedade. Isso é importantíssimo para que possamos identificar as consequências desse gesto. Vejam: ali estavam grupos sociais que procuravam forçar as portas da ordem, movimentos sociais legitimados, porque eram porta-vozes de amplos setores da sociedade. Questionavam o sistema político do País, buscando e apresentando novas alternativas de organização e de democratização da sociedade.

Vinte e cinco anos depois, o que ocorre? Uma parcela importante desses movimentos encontra expressão política institucional nos partidos, partidos de esquerda, em geral. E muitos desses movimentos não se dão conta de que, atrás deles, foi nascendo uma legião de deserdados, ainda mais pobres, que, por sua vez, não encontram expressão política na sociedade. Esse é um dado dramático, porque, hoje, aqueles movimentos sociais que brotaram, há 25 anos, na sociedade brasileira, não são vistos pelos novos miseráveis - que o capitalismo gerou no Brasil - como seus porta-vozes: são vistos como participantes de um pacto político que exclui os novos miseráveis. Então, esse é um dado extremamente importante para que reflitamos sobre ele.

Está do meu lado o Ênio, companheiro de muitos anos. Quando me ponho a falar sobre movimento social, não tenho outro recurso senão falar do Movimento dos Sem-Terra, porque

sou desse movimento antes mesmo de ele nascer. Considero extremamente importante que também façamos uma reflexão sobre esse movimento e sobre o que ele significa em termos gerais, não específicos, porque o Ênio vai cuidar disso.

Esse movimento social nasce e cresce nos anos 90, sobretudo. O primeiro congresso do Movimento dos Sem-Terra foi na metade dos anos 80, em 1985, mas ganha corpo, consistência e peso e se insere na vida política do Brasil a partir do momento em que deixa de ser apenas um movimento que traduz as aspirações de vastas camadas da classe trabalhadora do campo brasileiro. E estabelece a ponte - há um momento especialmente bonito e significativo, que é o mês de julho de 1992 - quando o Movimento dos Sem-Terra organiza, junto com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, um primeiro debate com os operários - com os setores urbanos - sobre a questão da reforma agrária.

E é esse o impacto que essa bandeira tem na vida daquelas pessoas, ou seja, ali o Movimento dos Sem-Terra se converte em algo maior do que um simples movimento de trabalhadores sem terra, converte-se num movimento social que abarcava outros interesses, os interesses de outros setores e camadas da classe trabalhadora brasileira urbana, num País que hoje tem cerca de 80% da população vivendo nas cidades.

É importante que façamos uma reflexão sobre esse movimento, porque o Movimento dos Sem-Terra tem sido uma espécie de sinal de contradição. E, quando me refiro a sinal de contradição, recorro a uma antiga expressão bíblica, aquele sinal que faz com que reflitamos. E o Movimento dos Sem-Terra tem feito a sociedade brasileira refletir sobre vários fatos. Hoje quero me ater a um, porque o tempo é curto. É sobre o Poder Judiciário brasileiro.

Vejam vocês, há poucas semanas, apareceu uma nova modalidade de sem-teto no Brasil. Esses sem-teto receberam uma ajuda, um auxílio-moradia de R\$3.000,00, exatamente no momento em que o Governo Fernando Henrique cria obstáculos ao esforço da sociedade para aproximar o salário mínimo brasileiro daquele que é pago aos trabalhadores paraguaios. E temos visto uma procissão de Juizes e Desembargadores, todos eles sem teto, de posse do auxílio-moradia de R\$3.000,00, dizendo que é preciso agora mudar o "teto duplex", etc., que é o que se tem discutido na imprensa, ultimamente.

Por que estou me servindo disso? Por causa do escândalo. Não há como defender isso, não há ética no mundo capaz de sustentar esse discurso. Estou aqui para demonstrar uma convicção, referindo-me ao julgamento de Eldorado dos Carajás, aquele massacre ocorrido em 17/4/97.

Meu tempo está se esgotando, mas gostaria de pedir a paciência de todos vocês por mais 2 minutos, para demonstrar a insensibilidade do Judiciário brasileiro.

O massacre de Eldorado ocorreu em um lugar perdido no Sul do Pará e, por uma grande coincidência, foi testemunhado e filmado por uma jornalista valente e corajosa, que, até hoje, é perseguida e ameaçada de morte, a Marisa Romão. De repente, o massacre entrou em nossa sala de jantar, e toda a sociedade soube dele. Dois anos depois de procedimentos protelatórios, houve o julgamento dos comandantes da chacina, que foram absolvidos. Um mês depois do massacre, fui à região e conversei com os sobreviventes, tirando dessa experiência uma pequena frase da viúva de João Rodrigues: "Prisão mesmo, moço, é só para os que já morreram, para os que já foram para debaixo da terra; soldado não vai preso; eles não prendem eles".

Naqueles dias, um grande intelectual brasileiro, membro do Partido Socialista, chamado Antônio Houaiss, assim definia o que ali ocorrera: "O Brasil é um país de concentração de renda, riqueza e terra e um país de violência, desde sempre; violência tão espontânea e natural que não é violência, é um direito, isto é, quando se exerce a violência na plenitude de sua consciência, exerce-se um direito, porque o outro é que parece violento por não obedecer. O outro, aqui, é representado pelo MST, pois são eles que parecem violentos. Desculpem-me ter ultrapassado o meu tempo, mas era absolutamente necessário fazer esse registro e trazer um pouco do avesso do País para a discussão. Muito obrigado. (- Palmas.)

Palavras da Sra. Lucília de Almeida Neves

Bom dia a todos. Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar o Deputado Durval Ângelo, que coordena a Mesa, os meus companheiros de Mesa e os jovens presentes. Gostaria ainda de agradecer à Assembléia esta oportunidade de participar de um debate que gira em torno de uma questão fundamental para a Nação brasileira: a cidadania. Queria tomar a liberdade de dedicar minha exposição a uma das pessoas no Plenário, que está assistindo a este evento e que sintetiza muito do que tem sido a luta de alguns partidos e movimentos sociais brasileiros, em sua dimensão de pluralidade, para tornar este um país mais justo, onde os valores da solidariedade predominem sobre os atuais, extremamente individualistas, o que decorre de uma sociedade marcada por uma profunda anomia. Homenajeio os movimentos sociais, por meio dos quais se tem lutado por um Brasil mais justo, na figura do Evaristo Garcia, um comunista de boa cepa, velho militante das causas da igualdade, de quem tive a honra de recolher um depoimento de história de vida, em um programa de história oral, quando eu ainda era professora na UFMG.

Tentarei falar, em 20 minutos, sobre muitos assuntos e procurarei ser bastante objetiva. Peço a Deus que me inspire neste momento, para que consiga usar toda a técnica que uma professora com 20 anos de militância tem a obrigação de ter, ou seja, a técnica de dizer muito de forma sintética. Planejei uma intervenção dividida em cinco partes. Primeiramente, farei um diagnóstico da conjuntura atual, para, depois, conceituar os movimentos sociais, fazendo um breve histórico de sua repercussão na República brasileira. Finalmente, gostaria de discutir um pouco as perspectivas e o futuro dos movimentos sociais, neste momento em que se comemoram os 500 anos do descobrimento ou do início da exploração de uma nova terra: o Brasil.

Os movimentos sociais que ocorreram no final da década de 70 e início da década de 80 passaram por um refluxo muito grande. Hoje temos alguns movimentos sociais significativos e importantes, mas podemos dizer que eles murcharam. Os movimentos sociais significativos, importantes, que aparecem na atual conjuntura são uma marca da resistência, e poderíamos dizer que a resistência é a base da construção da utopia e do futuro. Estou me referindo a algumas ONGs e ao MST, que aparecem como paradigma do que é possível, ou seja, a sociedade civil ainda pode e deve organizar-se. A marca definitiva dessa conjuntura é de um certo refluxo e perplexidade dos movimentos sociais. Sabemos que, no mundo oficial, em nível institucional, tem predominado uma via opaca, extremamente tecnocrática, de um liberalismo distorcido. Porque o liberalismo, em seus primórdios, nos séculos XVII e XVIII, foi revolucionário, pois era um movimento de transformação da ordem autoritária das monarquias absolutistas.

Depois o liberalismo foi-se transformando em movimentos extremamente individualistas. Hoje, mais do que individualista, o liberalismo é quase impessoal. Sabemos que o mundo passa por uma crise de valores muito grande e espantosa. A sociedade é, hoje, bombardeada por uma propaganda que induz as crianças e os jovens a uma solidariedade precária e ao domínio de um consumismo avassalador, mas extremamente restrito, pois poucos têm acesso a ele. Muitos são avassalados por uma propaganda em que o consumo aparece como sinônimo de felicidade. Há uma restrição e uma desvalorização do que é público. No Brasil, há uma desvalorização das chamadas "res publica". O que é público é destinado à população em sua abrangência.

Há uma desvalorização acentuada daquilo que podemos definir como ação coletiva. Mais do que tudo, o País está marcado por uma crise generalizada: de desemprego, de aprofundamento da miséria - não é nem da pobreza -, de aumento marcante da histórica e estrutural desigualdade social do País e de crescimento avassalador da violência. Como ficam os movimentos sociais nesse contexto que nos parece tão tenebroso? Os movimentos sociais têm uma definição muito ampla. Eles são tudo que não se refere ao institucional, ou seja, que pertence à ordem da cidadania e à sociedade civil, mas têm de relacionar-se com os poderes instituídos, porque a sociedade civil, em uma dinâmica de reivindicação e de construção de uma sociedade mais justa, precisa relacionar-se com o que é institucional, ou seja, com os partidos, com os poderes instituídos, etc.

Na verdade, a aspiração de um poder civil e cidadão aciona os movimentos sociais, que se constituem de um terreno fértil, que Claude Lefart chama de "invenção democrática". Eles podem ser organizados e espontâneos, como o Hamilton citava: movimentos de greve extremamente espontâneos. Muitas vezes, os movimentos sociais podem ser organizados, espontâneos e apropriados pelos que querem fazer deles instrumentos políticos ou de outra natureza. Na verdade, como os movimentos sociais referem-se à dimensão da cidadania, referem-se, também, à chamada dimensão dos direitos dos homens, ou seja, dos chamados direitos da humanidade, que são os mais variados.

Recorrendo a Norberto Bobbio, por exemplo, e ao Marshal, que é um grande teórico dos direitos da cidadania, os direitos podem ser civis, que se referem à vida, à liberdade, à igualdade étnica e ao respeito às diferenciações no que diz respeito a sexo e etnia, garantindo o espaço da diferença e o espaço da igualdade de oportunidades. Podem ser direitos da cidadania os direitos políticos: livre expressão de pensamento, organização e acesso efetivo ao poder. Sabemos que temos eleições rotineiras para os diversos cargos, mas o acesso para se concorrer a cargos eletivos ainda é extremamente restrito.

Se olharmos as composições das Casas parlamentares brasileiras, desde as Câmaras de Vereadores até os Poderes Legislativos Estaduais e Federais, veremos que há uma predominância masculina, branca e de classes sociais determinadas. A lei dos direitos políticos garante, efetivamente, esses direitos, mas a prática ainda é extremamente reduzida.

Podemos falar em direitos sociais, que são extremamente abrangentes em suas perspectivas: o direito à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à habitação, ao transporte, ao trabalho, à moradia e à terra. Esse direito é extremamente restrito do ponto de vista da prática da realidade brasileira. Por quê? Se olharmos a nossa tradição histórica, apenas com relação ao período republicano, por ser impossível fazer uma retrospectiva da história brasileira nesse curto espaço de tempo de que dispomos, o Brasil é um país marcadamente de tradição autoritária, onde as lutas sociais sempre foram muito aguerridas. Desde as lutas sociais que ocorreram nas colônias, os motins e os movimentos em prol da independência do Brasil, que se confundiam com lutas sociais contra o fim da escravidão, podemos nos lembrar das lutas dos movimentos sociais, no início e ao longo da República, podemos constatar que o Brasil sempre foi muito marcado por lutas sociais. Mas, como disse o Hamilton, sempre foi um país marcado mais virulentamente pela violência das elites, que nunca conseguiram compartilhar o espaço da vida pública e da vida política com a população mais pobre, com aqueles que não foram extraídos das camadas das elites intelectuais, econômicas e políticas.

Este País de tradição autoritária recusa sistematicamente o que chamamos de republicanismo. Para nós, a democracia é um enigma histórico, é uma utopia. Temos alguns institutos da democracia em plena vigência, mas essa democracia, mais abrangente e plena, que supõe a sociedade civil organizada atuante e influente frente aos poderes públicos, ainda é uma das utopias a serem construídas no País.

Desde a República Velha, quando a questão social era tratada como um caso de polícia, passando pela década de 30, em que a questão social foi reconhecida... Por exemplo, a legislação trabalhista foi implantada no Brasil, mas na década de 30 e no início da década de 40 havia uma profunda coerção sobre os chamados direitos civis e os chamados direitos políticos.

Um momento da nossa República em que a democracia cresceu, floresceu e a sociedade civil se organizou foi o período que vai de 1945 a 1964. Mais exatamente no final dos anos 50 e início dos anos 60. O movimento sindical, as ligas camponesas, a UNE, o Comando-Geral dos Trabalhadores do Brasil, os movimentos de alfabetização de base, os movimentos progressistas da Igreja Católica, inspirados por uma renovação que ganhou força no início dos anos 60 e que cresceu mais a partir da metade dos anos 60, com o Concílio Vaticano II, tudo isso trouxe, naquele momento, uma euforia participativa muito grande. Houve campanhas nacionalistas, movimentos por reformas de base e agrária. No entanto, tudo isso foi cortado como que por um golpe de foice.

Costumo dizer que em 1964 houve quase que um golpe preventivo. Na medida em que os movimentos sociais cresciam e a sociedade civil ganhava autonomia, era preciso, de certa maneira, restringir essa participação. Ai tivemos um período de autoritarismo, que predominou por cerca de 20 anos. Essa fase de autoritarismo, em que os movimentos sociais foram silenciados, começou a se romper a partir da emergência dos movimentos sociais na década de 70.

As greves do ABC, as inúmeras passeatas, inclusive com a participação da classe média, movimentos de trabalhadores na educação, movimentos dos bóias-frias, das comunidades eclesiais de base, movimentos de donas de casa, movimentos femininos pela anistia marcam o final da década de 70 e o início da década de 80 e têm como participantes novos atores e sujeitos históricos que se fazem presentes na conjuntura da luta pela redemocratização do País.

Reúnem dois tipos de reivindicações. Vamos construir um País politicamente democrático e em que a democracia social se torne uma realidade. Esses movimentos sociais tiveram uma presença muito marcante na Assembléia Nacional Constituinte. Na década de 80, foi redigida uma nova Constituição para o País. Houve uma enorme campanha de participação popular. Foram apresentadas 122 emendas pelos movimentos populares, com 12 milhões de assinaturas. Isso é muito significativo.

A nova Constituição, chamada de Constituição cidadã - hoje é muito desprezada e já sofreu muitas reformas e emendas. Ela incluiu direitos de mulheres, de trabalhadores, da saúde, da Previdência, o reconhecimento de um pluralismo ético. Tudo isso fez parte do novo texto constitucional. Sendo muito abrangente em direitos sociais, é considerado um texto que não garante a governabilidade. Assim, segundo os poderes constituídos, é preciso reformá-lo.

Um capítulo nesse novo texto constitucional que ficou muito prejudicado foi o referente à questão da terra. Isso ocorre em vista da atuação de um outro tipo de movimento social que foi organizado no terreno oposto ao dos chamados movimentos progressistas, que era a UDR. Com relação à terra, o latifúndio foi implantado na época da constituição das capitânias hereditárias. Ai, ficou como uma marca, como uma tatuagem difícil de ser removida. Sempre que a questão da terra é levantada, os chamados movimentos conservadores, que não querem a democratização da distribuição dos chamados meios de produção, para usar uma terminologia marxista, essas organizações atuam virulentamente.

Assim fizeram antes de 64; fizeram assim na Constituinte de 88 e têm marcadamente feito assim na repressão aos movimentos dos sem-terra. Após a Constituição, que significou conquistas, paradoxalmente, esses movimentos sociais encolhem, e passa a predominar a tradição autoritária, ibérica, hierarquizada e excludente. O princípio democrático revelado nessa Constituição não se universalizou por muitos dos direitos ali garantidos.

No final dos anos 70 e no início dos anos 80, ela sofre um refluxo, apesar das forças resistentes que existem no Brasil de hoje. Especialmente após a eleição presidencial de 89, houve uma espécie de engodo de democracia, na prática da democracia, porque a mídia influenciou profundamente no processo eleitoral. Costumamos brincar que, nesse ano, foi eleito o inominável, Fernando Collor de Melo, a quem me recuso, pelo direito de cidadã que tenho, de dar o título de Presidente da República.

Os movimentos sociais passaram por um período de refluxo também profundamente influenciados por uma onda mundial neoliberal, pela crise do socialismo, que sempre funcionou como um antídoto para a selvageria do capitalismo e o modelo hegemônico no mundo contemporâneo, que valoriza, como já dissemos, o individualismo, uma sociedade atomizada e marcada pela ausência de solidariedade. Isso me faz lembrar os primórdios do liberalismo, em que Hobbes, um pensador, defendia um Estado forte porque o Governo devia ser forte, uma vez que o homem é o lobo do homem".

Atualmente, parece que está voltando a predominar uma lógica dos séculos XVI e XVII, em que o homem era o lobo do homem, no advento do capitalismo, numa competição desenfreada. O que nos resta pensar em termos da questão social no Brasil? Não há democracia plena sem uma sociedade civil forte e sem partidos fortes, com projetos definidos, que representem essa sociedade civil. Infelizmente, sabemos que nossos partidos, com raras exceções, são extremamente frágeis, porque não têm projetos muito bem definidos. Alguns lutam e sobrevivem nesse amontoado de partidos em que se custa a identificar projetos muito definidos e fortes. A democracia precisa de sociedade civil forte e de partidos fortes.

Quais são as perspectivas e os desafios do mundo em que vivemos nesses 500 anos de Brasil e que nos devem mobilizar - mobilizar a juventude, a sociedade civil brasileira e nossos políticos comprometidos com uma perspectiva de justiça social? Devemos pensar que ainda é possível recriar utopias. O mundo sem utopia é o fim da História. Acho que nenhum de nós acredita no fim da História. A partir da sociedade civil, devemos pensar que somos capazes de recriar e reinventar uma democracia, ampliando-a especialmente no terreno dos direitos sociais que estão se encolhendo.

Assim, acho que podemos pensar que ainda somos capazes - e devemos ser capazes - de romper com o padrão estrutural de exclusão social e de segregação que há 500 anos tem predominado na história brasileira. Romper com essa segregação significa que há necessidade premente de que as políticas públicas sejam definidas a partir do diálogo com a sociedade civil e do reconhecimento de um sujeito histórico que sistematicamente nossas elites recusam-se a reconhecer, ou seja, o sujeito histórico coletivo, a população brasileira na sua amplitude - e não a população brasileira limitada. É a população brasileira sofrida e que precisa se fazer ouvir. É preciso que os poderes públicos escutem e incorporem a voz dessa sociedade civil nas políticas sociais brasileiras. Muito obrigada.

Palavras do Sr. Ênio Bohnenberger

Companheiro Deputado Durval Ângelo, companheiros palestrantes, senhores e senhoras, é oportuno e satisfatório para nós do MST voltarmos a esta Casa. Outros companheiros já passaram por aqui, em debates. Acho que é mais oportuno ainda o tema do momento, porque parece que a Globo reduziu a história do Brasil a construir relógio. Os 500 anos se resumem a isso. Então, é oportuno, porque vamos colocar um pouco da visão que nós, os trabalhadores, tivemos e temos nessa história. Afinal, nós, os trabalhadores brasileiros, somos os responsáveis pela construção do que há no País, pelas riquezas que existem.

Vou tentar mostrar a visão que temos da formação do País. Há dois Brasis, e há duas histórias. Há o Brasil das elites e há o Brasil dos de baixo. Há a história da elite e há a nossa história, a dos trabalhadores de baixo. As elites brasileiras sempre trataram o povo brasileiro com muito desprezo, nunca levando em conta, para desenvolver a nossa Nação, o povo brasileiro. Ou seja, sempre o trataram com desprezo, governando o nosso País de costas para o povo. Sempre olharam para os Estados Unidos, para a Europa e para outras nações, e

nunca para o povo brasileiro. Assim foi desde a colônia até hoje.

Sempre se inspiraram ou copiaram de outras nações e não se preocuparam em construir o Brasil nação. Hoje, estamos sendo vítimas, novamente, de uma recolonização. Fomos durante séculos colônia de Portugal e hoje estamos sendo uma colônia dos Estados Unidos.

O que é o conceito de colônia? Colônia significa que as principais decisões não são tomadas aqui. As principais decisões do nosso País são tomadas pelo FMI, como acontecia na época da colônia antiga. Então, as elites brasileiras sempre se utilizaram do Estado, se apropriaram do Estado para fazer sua política.

Quando falo do Estado não é apenas o Governo. É o Estado como um todo, como falou o Pedro: o Judiciário, a Polícia Militar, o Legislativo, os Ministérios. Utilizaram esse Estado para matar, dominar, expandir. Hoje se apropriam disso que o Estado brasileiro construiu. Construímos uma nação, e o Estado financiou a energia elétrica, o petróleo, as comunicações, os Bancos, as estradas, as ferrovias, as hidrovias; tudo isso o Estado brasileiro construiu, porque as políticas necessitavam desse Estado para desenvolver o capitalismo no Brasil. Como hoje as elites não necessitam mais do Estado, acabam com ele.

Apropriam-se, por exemplo, das telecomunicações. Então, se olharmos por esse ângulo, as elites sempre utilizaram o Estado, inclusive para formar seus filhos. Hoje elas não precisam mais da universidade pública. Os filhos das elites estudam fora. Por isso, querem acabar com a universidade pública, com a educação. A elite brasileira não necessita mais do SUS. Hoje temos a Golden Cross, a UNIMED e outros. Quem precisa do SUS são os pobres. Então, vamos acabar com isso. O Estado está sendo sugado. Um Estado que durante 500 anos esteve a serviço das elites. Como agora não há mais necessidade de as elites terem o Estado, acaba-se com ele, e volta então a recolonização.

O que isso tem a ver com os movimentos sociais? Por exemplo, para nós, do MST, tem tudo a ver. Porque é o abandono total, e se abre mão de construir a nação brasileira para apenas ser um apêndice do capital financeiro internacional. No ano passado, para se ter uma idéia, no que se refere à reforma agrária, o INCRA conta com um orçamento de 2 bilhões para todo o País. Enquanto o INCRA tem esse orçamento, foi mandado, só de juros, para o FMI - não para pagamento de dívida, só de juros - em torno de US\$85.000.000.000,00.

Vejam bem, a prioridade não é investir aqui, no Brasil. A prioridade é justamente enriquecer uma elite financeira internacional.

E que relação tem isso conosco? Hoje, na agricultura brasileira, se abriu mão de construir a agricultura brasileira. Está sendo copiado novamente o modelo americano, que consiste em deixar 3% da população brasileira no campo. Isso significa o quê? Significa o fim da agricultura familiar, o fim de qualquer perspectiva dos pobres no campo. Esse projeto é muito perverso, e nós, os sem-terras, temos também a ver com a construção do nosso Brasil nação.

Deveriam priorizar o povo brasileiro. Nós temos a capacidade de expandir o nosso País e construir uma imensa nação. Nos países da Europa uma vaca produz, por exemplo, 40l de leite por dia; para aumentar 10% da produção de leite, farão uma revolução tecnológica, genética. Enquanto isso, a média de produção de leite no Brasil, em Uberaba, um dos maiores produtores brasileiros, é de 6,5l. Para aumentarmos 100%, ou 200% a nossa produção de leite não precisamos fazer nenhuma revolução. É só tratarmos as vacas.

Mas a Nação brasileira abre mão de investir no agricultor, no povo brasileiro. Digo que as elites governam de costas para o povo. Uma nação que não leva em conta o seu povo, não é uma nação. Quando joga o povo no analfabetismo - temos quase 40 milhões de brasileiros em estado de miséria. São 24 milhões na miséria absoluta... Então, as elites que não respeitam o seu povo, que lhes viram as costas não formam uma nação. O principal fator de uma nação é o seu povo. Então, não se leva em conta isso.

Essa história oficial muitas vezes não é contada. Lá nas universidades vamos ver que neste ufanismo de discutir os 500 anos de Brasil, houve pessoas na história que resistiram a esses modelos.

Então, as elites estão comemorando os 500 anos, patrocinados pela Rede Globo, mas não está escrito na história que eles estão comemorando e pisando nos cadáveres de milhões e milhões de pessoas - índios, escravos e miseráveis.

Que ousadia é essa de a Rede Globo, os portugueses e Fernando Henrique quererem comemorar os 500 anos do descobrimento? Já foi dito que há 60 mil anos já tínhamos os índios aqui. Que ousadia é essa querer dizer que nós descobrimos isso aqui? Onde estão os 5 milhões de índios que aqui viviam? Eles estão comemorando, pisando em cima desses cadáveres, em cima de milhões de brasileiros. Eles estão comemorando o êxodo e o massacre deles. Porque na história, as elites brasileiras sempre foram intolerantes com os movimentos sociais.

O que é isso? Quando as elites não conseguiram voltar os movimentos sociais para elas, para que os movimentos sociais ficassem do lado delas, o que fizeram? Foram intolerantes e acabaram os movimentos sociais com massacres.

Assim é a história do quilombo de Zumbi dos Palmares. Estavam construindo uma comunidade negra livre, democrática, coordenada pelos próprios trabalhadores. Mas as elites não toleraram. Também não toleraram o fato de Antônio Conselheiro construir Canudos no sertão da Bahia. Mandaram quatro expedições do Exército até acabar com tudo, pois, caso contrário, aquilo iria transformar-se num referencial dos trabalhadores. Portanto, tinha de acabar.

Os trabalhadores do Contestado, em Santa Catarina, que se revoltaram contra a construção da ferrovia, que iria desalojá-los e tomar-lhes as terras, foram perseguidos e mortos pelo Exército. Há cerca de dois anos, quando estávamos fazendo ocupações e realizando uma jornada nacional que deu grande notoriedade ao MST, o ACM falou aos jornais e às televisões que se fosse Presidente do Brasil iria acabar com o MST num só dia, ou seja, decretava a ilegalidade do movimento e acabou.

Então, as elites não desistiram de acabar com o Movimento dos Sem Terra. O nosso movimento, apesar de estar aí, não é engolido por eles, pois não nos toleram. Os senhores já imaginaram 15 anos do nosso movimento no Brasil? Isso é impossível. Como é que pode, em pleno ano 2000, com tanta modernidade, ainda existir o Movimento dos Sem Terra no Brasil? Isso não passa pela cabeça deles, que comemoram 500 anos de dominação e de poder absoluto. A elite brasileira nunca precisou dividir o poder. Apesar de fazer alianças com o capital internacional mais forte, com as oligarquias agrárias, com o capital industrial, sempre se manteve intacta no poder.

Agora, com os 500 anos, vêm os monumentos. Já dizia César Benjamin que nunca houve um monumento de cultura que não fosse um monumento da barbárie, porque atrás de cada monumento criado existe uma história de horror, uma história de massacre. É isso que estão comemorando. Nós, dos movimentos sociais não compartilhamos isso e não fazemos parte desses 500 anos que a elite está comemorando. Não temos nada o que ver com isso. Fizemos questão de nos afastar.

Rapidamente, gostaria de explicar o que é o Movimento dos Sem Terra. Sempre dissemos que não somos um grande movimento de luta, somos apenas seguidores do que os outros movimentos sociais fizeram antes de nós. Se não fossem tais movimentos, também não existiríamos, pois, como diz o ditado, quem não tem passado não tem futuro. Não adianta ficar dizendo que o nosso povo foi massacrado, vamos olhar também o que o povo fez. O nosso movimento inspirou-se nisso. Como é que o povo lutou? O companheiro João Pedro, andando pelo interior de Pernambuco, encontrou um sujeito que pertencia às ligas camponesas, já velhinho, com setenta e poucos anos, e perguntou-lhe como eles faziam para levar 200 mil camponeses para Recife. O velhinho respondeu-lhe que paravam o trem, colocavam paus nos trilhos e o enchiam de agricultores. Na década de 50 e 60 conseguiam levar 200 mil camponeses para a capital de Pernambuco. Então, temos de aprender com o que fizeram. Foram audazes, não foram uns coitados. Foram ousados. Isso é importante para nós, porque aprendemos com eles. Se eles não houvessem lutado antes de nós, não seríamos nada. Portanto, levamos isso em conta.

Por exemplo, uma das coisas que aprendemos é que temos de multiplicar centenas, milhares de lideranças, senão o movimento não tem futuro. Aprendemos que não basta querer construir o MST no Rio Grande do Sul ou em Minas Gerais. Por isso, estamos organizados em 24 Estados. Aprendemos que não basta apenas uma reivindicação econômica, temos de ter bandeiras políticas concretas. Temos de defender a Nação que construímos, temos de organizar a produção, temos de debater com os operários, enfim, temos de ter um projeto de sociedade. Como já dissemos, quem não sabe para onde deseja ir não vai a lugar nenhum. O mesmo acontece conosco. Se não tivermos um projeto de sociedade, um projeto político, irá acontecer a mesma coisa que acontece a uma pessoa que vai à rodoviária comprar uma passagem: se não souber para onde quer ir, ficará a vida toda na rodoviária, porque ninguém irá vender uma passagem para uma pessoa que não sabe para onde vai.

Portanto, temos de ter um projeto de sociedade, um projeto político. Temos debatido muito esse tema. Não temos esse projeto pronto. Não basta ter apenas um projeto escrito, é preciso desenvolvê-lo na cabeça, no coração, vivenciando valores diferentes. Não é apenas um projeto de transformação econômica, mas um projeto de valores diferenciados. Temos de começar a viver isso no cotidiano, no acampamento, no assentamento. Nós, apesar de todos os problemas, apesar da crise enfrentada pela agricultura brasileira, da crise de movimentos sociais, garantimos, em nossos assentamentos, quatro coisas básicas, fundamentais, que muita gente do povo brasileiro não tem. Garantimos trabalho o ano todo; moradia digna; alimentação, ninguém passa fome em nossos assentamentos; e educação, pois não existe uma criança fora da escola. Portanto, essas quatro coisas básicas são requisitos suficientes para provar que é preciso fazer a reforma agrária no Brasil. No entanto, apesar de impormos derrotas políticas, o latifúndio, como estrutura, continua praticamente intacto.

Aprendemos também que não faremos sozinhos a reforma agrária. Por isso, nós nos articulamos com as cidades. Em 1995, usamos uma faixa que dizia o seguinte: "Reforma agrária se faz no campo, mas se conquista na cidade". A partir daí, começamos a levar a luta, por meio das marchas, para as cidades, porque ficar somente na ocupação de latifúndios, lá, no fundão, não iria resolver nada. Para comemorar, temos a resistência do povo brasileiro, porque, em todos os períodos, em todas as épocas e em todos os lugares do Brasil, houve resistência, ou seja, não houve aceitação pacífica desse projeto, desse modelo implementado pelas elites. Algumas pessoas disseram "não". Lembro-me de uma frase usada pelo ... (Inaudível) durante uma entrevista. Quando a repórter perguntou-lhe como via a situação brasileira depois que todo o mundo virou neoliberal, globalizado, ele lhe respondeu: "Espera aí, todo o mundo não, eu sou contra. Então, não é todo o mundo". É importante comemorarmos isso, porque, em todas as partes do Brasil, em todos os cantos, em todas as épocas, em todos os períodos, houve pessoas que disseram "não" e resistiram. Isso é preciso comemorar.

Dissemos que somos a memória da resistência, somos a memória dos que disseram "não", dos que não aceitaram ser escravos. Somos a memória do quilombo de Zumbi dos Palmares. Somos o grito de Sepete Araju(?), dizendo que essa terra tinha dono há mais de 300 anos. Somos o acampamento de Canudos, de Antônio Conselheiro. Somos a Inconfidência Mineira. Somos a guerra do Contestado. Somos as grandes colunas de marchas, como fez Luís Carlos Prestes. Somos as ligas camponesas do Nordeste. Somos os braços cruzados dos operários. Somos a memória das crianças mortas na Candelária. Somos a memória de Carandiru, de Corumbiara, de Eldorado dos Carajás. Somos Dorcelina, na busca de um mundo novo. Somos, como disse Benjamin, os que escovam a História a contrapelo; ou, como disse nosso poeta Geraldo Vandré, na música "Aroeira": "É a gente fazendo contas para o dia que vai chegar". Não queremos apenas fazer a transformação econômica. Como movimento social, queremos fazer um ajuste de contas com as elites brasileiras. Para tanto, precisamos ter bem viva na memória o que fizeram com nossos escravos, com nossos índios, com nossos movimentos sociais. Então, viva a resistência dos povos, viva os movimentos sociais, viva o povo brasileiro! (- Palmas.)

Palavras da Sra. Maria Izabel Bebel Ramos de Siqueira

"Andávamos bem correndo por nossas matas/Ficávamos bem pescando em nossas águas/Flechávamos bem de longe a nossa caça/Corriam bem pelas ondas nossas igaras/Furávamos bem por gosto a nossa cara/Com a pele preta e vermelha mui bem pintada/Fazíamos bem de penas roupas de gala/Soavam bem pelos ares nossos maracás/Bebíamos bem do vinho que fermentava/Dormíamos bem nas redes das nossas tabas/Bem tratávamos o amigo que nos buscava/Mas os nossos inimigos, que bem matávamos!/Canoas altas e enormes aqui pararam/Homens como nunca vimos nos acenaram/Traziam roupas bonitas em muitas caixas/Davam-nos pentes e espelhos que rebrilhavam/pediam-nos pau vermelho, que lhes cortávamos/Traziam gorros, tesouras, panos e facas/pediam peixes e frutas, sagüins e araras/Já estávamos mal dormindo em nossas tabas/partiam os estrangeiros, outros voltavam/Andávamos mal correndo em nossas matas:/longe, as canoas nas águas logo estrondavam./As moças dentro das ondas mal se banhavam;/borboletas, passarinhos já se assustavam/Pelas brenhas e lagoas fugia a caça/Mal corriam nossas flechas, lentas e fracas,/pois vimos flechas de fogo muito mais bravas,/com os novos homens que vieram e nos contaram/histórias de sua terra, extraordinárias,/e à nossa terra subiram e andar-andaram/Nossos bens e nossas vidas se misturaram;/e, dentro das nossas mortes, o sangue e as raças,/como a água doce dos rios e a água salgada/Ai, meus avós, que este mundo é coisa rara:/tudo começa de novo, quando se acaba!"

Acabei de ler o poema "Inocentes Tamoios", de Cecília Meireles.

É com muito prazer que venho participar desse debate. Gostaria de cumprimentar todos os funcionários, assessores e Deputados desta Casa. Na pessoa do Deputado Durval Ângelo, quero cumprimentar a Assembléia pela feliz iniciativa de proporcionar a uma parcela do povo mineiro o exame dessa outra visão sobre a chegada dos portugueses no Brasil. É muito difícil falar depois do Ênio, e é com um nó atravessado na garganta que vou fazer o meu pronunciamento.

Dividi a minha fala, intitulada "Mulher - Brasil 500 anos. Da invisibilidade à afirmação da cidadania", em dois tópicos. O primeiro foi denominado "Brasil 500 anos: Descobrimento ou ocupação? Da invisibilidade da mulher nos 400 anos de Brasil, prisioneira da casa e do preconceito".

Na segunda parte, falei sobre o século XX, da afirmação da cidadania feminina.

Tupis, guaranis, aimorés, tamoios, timbiras, caetés, goitecazes, carijós, pataxós, tupinambás, crenacarozes, txucarramães, ianomanis, gês, tapuias, acaiacas, maxacalis. São lendas, como o boto cor-de-rosa, Mãe d'Água e o Saci-Pererê? São lendas ou são nações, tribos de povos encontrados aqui pelos portugueses? Ao chegarem as terras que depois vieram a ser a nação brasileira, os portugueses encontraram aqui povos que estamos chamando de índios. Esses povos tinham uma cultura própria, comida peculiar, costumes próprios, diferentes dos que vieram, danças, guerras, religiões e andavam, na sua maioria, nus. É a civilização que estamos denominando indígena.

O processo de colonização portuguesa chegou e tomou conta dos índios, fizeram-nos trabalhar nas plantações de cana, na mineração do ouro e nos serviços domésticos. Entre os índios, a produção era coletiva, a distribuição do produto era igualitária, os meios de produção eram de todos, eram socializados. A partir da chegada dos portugueses, esses se tornaram os donos de tudo: da terra, dos meios de produção e da mão-de-obra.

Vou citar alguns exemplos: em 1616 - a povoação de Nossa Senhora de Belém, foco de preagem e extermínio dos povos indígenas da Amazônia. Em 1629 - o português Antônio Raposo Tavares, o mais feroz cabeça de Entrada, bandeirante da colônia, destrói as missões de Guarani de Guará, Paraná e escraviza 4 mil indígenas. Entre 1618 e 1641, esses ataques destroem 32 missões e escravizam 300.000 guaranis. Em 1637 - ocupação holandesa no Nordeste. Em 1662 - Lisboa ordena a extinção dos índios janduis no Ceará, no Rio Grande do Norte e na Paraíba.

Em 1695 - Dom Pedro II, de Portugal, premia com 50.000 réis o Capitão Furtado de Mendonça, por haver morto e cortado a cabeça do negro dos Palmares do Zumbi.

Em 1756 - batalha de Caibaté, derrota decisiva dos Guaranis para os colonialistas luso-espanhóis. Houve 1.200 mortos, entre eles Nicolau Lamguriú, herói da guerra guaranítica.

Em 1833 - a polícia ataca quilombo, na Ilha dos Marinheiros, no Rio Grande do Sul, mata o líder Lucas e prende dez escravos.

Em 1872 - grande expedição repressiva contra Quilombolas, guerrilheiros do Rosário, Sergipe. São encontrados em ranchos abandonados.

Os escravos negros foram mão-de-obra por excelência na grande unidade produtora de açúcar. Mulheres e homens trabalharam no plantio da cana, na limpeza dos canaviais, que consistia em livrá-los de ervas daninhas, na colheita, e no transporte da cana para as moendas. Trabalhavam de sol a sol, mulheres e homens. O trabalho no engenho era ininterrupto, só paravam para limpar as moendas. Nesse momento em que paravam era o descanso dos escravos. A moenda funcionava por volta de 18 a 20 horas por dia. Mas não foi nas grandes plantações açucareiras que predominou o trabalho escravo-negro, homens e mulheres serviam aos seus senhores, em suas casas, na criação do gado e no serviço doméstico. Na região mineradora, os negros dedicaram-se a árduas tarefas de extração de ouro e diamante. Muitas vezes foram também escravos domésticos, donos de vendas e negras do tabuleiro faziam quitutes, colocavam nos tabuleiros e vendiam. A solução foi a imigração e a vinda de estrangeiros para o Brasil; eram homens e mulheres pobres, de países europeus, que vieram procurando a situação de riqueza.

Onde estão as mulheres nos 400 anos de história do Brasil? Não há registro oficial. Entre o breve espaço de tempo entre o convite para fazer esse debate e agora, procurei em diferentes livros de história, em diferentes orientações bibliográficas, mas as referências são pontuais, pequenas e limitadas sobre a presença da mulher nos 400 anos de história. A história oficial não menciona a resistência e a contribuição dos quatro séculos de trabalho e luta da mulher brasileira.

A mulher índia, a mulher negra e a branca eram todas analfabetas e trabalhadoras. Nas capitânias hereditárias estavam presentes, como administradoras das Capitânias São Vicente e

Pernambuco, duas mulheres: Ana Pimentel e Brites de Albuquerque. A mulher índia, a negra e a branca serviam aos senhores, cuidando dos filhos e trabalhando nos serviços domésticos. As mamelucas, as mulatas e as cafusas serviam aos senhores, trabalhando nos serviços domésticos e cuidando dos filhos.

É muito difícil para uma feminista de final de milênio falar sobre índias que foram assediadas sexualmente ora pelos portugueses ora pelos negros. É muito constrangedor falar na presença da mulher nesses 400 anos, tendo esse ponto como referência. As índias, as bugrinhas, serviam ao senhor no assédio sexual. As negras eram amas de leite dos filhos das brancas.

Na Capitania de Minas Gerais, por volta de 1779, havia a indústria caseira de fios e panos, com que se vestiam as famílias dos senhores e escravos. As mulheres manipulavam diariamente a roca ou o tear. Eram, em 1786, 58% das pessoas que tratavam os teares no Brasil. Na época das Bandeiras, Maria Dias Ferraz do Amaral aparece como heroína-Capivari. Destacam-se, também, os nomes de Maria Quitéria e Chiquinha Gonzaga.

Mas dedico essa fala de hoje às mulheres anônimas dos 400 anos da construção do Brasil. E chegamos ao século XX. Quanto ao século XVIII, deixo uma pergunta: quem engomava as anáguas das sinhas?

A segunda parte do século XX é a da afirmação da cidadania feminina. A partir do início do século XIX, já começamos a lutar por nossa afirmação, pela afirmação da cidadania da mulher. Nas lutas democráticas pela república e nas lutas contra a escravidão, as mulheres já estiveram presentes. Por iniciativa ainda tímida, bastante inexpressiva, olhadas com muito preconceito, as mulheres saíam às ruas para defender seus direitos. Começaram a ser editados jornais como o "Sexo Feminino", o "Belo Sexo", por corajosas mulheres.

Aqui, em Minas Gerais, três mulheres, de 18 a 20 anos, da cidade de Diamantina, em 1900, lançaram um jornal feminista. Na sociedade patriarcal, a educação feminina era restrita às boas maneiras, bordados e prendas domésticas. Rui Barbosa, inclusive, falou, nessa época, que "às mulheres, a agulha; aos homens, a pena", definindo bem os espaços de um e de outro sexo. A mulher começa a trilhar o seu caminho por sua afirmação como cidadã, sendo a luta mais expressiva, dessa época, a travada pelo voto, o "sufragismo". O voto foi conseguido em 1932, e daí para a frente as mulheres não mais pararam de lutar a favor de seus direitos.

E o século XX, a partir da inserção da mulher no mercado de trabalho, ela não mais parou de lutar pela afirmação de sua condição de cidadã. As analfabetas do primeiro momento do século deixaram a marca da luta pelo saber e, enquanto não conseguiram que, em 1906, aqui em Belo Horizonte, fosse inaugurada uma escola própria para a educação de mulheres não se sentiram satisfeitas. Nesse trabalho de luta em função da sua cidadania, a mulher conseguiu, na Assembléia Constituinte de 1988, inscrever-se com suas próprias reivindicações, ditas específicas, lutando por creche.

Estávamos na Praça 7, fazendo um movimento em que recolhíamos assinaturas com pedido de que a criação de creches passasse a ser uma norma constitucional, e um grupo de advogadas nos disse não se tratar o assunto de matéria constitucional e que, portanto, isso não poderia ser colocado na Constituição. Hoje, encontra-se essa palavra, em dois momentos, na Constituição brasileira: quando se refere ao trabalho da mulher e à educação de criança. Temos que resistir para manter essas conquistas. Em todos os movimentos sociais, a presença da mulher é definitiva. No MST, a participação da mulher, há três anos, teve, como homenageada pelo Movimento Popular da Mulher, em Minas Gerais, Deolinda, Líder do Movimento dos Sem-Terra. A mulher esteve presente em todas as lutas democráticas. Mas a presença da mulher nas lutas sociais, sua presença como metade da população brasileira, metade das eleitoras do País, não transporta para o poder, principalmente para o poder político, essa força.

A Lucília, com certeza, abordará o assunto em seu livro. A inclusão de quotas, na legislação eleitoral, é um instrumento de que a mulher dispõe para a sua entrada nos partidos políticos e nas composições de chapas eleitorais. Isso ainda não se insere no cotidiano, não fazemos disso um mecanismo totalmente natural. O maior passo no caminho da emancipação feminina, além do voto, foi, sem dúvida, a inserção da mulher no mundo do trabalho. Mas também aí lutamos contra muitos preconceitos, haja vista a questão da exigência do atestado de ligadura de trompas para se conseguir um cargo. Nossa sociedade ainda não assumiu a função social da maternidade como sendo uma necessidade, achando que seu cumprimento é um papel da mulher.

A presença mais expressiva da força do trabalho feminino ainda se faz na prestação de serviço, no setor comercial e no comércio, em cargos mais baixos de funções administrativas. A presença da mulher no poder é mínima. Por exemplo, nesta Casa, a Assembléia Legislativa, em que há vagas para 77 Deputados, há apenas 5 Deputadas. Dessas cinco mulheres, quais serão as que têm a concepção feminista na condução da história?

Na década de 70, temos o movimento participativo da mulher no Movimento Feminino pela Anistia, o que demarca o seu posicionamento numa luta política.

A partir da década de 70, houve um enorme avanço nas conquistas das mulheres, sendo essa decretada a década da mulher. O ano de 1970 foi o Ano Internacional da Mulher, o que impulsionou a luta feminista pela sua organização.

A partir dos anos 80, conseguimos uma assessoria junto aos Governos para se criar um espaço de apoio à mulher, com políticas públicas de apoio à mulher.

Nos últimos 30 anos, a mulher esteve em todas as frentes de luta: no Movimento pela Anistia, no movimento das diretas Já, no "impeachment" e na Constituinte.

A organização sindical, que nos anos 30 era um espaço bastante masculino, começava a contar com a presença tímida da mulher, que era a grande presença em quatro categorias: as professoras, as domésticas, as costureiras e as comerciárias.

Essas categorias tinham suas bases formadas quase que maciçamente por mulheres. Não se transferia isso quando se falava na questão da direção da entidade. As direções de entidades sindicais também são espaços restritos dos homens. Mas, agora, são outros quinhentos da história. Para se construir uma nova sociedade, em que mulheres e homens se relacionem de maneira mais igual, é necessária a compreensão de que a luta da mulher está entrelaçada com a luta de classes. E dessa forma coloca-se o desafio para buscarmos um Brasil cheio de justiça social, de igualdade de gênero e raça, em que um ser humano não oprima o outro, um Brasil socialista. Muito obrigada.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Neste instante, daremos início à fase de debates. A Presidência informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente. Para que possamos agilizar o debate, solicitamos aos participantes que desejarem fazer uso do microfone que se inscrevam previamente e se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, estando dispensada a formalidade das saudações pessoais.

Debates

O Sr. Presidente - Vamos passar ao primeiro bloco de perguntas dirigidas ao Hamilton. Como são muitas perguntas, daremos 5 minutos para a resposta.

O Sr. Hamilton Pereira - Recebi três perguntas que, de alguma maneira, traduzem preocupações. O Francisco Oliveira levanta o seguinte questionamento: "Como converter a passividade do povo brasileiro em um povo mais atuante, sem a ajuda da mídia? Como falar em cidadania quando um camelo é perseguido ou um trabalhador, por estar com aparência simples, é abordado de forma truculenta por policiais?".

A Luciana, da Uni-BH, indaga: "Qual a melhor maneira de tratar o assunto 'resistência' com nossos alunos, uma vez que eles já estão impregnados de valores impostos pela mídia e pelo sistema, que já nos fez desacreditar na união?".

Temos também a questão levantada pela Gabriela, que indaga o seguinte: "O senhor crê que essa massa usurpada até da palavra pode emergir de sua miséria numa força

revolucionária incontida?".

Acho que a primeira e a última questão têm muito em comum. Vou tratá-las na primeira resposta e separarei a pergunta da Prof^a Luciana.

Acho que há, na questão, um elemento absolutamente fundamental para nossa compreensão, em primeiro lugar, e a ação que deve derivar de nossa compreensão do problema. Nosso discurso, exatamente pelas características da sociedade que construímos ao longo desses 500 anos, é permeado pelo problema da democracia. A questão democrática é tão presente na história do Brasil, ou seja, o desejo, a ansiedade de participar é tão grande, que eliminamos da discussão os objetivos para nos atermos ao método participativo. E, muitas vezes, embaralhamos as coisas e nos perguntamos para alcançar quais objetivos queremos a democracia.

E aqui entra o problema dramático que é o monopólio dos meios de comunicação do País. Não se pode discutir democracia sem abordar esse problema. Há alguns anos, escrevia um pequeno texto quando me veio o nome do livro dessa figura ímpar na literatura brasileira que é Drummond. O escritor tem um livro que se chama "O Fazendeiro do Ar". E liquei os fatos. Imaginem vocês que a capacidade de reciclagem das oligarquias rurais brasileiras fez com que elas, no final do século XX, se convertessem nas grandes beneficiárias, ou seja, nas grandes proprietárias das redes de comunicação. Podem ver quem são, hoje, os titulares das redes de comunicações nos Estados do Nordeste, assim como nos Estados do Sul. Em geral, são proprietários das redes de comunicação e proprietários da terra, ou seja, essa é uma elite extraordinariamente competente, capaz de se reciclar e se antecipar aos conflitos, tomando conta e ocupando cada milímetro de espaço que a sociedade venha a oferecer.

Imaginem quem controla, hoje, as redes de televisão de Pernambuco, do Ceará, da Paraíba, da Bahia. São as mesmas famílias que ontem controlavam as culturas de cacau, de açúcar, etc. É importante que tenhamos presente esse dado: a discussão dos meios de comunicação no Brasil é indispensável para reverter esse quadro aqui levantado. Como sairmos da apatia se não contarmos com esse veículo indispensável ao exercício democrático, que é a comunicação? É preciso ter coragem de defender o fato de que a comunicação no País não pode ser privada, e sim pública. Não quero dizer estatal, mas tem que ser pública, pois estatal também não presta, porque burocratiza, torna-se desinteressante. No entanto, subordinar o meio de comunicação aos interesses oligárquicos, familiares ou de grupos econômicos é inaceitável para quem quer construir uma sociedade democrática. Extrapolei meu tempo, mas quero dizer que a pergunta da Luciana é tão importante, que pediria a tolerância de vocês para respondê-la.

Luciana diz algo que é preocupante e perturbador. Ela fala dos alunos, dizendo: "...uma vez que eles já estão impregnados de valores impostos pela mídia". Luciana, quero dizer-lhe que me recuso a admitir isso como verdade. Quero acreditar que há um pequeno espaço que seja que se encontra fervendo sob essa armadura que a mídia impõe. E isso porque a Fundação Perseu Abramo, da qual faço parte, termina de realizar uma pesquisa sobre juventude, sendo que o que mais me chamou a atenção no resultado dessa pesquisa, que é de âmbito nacional, foram precisamente as respostas que a juventude brasileira deu aos questionamentos a respeito de valores. Creio que não há verdade estabelecida, há um conflito a ser trabalhado. Não podemos aceitar que a juventude de nosso País esteja submetida ao culto da violência, de uma sociedade que vê como natural a venda de órgãos humanos, de uma sociedade que vê com indiferença a morte, a exclusão. A juventude rebela-se contra isso à sua maneira. Não há que aplicar as categorias da racionalidade cartesiana. Somos tropicais e dados a explosões.

Disse, em meu texto que discute os movimentos sociais, que o Movimento dos Sem-Terra programa para este ano 500 ocupações, 500 fogueiras e quero dizer-lhes que sou simpático às fogueiras. É fundamental que elas se acendam, que alumiem o caminho.

Elas mostram que há outros caminhos possíveis, que não aquele do desempregado, que vai para a marginalidade e disputa com os ratos o resto do lixo das grandes cidades.

Há outros caminhos. O MST aponta um deles. Haverá outros movimentos sociais, como vimos aqui, na exposição de cada um, apontando caminhos alternativos e, sobretudo, caminhos que buscam contrapor os valores da partilha, da solidariedade, do pleno desenvolvimento, das potencialidades humanas contra o absolutismo do consumo, do individualismo, do "meu limite é o limite da minha pele". É nisso que eu quero acreditar. Muito obrigado.

A Sra. Lucília de Almeida Neves - Pergunta de Júnia, Miriam e Cristiane, todas da Uni-BH. Vou tentar correlacionar as perguntas, por causa do tempo existente para respondê-las.

As perguntas giram em torno da questão do Estado em que vivemos hoje, do imenso teatro, segundo a Júnia disse, que estamos vivendo: fingimos que acreditamos no Governo, e este finge que governa o povo. Que povo é esse? E qual a natureza do papel do professor, na questão da educação para a cidadania e da valorização da coisa pública?

Vejam bem, não acho que o Governo finge que governa. Acho que o Governo governa com um projeto muito definido. Não é o projeto com o qual eu me identifico. E, pelo que vi, todos nós, da Mesa, não nos identificamos com ele. Não é um projeto que valorize a população brasileira e não é um projeto voltado para a construção da nacionalidade. É vinculado a uma proposição internacional construída no chamado Consenso de Washington, que instituiu todo esse programa de globalização, de liberalismo, de neoliberalismo, muito marcado pela influência e pelo predomínio do FMI.

O Governo não finge que governa, ele governa e tem um projeto claro - é o projeto que está de costas para o povo brasileiro. Não só de costas para o povo brasileiro - está de costas para a Nação brasileira. Só um exemplo. Ontem fiquei profundamente assustada com uma notícia que li nos jornais, de que, num concurso do Banco Central, teriam mais pontos os economistas formados por 40 universidades. Dessas 40 universidades, 35 eram dos Estados Unidos. Apenas 5 eram brasileiras. Aí houve uma reformulação do edital, por causa de liminares, impetração jurídica. Mas era um concurso do Banco Central do Brasil, em que mais pontos eram dados a pessoas formadas em universidades dos Estados Unidos. Isso é uma aberração. É um atentado contra a nossa nacionalidade.

Há projeto governamental, sim. Mas é um projeto com o qual não nos identificamos. Não é um projeto para o povo. É um projeto, como temos insistido aqui, que reproduz o que tem sido marcante na história brasileira, de costas para o povo, ou, quando está de frente para o povo, contrário ao povo. É a frente para combater, apagar a fogueira, reprimir a resistência. Aí vem a questão da cidadania. Na verdade, os movimentos de cidadania têm sido de resistência e de luta. Como dizia o companheiro Pedro Tierra, muitas vezes derrotados, outras vezes conseguimos plantar sementes. Eu falava das sementes plantadas na nova Constituição brasileira. Os movimentos de cidadania são os movimentos pela democracia. E o que nós, professores, podemos fazer em termos de cidadania? E amplio a pergunta, pedindo desculpas a quem perguntou: O que nós, professores, mais que educadores, porque pensando em educação no seu sentido mais amplo, educação na escola, na sociedade, na família, o que podemos fazer em termos da educação para a cidadania e de valorização da coisa pública?

A primeira ação é a do testemunho. Um bom professor, um bom educador é aquele que testemunha, no cotidiano, a prática da democracia. Os pais que educam para a cidadania são aqueles que se recusam a educar seus filhos tendo como visão principal do mundo o consumo, o individualismo, a falta de solidariedade, o desrespeito pelo mais fraco. Meu marido e eu procuramos educar nossas filhas no sentido da liberdade e do respeito ao próximo e do respeito a elas mesmas. Essa é a verdadeira educação para a cidadania. Em sala de aula cabe praticar a democracia e valorizar a autoridade, não o autoritarismo. Em sala de aula cabe, principalmente aos professores de História, valorizar as lições do passado, pensando na construção da utopia do futuro. Cabe trazer a dimensão do tempo, trabalhar a dimensão do tempo de construção, de esperança. Acho que o que mais precisamos é não nos deixar domar pela ausência de esperança, a qual hoje é profundamente difundida pelo monopólio dos meios de comunicação de massa.

Nossa resistência precisa ser a resistência da esperança em cada lugar em que estivermos, tanto como educadores, quanto como cidadãos. (- Palmas.)

O Sr. Ênio Bohnenberger - Vou responder às questões da Ana Maria, da PUC, e do Igor e da Maria Lúcia, da UNE.

A Ana Maria faz a seguinte colocação: "Os índios são relegados, sendo hoje apenas uma lembrança dos primeiros habitantes da terra brasileira, e os negros, a lembrança dos sofredores espoliados. Ambos são vistos pela sociedade, que se apóia na mídia, como um problema social. O que fazer para que o MST não seja visto apenas como mais um problema para a sociedade?".

Ana Maria, a sociedade brasileira é extremamente preconceituosa. O Pedro Antero tocou o ponto central: as elites brasileiras estão derrubando o projeto popular por intermédio dos meios de comunicação social. Ou democratizamos os meios de comunicação social ou construímos um meio de comunicação alternativo. Caso contrário, seremos sempre vítimas do preconceito.

O que a Rede Globo se propõe colocar em pauta no País, ela coloca. O que é anunciado no "Jornal Nacional" de um dia é o que é tema dos jornais no dia seguinte. Ela tem extrema facilidade para lidar com isso e continua sendo uma empresa valorizada.

A Rede Globo cria notícias para desviar a atenção do povo, quando isso lhe convém. Vejam o caso do Pitta: todo mundo sabe que o Maluf e o Pitta roubaram, mas, de repente, é lançada essa bomba, que nada mais é que uma guerra entre ACM e Fernando Henrique. Em conseqüência, a Rede Globo concentra o IBOPE e continua isenta.

O MST é uma saída. Quando o Governo foi negociar com os canavieiros bóias-frias, não havia com quem negociar. Organizamos as ocupações de terra, a produção e as cooperativas. Estamos sendo a grande saída para o Governo, para o município, para a geração de renda, enfim, para resolver não somente o problema social como também o problema econômico.

Contaram-me que saiu na televisão uma matéria sobre o assentamento que temos na região Leste. Mostraram nossa cooperativa e nossa produção. Fiquei admirado, porque é raro sair uma matéria mostrando algo positivo a nosso respeito. Só aparece o sem-terra brigando com o policial, passando à sociedade a imagem de violência. Temos que mudar essa imagem, e é por isso que nossa linha política é a de nos ligarmos à sociedade, ao invés de nos isolarmos.

O Governo conseguiu colocar a sociedade contra os petroleiros, que fizeram um movimento isolado, e, depois, colocou os tanques do Exército contra eles. No dia em que o Governo conseguir fazer com que a sociedade fique também contra o MST, colocará também os tanques contra nós. Temos consciência disso.

As perguntas do Igor e da Maria Lúcia são mais ou menos parecidas: "Qual seria hoje o espelho do MST nos grandes centros urbanos, já que os sindicatos estão sem força de atuação junto aos operários? Com quem poderíamos nos aliar nas cidades?". "Por que o MST está sendo o único movimento vivo no Brasil, e por que ficaram doentes os outros movimentos?"

Os movimentos sociais na história da humanidade têm-se manifestado como se fossem ondas do mar. Há períodos em que se levantam e há períodos em que se recolhem.

No final da década de 70 e em toda a década de 80, tivemos o ascenso dos movimentos. A partir da derrota para o Collor de Mello, começamos um descenso de massa. O MST conseguiu, de certa forma, se manter.

Costumamos dizer que somos apenas uma árvore no meio da floresta, e é por isso que somos tão notados. As outras árvores que estavam na floresta perderam as folhas, e a nossa, que resistiu e já dá sombra, é vista de longe. No momento, porém, em que os movimentos sociais se levantarem de novo, vamos ser apenas uma árvore em meio a tantas outras. Não temos dúvida nenhuma disso.

Os movimentos sociais vão se levantar. A tradição do povo brasileiro mostra a existência desses ciclos, mas precisamos ter um projeto político mais claro de sociedade e de nação, para que os movimentos sociais, quando se levantarem de novo, não se deixem guiar para outros caminhos pelos oportunistas.

Hoje, infelizmente, a esquerda está muito mais preocupada em disputar eleições que em construir movimentos de massa. Estamos vivendo uma crise de mobilizações. Num encontro em Vitória, Luiz Carlos Prestes Filho disse algo interessante: "Che Guevara fez a luta em Cuba e triunfou". Ele sabia que Cuba precisava ter ainda outros referenciais para derrotar o império americano. Surgiu um foco no Vietnã, e ele foi tentar criar outro na Bolívia, onde até acabou morrendo. Sua máxima era: "O Vietnã sozinho não derrota os Estados Unidos, mas, se criarmos três ou quatro vietnãs, nós os derrotaremos, com certeza".

Luiz Carlos Prestes Filho, transportando essa máxima para a nossa realidade, disse que, para derrotarmos a política neoliberal no Brasil, precisamos criar mais uns quatro ou cinco MSTs.

Não se leva a política liberal à derrota com eleições: só se derrota a política neoliberal com movimentos de massa, e, quando digo massa, refiro-me a multidões, e não a um grupo de 100 ou 200 pessoas apenas. A história da humanidade prova que só há transformações profundas quando as multidões se levantam. E, para as multidões se levantarem, é preciso existir referencial político e movimento organizado.

O movimento espontâneo que derrubou Collor de Mello não resolve o nosso problema. Derrubamos o Presidente, todo o mundo voltou para casa, e o projeto neoliberal ganhou muito mais força.

Precisamos de consistência. O MST acredita que chegaremos a isso e que o povo brasileiro vai levantar-se um dia. (- Palmas.)

A Sra. Maria Izabel Ramos de Siqueira - Vou responder à pergunta de Gilberto Magela da Silva, do 1º período do curso de História da UNI-BH. Ele pergunta: "Como o Conselho Estadual da Mulher vê, junto ao Ministério da Educação, a inclusão das mulheres dos séculos passados como personagens históricos, nos nossos livros didáticos brasileiros, já que vemos só homens com tal papel".

O Conselho luta para que essa invisibilidade da mulher nos 400 anos de história se modifique. Na primeira parte da minha exposição, falei sobre a discriminação e o preconceito que pairam em todos os livros didáticos no que tange ao papel da mulher, reservando-lhe sempre o papel do doméstico e do privado, e ao homem o papel do público, reforçando o preconceito de que esses papéis já estariam definidos para sempre. Isso também ocorreu com os negros e com os índios.

Mas a mulher dos novos 500 anos que estão chegando é a mulher que fará essa mudança também nos livros didáticos. Para isso o Conselho Estadual da Mulher procurou o Secretário da Educação, Murílio Hingel para fazer uma parceria para discutirmos, juntamente com a Secretaria de Educação e movimentos feministas, a discriminação e o preconceito que ainda constam nos livros didáticos.

A Secretaria de Educação está com um programa de fazer algumas cartilhas sobre a presença da mulher na sociedade brasileira. O Conselho Estadual da Mulher está preocupado com isso e tem tomado iniciativas concretas.

O Sr. Presidente - Pergunta do Hegler, do Flávio Henrique e do Bruno Danilo dirigidas ao Hamilton e ao Ênio sobre a questão de Corumbiara. "Dizem que o massacre de Carajás foi noticiado e o de Corumbiara, não. Foi omitida a forma violenta pela qual foram mortos os trabalhadores e não houve divulgação na mídia."

O Sr. Hamilton Pereira - Há uma linha de comportamento do Estado brasileiro que é pautada pela violência, no discurso, na maneira de expor os fatos e no exercício físico da violência, quando se trata de conflitos em torno da posse da terra.

Corumbiara foi uma espécie de massacre anunciado e foi uma provocação. O Estado de Rondônia é marcado pela violência, no último quarto de século. A ocupação de Rondônia, durante o período militar, sobretudo, é marcada pela violência, e não apenas contra a pessoa. É bom lembrar que a cobertura vegetal do Estado de Rondônia foi reduzida a 18%, num quarto de século, para termos uma idéia da brutalidade do processo de ocupação dessa unidade, durante o período militar e nos anos que se seguiram.

A resistência dos trabalhadores não foi organizada a partir dos sindicatos, no caso de Rondônia, porque ali a própria confederação, a CONTAG, não alcançava a organização de base, por uma série de circunstâncias históricas. A resistência dos trabalhadores se deu a partir do trabalho das pastorais populares, particularmente da Igreja Católica, em colaboração com a ISLB, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, uma das melhores experiências de trabalho ecumênico do qual temos notícia, num período fecundo da vida das Igrejas no Brasil.

Isso não ocorre hoje. Há uma regressão no que diz respeito a isso. Naquele momento, particularmente, no âmbito da Pastoral da Terra se viveu uma experiência bastante rica, bastante interessante no Estado de Rondônia. Corumbiara, que não foi referida aqui, está circunscrita por aquele processo e pela maneira como, em geral, o Estado se portou. No mais segue-se a regra: é um massacre impune, como Eldorado, e é um massacre que aos poucos vai sendo diluído pelo esquecimento. As pessoas já deixaram de falar de Corumbiara.

Como daqui a pouco, se não houver uma reação da sociedade, deixarão de falar de Eldorado. Como deixaram muitos anos de falar de Canudos, do Contestado, de Palmares. É função dessa parte viva da sociedade, dos movimentos sociais, dos sindicatos, das associações, cultivar essa memória, não deixar essa chama apagar. Por isso é que eu disse que gosto das fogueiras acesas.

Quando o Movimento dos Sem-Terra cultiva Canudos, Contestado e Palmares nos cursos que ministra aos militantes, está cumprindo esse papel. Há uma batalha permanente que se trava, que é a conquista física da terra, que não é só de perder e de ganhar, mas de conquistar a alma das pessoas. Isso é fundamental. E, nos últimos anos, temos tido a alma invadida. A alma desse povo é literalmente invadida pelos meios de comunicação de tal maneira, que nossos filhos de classe média, nas grandes cidades, hoje, não têm a menor idéia do que seja uma choupana do Sul do Pará, e têm muito claro como é uma casa de campo em Louisiana.

O Sr. Ênio Bohnemberger - Acho que o Pedro Tierra fez uma boa abordagem do assunto. Corumbiara, que, de certa forma, citei no encerramento, tem de ficar viva na memória, pois foi o primeiro massacre sofrido. As elites sempre fizeram isso para nos mostrar que devemos ir devagar para não haver brigas. Aquele foi um primeiro aviso, mas não teve tanta repercussão como Carajás. Acho que é fundamental que lembremos isso, pois foi uma crueldade, 11 trabalhadores foram massacrados. A primeira pessoa a ser morta foi uma menina de 7 ou 8 anos, que foi morta a tiros numa ação conjunta das Polícias Militar, Civil e a pistolagem. Foi mais um dos massacres sofridos, e temos de mantê-lo na memória. Não dá para esquecer. A memória está sendo mais importante do que a inteligência. Temos de guardar a memória. Acho que nossos partidos de esquerda têm de voltar a fazer isso. Não podemos esperar que a Rede Globo faça memorial de nossas coisas. Nós é que temos de fazer isso. Acho que Corumbiara merece todo esse respeito na história.

Nós, como movimento social, temos de ter muita habilidade política para não cair nas armadilhas que, muitas vezes, eles nos pregam. Quando estava no Rio Grande do Sul, em 1990, fomos fazer uma manifestação em frente ao palácio, o Pedro Simon era o Governador, mas quem estava era o Vice, Sinval Guazelli(?), que era Governo da ditadura. O que ele fez? Como todos os coronéis naquele tempo eram ligados à ARENA e ao PDS, eles organizaram nossa repressão para poder combater o PMDB, que era Governo, para eles poderem voltar ao Governo. Naquele conflito, mais de 60 pessoas foram presas, várias lideranças internadas a tiro, e morreu aquele policial. Aquilo criou um problema. Então, há algumas cidades que a direita nos arruma, e temos de ter habilidade para fugir delas, logicamente, sem deixar de lutar. Como diz o Plínio Sampaio Júnior: "Estamos no Triângulo das Bermudas". Não podemos nos deixar ser cooptados, não podemos cair no isolamento, mas não podemos deixar de lutar". Acho que essa é a tarefa dos movimentos sociais.

O Sr. Evaristo Garcia - Farei essa pergunta porque há uma contradição muito grande entre o que o Chico disse ontem e o que o Prof. Pedro Tierra falou. Ele acha que deve ser dissolvido, criar uma porção de ... os companheiros sabem melhor o que ele falou, que não há necessidade de unidade, e a classe operária não tem isso.

Faço a pergunta para as Profas. Lucília e Bebelá. Esta Casa publicou, na "Revista do Legislativo", um trabalho do Deputado Sérgio Miranda, em que há uma cláusula do acordo entre o Brasil e o FMI, que diz o seguinte: arrecadar mais, quer dizer, sugar o povo mesmo e gastar menos com as despesas não financeiras, quer dizer, com saúde, educação. Gastar o menos possível e arrecadar dinheiro para pagar uma dívida da qual somos escravos. Este ano, não serão R\$85.000.000,00, mas R\$138.000.000.000,00 que serão tirados dos trabalhadores, do povo. Onde está nossa soberania?

Nossa preocupação, professoras e companheiros da Mesa, é acabar com o risco de doenças, com a desnutrição e suas causas, porque muita gente fica constatando, mas, na causa, ninguém entra. O Poder Judiciário diz que não pode entrar nas causas, só age no efeito. Isso é demagogia em cima de palanque político.

As causas são a fome, o desemprego e a terra, que não está tendo uma função social como geradora de trabalho e de riqueza. Pelos dados de Minas, temos 5.642 famílias, numa projeção de 25 mil trabalhadores acampados, à espera de terra. Há 77 conflitos de ocupação em 48 municípios. Dos 147 assentamentos, até setembro de 1999, nenhum foi completamente implementado, porque o dinheiro para a reforma agrária não é usado para atender os trabalhadores, mas para mandar para os banqueiros.

Segundo o sociólogo Raul Paixão, não podemos brincar com esses números, pois seus reflexos no centro urbano são muito mais explosivos do que a reforma agrária. Estamos vendo os presídios lotados e as pessoas construindo muros altos, paredes, para se protegerem dos assaltos.

Profa. Lucília, será que falta uma parceria sólida entre os trabalhadores urbanos e rurais? Temos de descobrir onde está nosso erro. Será que os sem-terras, a universidade, os sociólogos, os sindicatos, as comissões de emprego, os historiadores das lutas sociais, que é o caso de vocês duas, têm que se reunir para estudar os impasses existentes? Este fórum já começou esse trabalho, mas estão faltando os sindicatos, que não se encontram presentes.

Existe muita terra, muita gente querendo trabalhar, muita coisa para fazer, e estamos importando R\$100.000.000,00 de alimento. Em Minas Gerais importamos R\$5.000.000,00. Isso é um absurdo. Temos 7 milhões de desempregados. Minas tem 705 mil desempregados, 19% de nossas crianças são desnutridas, são casos irreversíveis. A terra precisa ter função social, e é preciso defender a Constituição contra os ataques, os atentados que vem sofrendo para que sejam confiscados os recursos da seguridade social, da saúde, da previdência, da assistência social e da educação. Este ano eles vão tomar R\$4.000.000.000,00 da educação. Abrem-se 70 mil inscrições para o vestibular, e apenas 8 mil candidatos são aproveitados.

A Sra. Lucília de Almeida Neves - Garcia, meu querido companheiro, responder a sua pergunta é um pouco difícil, mesmo que tenha de ordenar a minha resposta, devido à profusão de informações. Você, ao mesmo tempo, já responde. De certa maneira, temos convicções em comum sobre o que ocorre hoje, no Brasil, e sobre as perspectivas de um futuro para o País. Vou me centrar num aspecto que você levantou, que é a questão da soberania nacional.

Vou aproveitar para responder à pergunta da Maria Emília. Ela disse que fez uma retrospectiva da história do Brasil, mas que não falei do Governo Fernando Henrique. Falei da conjuntura atual. Vou responder a questão do Governo Fernando Henrique juntamente com a questão da soberania.

O problema da soberania no Brasil é histórico e estrutural. Ele advém do nosso passado colonial, da ocupação portuguesa e ibérica do território brasileiro. As lutas pela soberania nacional foram inúmeras, travadas por sujeitos históricos coletivos e muitas vezes por pessoas, individualmente, que sempre acreditaram na perspectiva de construção da Nação brasileira de uma maneira autônoma. Hoje, infelizmente, a nossa soberania é praticamente inexistente do ponto de vista social, educacional e habitacional, em virtude de razões econômicas e dessa dívida externa aviltante à qual estamos presos, das diretrizes do FMI. Hoje, a nossa soberania está profundamente limitada por uma avalanche, por uma invasão de termos anglicistas na nossa língua, como "fast-food", "delivery", "shopping center", etc. As nossas crianças manuseiam o computador utilizando uma linguagem estrangeira, o inglês. Na verdade, a soberania adquire uma dimensão para a sua resolução muito maior até do que a questão econômica, passando pelo âmbito social, pelos meios de comunicação de massa, por essa profusão de filmes norte-americanos a que somos submetidos todos os dias. É um problema da maior gravidade.

Fiz alusão ao Governo Fernando Henrique Cardoso. É um Governo que está vinculado ao Consenso de Washington, às diretrizes do FMI, e que tem políticas sociais restritivas. Praticamente, não existe política social.

Nesta oportunidade, gostaria de fazer um convite a todos os presentes. Anteontem, foi inaugurada no Palácio das Artes uma belíssima exposição de um grande ilustrador de livros infantis sobre o descobrimento do Brasil.

O pintor é Eliardo França, que já ilustrou inúmeros livros infantis. Essa exposição está na Sala de Multimeios do Palácio das Artes e é uma visão crítica da questão da soberania vilipendiada desde a época do Brasil Colônia. Se vocês tiverem tempo, vale a pena passar por lá para ver essa exposição, que é de uma beleza plástica e politicamente contundente. Obrigada. (- Palmas.)

A Sra. Maria Izabel Bebelá Ramos de Siqueira - Garcia, companheiro do PC do B, foi muito bem lembrada aqui a sua colocação. Também considero a dificuldade de responder, como a Lucília.

Quero dizer o seguinte o neoliberalismo do qual o Fernando Henrique Cardoso é defensor exige o estado social mínimo. E o que é esse estado social mínimo? É um mínimo para as questões sociais. As questões específicas que você mencionou, como saúde e educação, zero. É tirar o máximo de recursos daí e jogar, como exigência do FMI, para pagamento de dívida externa, etc. O estabelecido é o que o Consenso de Washington e o que o FMI ditam. E o FMI está ditando para nós o estado social mínimo. Todos os recursos ou o máximo possível de recursos que puderem ser tirados da saúde e da educação serão tirados.

Trazendo um pouco a brasa para a minha sardinha, em razão da questão da mulher e da comemoração dos 500 anos do Brasil, o recado que deixo ao final da minha fala é exatamente esse: feminismo por feminismo não leva a nada. Não caminhamos no caminho da libertação da mulher caminhando só no caminho da libertação da mulher. O caminho da libertação da mulher faz parte de um caminho muito maior, o da libertação do povo, e essa luta tem de estar entrelaçada. Se essa luta não se entrelaçar, não há libertação, e não é só da mulher, mas também de nenhum segmento social. Obrigada.

O Sr. Hamilton Pereira - Quero botar minha colher de pau nessa conversa também. É uma coisa muito didática. No Consenso de Washington, o FMI disse que é preciso haver o Estado mínimo. Quando vamos traduzir isso para a linguagem deles. Estado mínimo é para a saúde, a educação, o transporte, a moradia, enfim, para todas as demandas populares. Estado mínimo, e Estado máximo para o PROER, para os banqueiros. O Fernando Henrique sabe de onde tira o dinheiro; ele não sabe de onde sai para aumentar o salário mínimo, mas já resolveu isso.

Tenho três questões. Uma diz respeito aos idosos, à maneira como essa sociedade os trata. A segunda: "O que fazer para revigorar os movimentos sociais?". E a terceira é sobre o problema da participação popular na vida política do País e sobre a questão da representação. As perguntas são da Maria Lúcia, da Conceição e do Otaviano.

Eu diria que podemos medir o grau de saúde de uma sociedade pelo tratamento que ela dá às crianças e aos idosos. Quero ceder à tentação de lembrar que as comunidades indígenas são sociedades simples, não são tão complexas como as nossas. E acham soluções em que cada um desses três estratos encontram seu lugar. Aos anciãos, a tarefa de reproduzir o conhecimento para os que acabaram de nascer. Têm, portanto, uma função. As crianças, a tarefa do aprendizado da tradição e de como se lida com o mundo. E os válidos, os adultos, cuidam de prover a existência dos três, nesses três momentos da vida.

Se formos julgar por aí, a sociedade brasileira é falida, doente, porque abandona as crianças e deixa os velhos à sua própria sorte. E agora cuida de produzir em massa o desemprego dos adultos, ou seja, essa sociedade faluiu, não se sustenta. É uma questão de tempo, mas ela não cai por si só, é preciso dar um empurrãozinho. E, para isso, é fundamental revigorar os movimentos sociais.

E o Ênio traz uma lição muito simples. A História nos mostra que nenhum movimento é contínuo. Vem em ondas. Há momentos que são de crescimento. Vamos lembrar: em 1966, os "milicos" invadiram o convento dos dominicanos em Belo Horizonte, e, até 1968, com o AI-5, no mês de dezembro, cresceu o movimento social no Brasil, com certas características, classe média, estudantes, etc. Mergulhamos na noite do AI-5 e só fomos mostrar a cabeça dez anos depois, com os operários do ABC. Porque era uma realidade mais consistente e mais bem construída, esse movimento cresceu durante quase dez anos. Da primeira greve e de todo o movimento que ela desencadeou no País, crescemos até a eleição de 1989.

Aí, até pegamos gosto, é bom quando se faz movimento social e se ganha. Depois, entramos na década de 90, fatídica. No começo dos anos 90, quando Collor tomou posse, éramos olhados como cachorros loucos, porque éramos poucos contra aquela barbaridade. Mas a sociedade despertou rapidamente para derrubar esse impostor. E o que ocorre? Passamos a amargar uma situação nova, desabitados a viver a dissensão. Dissensão gera pulverização, divisão. É preciso encontrar, e quero apontar um rumo que não foi descoberto por mim, a experiência histórica dos oprimidos é que o descobriu, é trabalhar os valores da cultura, porque ninguém transforma a sociedade sem transformar profundamente os valores culturais.

O Sr. Humberto Henrique Victory - Sou representante da Polícia Militar, que está participando deste debate. Sou Subtenente e estou há 15 anos na corporação. Existem diversos movimentos sociais de luta pela terra, destacando-se o MST, o MLST e a Liga Operária Camponesa, não a Liga Francisco Julião. Estes dois últimos são de Minas Gerais, além de federações de trabalhadores na agricultura e sindicatos de trabalhadores rurais. Esses conflitos agrários, surgidos há bastante tempo, deprimem os dois lados da moeda, tanto a ação da Polícia Militar específica de Minas Gerais - não quero dizer nada a respeito de outros Estados - como o lado do trabalhador rural sem terra.

Gostaria de perguntar ao Sr. Ênio Bohnenberger se a dissensão entre esses movimentos sociais não prejudica o acesso à terra, em face dos objetivos específicos de cada grupo? Existem divergências ideológicas entre esses movimentos sociais. Não seria possível aglutiná-los num objetivo comum? Por que isso? Hoje, graças a Deus, o Governador do Estado criou o Grupo Especial de Acesso à Terra, presidido por um ex-integrante desta Casa, que tem procurado intermediar essas negociações, que são ações demoradas porque dependem de determinação judicial. Nessa questão da determinação judicial, a Polícia Militar tem que correr ao local para cumprir a ação. Muitas vezes, esse processo transcorre rapidamente, resultando em conflito. Esses diversos movimentos não poderiam ser aglutinados em apenas um, lutando por um objetivo comum e conquistando-o? O Movimento dos Sem-Terra é simpático a uma de parte da sociedade.

O Sr. Wellington de Oliveira - Gostaria de colocar em discussão uma problemática que está sendo deixada de lado. Historicamente construiu-se, com a ascensão dos movimentos sociais - vou me ater à discussão do sindicalismo e à famosa reestruturação capitalista -, o seguinte: no dizer de Ricardo Antunes, o trabalho está vivendo seus piores momentos, sob o ponto de vista de sua organização, de seu enfrentamento. Temos visto que o sindicalismo tem trabalhado mais no sentido da resistência do que no de proposições, ou seja, de criar um projeto político mais claro. Há essa problemática. Em seu entorno, temos também a questão desse número de desempregados. Na verdade, o sindicalismo não tem conseguido arrebanhá-los para seu lado, a fim de desenvolver uma luta mais concreta e unitária. Às vezes, esses desempregados são atingidos pelo cantar da sereia, no sentido de se formarem cooperativas, etc., que lhes introjetam a idéia de que serão proprietários, não mais trabalhadores. Tem-se discutido muito, no meio sindical, a possibilidade de o próprio sindicato ser uma incubadora de cooperativas. Parece-me que Paul Singer tem apresentado muito essa discussão. Entendo que a discussão não passa somente pela questão de se colocar o trabalhador enquanto vendedor ou força de trabalho, mas também como força política. Estou entendendo que existe uma dificuldade, neste momento, dessa virada. Não se trata apenas de vender a força de trabalho e servir ao capitalismo, mas transformá-los numa nova força política, a fim de se propor uma nova sociedade.

A Sra. Wanderléia Reis de Assis - Depois que elaborei a pergunta, lembrei-me de um verso de Oswald Montenegro: "Que a força do medo que tenho não me cale os ouvidos e a boca". A minha pergunta para a Profa. Lucília é: O que universidade tem feito, com a experiência de sua passagem na UFMG, para romper essa política educacional elitista que existe lá dentro? Existe algum projeto, alguma proposta, para que, enquanto alunos da universidade e professores da rede pública e particular, possamos trabalhar com nossos alunos essa questão da política e dos movimentos sociais? Acreditamos no que foi dito nas primeiras perguntas, isto é, essa armadilha com que os alunos estão vindo para dentro das escolas, há como romper, mas o que pode estar sendo feito e encaminhado?". Quero dizer para o companheiro Ênio que estou adorando o fogo que foi aceso em Esmeraldas e que se está transformando numa fogueira.

O Sr. Presidente - Muito obrigado. Esmeraldas é uma das últimas ocupações dos trabalhadores sem terra do Estado. Há cerca de um mês, há um acampamento muito próximo a Belo Horizonte. Constantemente têm ido até lá, em frente à Fundação Caio Martins, delegações de apoio. Assim, fica também o convite aos alunos e professores para uma visita a esse acampamento.

Vamos conceder 2 minutos a todos os membros da Mesa, para podermos ir, em seguida, ao "stand" da Fundação Perseu Abramo, para o lançamento do novo livro do nosso companheiro Hamilton. Com a palavra, o Sr. Ênio Bohnenberger.

O Sr. Ênio Bohnenberger - Acho muito pertinente a pergunta e a colocação do Humberto. O Estado de Minas Gerais tem uma realidade muito diversificada - aliás, são várias realidades, é um país -, o que permite essa diversidade de movimentos sociais. É impossível que um só movimento consiga organizar praticamente 900 municípios. Isso nos traz prejuízos? Para nós, do MST, não. Acho que isso prejudica um projeto político de longo prazo. Porque o que há são métodos diferentes. Creio que o senhor, como policial, deve ter informações sobre isso. E penso que a Polícia de Minas Gerais tem tido, principalmente no Triângulo Mineiro, uma atuação, de certa forma, exemplar.

Bem, assim, há essa dissensão, mas acho que isso não nos prejudica, e é muito difícil conseguirmos a unificação. É como a CUT e a CGT: têm objetivos diferentes. E uma das razões da existência do Movimento em Porceu, que temos hoje, é o respeito à autonomia das outras organizações. Ou seja, da mesma forma que queremos ser autônomos, outros também querem. E ser autônomo não quer dizer ser isolado, mas ter autonomia em relação aos partidos políticos, à Igreja e assim por diante. Quem determina somos nós; são os sem-terras que decidem como vai ser a coisa. Mas também respeitamos essa autonomia das outras organizações, o que, para nós, é fundamental. Temos de respeitar quem tem um método diferenciado de agir. Por exemplo, não concordo com os métodos da Liga. Acho totalmente errados, mas tenho de respeitá-los, porque eles são trabalhadores que acham que devem fazer de forma diferente. A história se encarregará de nos cobrar isso.

E acho que, no Brasil, ainda não se tem discutido devidamente o papel da Polícia Militar. Ora, a reforma agrária, como toda luta social, não é problema para ser tratado com pelotão de choque. Esse é um dos grandes problemas do Brasil. Quer dizer, fizemos uma ocupação para reivindicar uma coisa que está escrita na lei - que é algo sagrado -, e o Governo nos trata com pelotão de choque e com policiais que nunca tiveram outro treinamento a não ser o treinamento de guerra. Hoje não há pelotão de choque ou policiais preparados para atuar em conflitos sociais. São preparados apenas para a guerra, e é com essa preparação que enfrentam os movimentos sociais. Então, acho que também temos de discutir melhor o papel das polícias militares no País, pois isso também vem fazendo parte dessa política de repressão aos movimentos sociais, e penso que não é por aí.

O Sr. Hamilton Pereira Pedro Tierra - Quero agradecer a participação neste debate. Penso que é assim que se planta o olhar sobre os outros 500 anos, ou seja, o que vamos fazer do País nos próximos 500 anos. Mas, para não ficarmos na matéria do sonho, a discussão que o Wellington levantou certamente mereceria mais tempo - e fica como proposta ao Deputado Durval Ângelo e aos demais que agendem esse assunto, que é dos mais importantes. O que ocorre é que essa terceira revolução industrial modificou profundamente o papel das classes trabalhadoras. Ela não as destruiu - a riqueza do mundo continua sendo produzida pelas classes trabalhadoras -, mas os avanços tecnológicos, ao contrário do que Marx imaginou no século passado, não foram produtores da liberdade humana, mas de um novo tipo de submissão. Produziram o desemprego - essa catástrofe que arrasta atrás de si todo o tipo de misérias.

Penso que, hoje, está instalada uma crise profunda, não apenas no movimento sindical, mas em todo o sistema de representação do País, incluindo os partidos políticos, que hoje, decididamente, não são porta-vozes das maiorias, como tampouco o movimento sindical. E isso não ocorre porque os sindicatos tenham arrefecido nem porque os companheiros que hoje dirigem as centrais sindicais tenham virado pelegos. Não se trata disso. O que ocorre é que a realidade da produção se modificou, e precisamos encarar-la com novos mecanismos de interpretação, pois, do contrário, entregaremos a enorme massa dos miseráveis nas mãos dos conservadores, como tem ocorrido nas grandes disputas, nos pleitos eleitorais e nas lutas sociais do País. Acho que é disso que se trata, e esse assunto mereceria um novo seminário. Muito obrigado a todos.

A Sra. Lucília de Almeida Neves - Quero agradecer a todos a paciência de nos escutar. Motiva-nos muito a possibilidade de discutirmos a questão da democracia e dos movimentos sociais, pensando na perspectiva de futuro.

Já que o Pedro Tierra respondeu ao Wellington, também vou responder à pergunta da colega professora sobre a questão da universidade. Acho que a universidade cumpre - e deve cumprir - um papel fundamental no processo de educação do povo de uma nação. Mas no Brasil, infelizmente, o acesso ao ensino universitário é extremamente restrito; e ainda mais restrito é o acesso às universidades públicas - há anos não ocorre um aumento significativo de vagas, para que a população chegue aos bancos das universidades públicas.

Acredito que a universidade deve cumprir dois papéis fundamentais: preparar profissionais competentes para a atuação em todos os níveis da vida nacional - saúde, educação, pesquisa, etc. - e, ao mesmo tempo, preparar cidadãos que possam atuar para contribuir para a construção de uma democracia sólida no Brasil. Sem um bom ensino universitário e sem condição de amplo acesso à universidade, não há possibilidade de se ter um bom ensino básico, não há possibilidade de se ter uma boa educação nos vários níveis do processo educacional.

Faz parte hoje, da política governamental a restrição de verbas para a educação, até para a universitária. As universidades acabam fechando-se cada vez mais, tornando-se cada vez mais elitistas. Acho que existe necessidade de mudar essa situação, para que a universidade possa cumprir o papel de produtora de ciência, de produtora de educação e outro papel, que é fundamental: a de crítica de discussão da sociedade brasileira.

O Sr. Presidente - Nós gostaríamos de fazer um registro importantíssimo. No dia 3 de abril haverá o julgamento do nosso companheiro José Rainha, em Vitória, no Espírito Santo. É importante registrar esse fato porque estamos vendo que eles estão querendo, pela via institucional fundada na mentira, tentar impedir o desenvolvimento da luta dos trabalhadores sem terra do País. Isso é uma ironia, porque sabemos que na última década mais de 200 lideranças de trabalhadores foram assassinadas e porque sabemos que há poucos condenados e que praticamente ninguém foi preso até agora.

Com a palavra, para sua consideração final, a companheira Maria Izabel Bebela. Antes, gostaria de avisar que, a respeito do assunto do Rainha, várias delegações estão sendo organizadas para sair de Belo Horizonte. Os interessados devem entrar em contato com o Ênio para que seja viabilizada a presença de muitos de vocês no evento.

A Sra. Maria Izabel Bebela Ramos de Siqueira - Renovo meus agradecimentos à Assembléia Legislativa, não pelo fato de ter sido convidada, mas principalmente por dar oportunidade a muitos jovens que estão aqui presentes de ouvir uma nova reflexão sobre a vinda dos portugueses e sobre a construção da Nação brasileira.

Como recado final, quero relembrar aquele versinho do Geraldo Vandré: "Quem sabe faz a hora, não espera acontecer". A Assembléia está sabendo fazer a hora, com essa nova reflexão do "descobrimto" do Brasil. Nós, estudantes, universitários, professores, pessoas de comunidade, associações de bairro, militantes - políticos ou não -, temos de fazer a hora para aumentar a consciência social do povo brasileiro.

Meu recado final para as mulheres: por favor, não se acomodem. Temos de conseguir nossa cidadania plena. Muito obrigada.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos aos ilustres expositores, às autoridades, aos participantes e ao público em geral pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião especial de logo mais, às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 65ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 17/3/2000

Presidência dos Deputados Durval Ângelo e Elbe Brandão

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Palavras do Sr. João Antônio de Paula - Palavras do Sr. Marcos Rodrigues da Silva - Palavras do Sr. Lincoln Gonçalves Fernandes - Palavras do Sr. Rafael Freire - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Durval Ângelo - Agostinho Silveira - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Marco Régis - Miguel Martini - Sebastião Costa.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Durval Ângelo) - Às 14h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Marco Régis, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. João Antônio de Paula, Professor de Economia da CEDEPLAR-UFMG; Marcos Rodrigues da Silva, Professor de Sociologia da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC -; Lincoln Gonçalves Fernandes, Presidente do Conselho de Política Econômica e Social da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG -; e Rafael Freire, Diretor Executivo da Central Única dos Trabalhadores - CUT.

Registro de Presença

A Sra. Presidente (Deputada Elbe Brandão) - A Presidência registra a presença, em Plenário, do Deputado Federal Sérgio Miranda.

Destinação da Reunião

A Sra. Presidente - Destina-se esta reunião ao encerramento do Ciclo de Debates Repensando o Brasil 500 Anos Depois, com o tema Brasil 2000: Realidades e Perspectivas.

Palavras do Sr. João Antônio de Paula

Quero começar agradecendo o convite da Assembléia Legislativa para participar desse evento, que, parece-me, de grande importância. Em particular, quero agradecer à Deputada Elbe Brandão, coordenadora dos debates e agradecer aos meus colegas de Mesa e aos presentes, porque me parece extremamente meritório o que a Assembléia de Minas está realizando, do ponto de vista de chamar a sociedade brasileira aqui em Minas Gerais para debater a questão dos 500 anos do Brasil. Parece-me de grande importância que isso seja feito, principalmente do modo como está sendo feito, como uma reflexão crítica, numa tentativa de analisar esses 500 anos e tentar buscar soluções para os próximos 500 anos. Assim, para mim, é uma grande satisfação estar aqui e espero poder contribuir, de alguma forma, para a discussão.

Acho o tema que esta Mesa nos apresenta um desafio a mais; se as outras Mesas tinham suas dificuldades com temas complicados e difíceis, podemos falar que o tema desta Mesa é particularmente complexo. Sobre esta Mesa recaiu a tarefa de tentar considerar o futuro, e isso não é simples. Mas, enfim, eu queria começar dizendo que, apesar de todas as dificuldades, acho que o Brasil, de fato, tem perspectivas de um futuro melhor do que tem sido a nossa história. Não se trata de nenhum otimismo ingênuo, mas é algo fundado numa série de enormes potenciais, na sociedade, na parte desses potenciais não tem sido explorada de forma eficiente. Temos sonhado ao País perspectivas, por uma série de razões que vou apontar. Então, minha fala, no sentido geral, talvez tivesse esse propósito, ou seja, mostrar que existem perspectivas e por que essas perspectivas ainda não foram desenhadas com clareza.

Se olharmos em torno de nós, veremos algumas coisas muito importantes: o território enorme que temos, somos um dos maiores países do mundo, um território dotado de recursos naturais abundantes, uma língua comum em todo o País, o que faz possível comunicarmos-nos com grande facilidade. Enfim, apesar das diferenças de sotaque, nosso País é unificado pela língua. Temos uma cultura nacional, que, com suas peculiaridades, torna todos nós donos de certos valores, de uma certa identidade nacional. Não temos problemas étnicos que outros países têm. Não quero dizer com isso que não temos discriminação racial, porque temos, com certeza, mas com certeza também temos um caminho menos áspero nesse campo que percorrer do que em outros países em que os problemas étnicos, e também religiosos, são muito mais agudos. Temos uma população enorme, que é também um patrimônio, e, se olharmos desse lado, do lado, digamos, da gente que vive neste País, temos muita razão para acreditar no futuro.

Se pensarmos no que o País é hoje, um país praticamente urbanizado, em que de 78% a 80% da população moram em cidades; um país relativamente industrializado, já foi até mais, pois, de 1990 para cá, houve até uma desindustrialização, mas, ainda assim, temos uma estrutura industrial complexa; um país relativamente moderno, no que se refere a certas conquistas da modernidade, à idéia do bem comum, às idéias que foram consagradas com a Revolução Francesa, como fraternidade e igualdade.

Por outro lado, somos um país pobre, e essa é a grande novidade que temos de entender, pois todos os países que ficaram urbanizados, que ficaram industrializados, ficaram também prósperos. Nós somos urbanizados, somos industrializados, somos modernos e somos pobres. Esse é o grande problema que está a nos desafiar. Temos uma sociedade que caminha para o século XXI morando em cidades com um conjunto de acessos a meios de informação, à tecnologia, grande parte da população tem acesso a isso, e continuamos, em muitos sentidos, presos a certas mazelas medievais, com certos níveis de desigualdades de rendas, certas mazelas estruturais que nos impedem de dar o passo que precisamos para o futuro. Parece-me importante que pensemos sobre isso.

O que determinou que este País grande, moderno, urbanizado e industrializado seja também um país pobre, com uma série de dificuldades, com um desemprego recorde? Desde que as taxas de desemprego são medidas, o Brasil tem hoje, desde 1983, as maiores taxas de desemprego, e isso significa milhões e milhões de pessoas colocadas numa posição de vida extremamente precária, o que tem impedido que esses elementos positivos consigam, de fato, significar uma alavanca para o progresso e o desenvolvimento do País como um todo.

Enfim, o maior desafio é tentar superar esses obstáculos, para a constituição de uma nação capaz de distribuir as riquezas de forma adequada, de forma justa.

Eu diria que existem duas grandes questões históricas que são responsáveis por esse bloqueio, que nos impedem de ser o que poderíamos ser. De um lado, eu diria que é o divórcio histórico entre a sociedade e o Estado. O Estado, no Brasil, tem sido historicamente um instrumento pouco permeável ao interesse popular. O Estado, historicamente, no Brasil, tem sido um instrumento de resguardar privilégios, e não de distribuir direitos. Na história da República, a República que foi instaurada 110 anos atrás - o nome quer dizer "a coisa pública", "o interesse público" -, vêm-se sobrepondo interesses privados. A cada dia que abrimos os jornais, constatamos que o Estado tem sido realmente um instrumento de defesa de interesses de grupos, ele tem sido o instrumento de defesa dos interesses privados, e não do interesse público. Nesse sentido, eu diria que estamos ainda precisando instaurar, no Brasil, a república. A defesa do bem comum continua muito longe das práticas políticas brasileiras. Esse é um dos problemas sérios: o divórcio entre a sociedade e o Estado.

Poderia sintetizar com a seguinte expressão: o Estado não foi capaz, de fato, de distribuir direitos sociais, direitos coletivos. Eu gosto sempre de lembrar uma expressão histórica: vamos pegar o Código Civil Brasileiro, que entrou em vigor em 1917, e com o nome "código civil" a gente imaginaria um código que garante os direitos da "civita", ou seja das cidades, do civil em geral, e quando vamos olhar vemos que lá estão consagrados os direitos da propriedade, o direito da herança, os direitos da transmissão de bens, e não os direitos da "civita", da "pólis", da cidade. Está consagrado ali o direito das minorias, e não o das maiorias. Parece-me ser um traço recorrente da história das instituições políticas brasileiras, e assim estamos ainda por construir um código, de fato, civil, um código dos direitos das "civitas".

Por outro lado, temos um outro grande gargalo, uma grande dificuldade estrutural, que é a ausência de reformas que sejam capazes de distribuir rendas, riquezas, poder e informação. Quero dizer com isso que todos os países que se desenvolveram só o conseguiram depois de ter feito, por exemplo, a reforma agrária. De alguma maneira, até os Estados Unidos fizeram uma, em 1862, fizeram uma lei de terras, uma lei que, na verdade, distribuiu terras para aqueles milhões e milhões de habitantes que chegavam aos Estados Unidos na segunda metade do século XIX. Os Estados Unidos receberam entre 1880 e a Primeira Guerra Mundial - ou seja, durante 34 anos - cerca de 25 milhões de imigrantes. O Brasil deve ter recebido, na mesma época, mais ou menos, 3 milhões de imigrantes. Então, esse enorme contingente que se dirigiu para os Estados Unidos teve acesso à terra e, ao ter acesso à terra, teve acesso à dignidade, à cidadania. Nós estamos aqui, há 500 anos, com essa grande questão sem resolver, a questão da terra.

Parece-me essencial que tenhamos as perspectivas do Brasil, o futuro deste País depende da solução do problema da cidadania, dos problemas políticos, dos direitos políticos, dos direitos coletivos, o que significa democratização de fato, em todos os sentidos, democratização de fato, que passa por levar a sério a idéia de um orçamento participativo.

As perspectivas do Brasil dependem também de se ter em conta a necessidade de distribuir renda, distribuir riqueza, no caso, terra. O Brasil é um país que tem a mais injusta distribuição de renda e de riqueza do mundo. Um por cento da população do Brasil detém 53% da riqueza, assim entendidos, principalmente, terra e patrimônio. A distribuição de renda, igualmente, é recordista no mundo. Esse processo de concentração de renda e de riqueza, de poder e de informação acaba sendo um fator impeditivo a que consigamos construir um grande mercado interno, que seria a base de uma economia dinâmica, forte. Não é possível construir um país forte com um povo miserável. Não é possível construir uma economia dinâmica com apenas uma fração diminuta da população tendo acesso a bens e serviços.

Para terem idéia de quanto é grave essa situação, o Brasil tem, digamos, 160 milhões de habitantes, então, são 160 milhões de pessoas que deveriam ter acesso aos bens e serviços produzidos aqui. Quantos brasileiros, de fato, têm acesso a esse mercado? Um número possível é o daqueles que declaram imposto de renda. Se tomarmos o número de 10 milhões

como sendo o de pessoas que pagam imposto de renda - deve ser em torno disso - e fizemos uma conta, obviamente superestimada, porque vou considerar que cada um desses indivíduos é chefe de uma família, quando sabemos que, entre esses 10 milhões existem mulheres, maridos e filhos, portanto estou superestimando o número, se multiplicarmos esses 10 milhões por quatro, que é, mais ou menos, o tamanho da família média no Brasil, vamos chegar, digamos, a 40 milhões de pessoas que compõem o mercado interno efetivo do Brasil. E temos 160 milhões de habitantes. Então, temos 120 milhões de pessoas, mais ou menos, que estão fora desse mercado, do mercado potencial que poderíamos ter. Esses 120 milhões, incorporados à cidadania plena, ao mercado interno, seriam capazes de revolucionar a base produtiva brasileira. As empresas do Brasil teriam motivos para investir, teriam escala de produção capaz de atender não só ao mercado interno, mas também competir no mercado internacional.

Competição depende muito de escala, e um mercado de 160 milhões de pessoas é um enorme mercado. É maior do que a maior parte dos mercados dos países capitalistas. Muito maior do que o mercado da França e da Alemanha. E não há comparação. A população desses países chega a 60 milhões, mais ou menos. O Brasil tem 160 milhões. Se distribuirmos renda, riqueza, poder, informação, podemos, na verdade, transformar esse País numa grande economia, numa economia forte, sólida, dinâmica, mais justa e mais capaz de atender aos interesses da grande maioria da população.

Para pensar essa questão, temos de imaginar que o futuro do Brasil, as perspectivas do Brasil - quero fazer uma metáfora - dependem de que sejamos capazes de ter raízes. E raízes significam sermos capazes de aprofundar o processo de distribuição de renda, de riqueza, de envolver a população nesse processo e, também, a capacidade de termos antenas. Um país é capaz de ter futuro quando é capaz de ter raízes e antenas. O que são antenas? O desenvolvimento da ciência e da tecnologia, que depende de investimento em educação básica, técnica, na formação de cientistas, de técnicas e de técnicos. Antena é aquilo que permite captar as grandes tendências tecnológicas mundiais e aplicá-las à nossa realidade. Mas, para ter antenas, é preciso ter raízes; que essas antenas sejam fundadas em algo que penetre no solo da sociedade brasileira e retire dali seu alimento, sua substância vital, que é a esperança, o sonho, o envolvimento desses milhões e milhões que estão hoje desassistidos e excluídos daquilo que este País é capaz de produzir.

Então, o Brasil tem perspectivas? Tem. Mas as perspectivas dependem de reformas que sejam capazes, volto a insistir, de distribuir renda, riqueza, poder e informação. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Marcos Rodrigues da Silva

Gostaria de agradecer a esta Casa por ter-se lembrado de nós, do Sul do País. Venho de Florianópolis, uma província distante desses Estados tão grandes. Agradeço porque valoriza muito o trabalho que vimos desenvolvendo por ali, também em nível nacional, e pelo debate desse tema.

Levantaremos algumas questões na mesma linha seguida há pouco. Existem algumas perspectivas, sim, mas também alguns desafios sobre os quais temos de ponderar nesse repensar o Brasil 500. Sinceramente, fiquei contente com esse verbo repensar, porque não vamos comemorar nada, isso já é um grande passo que Minas está dando e esta Casa está fazendo, porque não está comemorando. Quero parabenizá-los porque esse verbo é muito importante. O momento não é de comemorar nada, mas de repensar muito.

Quero, então, nessa faceta desse grande cenário, os 500 anos, fazer um recorte particular; se me permitem, entrarei por um viés afro-brasileiro. Creio que é preciso repensar essa população que está nesses 160 milhões, como foi ressaltado há pouco, com tanta ênfase. Somos uma parcela significativa nesse cenário pela expressão que é ainda invisível no cenário - e a invisibilidade não é feita por acaso, tem um cunho que é exatamente esses 120 milhões -, mas, se esses 120 milhões se tornarem visíveis, serão realmente a cor desse Brasil, e não a cor do capital.

Creio que esse é o grande papel que temos de fazer primeiro. Repensar, a partir dessa perspectiva. Então, vou trabalhar nos próximos 17 minutos, nessa perspectiva. E vou trabalhar com cinco questões bem pontuais, depois poderemos conversar sobre elas.

A primeira, que considero importante, é tirar essa idealização da escravidão no Brasil. É atitude perene em nossa consciência sempre nos vermos como escravos e falarmos dos escravos. Entendo que essa fase já está superada há muitos anos, mas não está superada na memória histórica. Então, temos um saudosismo e um gosto de trabalhar a africanidade no Brasil a partir da senzala ou do pelourinho como alvo de tratamento do sofrimento, da lamúria, da dor. Creio que esse espaço já está superado, só que não estão superadas nossas práticas de organização. Acredito que essa questão da idealização do homem negro e da mulher negra a partir da escravidão faz parte de uma literatura que ainda vende muito, e é uma temática que alguns de nossos amigos de academia gostam de trabalhar e de fazer pesquisas. Por isso vai bem e vai casada com a lógica da conquista, da dominação. Esse é um primeiro dado que temos de eliminar no processo de construção dos desafios para o próximo ano 2000. Se não superarmos essa lógica, creio que vamos continuar mais 100, mais 500 anos considerando sempre essa invisibilidade dos seres homem negro e mulher negra neste País.

Não vou me alongar muito, porque é um tema que tem de ser excluído, ou não conseguiremos trabalhar. Se continuarmos nos pautando nessa discussão, ou seja, olharmos o africano que veio para a diáspora e o tomarmos como identidade do afro-brasileiro hoje, nós nos perderemos. Entendo que há aí uma questão de fundo profundamente histórica e de identidade. O africano que foi espoliado de sua identidade, resgatado de seu espaço, de seu hábitat foi colocado aqui com uma lógica de exploração, porque tinha tecnologias importantes para aquele momento. Não veio para cá para ser escravo, veio porque tinha novas tecnologias, naquele momento. Sabia dominar tecnologias que o conquistador não sabia. Mas, se pegamos a literatura, temos uma visão tão estapafúrdia, que parece que veio para cá só como boçal, como imbecil. Isso não é verdade. Veio para construir uma sociedade do capital, de exploração de bens e de consumo, porque dominava as tecnologias, para trabalhar aquilo que o dito dono da terra não sabia manusear. Então, aí tem toda uma questão de novas tecnologias há 500 anos, que temos de discutir, para desmontar essa ideologização do negro boçal. Se quiserem trabalhar por aí, podem contar comigo como parceiro.

Mas também temos de entrar com um recorte importante, que é a questão do afro-brasileiro, o que significa ser brasileiro e homem negro ou mulher negra. Isso num debate que está aberto e precisa ser discutido com mais pontualidade, sobre a questão da identidade nas diversas regiões deste País. Aparentemente, só ficamos no litoral, construímos uma identidade muito particular no litoral brasileiro e nos esquecemos de entrar para o interior do Brasil, onde há um afro-brasileiro com novas práticas, que vem se construindo nesses últimos 100 anos.

O segundo ponto que gostaria de ressaltar é a questão das estratégias de luta e resistência, que estão perenes nesses anos todos que estamos construindo, de 500 anos da população negra neste País. Sempre trabalhamos com o processo de resistência, marcado muito pelo quilombismo, mas chegamos a um ponto em que se desgastou essa categoria, e nos esquecemos de trabalhar outras formas de resistência que estão presentes hoje e vão desafiar totalmente a luta de confronto frente ao capital, que, cada vez mais, se "hegemoniza", cada vez mais, absorve o discurso das populações que estão na luta de resistência. Creio que, aí, a população afro-brasileira tem um dado a contribuir nos movimentos sociais e está contribuindo de forma silenciosa. Precisamos ressaltar isso, que são as formas de mediação de organizações coletivas e de organização da memória da história oral.

Creio que deve haver aqui alunos de História, de Geografia: atenção! Estamos muito presos à literatura escrita, à forma de registrar, apenas. E a tradição oral que esse povo manteve até agora, dos mais velhos? Na África, é fundamental ter a voz dos ancestrais, dos maiores. No Brasil, é fundamental resgatarmos esse aspecto, para manter, inclusive, essa política de resistência, que mantém essa população negra viva, organizada em vários guetos, que não são guetos tratados para dentro, mas jogados para fora, como políticas de intervenção.

Entretanto, frente à lógica do capital, cada vez mais hegemônico, colocam-se como grupos que, em alguns momentos, rotulam-nos, inclusive, de racistas. Isso é o cúmulo. Quando 1% detém o controle de quase tudo, como podemos ser racistas frente a essa lógica? Mas é possível rotularmos qualquer forma de organização de comunidade negra de racismo. Ontem, à noite, estava no Município de Criciúma, região em que houve uma grande resistência dos mineiros, a 3 horas de Florianópolis. Estava em um clube construído em 1937 pela população negra da cidade, celebrando um projeto de luta comunitária daquela população: a criação de cooperativas populares para cabeleireiras e cozinheiras afro e tecelãs. A comunidade festejava a organização de todas essas cooperativas de autogestão. O grupo era negro, e a festa era para os negros, mas toda a sociedade estava presente por desconfiar que havia algo estranho acontecendo. Estavam presentes o Prefeito, o Reitor da Universidade, enfim todo o aparato logístico da sociedade civil. Aquele evento mudava a rotina, pois não estávamos ali para reivindicar, mas para apresentar novos projetos a um novo modelo de sociedade. Eles tiveram que nos reconhecer com uma identidade nova, diferente daquela voltada para o Zumbi de Palmares, que foi um ideal e que, agora, está adaptado ao modelo de confronto frente a essas lógicas de exclusão que estamos vivendo no momento. Foi e é possível fazer resistência, mas precisamos estar atentos à existência de novos métodos, que são o grande desafio para esse novo milênio. Como resgatar esses métodos de resistência e como estabelecer as práticas e estratégias? Devemos colocar esse desafio para a comunidade negra, mas também para toda a sociedade, a fim de que possam perceber que existem estratégias novas e que não estamos na mesma lógica que aquela construída a partir da literatura do escravo dolente, improdutivo, e não pensador. Há uma produção que está latente.

Um terceiro elemento importante, que é o mais desafiador, é o processo de construção, na mídia, cujo editorial é profundamente hábil, de uma genealogia do racismo antinegro, ou seja, há um crescimento forte de construção de um racismo antinegro, diluído de tal forma que, hoje, não enfrentamos mais alguém que nos agride. Lembro-me de uma frase que ouvi, ao conhecer o Bispo Desmond Tutu em 1988, em São Paulo. Na época, ele dizia, em uma reunião com D. Paulo Evaristo Arns: "Bom, uma coisa tenho que agradecer à África do

Sul: lá, o "apartheid" é direto, eu sei quem vai me discriminar. Vocês aqui estão lascados, pois não sabem quem vai discriminá-los a cada momento." Aqui o apartheid é totalmente adverso. Nunca sabemos qual o primeiro que nos pegará na esquina, e isso é terrível. Se eu sair correndo desta Casa, com certeza, serei preso, sem saber por que, pois não podemos correr sem sermos considerados bandidos. Essa é uma característica deste País: há uma construção genealógica estabelecida, e temos que desmontá-la imediatamente. Esse é um dos grandes desafios que decorre do quarto elemento, que aqui colocarei associadamente: temos que repensar as formas de sistematizar os projetos pensados na década de 80. Quando estudamos a economia dessa década, constatamos que os economistas ligados à lógica do capital neoliberal consideram-na perdida. Mas, se fizermos uma memória histórica a partir dos movimentos sociais, veremos que essa foi uma década de crescimento. Se houve perda de capital, para nós houve ganho. Nos anos 80, embatemos grandes enfrentamentos de organização comunitária e criamos o senso de identidade e de co-responsabilidade, entrando para a década de 90 com perspectivas de pensar o movimento de forma mais aberta às políticas públicas, aos direitos civis e à auto-estima, temas que desenvolveremos, principalmente, nesta década. Além disso, passamos a desenvolver políticas alternativas à lógica do capital excludente. A década de 80, rotulada como perdida, permitiu a operacionalização das políticas públicas. Hoje, temos uma série de municípios no Brasil que têm, em suas leis orgânicas, a lei de ensino em que se introduz a história da África. Isso não foi construído nos anos 90, mas na década de 80. A Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, por exemplo, introduziu em seu programa de ensino a disciplina da história da África. Essa política foi defendida com muita dificuldade, naquele Estado em que todos pensam não existir negro. Lá, 6% da população é negra, e é um Estado exemplar. Em outros Estados, como Minas Gerais, a negritude tem uma expressão mais relevante, mas, em Santa Catarina, daqui a quatro dias, estaremos assinando o primeiro tombamento de um quilombo. Pode parecer impossível, mas esse Estado tem um quilombo e terá mais dois daqui a pouco. O seu nome é Quilombo do Sertão dos Valombos(?), que tem 110 anos de história nunca contada no Estado.

O quinto e último ponto a ser colocado refere-se aos grandes desafios abertos para a população e para nós, que ficamos pensando, elaborando e intervindo. É um desafio fundamental trabalhar, hoje, com o discurso da democracia. O movimento negro conseguiu trabalhar eficazmente o discurso contra a ditadura, mas não tem o mesmo sucesso com relação ao discurso da democracia, que é muito complexo. A democracia consegue abrir um fronte de liberdade na intervenção, porém deixa-nos desarmados se não conseguirmos suprir os elementos anteriores: reconhecer a questão da idealização e ideologização no tema da escravidão; repensar as estratégias de enfrentamento construídas pela população negra nos últimos anos; e não esquecer a existência de um tratado de genealogia anti-racismo, antinegro.

Então, essas questões são fundamentais dentro do processo democrático. E aí entra o projeto político nacional.

Não se pode pensar hoje que um grupo, um movimento, faz o processo de transformação do País. É preciso pensar nas instâncias de representatividade, nos fóruns. As entidades negras precisam ter um pouco mais de seriedade em seus fóruns de representatividade, porque, ultimamente, estão nos cobrando representatividade. Mas creio que temos muita, presente entre nós e latente, tanto nos movimentos sociais como nos movimentos mais orgânicos e representativos institucionais e sindicais, e, de forma mais densa, no próprio movimento com as suas instituições representativas. Porém, precisamos ser mais astutos ao trabalhar com a democracia, porque ela faz com que nos percamos, principalmente um movimento como é o nosso, sempre colocado à margem das discussões, fora da agenda de prioridades.

Outro elemento importante é que as desigualdades econômicas, presentes e latentes, nos deixam marcas daquela política de que quanto mais pobre melhor. Creio que esse é um desafio. Ontem, senti-me muito gratificado de ver que uma série de comunidades negras já percebe que, apesar do mercado, apesar de a lógica capitalista ser cada vez mais excludente, há uma forma bastante coletiva e estruturada de reagir, intervir e até detonar esse mercado.

Isso não é simples, é um sonho, mas é possível. Agora, não é o sonho do capital, mas de uma população que tem uma identidade, um processo ideológico, uma história de antepassados, uma ancestralidade. Tudo isso tem que ser construído de forma harmônica, e vejo que esse é o grande desafio para nós, que fazemos história, debate econômico: pensar um outro jeito de ser num país onde só se pensa de um modo: explorar, explorar e explorar. Não existe outra forma de pensar quando saímos daqui para fora.

Mas existe uma forma afro-brasileira de pensar, sim. Ela está aí. Ontem, percebi essa possibilidade, e ela é orgânica, não individual. E pode romper. Tenho duas experiências. Uma delas é a minha tese de doutorado, que estou concluindo - vou para a banca daqui a poucos dias -, que é o grupo dos cafusos. Não sei se vocês os conhecem. A comunidade cafusa é composta por negros que estão em Santa Catarina, muito próxima a Blumenau.

Sempre conto isso para as pessoas verem como as coisas acontecem. Se não abrimos os olhos, elas passam, e ninguém vai perceber. Esse grupo está presente e tem uma produção de erva-mate já em torno de 300 pés, frente a uma comunidade de alemães e italianos que trabalham com a fumicultura. Todos estão morrendo de câncer de pele e tudo o mais.

Com a crise tabagista, italianos e alemães estão empobrecendo, e uma comunidade negra está surgindo com o grande capital. Daí surgem os jargões sociais: "os negros sujos podem ficar ricos; os negros que fedem a fumaça são perigosos." Aí, há um confronto, duas grandes situações. Primeiro, o produto produzido difere da lógica do capital emergente. Além disso, é produzido de forma coletiva, na terra coletiva, numa distribuição de bens coletivos e de uma forma de intervenção no capital internacional na Alemanha. Eles não vendem para o intermediário ou para aquele que está próximo. Isso está sendo feito pelas populações negras. Então, é possível, sim, quebrar essa hegemonia.

Por último, diria que o grande desafio, neste momento, é a luta contra os movimentos xenófobos e racistas. Aí há um outro lado, em que uma pequena burguesia profundamente violenta está surgindo, emergindo. Já estava na Europa, mas agora se reorganiza e ataca aqui. São os "skinheads". Só em Florianópolis, onde moro, há quatro grupos de "skinheads" organizados. Dois deles estão dentro da Universidade Federal de Santa Catarina, reúnem-se, organizam-se e propagam: negros, prostitutas, aidéticos vão ter que ser eliminados. E isso inclui a mim, que sou professor deles.

Então, são situações emergentes com as quais precisamos de cuidado. Estou falando de situações coletivas, mas há também o outro lado, em que estão se organizando de forma estruturada. Não são filhinhos de gente simples, mas desse grupo de 1% - pelo menos em Santa Catarina - da classe média rica, e vivem muito bem organizados, comem muito bem e estão se estruturando muito bem para nos matar. Portanto, há algumas questões com as quais precisamos tomar cuidado nessa lógica do capitalismo, como a estrutura de luta xenófoba contra nós. Precisamos pensar com muito carinho sobre isso.

Esses são os grandes desafios que abordo. Penso que repensar o ano 2000 dentro de uma perspectiva afro-brasileira é repensar esses grandes desafios. Muito obrigado.

A Sra. Presidente - A Presidência informa ao Plenário que as atas contendo a transcrição completa deste ciclo de debates será publicada no jornal "Minas Gerais", "Diário do Legislativo", no dia 8 de abril. Também informa que os debates deste ciclo serão retransmitidos pela TV Assembléia nos seguintes dias e horários: os debates da quinta-feira de manhã, no sábado, 18 de março, às 14h30min; os da quinta-feira à tarde, no sábado, 18 de março, às 19 horas; os de sexta-feira de manhã, no domingo, 19 de março, ao meio-dia; e os da sexta-feira à tarde, no domingo, às 20 horas.

Palavras do Sr. Lincoln Gonçalves Fernandes

Componentes da Mesa, senhoras e senhores, boa tarde. Gostaria de agradecer o convite para estar presente neste simpósio, neste debate bastante importante, que vai rever o Brasil para os próximos 500 anos.

Acredito que estamos num momento particularmente interessante para fazer essa discussão. Assim, gostaria de voltar, em poucos minutos, a um breve histórico que nos trouxe até aqui, para desenvolver as idéias sobre os próximos 500 anos da nossa Nação.

O Brasil experimentou um crescimento muito grande, principalmente na década de 70, quando tivemos o "milagre econômico" e transformamos a sociedade em uma sociedade agrária, em uma sociedade urbana e com uma ênfase grande para as questões industriais. Nesse período, experimentamos um crescimento médio de 7% ao ano, o que quer dizer que, em uma década, dobramos o PIB deste País.

Tivemos um modelo centrado num mercado interno protegido contra a concorrência internacional. Aceitávamos a convivência com um regime inflacionário moderado e, algumas vezes, até um tanto quanto explosivo. E conseguimos colocar o Brasil entre os dez maiores PIBs do mundo. Mas isso custou muito caro à nossa sociedade, gerou uma série de distorções. A primeira delas foi a distorção no sistema financeiro público. Tínhamos uma baixa capacidade de poupança nacional, de poupança interna, e o Estado, então, fez o papel de investidor para garantir o crescimento nacional. Com isso, ele se endividou bastante.

O que gerou uma segunda distorção foi a criação de um Estado empresário. Esse Estado empresário perdeu o foco nas suas funções clássicas de um Estado voltado para o social, para a saúde, a educação, a segurança, etc. Isso agravou as distorções sociais.

Tivemos um terceiro complicador. Quando se dá muita ênfase ao mercado interno, cria-se uma economia muito forte, como foi a nossa, mas sem escala de competição em nível mundial. Temos boas empresas no Brasil que são muito adequadas e eficientes ao mercado local, mas, quando entram numa competição internacional, não têm capacidade, escala nem fôlego para se jogarem nesse mercado. Portanto, na década de 80 esses assuntos tiveram que ser revistos. Principalmente a partir da crise do petróleo, em 1982, havia um Estado bem endividado, um Estado que se esgotava na sua capacidade de liderar o crescimento econômico da Nação. Passamos a viver um período de maior dificuldade de realinhamento de nossa Nação. E passamos por um processo de democratização, que também é muito lento.

Entramos na década de 90 com absoluta necessidade de reestruturação de nossa economia. Ocorreu aí um primeiro grande erro, que foi a abertura unilateral de nossa economia, sem uma negociação com os outros países que nos forçaram essa cultura, mas que não contaram toda a história. E nós caímos nesse conto. Dá-se uma concorrência predatória com o produto internacional. Predatória porque lastreamos algumas vezes essa concorrência com uma taxa de câmbio baixa, o que gera dificuldade para o setor produtivo nacional.

Temos uma consolidação, até agora, da estabilidade macroeconômica, passamos a trabalhar num regime de inflação baixa e se nos deparou uma questão chamada custo-Brasil. Esse custo-Brasil fica mais evidente, à medida que estáveis ficamos num regime macroeconômico. Com isso, o que há para a sociedade civil? Eliminamos o imposto inflacionário. E, por intermédio da concorrência com os importados e do baixo valor cambial, comprimimos os preços dos produtos nacionais e, com esses dois fatores, aumentamos o poder de compra do nosso cidadão. Está criada uma condição para o setor produtivo crescer e melhorar. O ambiente está favorável. A partir do momento em que aumenta o poder de compra, você aumenta o consumo da Nação.

O que houve com a indústria nesse período? Ela teve de sair da cultura inflacionária, aquela em que se vendia à vista, comprava a prazo e fazia uma grande jogada no mercado financeiro para ter lucro. Tem-se de cortar essa cultura, diminuir a ênfase do departamento financeiro da empresa, voltar para a fábrica, reestruturar a empresa e implantar a cultura da produção. Com isso, há uma dificuldade muito grande para ganhos de produtividade e ganhos de competitividade. Sem dúvida nenhuma, parte disso é centrada no investimento e na modernização que geram desemprego.

A competitividade e a produtividade no setor industrial levam as empresas, na virada do século, a se preparar para os próximos 500 anos, a ter otimismo quanto ao futuro da Nação. No entanto, a competitividade que as empresas têm alcançado passam por três fatores básicos: primeiro, a interempresa, fato que ocorre entre as empresas concorrentes; segundo, a intra-empresa, fato que ocorre dentro da empresa. Tem-se de buscar a competitividade dentro da empresa, entre os pares no mercado, mas num ambiente macroeconômico importante. E aí entra o terceiro fator, que é o fator Estado. Se com tudo isso ainda conseguimos, na década de 90, ter um crescimento do PIB e criar um ciclo virtuoso, esse ciclo ainda não está consolidado. E, o mais importante, é que temos de potencializá-lo. Nesse caso, o papel do Estado é importante. A importância do Estado está em fazê-lo mudar e se revestir do princípio social, cumprindo a sua missão estruturante e o seu papel regulador. Isso tudo implica fazer um projeto de nação. Tivemos um sufoco na parte produtiva do País, um sufoco na sociedade brasileira, o qual já foi aqui amplamente discutido em termos de desemprego, escolaridade, alimentação, saúde, etc. Tivemos algumas quedas de índices bastante expressivas nesse ponto, o que não é saudável. Temos ganhos incríveis nessa sociedade brasileira, mas um projeto para o Brasil não é um projeto para cinco ou dez anos, é um projeto para, no mínimo, uma geração. Temos de pensar em longo prazo, e isso é pensar estrategicamente, é ter a visão correta da situação, é ter um diagnóstico claro da situação, é partir para o entendimento adequado do que estamos vivendo. Temos que ver qual é o quadro futuro que vamos enfrentar e implementar tudo isso.

Quando fazemos uma análise do mercado global, verificamos que parceiros, vizinhos nossos, têm um jogo de cintura, uma velocidade de adequação e ajuste às condições de mercado muito maiores do que os nossos, como é o caso da Argentina. A capacidade de decisão, de transformação e mudança de alguns aspectos que o tornam competitivo para aproveitar algumas brechas, mesmo que momentâneas, tem sido muito grande. O grande problema da Argentina é que, hoje, ela é o Brasil. Desgraçadamente, ela depende muito das condições do Brasil. Ela não admite isso e está lutando para fugir disso. É até bom que lutem e fujam, para que possamos ter muito mais autonomia de decisão.

Temos um quadro que nos faz pensar como podemos imaginar este País no futuro. É óbvio que um dos grandes problemas diz respeito à qualidade, à competência da estrutura social desta Nação para se fazer ouvir. Aqui já foi dito que o Estado tem pouco eco junto à sociedade. Isso é verdade. Temos exemplos, neste momento, que é muito pequeno quando se pensa em 500 anos, que servem como referência para vermos o que estamos fazendo. Estamos discutindo o salário mínimo. Todos estão discutindo o salário mínimo, mas estamos discutindo politicamente. Maravilha: faz-se política com o salário mínimo, faz-se política com a alimentação do povo. Temos, hoje, aproximadamente 14% da sociedade brasileira abaixo da linha mínima de miséria. Temos aproximadamente 30% da sociedade brasileira em um nível um pouquinho superior ao da miséria, o que representa um quadro muito grave. E quando falamos em salário mínimo, falamos em 15 milhões de brasileiros, sendo 14 milhões de aposentados e pensionistas e aproximadamente 1 milhão no setor privado.

Além disso, no setor privado existem 3.500.000 que ganham mais de um salário mínimo. Mas a estrutura política e salarial nas organizações está vinculada ao salário mínimo. Portanto, mexer no salário mínimo é uma questão teoricamente delicada. Digo teoricamente, porque há mecanismos para atenuar o principal fator, que é o ligado aos aposentados e pensionistas, que são 14 milhões. E, para o restante, 1 milhão no setor privado e 3.500.000 vinculados a ele também, podem-se montar políticas setorializadas que atendam melhor essa posição.

Estamos começando a repensar os próximos 500 anos da pequena e da microempresa. Elas têm recuperado alguma coisa, tem sido feita uma revolução em termos de incentivo, mas não podemos perder esse bonde e precisamos avançar muito mais. Nos Estados Unidos, mais de 60% das exportações são realizadas por empresas com menos de 14 funcionários. No Brasil, esse número é irrisório. A pequena e a microempresa precisam ter apoio efetivo deste País, porque nelas estão concentrados 70% da capacidade produtiva da Nação. É uma coisa muito importante. E desenvolvendo uma política mais forte nesse sentido, com certeza, estaremos atenuando questões vinculadas ao salário mínimo.

Outro exemplo da falta de eco da sociedade brasileira, e sinto-me muito à vontade para falar isso nesta Casa, é a questão do teto duplo, do teto triplo e por aí afora. Isso é um roubo que está sendo feito à sociedade brasileira. Essa questão está sendo resolvida entre os três Poderes, está sendo tratada numa briga vergonhosa, mas o cerne é se a sociedade aceita pagar essa conta. Ela está querendo pagar essa conta? Não dá para se ter uma sociedade estruturada sob essa ótica, segundo a qual os três Poderes resolvem, passam o recibo, e que se dane o resto da Nação. Não é por aí. Isso também agrava as distâncias sociais. Não dá para se falar em salário mínimo de US\$100,00 e fazer esse tipo de acerto em termos de teto salarial.

Repensar o Estado é trazer para nós, cidadãos, o nosso valor de cidadania; é exigir do Estado aquilo que queremos. Na última década exigiu-se muito do cidadão, tirou-se muito dele numa visão de futuro. O Plano Real foi um grande sucesso numa visão de futuro. Em função disso, tirou-se muito do setor produtivo, mas é hora de o Estado fazer o seu dever de casa. E a sociedade tem que cobrar isso dele. Temos várias outras formas de rever isso. Temos exemplos de onde aproveitar, de onde buscar recursos que estão saindo desta Nação. O lucro do setor financeiro foi mais alto do que nos outros anos todos. Ele esteve na faixa de 19% a 25% sobre o patrimônio líquido, quando no mercado internacional, se chegasse a 10%, podia-se levantar as mãos para o céu. Só a maxidesvalorização pagou 60% dessa conta. Isso é dinheiro do Banco Central. É dinheiro nosso que foi para o setor financeiro. Temos patrocinado projetos vinculados às montadoras. Não vou negar o valor das montadoras. São três os grandes setores produtivos que proporcionaram o crescimento dos grandes países desenvolvidos industrialmente: o automotivo, o de papel e celulose e o petroquímico. Então, o fator multiplicador do setor automotivo é fundamental.

Participo da Federação das Indústrias e das negociações do SNI e digo a vocês: toda vez que temos de fazer uma pesquisa, há um setor que não informa nada em termos de investimentos, de geração de emprego, de aporte tecnológico e de investimentos na área social, que é o das montadoras. Eles nunca fornecem aquilo que pactuam e dizem que estão fazendo na prática. Quando pedimos a relação do que fizeram nos últimos três anos de investimento, eles não fornecem. Todos os setores fornecem essa relação.

No entanto, há aí R\$800.000.000,00 para a Bahia e não sei quantos milhões para outra região. Coloquem isso em uma microempresa, ou melhorem o salário mínimo. Para que colocar em montadora? Por que temos de financiar uma Ford e uma GM? Eu defendo a Ford e a GM, mas não defendo dessa forma. Sou um cidadão brasileiro e tenho um filho.

Temos de cuidar da nossa Nação. Para isso, temos de repensar essa ótica. Podemos fazer muito em relação à universidade, à integração e ao intercâmbio, fluindo mais a sociedade nessa relação entre universidades, hospitais e prefeituras, principalmente. Devemos fluir mais nesse campo, nas entidades privadas, no setor produtivo e nas entidades de classe bem representadas, porque existem entidades que depõem contra o princípio da representatividade social. Não podemos permitir isso. Portanto, o nível de escolaridade e de alimentação são fatores fundamentais para levantarmos esses canais e linhas sociais que darão sustento a uma pressão no Estado, para que repense sobre isso e exerça o papel que está faltando para corrigirmos essas distorções e ter os nossos 500 anos muito melhores. De fato, o dever de casa do Estado é premente. Nós, cidadãos, temos de pegar essa realidade nas mãos. Era isso o que gostaria de dizer a vocês. Muito obrigado.

O Sra. Presidente - Este é um momento em que me sinto à vontade para falar para cada um, principalmente para os estudantes, que essa prática que estamos fazendo, ontem e hoje,

aqui, na Assembléia, é permanente. O nosso assunto é repensar o Brasil 500 anos depois. Temos 13 comissões temáticas na Casa e, pelo menos, a cada 15 dias, estamos em uma arena como esta, discutindo, reivindicando e partilhando, com o parlamento mineiro, o nosso futuro e o rumo que precisamos tomar.

Palavras do Sr. Rafael Freire

Boa-tarde a todas as pessoas presentes. Gostaria de agradecer, em meu nome e em nome da entidade que represento, à Assembléia Legislativa de Minas Gerais, por meio da Deputada Elbe Brandão. Na realidade, fiquei bastante surpreso com os debates e as mesas que estão compondo este ciclo. Não é demagogia, mas acho extremamente importante esta iniciativa de aproximação real, na tentativa de encontrar soluções, dos poderes constituídos, no caso, o Poder Legislativo, com os movimentos sociais organizados, a intelectualidade brasileira e os cidadãos.

Para trabalharmos com o tema "Brasil 2000 - a Realidade e Perspectivas", temos de fazer uma opção sobre a natureza do debate. O debate que farei tenta representar ou apresentar um pouco a visão de um setor da sociedade que está organizado em sindicatos, em uma central sindical. Portanto, a minha fala não é neutra nem pretende, de imediato, obter consenso, mas expor uma visão. Quando tomamos a iniciativa de fazer um ciclo de debates como esse, em que não se entra na festa do Brasil 500 anos, mas sim em um período de problematização, é horrível, mas podemos expressar as possíveis e diversas diferenças da nossa sociedade.

A partir daí, temos de tentar construir o que cada um acredita que será melhor para o País. Sendo assim, gostaria de citar uma frase de um estudioso que mora na França, que se chama Michel Lovi. Ele fala, com relação aos movimentos sociais, às suas perspectivas de organização, às suas demandas e tarefas, frente à realidade pública que está imposta não apenas no Brasil, mas também no mundo, algo que temos de valorizar aqui. É o seguinte: "Sem uma memória coletiva, não se pode ter um sonho de futuro". Se os movimentos sociais, as pessoas, os homens e as mulheres não conseguirem construir uma memória coletiva dos diversos períodos históricos e se não conseguirem recuperar lutas, movimentos e experiências, não poderemos ter um sonho de futuro.

Assim, vamos nos render a propagandas oficiais que falam, por exemplo, que a história acabou, que o que está acontecendo, no Brasil e no mundo, é inevitável e que não podemos ir contra essa lógica, ou seja, não podemos ir contra, por exemplo, a lógica da organização da economia do País. Recuperar essa memória coletiva possibilita-nos apropriar-nos de experiências importantes que obtivemos ao longo desses 500 anos. Sobretudo, essa memória coletiva dos 500 anos põe abaixo um ditado que é senso comum na sociedade brasileira: fala que o povo brasileiro é pacífico, e a tradução desta palavra, pacífico, na realidade, é acomodado.

Se olharmos as histórias e lutas deste País, no passado e hoje, veremos que não há, na realidade, um povo acomodado, mas sim um povo que tenta se organizar e lutar, contrapondo-se à ordem dominante, tentando construir o seu espaço na sociedade brasileira, com fortes conflitos. Não podemos nos esquecer, por exemplo, de que, na tentativa de construir uma outra visão de sociedade, ocorreram assassinatos de trabalhadores rurais. Para esses massacres, não há punição. Trabalhadores são mortos quando se organizam para reivindicar melhores condições de trabalho, de salário e de vida.

A recuperação dessa memória permite-nos trabalhar uma outra postura no País, ou seja, uma outra organização e um outro debate, em que não haja desqualificação nem repressão daqueles que pensam diferente da oficialidade, e permite-nos a recuperação de experiências e a construção de projetos alternativos que temos hoje. Várias experiências não são apropriadas pelos movimentos em uma contraposição à ordem econômica e política estabelecida neste País.

Estou falando isso porque pretendemos mudar a realidade do Brasil. Não gostamos e não estamos aceitando esses níveis de desemprego. Não queremos, não aceitamos e lutamos contra a falta de lugar para morar para milhares de pessoas que se encontram nas ruas, na cidade de São Paulo e em outras grandes cidades deste País. Gostaríamos de mudar a ordem econômica do Brasil, que é perversa e exclui. A recuperação dessa memória coletiva permite-nos contar e fazer uma outra história.

Qual a história da organização do movimento de mulheres e de movimentos feministas nas disputas que existiam no País? Qual a história da luta anti-racismo e dos negros? Na parte da manhã, uma colega que trabalhou o tema das mulheres de agora permitiu-nos ter uma nova visão sobre o assunto e recuperar a possibilidade de ter absoluta certeza de que é possível construir movimentos que permitam mudar a sociedade. Qual história é contada sobre as diversas pessoas que lutaram pela terra neste País? E a história dos que lutaram pela terra antes do Movimento dos Sem-Terra? Quem de nós conhece - há uma grande parte de pessoas presentes neste debate que são jovens, portanto, creio que devam estar, ou na universidade, ou na escola secundária - a história das ligas camponesas, que possibilitaram serem bastante fortes os movimentos dos sem-terra? Qual a história do Sindicato do Garrancho, no Rio Grande do Norte, em que organizavam a produção em defesa dos trabalhadores que chegaram a pegar em armas? Qual a história da organização dos negros, não de maneira festiva? Em muitos debates, Zumbi virou uma pessoa que não gerava conflitos e era um grande herói. Esse senso comum não recupera a luta dos negros naquela época.

A recuperação dessa memória coletiva permite-nos disputar uma outra sociedade, em um patamar diferente do atual. Temos uma propaganda e uma ideologia muito forte no País e no mundo, que se denomina neoliberalismo e prega, acima de tudo, a individualidade, questionando fortemente os movimentos organizados e as respostas coletivas da população aos seus problemas. A recuperação dessa memória permite-nos trabalhar em outro patamar e possibilita-nos dizer que as perspectivas do Brasil, com todas as potencialidades e dificuldades, estão em disputa, porque há pensamentos e projetos diferentes. Esse nível de desemprego, com o Estado falido e com a pobreza que reina neste País, não foi causado pelo sobrenatural, mas sim por uma opção política desses 500 anos, em que uma elite dominante se alimentou da maioria da população e não houve distribuição de renda. Isso já foi dito anteriormente.

O Brasil é um dos países que tem a pior distribuição de renda. Os grandes setores do empresariado brasileiro carregam essa tradição. Podemos debater isso na relação que temos com o Estado. Há diferenças muito grandes de projetos. Por exemplo, por que o Brasil entra no cenário internacional com inserção passiva, já que tem uma economia que pode ser considerada razoável? Por que, no ano 2000, o FMI monitora a economia brasileira? Por que, no ano 2000, temos uma elite dominante que não enxerga ou não atende as necessidades da população? Há realidades muito diferentes. Há a realidade da estabilidade monetária, e há a realidade das ruas, do desemprego e da falta de perspectiva. A maioria é jovem. Qual a perspectiva que têm de emprego quando terminarem a faculdade ou a escola secundária? Chegou o momento de, nessa recuperação da memória coletiva, dizer que chega desse papo de que temos de crescer para, depois, dividirmos o bolo.

Quando era menino, escutava isso. Já estou de cabelos brancos, e ainda me pedem tempo para atender às nossas necessidades. Chega dessa discussão. Concorro com o Sr. Lincoln: "Pensar o Brasil é estrategicamente e em longo prazo". Agora, pensar em longo prazo e com objetivo político é fazer agora. É fazer a opção política muito clara e de experiências em que se trabalha diretamente a participação popular, como, por exemplo, o orçamento participativo em governos democráticos e populares, em que a sociedade determina para onde deve ir o dinheiro que é arrecadado por meio dos impostos. Ou outra opção, que é a da estabilidade monetária. Para isso, temos que ter gastos sociais. Temos que frear a produção, porque tudo pode gerar inflação. Temos que pagar a dívida externa, ou seja, são opções políticas muito diferentes. A disputa das perspectivas no País deve ser apropriada pela maioria da população. Isso não cai do céu. Ou organizamos e vamos atrás, ou não teremos.

Não dá para cada geração reinventar o movimento, ou seja, começar do zero. Assim, não se chega a lugar algum. Temos Estados falidos no Brasil? Temos. Se estudarmos a história do País com olhar crítico, veremos que temos formação social brasileira onde as elites prevaleceram em detrimento da exclusão da maioria da população; que no Estado o processo de corrupção se espalhou, como dizem os gaúchos, pelos diversos níveis. Temos um Estado cuja representação, no Governo Federal, no Judiciário e mesmo na Câmara Federal, atende a interesses muito específicos de quem está sustentando a presença nesses Governos.

Há setores do empresariado muito importantes que reclamam do Estado. Mas, no primeiro momento de competir no mercado, vão ao Estado pedir socorro. Foi citado o capital financeiro. Temos um Estado falido porque, em vez de investir num Estado chamado social, vai socorrer Bancos e empresas, não para gerar empregos. O BNDES financia projetos de empresas que não geram empregos. Não é requisito para obtenção de empréstimo o aumento de emprego. Não há política de investimento real nas pequenas e médias empresas.

No Brasil, com esse Estado falido que temos, a opção fica muito clara. Na não-distribuição de renda e nos problemas que são colocados para o País, nós - e falamos alto e bom som - não aceitamos ser tachados de culpados por esses problemas que temos. Não é a classe trabalhadora ou a maioria da população que é culpada. Culpadas são as elites dominantes, que durante muito tempo se aproveitam de um cenário político que levou o Brasil às condições em que se encontra. A maioria da população jovem não tem perspectiva de futuro. Portanto, a disputa da perspectiva significa a disputa pela vida. Ou seja, a construção de uma utopia, cada um de nós com a tarefa real de chamar os outros à responsabilidade, unificando o máximo possível a maioria da população e fazendo algo diferente do que temos no Brasil.

No debate com os neoliberais, fala-se de que tipo de Estado queremos. É o Estado mínimo? É o Estado empresário? Ou é o Estado do bem-estar social? Ora, no Estado que temos hoje - e os neoliberais dizem que o Estado deve ser voltado para as questões sociais - como está a educação pública no País? No social, quem tem dinheiro vai para uma boa escola;

quem não tem fica de fora. O Estado social que deveria atender à saúde é aquele em que quem não tem plano de saúde está prejudicado. É um Estado social que deveria tratar do saneamento. Mas, se chove numa grande capital brasileira, a cidade quase acaba. Esse é o Estado social que se apregoa deva existir. Mas não ocorre. São pessoas que têm a possibilidade de mudar essa situação e abrir outro diálogo com os poderes constituídos.

Trabalhar as necessidades sociais do País em políticas compensatórias, em vez de chamar o Estado à responsabilidade, é brincadeira. No caso, não teremos boas perspectivas. Portanto, precisamos pensar o Brasil no ano 2000 - e não é um País que nasce agora; traz todas as mazelas, todas as potencialidades construídas em décadas anteriores.

Concordo com o Carlos, a década de 80, para os movimentos sociais, foi importantíssima. Houve a construção de fortes movimentos, como o da Central Sindical, que represento. Alguns movimentos sociais puderam expressar de forma muito clara as suas necessidades e reivindicações. Foram décadas que permitiram que no ano 2000 partíssemos para uma relação de disputa em patamar diferente das anteriores. Não estamos pintando um cenário fácil.

O cenário de perspectivas para os movimentos sociais no Brasil é extremamente difícil, porque várias gerações dos que hoje estão nos movimentos sociais foram criados, entre outras, com outro tipo de cultura. Tínhamos um modelo de desenvolvimento no País diferente do de hoje. Temos a possibilidade de construir alternativas para o que está colocado no Brasil, mas isso traz um desafio enorme. Qual é o desafio? Responder às questões imediatas que estão colocadas para a maioria da população brasileira. Mas pensar um tipo de desenvolvimento diferente do que está aí.

Qual alternativa de desenvolvimento temos no neoliberalismo? Qual o projeto econômico sério de distribuição de renda no País? Quais os caminhos para isso? Fazer um debate sobre o salário mínimo de US\$100,00, que traz impacto à economia? Isso deve mudar porque todo ano é essa mesma ladainha, que vai causar impacto na Previdência. O que vai causar impacto é a sonegação e o não-pagamento das grandes empresas, ou seja, o dinheiro do Estado que não é repassado à Previdência. Discutir a Previdência é fazer uma opção clara de perspectivas diferentes. É discutir a Previdência em que o indivíduo responda pelo seu futuro, ou discuti-la onde a coletividade responde, de maneira solidária, às demandas que temos de seguridade social e mesmo de Previdência no País.

Portanto, diante dos nossos olhos e no ano 2000, temos opções a serem feitas. Essas opções requerem ações para executá-las. Acredito que, em ciclos de debates como esse, podemos construir uma visão crítica em relação à nossa história e possibilidades de mudanças mais efetivas.

Deputada, sei que temos uma série de temas que poderiam aqui ser tratados, inclusive sobre as dificuldades do movimento, a sua relação com outros movimentos e a relação conjuntural hoje, em que há disputa de período. Mas temos que partir de um ponto muito claro, que é a necessidade de uma memória coletiva, a necessidade de uma opção política que dispute o País para valer. Muito obrigado.

Esclarecimentos sobre os Debates

A Sra. Presidente - Nesse instante, daremos início à fase de debates. A coordenação informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. Poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente. Para que possamos agilizar o debate, solicitamos aos participantes que desejarem fazer uso do microfone que se inscrevam previamente, se identificarem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de até três minutos para sua intervenção. Solicitamos que primeiro sejam feitas perguntas aos Srs. Marcos Rodrigues da Silva e Rafael Freire, porque terão que se ausentar às 16h30min.

Debates

A Sra. Presidente - Vou ler as três primeiras perguntas formuladas aos expositores. Para o Sr. Marcos Rodrigues, a primeira é do Sr. Lauro Souto, da Associação Comunitária de Santa Mônica: "Como fica a população carente depois do Brasil 500, depois do Brasil 2000. Um Brasil com muita terra ocupada por poucos e muito poucos ocupando pouca terra? Qual a solução?"

Outra pergunta, do Sr. Ricardo Barbosa, da PUC: "Como observa as questões da nacionalidade brasileira, que dá oportunidade para que os grupos neonazistas se organizem no País? Diante disso, como dimensionaremos o sinônimo da cidadania?"

Outra pergunta, de Andréia Cristina Alcântara, da Fundação Educacional Monsenhor Messias: "Como podemos direcionar nossas perspectivas para o futuro diante de uma realidade que se caracteriza como um catálogo de erros de contrastes históricos e culturais que foram repensados, tratados e resgatados nesse ciclo de debates?". Com a palavra, o Prof. Marcos Rodrigues da Silva.

O Sr. Marcos Rodrigues da Silva - Com relação à pergunta do Lauro Souto, sobre a questão da população carente, vejo com duas perspectivas. Primeiro, olhamos na perspectiva do capital. No caso, é realmente carente. Os diagnósticos são os piores e mais tenebrosos. A minha experiência não é muito grande, porque estou apenas há 17 anos convivendo com os movimentos sociais. Particularmente, com organizações do movimento negro, mais na parte de construção. Tenho orgulho da minha biografia, porque nunca fui poder nessas organizações nem militante de carteirinha. Sou um daqueles que construiu junto com lideranças sociais e populares. Estou até hoje em vários deles, em nível nacional e latino-americano. Isso ajuda a convivermos dentro desses movimentos.

E convivi um bom tempo. Saí, há dois anos, de uma comunidade do morro em Florianópolis e sempre a versão que davam é de uma população carente. Uma das coisas que não vi no morro onde morei é um povo carente, vi um povo forte, resistente que me ensinou isso.

Vou dar dois exemplos: temos que olhar para esse povo carente como um povo que vive festivamente. A sociedade clássica capitalista não permite que o povo faça festa, ela tem que organizar a festa e explorar essa festa.

Há uma perspectiva na luta de resistência na América Latina, que nós, por sermos extremamente ocidentais, cristãos e capitalistas, matamos na nossa mentalidade da perspectiva da festa. A festa é um aspecto da resistência. Não é só a festa para a alienação. Também pode ser um modelo de resistência.

Tenho uma experiência vivida no ano passado, na Escola de Samba com a qual tenho convivência - a COPALORD. Fizemos um samba-enredo sobre Cruz e Souza. E dessa experiência reunimos os pensadores, compositores e fomos chamados para falar de Cruz e Souza. Não sabiam nada dele. Então, fomos nós, os intelectuais. Ficaram só nos ouvindo. Uma semana depois, voltam com 18 estrofes construídas sobre a história de Cruz e Souza. E essa estrofe virou o hino da escola, e ganhamos o carnaval com toda a escola cantando a história de Cruz e Souza, a história da poesia e do pensamento de Cruz e Souza. Se fôssemos dar aula, com a nossa sabedoria intelectual, com certeza o morro não cantaria nem falaria nada. Eles, autodidatas, notório saber, fizeram a história de Cruz e Souza no meio popular.

Creio que aí está o aspecto de não haver carência no meio deles. Há carência econômica. Só que a carência pode ser mudada a partir dessas perspectivas.

Outra que apresentaria é a forma de organização desse povo que dizemos carente. Tem uma relação familiar histórica que temos de melhorar um pouco mais, que é a relação de parentesco. São coisas profundamente históricas neste País. Temos de parar de olhar a nossa população somente da perspectiva, da ótica, do econômico. Temos de olhar por outros ângulos. Daí, vejo que a nacionalidade que o Ricardo pede é um dos aspectos que temos de explorar também com essa população. Esses grupos neofascistas, neonazistas, nos causam repúdio. São minoritários, não são maioria. Mas por que se fortalecem? Porque têm uma lógica de capital que os fortalece, têm uma ideologia construída que lhes dá munição suficiente para nos atingir. E nós, como muitas vezes estamos organicamente fragmentados, passamos a ser vítimas ou, até mesmo, a ser atingidos de forma não imediata, mas agressiva, no futuro. Temos de começar a aprender que o País é nosso, é a população dita carente que vai mudar o processo, numa perspectiva de revisão de sua história.

Agora, o que temos de fazer? Primeiro, dar a esse povo o direito de se ver, de ter visibilidade. Temos de ver que somos potência. E que a potência não está no outro lado da fronteira. Temos de ver que temos a riqueza de uma construção histórica que está presente, e isso vai virar o elemento que está no jargão dos grandes discursos de cidadania. Cidadania não é algo teórico. É algo construído a partir da relação histórica, e me vejo na história. Enquanto esse povo não se vir no livro didático, nem na mídia, não se vir a partir da sua própria

imagem, digna, não poderá perceber a sua cidadania.

Agora, não vou chamar nunca um movimento "skinhead" de movimento de cidadania. Esses são movimentos que têm de ser eliminados, não por nós, não podemos perder tempo com esse tipo de gente. Quem vai ter de expurgá-los é a própria sociedade, como um todo. Esse tipo de coisa não deve existir para nós nem para eles. Esse pessoal tem de ser eliminado. Como? Há os instrumentos legais para isso. Não é matá-los. Não é entrar na mesma lógica deles. Não estou pregando a morte aqui.

Para a Andréia, digo que os contrastes são profundamente importantes para podermos contrapor uma sociedade alternativa. Se não houvesse os contrastes, não poderíamos estar falando aqui agora. Estaríamos alienados, legitimando aquilo que oprimiu por muito tempo todos nós. Os contrastes nos deixam abertos para o confronto. E vai haver o confronto, sim. Não vai ser coisa de beijinho, beijinho, não. Vai ser embate político e vai ser pau mesmo, brigas nas ruas e, se possível, até confrontos guerreiros. Só viveremos neste País se tivermos guerra. O outro lado já está batendo em nós, com polícia, repressão e outras coisas mais. (- Palmas.)

A Sra. Presidente - As próximas duas são para o Rafael. A primeira é de Maria Lúcia, aluna do 6º período de História da UNI-BH: "Quais as perspectivas da CUT para melhorar o papel do sindicalismo no Brasil?".

A segunda é de Kênia Marques, do curso de História da UNI-BH: "Por que não fazer maior divulgação para a população e para os trabalhadores de propostas de melhores condições de trabalho e de regimes salarial e previdenciário?".

O Sr. Rafael Freire - Na realidade Maria Lúcia, a CUT, desde 1983, quando foi fundada, tem tentado mudar e melhorar o sindicalismo no Brasil. Ou seja, nascemos e tentamos romper com a estrutura sindical oficial existente e vou ser bastante honesto, a CUT está num momento bastante difícil, porque temos de responder a um tipo de organização da produção que leva à flexibilização de direitos, que leva à descentralização de negociações salariais, ou seja, à tentativa de negociação salarial por empresa, pulverizando, em consequência, ainda mais, a classe trabalhadora.

Estamos num estágio em que temos estabilidade monetária, mas todos os importantes problemas decorrentes de períodos anteriores, e temos diminuição real do trabalhador formal, do trabalhador de carteira assinada, como é conhecido no Brasil - levam à diminuição da representação sindical. É bom dizer que, mesmo ocorrendo isso - é um fenômeno não apenas brasileiro -, a CUT não diminuiu a sua representação de sindicalizados. Ao contrário, aumentou, não da maneira que conseguimos ampliar a nossa representação. Quando o desemprego aumenta e aqueles setores que eram sindicalizados, sobretudo os setores de serviço, permanecem sindicalizados e quando se tem diminuição em relação a outras áreas da produção, o nosso valor de sindicalização, em percentual, aumenta. Agora, isso não é uma questão central para nós. A questão central é como respondemos a um movimento sindical que teve uma geração que reivindicava aumento salarial e agora o registro salarial é de índices muito baixos para essa geração que foi construída dentro da CUT? Temos uma geração de dirigentes da CUT que nasceu com uma perspectiva política muito clara, que era derrotar o regime militar, e hoje a perspectiva clara da unificação da classe trabalhadora não existe de forma muito clara. Temos impactos reais da queda de padrões existentes, mesmo daqueles que a CUT rejeitava, que era o Leste Europeu, ou seja, modelos de sociedades diferentes, que ruíram e levaram toda uma geração de militantes a pensar outro tipo de alternativa, sem referências. É bom dizer que a CUT nasceu tanto questionando o tipo de sindicalismo feito nos países - usem o termo que quiserem, estou no meio de acadêmicos - imperialistas, ou países adiantados, ou países centrais, questionando aquele sindicalismo que tinham, mas também questionando o sindicalismo atrelado ao Estado dos Estados que eram chamados de socialistas. Portanto, a perspectiva da CUT é responder a demandas reais da classe trabalhadora, com a diminuição da sua representação como outra forma de produção, e criar diferenciais políticos para disputar uma sociedade diferente da que temos.

Estamos num momento de muita definição interna. Particularmente, acredito que a CUT tem perspectivas nesse País se conseguir ampliar a sua representação àqueles trabalhadores e trabalhadoras que não estão representados e não têm contrato formal de trabalho - estão na informalidade. Com isso, conseguiremos recuperar um peso político muito forte. Isso não é feito do dia para a noite. É uma resolução que se aprova em congresso e, no dia seguinte, se trabalha, porque tem especificidades muito diferentes na representação.

A nossa perspectiva é tentar responder a isso e construir uma central que possa caminhar na representação da classe trabalhadora da maneira mais ampla possível. Problemas não faltam no interior da CUT. Agora, em nenhum momento, há o abandono da perspectiva de construir coletivamente uma saída para a classe trabalhadora. Isso não há. Podemos ter divergências internas em relação a como fazer, mas o objetivo final nosso tem muita unidade na diversidade, que tem que haver na representação da CUT.

Em relação à outra pergunta, de divulgação salarial, temos muita divulgação na base que representamos. Mesmo assim, é insuficiente. Sabemos como a grande imprensa trabalha. Se estamos numa linha que defendem, estamos na imprensa todos os dias. Se não defendemos, não estamos. E não adianta dizer isso, porque proposta para um monte de políticas no Brasil temos: proposta que dialoga com a política salarial, com a política agrícola, com a reforma agrária, com políticas sociais. Agora a opção é outra. Se é outra, estamos fora. Portanto, não aparece da forma como tentamos fazer. O Brasil é muito grande e diverso, e isso dificulta.

A Sra. Presidente - As próximas perguntas são para o Prof. João Antônio de Paula, de Mônica Lopes, da UNI-BH: "Gostaria de saber se a pobreza no Brasil é por falta de recursos ou por falta de competência dos políticos, administradores e mercenários, que só pensam em roubar".

Outra pergunta é de Maria Lúcia, aluna do 6º período da UNI-BH: "Como ser tão otimista com o Brasil entregue ao FMI, desempregados passando fome e inúmeras questões sociais a serem resolvidas?".

O Sr. João Antônio de Paula - Vou começar com essa última questão, a respeito do otimismo. Acredito que não tenha sido otimista em minha fala. Não fui pessimista, o que não quer dizer a mesma coisa que ser otimista. Acho que o Brasil tem futuro e perspectiva. E tentei enunciar os entraves que têm nos impedido de caminhar em um processo de desenvolvimento dinâmico, distributivo, etc.

De fato, o momento não é, de forma alguma, muito alvissareiro. Não só o FMI, o conjunto de políticas que hoje são praticadas no Brasil não me parece que aponta para a direção do restabelecimento da geração de emprego, do estabelecimento - uma primeira vez - de uma política distributiva.

O que disse é que este País tem jeito, desde que façam um conjunto de reformas, de mudanças estruturais, que vão na direção contrária ao que acho que é a tendência da atual administração do Governo Federal e tudo o mais. Acho que não disse, de forma alguma, que, mantido o quadro atual, sairemos do buraco em que estamos. Não sairemos. É preciso mudar e muito. E mudar num sentido diferente do que tem sido na história do Brasil.

A outra pergunta, sobre o que gera a pobreza, se é resultado da ação dos administradores, etc.: em parte, também. Todas as vezes que se desvia dinheiro público, para locupletar, para colocar no bolso de meia dúzia de pessoas, estão desviando recursos que deveriam ir para o público.

Mas não acho que seja esse o grande gerador da pobreza: a incompetência ou a má-fé dos administradores públicos. O problema da pobreza é estrutural. Um País como o Brasil produz pobreza como laranjeiras produzem laranjas. Tem-se um modelo econômico que é excludente, concentrador; a pobreza decorre de um conjunto de processos históricos que vêm ao longo de séculos se desenvolvendo.

Então, enfrentar a questão da pobreza é enfrentar os mecanismos que geram a pobreza, e esses mecanismos estão na forma como a economia está organizada, na forma como a riqueza está distribuída, ou seja, muito mal distribuída, concentrada, assim como a renda, concentrada também.

Celso Furtado escreveu, em um dos seus livros, mais ou menos assim: O Brasil terá futuro à medida que existir uma distribuição primária da renda. Entendi distribuição primária da renda como distribuição de terra, mas também de habilitação das pessoas, a fim de que possam enfrentar os novos desafios tecnológicos. Não basta apenas distribuir terras. É preciso haver política agrária e de assistência técnica. Enfim, é preciso haver um conjunto de coisas para que o produtor rural possa produzir de fato. Além disso, é preciso também que os habitantes das cidades sejam preparados, habilitados para enfrentar o mundo de novas tecnologias e de transformações muito rápidas. Isso significa educação de boa qualidade, universal. Enquanto não fizermos isso, ou seja, a distribuição primária da renda, o Brasil tem poucas chances de ter futuro, o futuro que desejamos e que o Brasil merece, por causa desse povo, que tem um enorme potencial, como coletividade, de se emancipar. Mas isso depende das mudanças, das transformações estruturais que estamos desafiados a desenvolver.

A Sra. Presidente - As próximas perguntas foram dirigidas ao Sr. Lincoln Gonçalves Fernandes. A primeira foi formulada por Kelly e Fabiele, da UNI-BH, do curso de História: "Como você vê o fato de nossos governantes adotarem uma política neoliberal, de não-intervenção do Estado na economia, quando, em países como a Inglaterra e os Estados Unidos, ficou claro que esse é um método errôneo?".

A pergunta seguinte foi formulada por Lúcia Xavier, do Colégio Militar: "O senhor abordou a questão do debate sobre o salário mínimo, mas quantas vezes federações como a FIEMG, a FIESP e outras manifestaram-se a favor? Quantas vezes mostraram-se contra o problema dos altos salários de alguns setores do funcionalismo público?".

A terceira pergunta foi formulada por Adriana Gomes Tavares, da PUC-MG: "Na condição de representante da FIEMG, como o senhor analisa o dado evidenciado pelo Prof. João Antônio, segundo o qual 1% da população brasileira detém 53% das riquezas?".

Pergunta de Francisco Raimundo, da UNI-BH: "O que fazer contra a robotização, a globalização, o discurso neoliberal, que interessam às grandes indústrias? Por que a FIEMG não pode promover oficinas de reciclagem para a grande parcela proletariada?".

Pergunta de Mariana Siqueira: "Qual a maneira de o cidadão cobrar o dever de casa do Estado e do País, a fim de que não errem tanto, evitando, assim, o uso contínuo da caneta vermelha?".

Pergunta de Renilda Remígio: "Como nós, indivíduos anônimos, que não pertencemos a grupos ou instituições específicas, podemos pressionar o Governo, a fim de que não continue cometendo arbitrariedades contra o povo brasileiro, como a questão do teto "versus" piso e do auxílio-moradia àqueles que residem nas mansões?".

O Sr. Lincoln Gonçalves Fernandes - A primeira pergunta foi formulada pela Kelly e pela Fabiele, não é mesmo? Com relação ao neoliberalismo, em que o Estado não intervém na economia, ao contrário dos Estados Unidos e da Inglaterra, onde intervém, creio que está claro para a sociedade brasileira que o Estado intervém e deve intervir. Coloquei claramente que o Estado tem de ter o papel estruturante e o papel regulador. Esse ente regulador é novo, e ainda não sabemos utilizá-lo. Existem algumas agências reguladoras que precisam ser bem desenvolvidas e policiadas. Uma grande preocupação que a sociedade brasileira tem de ter é que essas entidades reguladoras não sejam capturadas pelas empresas que estão regulando, porque são gigantes. Cabe a nós, cidadãos, acompanharmos isso. É um elemento novo, é um espaço aberto para que a sociedade possa pôr o dedo na ferida e organizar a situação.

Quanto aos modelos neoliberalismo "versus" protecionismo, não podemos praticar nem uma coisa nem outra. Temos exemplos desse jogo. Recentemente, a Argentina aplicou uma tarifa de proteção contra os tecidos, ficou oito meses brigando no MERCOSUL. Levamos a questão ao mercado internacional e ganhamos agora. Por oito meses resolveram a situação deles. Com o aço, nos Estados Unidos, aconteceu a mesma coisa. Os americanos jogam pesado no mercado internacional. Já participei de algumas rodadas de negociações que nos deixaram muito indignados, porque não podíamos aceitar certas posições. No entanto, é divulgado que temos de ser abertos. Não devemos ser assim, porém não podemos recuperar o discurso protecionista. Isso é um crime não só contra o Estado ou a indústria, mas também contra o cidadão, e gera a perda da qualidade de emprego, perda de educação e perda de oportunidade de consumidor, do fator cidadania. Não podemos brincar com isso.

A segunda pergunta refere-se ao salário mínimo e aos altos empregos. A Federação das Indústrias já discutiu essas questões várias vezes. Também enviamos correspondência aos órgãos competentes, ou seja, ao Ministério do Trabalho e ao Ministério da Previdência. A indústria é a favor do aumento do salário mínimo, porque o consumo também será aumentado, e precisamos de consumo. Precisamos de cidadão alimentado, educado, a fim de consumir bem, trabalhar bem, enfim, viver bem.

A empresa é uma entidade de cidadãos, portanto tem de ter esse conceito. Não pode sugar a sociedade e depois jogar o bagaço fora. Isso não existe, é utopia, é brincadeira, porque a empresa morre. A questão básica reside na discussão do salário mínimo do ponto de vista de alavancagem econômica, da proteção aos microempresários e aos pequenos empresários, não uma proteção banal, mas uma proteção consistente. As microempresas e as pequenas empresas têm maiores dificuldades de sobrevivência e crescimento. Isso não ocorre somente no Brasil, mas em qualquer parte do mundo. O tempo de vida médio dessas empresas é baixo, de dois a três anos.

Qualquer um de nós pode deixar de ser empregado para ser microempresário, e essa é uma realidade que temos de encarar. Temos de ter uma alavanca que nos faça caminhar para esse lado, isso é importante que ocorra. Fazer isso e matar o salário mínimo não dá. A microempresa sobreviverá se tiver gente comprando bem, se houver um salário mínimo mais alto. Fixarmos um salário mínimo de US\$100,00 é uma barbaridade, é ridículo. Já é uma vergonha para nós, quando falamos em nível de MERCOSUL, em que, apesar da pujança que somos em vista dos outros parceiros, temos o pior salário mínimo. Alguma coisa está errada.

Defendemos a elevação do salário mínimo, segundo mecanismos mais completos de decisão, sem colocar politicagem de partidos, que é maltratar o cidadão e subjugar a sua inteligência. Isso é muita maldade, não é por aí. Outra coisa: não ofendam o brasileiro discutindo sobre o salário mínimo dessa forma. A fase de acerto é muito mais imediata, e ninguém perguntou a eles onde está o fundo do recurso, para conceder o teto que estão querendo. "Para lá, não tem de discutir, porque o salário mínimo está indiscutível." Assim, não dá. Isso é brincadeira. Portanto, posicionamo-nos contra isso. Fixamos isso e mandamos para os órgãos competentes como nossa posição clara quanto a esse assunto.

Pergunta de Adriana Gomes a respeito de 1% da população deter 53% da riqueza do País. Sou absolutamente contrário a isso. Se vocês imaginam a Federação das Indústrias como uma entidade de ricos, quero dizer que empresas de grande porte são aquelas que têm capacidade institucional de se autodefenderem e se auto-resolverem, não precisam de ninguém. As entidades de classe sindical sobrevivem muito mais das microempresas e das pequenas empresas, que somente de forma aglutinável conseguem fazer valer alguns de seus direitos e se defenderem. Elas são um ser vivo como outro qualquer e têm de se defender como qualquer cidadão, têm de lutar. Então, as Federações de Indústrias reverberam muito mais os conflitos e as dificuldades das pequenas empresas do que os das grandes empresas. E elas não concordam, também, com que 53% da riqueza fique nas mãos de 1% dos cidadãos. Isso está errado. Fizemos um trabalho que vou citar agora, e isso pode ser agregado a outras respostas.

Agora vou falar sobre a geração de emprego. Se vocês não sabem, a Federação de Indústrias de Minas Gerais é a primeira entidade no mundo a desenvolver um programa que já existe em nível mundial, e não é uma novidade, que é o conceito de "glusters", que é o Projeto Cresce Minas. Nesse projeto, fizemos um mapeamento de toda a economia em Minas Gerais, foram quinhentos e tantos setores de segmentos da economia que analisamos; depois os reduzimos para 48 segmentos e elegemos 5 segmentos como projeto-piloto. A eleição passou pela capacidade de competição mundial, de sobreviver nesse mercado agressivo, mas respeitando, em primeiro lugar, como primeiro objetivo geral, a geração de empregos. Se não gerar emprego, está fora. Se ela é muito competitiva, altamente informatizada e robotizada, mas não gera emprego, está fora. Por isso, elegemos a fruticultura, na região do Jaíba, que é paupérrima, a avicultura, a suinocultura e a bovinocultura, na região do Triângulo, porque temos competição, escala mundial, custos competitivos em nível mundial e socializamos todo esse setor, porque vai desde a indústria, no processamento, na ponta final, até o produtor rural, que são os pequenos fazendeiros, com seus vários galpões e centrais de confinamento. Então, temos de investir, por exemplo, na questão da avicultura e da suinocultura, R\$350.000.000,00 e gerar 22 mil empregos diretos, na região, nos próximos quatro anos. É um pré-requisito para isso. Estamos tentando a alavancagem com recurso internacional. Não há ninguém que participe desse conjunto que esteja diretamente envolvido no setor industrial; estamos fazendo isso como empresários e cidadãos voltados para esse assunto.

Portanto, a questão da geração de emprego e distribuição de riqueza é fundamental para nós. A robotização é fundamental, porque a base tecnológica também é fundamental. Mas, se tratamos muito bem essa questão da robotização, também tratamos muito bem a questão da necessidade social e da geração de emprego. Isso era o que queria dizer. Já respondi, acredito eu, ao Francisco também.

Em relação à pergunta do Renildo, a respeito de o cidadão cobrar resultado do Estado e pressão ao governo, é realmente organizando-se entidades, grupos de classes que façam presença e façam o que vocês estão fazendo aqui. Essa Assembléia tem a porta aberta para o cidadão, tem a obrigação de fazer isso. E quantos de vocês vieram aqui, neste ano? Então, não podemos ficar mais no discurso de que o Estado é o culpado. O Estado somos nós, vamos assumir e vestir a carapuça. Acho muito bonito a universidade estar aqui, e é importante que vocês repitam isso em outros lugares, façam convênios com as Prefeituras, só na Jaíba, não precisam ir ao Rio Grande do Norte para voltar falando "clean", não, venham aqui, para ver essa pobreza, façam convênio com hospitais. E não é preciso ser médico, vão cuidar de estruturação de almoxarifado, façam convênios desse tipo. Vão cuidar de assistência social, atendimento de portaria, qualquer coisa pode ser feita para que a universidade se abra, para que vocês tenham aula de cidadania. O mais importante nesta sociedade é aprender o princípio do coletivo, esse é o grande problema que o Brasil vive. É o que precisamos aprender definitivamente.

A Sra. Presidente - A Presidência passa a palavra a Luciane Silva, da UNI-BH, 7º período, que gostaria de fazer uma pergunta oral ao Prof. Marcos. Pediria que já se posicionassem o Wanderley Costa, da Associação do Movimento dos Sem-Teto de Minas, e Wellington de Oliveria, que farão perguntas para o Rafael.

A Sra. Luciane Silva - Nesses quatro debates de que participamos, percebemos que o Brasil tem tido algumas conquistas, por intermédio da resistência, de movimentos de grupos que têm lutado contra a discriminação e o racismo. Porém, ainda acontecem coisas que nos desagradam. Como brasileiros, ficamos tristes ao ver a injustiça social. Minha preocupação é o que nós, como brasileiros, podemos fazer para que o Brasil possa resolver boa parte de seus problemas, para que os próximos 500 anos sejam diferentes e não sejam espelho desses 500 anos que já discutimos. O que podemos fazer? Quero que o senhor responda, por favor.

O Sr. Marcos Rodrigues da Silva - Estava lembrando que o Lênin escreveu um livro chamado "O Que Fazer", o qual resultou na Revolução de 1917, que terminou recentemente. Creio que é uma pergunta epistemológica. É a teoria, é preciso elaborar esse conhecimento. Para mim, em particular, a coisa passa por dois princípios básicos, e coloco isso como elemento fundamental. O primeiro é conhecer minha história, que, no nosso País, é pouco conhecida. Estou dizendo isso para vocês, estudantes, e para mim, que estou terminando o doutorado, e não conheço minha história. A primeira coisa é conhecer minha história de 500 anos, quem sou eu e meus antepassados, e não conhecer a história de quem contou, porque, até agora, só conheci a história que contaram, e não fiz a história de quem sou eu. Isso é um grande desafio, que passa por uma série de elementos que são colocados para nós.

A segunda coisa é criarmos campos de debates que gerem operacionalização. Estou cansado de ver aqueles grupos que ficam como grandes iluminados, querendo dar lição de moral para outros. Acho que está na hora de operacionalizarmos, e isso só pode acontecer se tivermos uma visão política de intervenção e pararmos de ficar lendo apostilas, vamos ler os clássicos. Agora, por exemplo, são celebrados 100 anos de Gilberto Freire. Até recentemente, Gilberto Freire era um demônio para nós, e é importante lermos de outra forma, para entender o que foram os anos 30 e o século XIX e interpretar Gilberto Freire na perspectiva histórica. Quem faz História tem que ser cientista da História para entender o que está acontecendo agora. Quem leu, por exemplo, o encarte de "Mais", da "Folha de S. Paulo" de domingo? É bom dar uma lida. Esse é o grande desafio, temos que começar a ler a História numa perspectiva crítica e parar de ler as apostilas. Esse é o primeiro passo.

Temos que operacionalizar coisas concretas. Como fazer? Existem vários ambientes e situações históricas emergentes. Não darei a receita, porque estou em Minas Gerais; se estivesse numa ilha de Florianópolis, daria, há várias coisas para fazer.

A Sra. Presidente - Antes de passar a palavra para o Wanderley, gostaria de dizer ao Prof. Marcos e ao Rafael que já são 16h30min, e vocês têm várias perguntas para responder. Pergunto se haveria possibilidade de vocês levarem as perguntas, enviando as respostas por escrito, ou se poderiam ficar mais algum tempo aqui.

O Sr. Marcos Rodrigues da Silva - Só se o avião esperar.

A Sra. Presidente - Haveria possibilidade de você levar as perguntas e enviar as respostas?

O Sr. Marcos Rodrigues da Silva - Se tivermos o endereço, responderemos sim, com certeza.

A Sra. Presidente - Solicitaria à Ana Costa, ao Otaviano José e à Maria Lúcia que deixem os endereços com a assessoria. Com a palavra, o Sr. Wanderley Costa.

O Sr. Wanderley Costa - Boa-tarde, Deputados, todos os debatedores que compõem a Mesa, amigos e líderes comunitários que estão presentes, minha pergunta é para o Rafael. Como coordenador da Associação do Movimento dos Sem-Terra do Estado de Minas Gerais, estamos procurando uma nova filosofia, uma nova alternativa de fazer nossas manifestações populares e reivindicações, devido à represália do Governo, enviando a Polícia Militar para enfrentar as pessoas que estão compondo os movimentos populares. Estamos repensando a maneira como vamos agir de agora para frente, para driblar a Polícia Militar e o Governo do Estado, conseguindo nosso objetivo, que é a nossa moradia.

Gostaria de dizer, também, que nenhuma quantia de terra vale uma vida. E nós, como líderes, temos que procurar valorizar a vida do cidadão que nos acompanha, porque ele está ali para defender sua moradia, sua terra e sua casa. Gostaria de perguntar ao Rafael se a CUT também está trabalhando nessa nova filosofia, para fazer com que o Governo não venha a usar a Polícia Militar para fazer essa represália contra os manifestantes.

Quero, também, fazer uma explanação sobre o ciclo de debates Brasil 2000 - Realidade e Perspectivas. A realidade do nosso Brasil é o que estamos vendo nos jornais: os nossos representantes políticos, em esfera municipal, estadual ou federal, colocando-nos até num certo ridículo, porque estão ali para defender a Nação brasileira, os interesses da população brasileira, e, no entanto, a cada vez que ligamos o rádio, a televisão ou lemos um jornal, vemos o político do primeiro escalão do Governo envolvido em escândalo vergonhoso para o nosso País.

E, diante disso, qual é a nossa perspectiva? É a de que os políticos do nosso País façam com que homens como esses sejam varridos, sejam retirados dos representatividade do povo brasileiro, esteja ele numa Assembléia Legislativa, no Congresso Nacional ou no Senado Federal. Que os maus sejam retirados de seus cargos porque não mais podemos suportar essa vergonha. Muito obrigado.

O Sr. Wellington de Oliveira - Colocarei uma questão, principalmente para o companheiro da CUT, sobre a problemática da reestruturação da luta dos trabalhadores, sobre a qual gostaria de fazer algumas considerações. No meu entendimento, esse refluxo do movimento dos trabalhadores tem correlação com a forma como o capitalismo se reestrutura, de um modelo "taylorista", "fordista", para o modelo que chamamos, atualmente, de flexibilização. Tenho a impressão de que o movimento sindical começa a perceber que as velhas bandeiras vão perdendo eco no movimento trabalhista exatamente devido à reestruturação da produção, que requer um repensar da luta dos trabalhadores.

Hoje, de manhã, coloquei uma problemática para a Mesa, que falava da forma de se articular o movimento dos trabalhadores organizados, como movimentos como o dos sem-teto e o dos sem-terra. Como abrir o espaço do Sindicato dos Trabalhadores para acolpar aqueles que estão desempregados e ou são absorvidos pelo que Castel chama de capitalismo informal, ou seja, o narcotráfico e coisas do gênero, ou ficam à deriva, sendo levados à marginalidade. Como um movimento sindical precisa repensar os fatos, tornando-se um sindicato que cria novos interlocutores na sociedade civil para travar discussões não só em torno de salários, mas também sobre uma nova possibilidade, uma nova forma de se fazer política, objetivando a construção de uma sociedade mais justa. Vários interlocutores, na sociedade, encontram-se dispersos, não se encontram em um movimento organizado, e é necessário que o sindicato rediscuta essa absorção.

O Sr. Rafael Freire - Na realidade, Wanderley, de 1991 até os dias atuais, existe uma discussão muito forte, no movimento sindical, relativa a novas formas de luta. O movimento sindical deste Estado, em especial, do funcionalismo público, é muito criativo. Lembro-me de algumas manifestações bastante criativas aqui, em Minas. Mas, quando do debate em torno do movimento sindical, todo um setor do movimento confundiu a construção de novas formas de luta com o abandono de lutas coletivas que já existiam. Criamos novas formas de luta em contraposição, por exemplo, à greve, mesmo no momento atual, não nos leva adiante porque é negar a existência de uma forma coletiva de protesto. As novas formas de lutas, formas criativas, formas que atraíram a pauta diária na tentativa de avançarmos.

Podemos citar algumas formas, feitas em São Paulo e no Rio Grande do Sul, que tentam atrair a nossa base de representação para as mobilizações. Existem alguns movimentos que questionam pontos fundamentais da empresa e do Estado. E aí a repressão vem, porque a polícia, de modo geral, da forma como vem sendo orientada pelos Governos Estaduais, e mesmo o Exército, trabalham com a proteção do capital e não com a proteção das pessoas. Então, é a pessoa sendo assaltada, e a empresa, defendida. Nossa estrutura de defesa do capital é essa, o que sempre gerará conflitos, inclusive armados.

A filosofia de unificação com outros movimentos está sendo tentada, na prática, o meio da construção do Fórum Nacional de Lutas, que é a defesa da terra, do trabalho e da cidadania. Nesse fórum encontram-se presentes os movimentos dos sem-tetos e dos sem-terras, a CUT, a UNE, a União Brasileira de Estudantes Secundaristas, os partidos políticos considerados progressistas, numa tentativa de unificação. Como tenho que me retirar, quero dizer que o refluxo, a que aludiu o Wellington, é o mesmo que tentei expor em minha fala inicial. Precisamos saber que tipo de representação queremos. Defendo que representemos a classe trabalhadora, mesmo aquela que não esteja empregada. Um metalúrgico não deixa de ser trabalhador porque foi demitido, o mesmo acontecendo a um professor. Precisamos dialogar, também, com movimentos de pequena e média produção, como já fizemos no campo. Tudo isso é difícil, dada a insuficiência de elaboração, mas temos que chegar ao fim, pois trata-se de um desafio.

O Sr. Evaristo de Matos - Falarei das debilidades e do que podemos fazer a respeito. Ouvir o povo, as comunidades, o que elas pensam, trata-se de gesto da maior grandeza desta Casa. O PIB de Minas chega a 1 trilhão 300 e tantos bilhões. A participação da agropecuária no PIB de Minas Gerais caiu de 12,3%, em 1985, quando era Governador Tancredo

Neves, para 10%, em 1997. Em 1998, apesar de o PIB total de Minas Gerais apresentar uma queda de 0,2%, o setor da agropecuária cresceu 11,7%, em decorrência da grande safra de café, que foi de 22,7%, enquanto o crescimento da produção animal, bovina, não passou de 1,4%.

O ponto negativo é a omissão da Secretaria da Agricultura, não estimulando a produção do açúcar, do álcool, da pecuária de corte, do algodão, etc., apesar de Minas encontrar-se num grande mercado consumidor e de portos exportadores como Tubarão e Vitória, no Espírito Santo; Setiba, no Rio de Janeiro, e Santos, em São Paulo. Temos que recuperar a pecuária de corte. Surge, agora, uma grande esperança com a realização, em Belo Horizonte, do XIII Congresso Mundial da Carne, nos dias 18 e 21 de setembro, com a perspectiva de Minas abastecer os mercados europeu e asiático, como Cingapura, Tailândia, China. Um Estado ou uma nação se medem pelo que produzem e pelo que exportam. Essa exportação vale mais que mil Mercedes-Benz de Juiz de Fora. Acrescentando-se a isso a produção do álcool e dos genéricos, acabaremos com a crise do desemprego e com os 19% de crianças desnutridas nos municípios mineiros. Deixaremos de conviver com a violência, com a superlotação dos presídios, medidas a serem tomadas com urgência. A Comissão de Agropecuária, que aqui não tem representante, precisa reunir os produtores de corte de Montes Claros, do Mucuri, de Teófilo Ottoni, Carlos Chagas, Nanuque, Governador Valadares, para tratar do assunto da estimulação da pecuária de corte, tradicional nessas regiões. A tradição de Minas sempre foi a pecuária e a cafeicultura. Obrigado.

O Sr. Lincoln Gonçalves Ferreira - Sr. Evaristo, realmente Minas tem tradição na produção de carne, de café. Temos hoje, no cerrado, na região de Patrocínio, o melhor café do mundo. A produtividade de café, nessa região, é fantástica.

A questão da agricultura, no Brasil, transcende as fronteiras de Minas Gerais. A Federação das Indústrias não é federação da agricultura, mas nós nos metemos nessas questões quando sabemos que estamos falando de toda a cadeia alimentar, que é o "agrusiness", a agroindústria. Temos, hoje, uma questão de impostos contra Minas Gerais, que diz respeito ao Estado de Goiás, na fronteira do Triângulo; contra a produção de soja, porque o esmagamento para produção de óleo, em Minas Gerais, está concentrado naquela região, onde temos três grandes fábricas. A maior fábrica da América Latina lá se encontra centralizada, e, no entanto, padecemos de permanente tentativa de transferência dessas fábricas do Estado de Goiás, por via de incentivo fiscal, porque lá o grão está mais barato, e os retornos de ICMS muito prejudicam Minas. Portanto, o desenvolvimento do campo e da soja, dos grãos, na região do Triângulo, está vinculado ao fim do canibalismo procedente da região Centro-Oeste, que é um grande centro produtor. Estamos tentando, em Minas Gerais, transformar o Triângulo no maior centro de comercialização e armazenagem de grãos do Brasil. Criando uma bolsa de comercialização de grãos, criando papéis financeiros que lastreiem essas operações, podemos, estrategicamente, atrair as operações e transformar o Triângulo num centro, num foco geográfico que norteie toda a produção na região Centro-Oeste e em algumas regiões periféricas, aqui no Oeste de São Paulo.

A segunda questão trata de frigorífico. Quanto a isso, temos uma polêmica com o ICMS de São Paulo. Temos de produzir e processar a carne aqui, não transferindo riquezas para serem processadas lá, voltando mais baratas. O que está acontecendo é que hoje o Estado de São Paulo, também por uma política danosa de ICMS, faz com que o produtor rural venda toda a sua carne para São Paulo e faça o papel de exportador da carne e muito mais.

Vocês sabem muito bem que já há uma área protegida e outra área que não está protegida. Estamos tentando organizar esse setor. Tecnicamente, o setor de bovinocultura no Brasil é defasado em relação à suinocultura e à avicultura. A avicultura do Brasil é a segunda em tecnologia no mundo, só superada pelos Estados Unidos.

Temos custos e produtividade melhor do que os Estados Unidos. Não temos a base tecnológica que eles têm, somente base genética. Com relação à questão da suinocultura, somos médios em nível mundial, mas muito competitivos. A bovinocultura, no Brasil, é muito baixa. Se tivéssemos um nível técnico como o da Espanha, que é inferior ao da Argentina, teríamos um PIB da bovinocultura cerca de três vezes maior do que é hoje. Somos o terceiro país do mundo em termos de PIB em bovinocultura. Temos uma capacidade exportadora fantástica. A nossa carne de origem zebu é muito valorizada na Europa. Há possibilidade de partirmos para esse lado.

Com relação a isso, na avicultura, temos um fato interessante: em Minas Gerais, é proibido exportar carne avícola. Minas é um dos poucos Estados do Brasil que não pode exportar carne avícola. E não temos indústria exportadora em Minas porque somos impedidos pela doença de New Castle (?), uma doença de mais de 20 anos. Há falta de ação política do Estado para colocar Minas Gerais entre os Estados isentos, porque já não existe o problema. Como não existe exportador, ninguém foi atrás do problema. A Sadia comprou a Rezende recentemente e está vindo para Minas Gerais. Estamos lutando para que a Sadia traga sua planta exportadora para Minas Gerais, e ela está falando que está presa a questões burocráticas de impedimento legal. São praticamente R\$100.000.000,00 de investimentos que podemos perder nessa operação.

Com isso, podemos dizer que a omissão da Secretaria de Agricultura não é tão grave em Minas com relação aos nossos problemas periféricos. Se não sair financiamento agrícola no momento certo, não vamos produzir nada. A Secretaria não vai conseguir nada. Apesar disso, sou testemunha de algumas tentativas de movimentos da Secretaria muito boas, porém sabemos também que a Secretaria não tem velocidade de gestão de acordo com a necessidade que o campo e a planta precisam. É o ciclo biológico, não vamos lutar contra isso. A safrinha precisa ser plantada agora, em abril ou maio. Estamos com problemas sérios.

O Brasil atrasou a colheita; com isso, se plantarmos a safrinha de inverno, poderemos ter dificuldade de plantio da safra seguinte. Precisamos correr contra essa situação. Uma das grandes produções de Minas, que seria o milho safrinha, pode impedir o plantio da safra seguinte, o que é um problema grave. E a Secretaria não se moveu contra isso. É um problema sério.

A Sra. Presidente - Esta coordenação anuncia o encerramento do recebimento de perguntas. Vamos fazer a última série para o Prof. João Antônio. "Nós já não vivemos com a ditadura militar, mas em plena ditadura americana. O que podemos fazer para mudar esse quadro?" - do Edson, da UNI-BH.

Da Flávia: "Quando se fala em antenas que devem ser baseadas ou fixadas em raízes, qual seria o melhor modo de conseguir fazer com que essas raízes não percam ou resgatem sua identidade cultural, utilizando, inclusive, a mídia, sem distorcer os fatos?"

Do Ricardo Barbosa, da PUC-MG: "Diante das crises, dos paradigmas, das ideologias, o marxismo ainda é a saída para a libertação das correntes que as elites nos impuseram?"

O Prof. João Antônio de Paula - Vou começar com a última questão sobre o marxismo. Eu não tenho nenhuma dúvida de que o Sartre tinha razão. Ele escreveu, em 1960, um livro chamado "Crítica da Razão Dialética", em que há uma frase que me parece importante e atual até hoje. Ele disse assim: "O marxismo é a filosofia insuperável do nosso tempo". Essa frase quer dizer, rigorosamente, o seguinte: enquanto o capitalismo existir e suas mazelas, o marxismo continuará a ser o instrumento de intervenção, de análise, de compreensão e também de convite à transformação desse mundo, o mais poderoso que já foi criado. Entender o marxismo desse jeito é entender o marxismo como algo que se renova, não como um conjunto de dogmas, um livro sagrado, mas um instrumento que se renova à medida que a realidade se transforma e que continua sendo, por várias e várias razões, cada vez mais atual. É curioso, isso.

Algumas das coisas que o Marx escreveu há 150 anos, e que naquela época eram só uma possibilidade, se materializaram. Por exemplo, a questão do mercado mundial. A tal da globalização, o domínio do capital sobre o planeta como um todo e tudo que decorre disso é uma das provas de que a maneira como o Marx enfrentou o problema à sua época, tentando entender o mundo em que ele vivia e oferecer aos trabalhadores um instrumento de intervenção, de análise e de compreensão desse mundo, eu continuo acreditando que continua atualíssima. O que não significa dizer que não haja equívocos. Eventualmente, podemos reconhecer vários erros, não tanto no que o Marx disse, mas no que alguém, em nome dele, disse e, eventualmente, fez.

A outra questão é a do imperialismo e dos Estados Unidos. O conceito de imperialismo foi criado no início deste século, em uma época em que tínhamos sete grandes potências. Os próprios Estados Unidos, a Inglaterra, a Alemanha, o Império Austro-Húngaro, a Itália, enfim. Cem anos depois, ao final do mesmo século, as sete potências continuam as mesmas, porém com uma mudança: saiu o Império Austro-Húngaro, que foi esfacelado na Primeira Guerra Mundial, e entrou o Canadá. Mas os países que mandavam há cem anos são os mesmos que mandam hoje. É claro que, nesse período, o que houve foi um reforço do poder, da hegemonia dos Estados Unidos, que hoje em dia, de fato, são uma potência militar incontestável - não há força militar que possa se comparar à deles, uma potência financeira que impõe ao resto do mundo a sua lógica, os seus interesses, etc. De fato, esse é um grande desafio.

O mundo inteiro - não é só o Brasil - está confrontado com um poder, um policial do mundo que resolve, de vez em quando, fazer intervenções militares punitivas, como foi feito na Guerra do Golfo, como foi feito na Bósnia, sempre de forma muito equívoca, com dois pesos e duas medidas, sempre usando de um poder militar que se impõe ao resto do mundo sem que haja muita condição de contra-arrestar. Mas acho que o desafio que se coloca é coletivo. Temos que enfrentar esse também, como enfrentamos no passado o problema chamado imperialismo.

A terceira questão é um pouco mais complicada. A pessoa me pergunta sobre o quesito das antenas e das raízes. Essa metáfora eu usei para dizer basicamente o seguinte: o Brasil está confrontado com duas revoluções. Na minha visão, ele tem que fazer duas revoluções. Uma delas é semelhante, tem o mesmo tipo de pauta, de temas que a Revolução Francesa tinha, há 200 anos. A questão da terra, da educação, do trabalho. Uma revolução que a França fez há 200 anos, que outros países fizeram há muito tempo e que nós não fizemos. Estamos desafiados por um passado que resiste, que se mantém. Então, acho que somos desafiados a duas revoluções. Uma é essa, quer dizer, uma revolução que foi enfrentada e resolvida em alguns países há muito tempo, atacando questões relativas a direitos básicos - terra, educação, saúde. Ainda não fizemos isso. E a outra revolução é a do futuro, das novas tecnologias, do séc. XXI. O Brasil está exatamente em uma encruzilhada em que tem que resolver o passivo, os déficits que se acumularam ao longo destes séculos e, ao mesmo tempo, não pode perder o trem que já saiu por aí, que é o trem do futuro, e tem que tentar entrar nisso de uma maneira soberana, de uma maneira autônoma, etc. São desafios muito complicados.

Foi dito aqui e concordo inteiramente com a idéia da memória coletiva. Não estamos nesse processo desde ontem. Na verdade, estamos há cinco ou mais séculos. O Brasil, curiosamente, é um país que tem mais de 5 séculos e menos de 5 séculos. Tem mais de 5, mais de 500 anos porque, quando os portugueses chegaram aqui, já encontraram muita gente aqui, os chamados índios. Eram milhões, que foram dizimados. Mas a memória dessa gente e eles mesmos estão aí, fazem parte da nossa história. Mas, na verdade, o Brasil tem menos de 500 anos porque ele, como identidade política, se fez com o rompimento com Portugal, em 1822, no século passado. Então temos mais e menos de 500 anos. Isso significa dizer que a nossa história, ao mesmo tempo, não pode perder de vista as raízes que vêm do período pré-colombiano, de antes da viagem de Colombo e não pode perder de vista que somos brasileiros porque rompemos nossos laços com Portugal, cortamos relações políticas de dependência com aquele país.

A nossa formação se dá através de uma ruptura que sabemos muito complicada, porque, ao contrário dos outros países da América Latina, sobretudo da América do Sul, a nossa independência se fez de uma forma no meio do caminho, quer dizer, ficamos independentes mantendo aqui um Príncipe da Casa de Bragança, um Príncipe português, D. Pedro I. Assim, a ruptura com Portugal se fez pela metade. Muitos outros historiadores inclusive dizem que, de fato, dever-se-ia comemorar a independência do Brasil na data da abdicação de D. Pedro, em 7/4/1831. Naquele momento, talvez, tenha havido de fato a ruptura com Portugal.

A idéia é a de que a nossa identidade como povo depende de que saibamos articular estas duas idéias - temos mais de 500 anos e temos menos de 500 anos. Esse é o desafio, digamos, dialético que se coloca para nós como povo, que significa valorizar nossa cultura, as nossas tradições.

A Sra. Presidente - Para encerrar, vou fazer a pergunta do Sr. Gladyston, para o Sr. Lincoln Gonçalves Fernandes "Qual é a posição da FIEMG com relação à 'derrubada' do setor agropecuário, ocasionada pela abertura do mercado mundial e pela injeção de capitais nacionais e estrangeiros no setor industrial brasileiro?"

A outra pergunta é do Edson, também para o Sr. Lincoln Gonçalves Fernandes: "Qual é o seu ponto de vista em relação a microempresas pagarem tantos encargos sociais e não terem nenhuma ajuda significativa do Governo, e as grandes empresas terem tantos privilégios por parte do Governo, como, por exemplo, a ajuda ao sistema financeiro, que tem o amparo da lei para saldar suas dívidas com a União?"

Pergunta do Sr. Sérgio Márcio: "Sabemos que a Federação das Indústrias tem um 'lobby' muito forte junto ao Governo. Por que não há um trabalho que surta efeito, de fato, para que os investimentos para pequenas e microempresas aconteçam de forma efetiva?"

O Sr. Lincoln Gonçalves Fernandes - Gladyston, o setor pecuário caiu no PIB de Minas Gerais, assim como a indústria caiu. O setor que mais tem crescido no PIB de Minas Gerais é o setor de serviços, e isso se vê em qualquer parte do mundo. O fato é que isso não está vinculado à questão do capital internacional, não, está vinculado à questão cultural, ao consumo, e oportunidades, cada vez maiores, para a área urbana do que para área do campo. São basicamente fatores culturais e sociológicos.

Edson, você fala que as microempresas pagam encargos e impostos e as empresas grandes têm maior ajuda do Governo. Isso não é verdade. As grandes empresas pagam mais encargos do que recebem benefícios em termos sociais do que as microempresas. Na verdade, quando computamos a conta social nas grandes empresas, constatamos que, além de arcar com encargos têm que completar com seguro de saúde, transporte, auxílio para a formação de funcionários, treinamentos de pessoal, enquanto as microempresas, por questões óbvias por serem empresas que estão nascendo e crescendo, com escassez de capital, não podem se dar a esse luxo. Essas empresas, então, dependem muito mais de mecanismos e estrutura do Governo, como o SEBRAE; a indústria, através do SENAI; o comércio, através do SENAC; e assim elas têm muito mais opções do que as grandes empresas. Quanto à disponibilidade de recursos de capital financeiro, é uma verdade, as microempresas, por uma questão de análise de crédito, são classificadas em maior risco, mas as taxas de juros são mais altas, mas não cabe ao setor industrial falar "repasse a minha taxa para ela", aí é um negócio difícil de conciliar. Então, esse é o grande fator que tem que ser colocado, que é o peso sobre a questão dos juros. A questão do encargo e a reciprocidade das entidades, nas questões sociais, nas microempresas ocorre mais do que na grande empresa.

Sérgio, sobre o "lobby" de que você falou, na Federação das Indústrias, estamos chegando à conclusão de que nosso "lobby" não é o que imaginamos mesmo, não. O que temos feito na luta pela microempresa não temos recebido de retorno. Na verdade, estamos diante de um regime de governo que ouve muito pouco a todo mundo. É um perigo o sistema em que vivemos, que foi um sistema que montou um discurso uníssônico. Toda vez que temos de tomar uma decisão, é aquilo ou é o caos, e nós, cidadãos, estamos embarcando nessa. Então, quando algumas entidades alertam contra isso e vão lá para brigar, não somos ouvidos. A capacidade que o Malan tem de ver a gente falar e não ouvir é impressionante. É algo fantástico, é um artista fantástico. Trabalhar com uma equipe que tem uma visão uníssônica, que vende um discurso uníssônico é muito difícil, torna a coisa muito difícil. Temos de reconhecer nossa incapacidade nesse ponto, apesar do muito que já foi feito.

Faltou uma pergunta do Francisco sobre a razão por que a FIEMG não faz um laboratório, um negócio para desenvolvimento de mão-de-obra, como oficinas de reciclagem. A FIEMG faz isso, ela tem, através do SENAI, parcerias com o SEBRAE, com várias outras escolas. Hoje um dos grandes investimentos nossos refere-se exatamente à reciclagem; temos convênios com empresas; quando elas forem demitir, não demitem, trazem todos os funcionários para a FIEMG, para o banco de estudos da FIEMG. Eles estudam, são re-preparados, e depois têm oportunidades. Há um banco de empregos e oportunidades para recolocar esse pessoal. Aliás, existem projetos da FIEMG em que se paga salário ao pessoal que está se reciclando, que depois é recolocado em outras empresas. Tudo isso é feito. Eu, particularmente, necessito de mão-de-obra especializada numa parte do Estado, e estou desenvolvendo, junto com a FIEMG, diretamente, com uma empresa minha, uma universidade de alimentação. Então, a FIEMG não está só em nível técnico não, mas em nível universitário. Assim, essa parte existe, e é uma parte de grande valor e orgulho nosso com a entidade.

O Sr. Lauro Mendes de Souza - Desde o início do Brasil, dos índios, dos escravos, nós estamos vivendo a mesma situação até hoje, e até agora falou-se a respeito dos 500 anos do Brasil. De agora em diante, temos de falar para frente. O rapaz condenou quando falei de crise, e ele diz que não existe crise, mas só se for na terra dele, porque aqui em Belo Horizonte o que mais existe é crise. Acho que precisamos olhar para a frente, e cobrar do Governo para fazer a reforma agrária, porque há muita terra sobrando, e vimos três ou quatro pessoas morando num cômodo, outros morando num barranco de córrego. Acho que precisamos partir para um programa mais sério, para tentarmos conseguir uma reforma agrária ampla, sadia, que não prejudique os proprietários, mas que o Governo disponha de recursos para que seja feita essa reforma agrária com "pé-queute", porque o povo já se cansou de viver uma vida sofrida. É necessário espalhar o povo, dando oportunidade para o homem do campo e da cidade. Muito obrigado, desculpem minha imprudência.

A Sra. Presidente - Esta Casa é uma casa do povo, e todas as manifestações têm um espaço aberto. Encerrando este ciclo, com certeza, temos muito pelo que brigar, não só na vida dos que participaram, mas na vida do povo de Minas Gerais, e lembro-me de uma frase que diz que onde há vida há esperança. Esse é um momento em que se pôde perceber que as cidades mineiras, mais do que nunca, estão vivas dentro de sua clareza, respeitando a pluralidade da formação de nossa sociedade. Mas não são esperanças de sonhos impossíveis, e sim uma esperança de alimentar a nossa luta e a nossa capacidade na luta de construir aquela nação que tanto sonhamos.

Encerramento

A Sra. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos aos ilustres expositores, às demais autoridades e participantes, bem como ao público em geral pela sua presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião de debates de segunda-feira, dia 20, às 20 horas. Levanta-se a reunião.

Ordem do dia da 34ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a realizar-se às 10 horas do dia 11/4/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 11/4/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei n.ºs 693/99, do Deputado Marco Régis; 731/99, do Deputado Ronaldo Canabrava.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da CPI das Construtoras, a realizar-se às 15 horas do dia 11/4/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 28ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio, a realizar-se às 15 horas do dia 11/4/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos n.ºs 1.185/2000, da Deputada Elbe Brandão; 1.232 e 1.231/2000, da Deputada Maria Olívia; 1.237/2000, do Deputado Márcio Cunha.

Finalidade: ouvir os Professores do Centro de Lazer e Recreação da Universidade Federal de Minas Gerais - CELAR -, discorrerão sobre a importância do lazer para a qualidade de vida e sobre o conteúdo educacional do lazer sob a ótica do turismo; e apreciar a matéria constante na pauta.

Convidados: Srs. Helder Ferreira Isayana, Cristiane Luce Gomes Werneck, Leila Mirtes Magalhães Pinto e Patrícia Zingone de Moraes.

Discussão e votação de proposições da comissão.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da CPI das Licitações, a realizar-se às 15h30min do dia 11/4/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir o Sr. Airton Maia, Auditor-Geral do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE COMISSÃO ESPECIAL DA UEMG, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 13/4/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir os Srs. Artur Severiano Rezende, Prefeito Municipal de Campanha; Roberto Alves Vieira, Prefeito Municipal de Carangola; João Antunes de Oliveira, Prefeito Municipal de Diamantina; Domingos Sávio, Prefeito Municipal de Divinópolis; Públio Chaves, Prefeito Municipal de Ituiutaba; João Batista Soares da Silva, Prefeito Municipal de Lavras; Nelson Jorge Maia, Prefeito Municipal de Passos; Elmiro Alves do Nascimento, Prefeito Municipal de Patos de Minas; Antônio Silva, Prefeito Municipal de Varginha.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 23ª reunião ordinária da comissão de Redação, a realizar-se às 15 horas do dia 13/4/00

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discussão e votação de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elbe Brandão e os Deputados Alberto Bejani, Fábio Avelar, e Márcio Cunha, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/4/2000, às 14h45min, no Plenarinho I, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2000.

João Pinto Ribeiro, Presidente -"ad- doc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Proposta de Emenda à Constituição nº 33/2000

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Cabo Morais, Antônio Carlos Andrada, Márcio Kangussu e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 12/4/2000, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se ouvir o Cel.PM Paulo Duarte Pereira, Presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado; Cel. Jair José Dias, ex-Comandante-Geral da PMMG; Srs. Vítor Hugo Moreira de Rezende, Presidente da Associação dos Delegados da Polícia Civil do Estado; José de Souza Lacerda, Presidente da Associação dos Servidores da Polícia Civil do Estado; Eduardo Batittuci, Pesquisador Pleno da Fundação João Pinheiro; Sub-tenente Luiz Gonzaga Ribeiro, Presidente da Associação de Praças, Policiais e Bombeiros Militares, que prestarão esclarecimentos sobre o tema objeto da Comissão.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2000.

Antônio Júlio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da CPI do Narcotráfico

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Piau, Rogério Correia, Carlos Pimenta, José Henrique, Marco Régis e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/4/2000, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se ouvirem os depoimentos dos Srs. Aloisio Couto, Delegado de Polícia, e Laércio da Cunha.

Sala das Comissões, 6 de abril de 2000.

Marcelo Gonçalves, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para o 1º Turno da Proposta de Emenda à Constituição Nº 27/99

Comissão Especial

Relatório

De autoria de mais de 1/3 dos membros desta Casa e tendo como primeiro signatário o Deputado Sebastião Navarro Vieira, a proposta de emenda à Constituição em tela acrescenta o parágrafo 5º ao art. 21 da Constituição do Estado, que fixa o prazo de validade dos concursos públicos em até dois anos, prorrogáveis uma vez, por igual período.

Cumpridas as formalidades regimentais, a proposta foi encaminhada a esta Comissão Especial para receber parecer, nos termos do art. 201 do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta de emenda à Constituição em exame tem por objetivo garantir a nomeação dos candidatos aprovados em concursos públicos até o término do prazo de validade do concurso e de sua prorrogação.

Entendemos que a proposta em exame tem caráter meritório, pois tanto atende aos interesses dos candidatos aprovados como se conforma com os fundamentos da administração pública, consubstanciados na defesa do interesse público.

Com efeito, se, por um lado, o administrador público tem o poder discricionário de decidir sobre a prática de certos atos, notadamente a necessidade de se promover o certame público para o aperfeiçoamento do serviço público, por outro, há que se levarem em consideração todos os atos preparatórios para a realização do concurso, que se inicia com o edital, e, especialmente, a motivação que determinou a realização do concurso público. Cumpre, pois, ao administrador público fundamentar o ato que objetiva praticar, justificando as razões para tanto.

Na esteira desse raciocínio, ao acolhermos a proposta de emenda à Constituição em análise, lembramos o princípio da razoabilidade, o qual, junto com os princípios da legalidade e da finalidade, tem fundamento constitucional.

De acordo com esse princípio, a administração, ao atuar discricionariamente, terá de obedecer a critérios aceitáveis do ponto de vista racional, em sintonia com o senso normal de pessoas equilibradas e respeitadas das finalidades que presidiram a outorga da competência exercida.

A propósito do entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o alcance do preceito constitucional que assegura, durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, ao candidato aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos a prioridade na convocação sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego na carreira (art. 37, IV, da Constituição Federal), ressaltamos o seguinte:

"Concurso público - Edital - Parâmetros - observação. As cláusulas constantes do edital de concurso obrigam candidatos e Administração Pública. Na feliz dicção de Hely Lopes Meirelles, o edital é lei interna de concorrência.

Concurso público - Vagas - Nomeação - O princípio da razoabilidade é conducente a presumir-se, como objeto do concurso, o preenchimento das vagas existentes. Exsurge configurador de desvio de poder, ato da Administração Pública que implique nomeação parcial de candidatos, indeferimento da prorrogação do prazo do concurso sem justificativa socialmente aceitável e publicação de novo edital com idêntica finalidade. "Como o inciso IV (do art. 37 da Constituição Federal) tem o objetivo manifesto de resguardar precedências na seqüência dos concursos, segue-se que a Administração não poderá, sem burlar o dispositivo e sem incorrer em desvio de poder, deixar escoar deliberadamente o período de validade de concurso anterior para nomear os aprovados em certames subseqüentes. Fora isto possível e o inciso IV tornar-se-ia letra morta, constituindo-se na mais rúptil das garantias" (Celso Antônio Bandeira de Mello, 'Regime Constitucional dos Servidores da Administração Direta e Indireta', pág. 56). "(Recurso Extraordinário nº 192.568/Piauí, julgado em 23/4/96. No mesmo sentido, Petição nº 87/Tocantis, julgada em 3/4/99)."

Pelas razões aduzidas, a proposição em apreço nos traz uma solução capaz de satisfazer os anseios dos candidatos aprovados sem prejuízo da finalidade pública.

Conclusão

Opinamos, portanto, pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 27/99.

Sala das Comissões, 6 de abril de 2000.

Maria Olívia, Presidente - Pastor George, relator - Cristiano Canêdo.

COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 6/4/2000, as seguintes comunicações:

Do Deputado Marco Régis (2), informando o falecimento da Sra. Nassara Alves Ozanna, ocorrido em 2/4/2000, em Campinas, SP; e o falecimento do Sr. Carlos Roberto Léo, ocorrido em 28/3/2000, em Muzambinho. (- Ciente. Oficie-se.)

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Monte Indústria de Monta-Cargas e Elevadores Ltda. Objeto: prestação de serviços técnicos especializados de reparos, manutenção e conservação em dois elevadores da marca Montele instalados no Palácio da Inconfidência. Vigência: 1 ano a partir da assinatura. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Licitação: Dispensada, de acordo com o art. 25, "caput", da Lei nº 8.666, de 1993.

CONCORRÊNCIA Nº 1/99

Objeto: contratação de empresa, pelo período de 12 meses, para prestação de serviços de reportagem, locução, produção, edição, direção e operação dos sistemas de áudio e vídeo da Área de Rádio e Televisão.

Em 6/4/2000, o Sr. Diretor-Geral, com fundamento nos Pareceres nºs 3.898 e 3.900, de 2000, da Procuradoria-Geral da Casa, negou provimento aos recursos interpostos pelas licitantes Preview Produções Ltda. e GD Virtual Comunicação e Vídeo Ltda., mantendo a decisão recorrida.

A reunião de abertura dos envelopes contendo as propostas será realizada no dia 12/4/2000, às 9h30min, na Sala de Reuniões da Diretoria Administrativa e Financeira, na Rua Rodrigues Caldas, 79, 9º andar, Bairro Santo Agostinho.

Leonardo Claudino Graça Boechat, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

RESULTADO DE JULGAMENTO

Convite nº 8/2000 – Objeto: aquisição de material de escritório. Licitantes vencedoras: Ripel Comércio de Papéis e Material de Escritório Ltda. (subitens 1.10, 1.24 e 1.32), MBS

Embalagens e Artigos para Escritório Ltda. (subitens 1.1, 1.2, 1.7, 1.11, 1.16, 1.21, 1.22, 1.23, 1.27, 1.31 e 1.40), Comercial Mimisa Ltda. (subitem 1.38), Moderna Suprimentos para Informática Ltda. (subitens 1.6, 1.26, 1.28, 1.37 e 1.39), Mercantil Mineira Material de Escritório Ltda. (subitens 1.15 e 1.25), Peromática Material de Escritório e Informática Ltda. (subitem 1.47), Gráfica e Editora Dom Bosco Ltda. (subitem 1.36), Oásis Distribuidora Ltda. (subitens 1.3 a 1.5, 1.8, 1.12, 1.13, 1.29, 1.33 a 1.35, 1.41 a 1.46), Encapa Comércio de Papéis Ltda. (subitem 1.9), Copiadora Brasileira Material de Engenharia, Comércio e Importação Ltda. (subitens 1.14, 1.17 a 1.20 e 1.30) - Desclassificadas: Ripel Comércio de Papéis e Material de Escritório Ltda. (subitens 1.17 a 1.20 e 1.23), MBS Embalagens e Artigos para Escritório Ltda., Mercantil Mineira Material de Escritório Ltda., Peromática Material de Escritório e Informática Ltda., CD Comércio e Serviços Ltda. (subitens 1.17 a 1.20), Comercial Mimisa Ltda. (subitens 1.18 a 1.20), Moderna Suprimentos para Informática Ltda. (subitens 1.19, 1.20 e 1.32), Oásis Distribuidora Ltda. (subitem 1.17 a 1.20 e 1.38) e EPI Comercial Ltda. (subitem 1.38).